

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANNE KAROLLINE CAMPOS MENDONÇA

A RELAÇÃO DAS MULHERES COM A JUSTIÇA E O DIREITO:
Comarca das Alagoas – Capitania de Pernambuco (1712-1798).

MACEIÓ
2016

ANNE KAROLLINE CAMPOS MENDONÇA

A RELAÇÃO DAS MULHERES COM A JUSTIÇA E O DIREITO:
Comarca das Alagoas – Capitania de Pernambuco (1712-1798).

Dissertação de Mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em História, como requisito parcial a obtenção de Mestrado em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano

MACEIÓ
2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- M539r Mendonça , Anne Karolline Campos.
A relação das mulheres com a justiça e o direito : Comarca das Alagoas :
Capitania de Pernambuco (1712-1798) / Anne Karolline Campos Mendonça. – 2016.
200 f.: il.
- Orientador: Antonio Filipe Pereira Caetano.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto
de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História.
Maceió, 2016.
- Bibliografia: f. 193-200.
1. Alagoas – História – Período colonial – 1500-1822. 2. Mulheres – Alagoas –
Período colonial – 1500-1822. 3. Direitos humanos. 4. Justiça. I. Título.

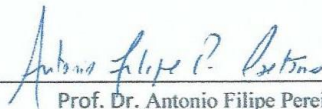
CDU: 981.35:396“1500-1822”

Folha de Aprovação

ANNE KAROLLINE CAMPOS MENDONÇA

A Relação das Mulheres com a Justiça e o Direito: Comarca das Alagoas – Capitania de Pernambuco (1712-1798)

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 20 de Fevereiro de 2017.

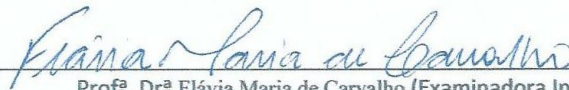


Prof. Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof^ª. D^{ra}. Isabelle de Matos Pereira de Mello (Examinadora Externa)
Universidade Federal Fluminense



Prof^ª. Dr^a Flávia Maria de Carvalho (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Alagoas

Dedico esta dissertação às minhas **principais fontes de inspiração**:
D. Marineide Canuto Campos, Arla Campos, Alex Rolim Machado e
Prof. Antonio Filipe Pereira Caetano.

AGRADECIMENTOS

Só hoje entendo que a parte mais difícil no desenvolvimento de uma pesquisa de História não é ficar cara a cara com as fontes ou com a ausência delas, nem perceber que há milhares de livros sobre sua temática que provavelmente você não poderá ler num tempo curto de curso de mestrado. Não é tão doloroso apresentar em simpósios onde pouquíssimas pessoas estão realmente interessadas ou prestando atenção no estudo que você está desenvolvendo; muito menos enfrentar as críticas das mais sutis às mais violentas. Não. Para mim a parte mais sofrida foi ter que abrir mão de estar com minha pequena família nos finais de semana e feriados. Por sermos só nós três, numa casa miúda, e por isso aconchegante, foi um pesadelo ter que me manter distante com o fone de ouvido, trancada no meu quarto ou reclusa na rede. Eu sei que não vou poder compensar minha mãe ou minha irmã agora, já que a escrita da tese será uma jornada que em breve se iniciará. E é exatamente por isso que quero agradecer por todo o apoio que sempre me deram e me dão.

À Dona Marineide, agradeço por ter me criado sozinha e a custo de tantos sacrifícios. Sou grata pela sua paciência em conviver com alguém que não podia largar o notebook para ver uma série ou um de seus filmes preferidos. Por não ter se zangado pelas tantas vezes que não pude ficar na cozinha e aprender suas receitas, porque precisava consertar rodapés ou reler alguns parágrafos. Pelos cafezinhos e lanchinhos oferecidos sempre que estava em casa. Realmente tenho uma grande dívida com essa mulher. Não só por ser a melhor mãe do mundo, mas também por ter feito de mim a pessoa que sou, por nunca ter colocado empecilhos aos sonhos difíceis que quis seguir, por depositar sua confiança num futuro que construímos juntas, aos poucos. Tudo o que faço vem dela e da força que sempre consegue tirar das situações mais inesperadas.

À Arla Campos, por ter abrido mão de tantas conversas, de tantas noites de Supernatural, de tantos momentos de lazer. Queria reafirmar aqui que todas as promessas feitas ainda estão dentro dos meus planos. Minha esperança é a de que os seus compromissos acadêmicos permitam perceber que não é uma escolha fácil desistir de estar com quem você mais ama no mundo para ficar estudando, por mais que também se ame fazer isso. Estar perto de você todas as manhãs era o que mantinha minha vida social ativa. Desculpa se não sou mais uma irmã tão descolada e legal que te levava para os lugares pela primeira vez de sua vida. Saiba que mesmo vendo filmes ou quando só conversávamos besteiras até às 03 da manhã fazíamos a manutenção de nossa aliança que durará para sempre.

Agradeço a Alex Rolim Machado que tem sido meu companheiro desde 2014, embora tenha entrado em minha vida há mais tempo. Durante a escrita dessa dissertação, ouvir os

conselhos dele e os relatos de sua experiência no mestrado foi o que me ajudou a seguir em frente. Deve ser bem difícil lidar com as minhas certezas de tudo que eu tinha escrito não fazia nenhum sentido. Foram momentos difíceis e ele sempre abriu mão de ter uma conversa de amor no telefone para ouvir pela milésima vez sobre o caso de Joana do Rosário, para ter uma conversa sobre os problemas da historiografia ou para pensar sobre como e o que fazer para tornar o mundo um lugar melhor. Essa busca por tranquilidade social é um objetivo que nos une cada vez mais. Admiro sua inteligência, seu trabalho como historiador, sua paciência (que tantas vezes eu consigo fazer perder), seu amor pela vida e pelas pessoas. Ele me faz amar o mundo ao meu redor e amá-lo sempre e cada vez mais.

Ao Prof. Filipe P. Caetano, meu mestre e orientador desde a graduação em História. Os avanços que tem feito na historiografia alagoana sempre me inspiraram e me instigaram a trabalhar nesse meio com todas as minhas forças. Lembro que em suas aulas de Brasil I tivemos uma conversa sobre o futuro de bacharéis em História e como lidar com o campo de trabalho diante da ausência de regularização de nossa profissão. As alternativas por ele apresentadas me trouxeram até aqui. Ter entrado para seu grupo de pesquisas (Grupo de Estudos América Colonial – GEAC) e assistido as suas aulas sempre instigantes (e essa não é opinião só minha) despertaram em mim o desejo pela docência. Mais que um orientador, Prof. Filipe é alguém que admiro muito e em quem me espelho.

Queria também fazer alguns agradecimentos nostálgicos a pessoas que foram muito importantes em minha trajetória. À responsável pela minha alfabetização, Profa. Neide que me encorajou quando fiquei morrendo de nervosismo durante a leitura na formatura do ABC. Sua paciência e carinho que me foram dedicados há tantos anos são refletidas hoje quando leio meus livros e escrevo meus trabalhos. À Mercês, professora do Ensino Médio de Redação que me ensinou a escrever, a escolher bem as palavras e a desenvolver os três tipos de texto que amedrontavam todos na época. Não sei se consegui transpassar seus ensinamentos nessa dissertação, mas posso afirmar que o fato de ter ficado no meu pé para escrever sempre melhor me ajudou a desenvolver a paixão pela escrita.

Agradeço aos professores Alberto Lins Caldas, José Ferreira de Azevedo e Osvaldo Acioly Maciel por terem me incentivado, bruscamente, durante a graduação, e por ter despertado em mim a vontade de apresentar textos sempre coerentes e justificáveis socialmente. Suas aulas naquelas tardes entre os anos de 2009 e 2012 geraram a curiosidade em mim e me deram a certeza de que a leitura é uma das mais empolgantes formas de obter conhecimento. Nesse interim, agradeço aos amigos que acabei abandonando por conta das exigências do mestrado. Sobretudo, Allan Freitas, Julio Santana e Pedro Tavares que deixaram de me con-

vidar para sair ou para conversar após tantas respostas negativas de minha parte. Espero que saibam que senti falta das tardes de dominó e das conversas jogadas fora, fossem sobre Strokes, sobre a vida no geral ou sobre aliens.

Diretamente ligados a jornada do mestrado, devo agradecimentos ao amigo Wellington José Gomes da Silva, pelas conversas nos corredores e discussões e pela sintonia nas discussões em sala de aula. Desde o processo seletivo nos apoiamos e refletimos sobre a carreira e suas dificuldades. Agradeço da mesma forma a Osnar Gomes dos Santos por todas as dúvidas que sempre tirávamos um com o outro e por compartilhar e amenizar momentos de tensão durante o processo seletivo, ao longo do curso e, sobretudo, no final dele. Sua amizade foi um fator de relevância, visto que eu era a única mulher na turma da linha de História Social. Não posso deixar de dizer obrigada aos companheiros do GEAC. Vê-los e debater temáticas relacionadas com seus temas de trabalho e com a América Colonial me ajudou em muito a perder as dificuldades de falar em público e foram substanciais para a formação de pensamentos e de linhas interpretativas aplicadas em todo o meu trabalho.

Ao pessoal Ceará/Maceió, agradeço a Bianca, Yanka, Sr. Tavares e D. Zena por me darem todo o apoio que um pós-graduando precisa. O carinho de todos eles me faz sentir parte de família e sou muito feliz por isso. Agradeço ao amigo do Rio de Janeiro, Vitor Coutinho, companheiro de profissão, por ter me sugerido alguns textos e autores e pelas conversas sobre política. Ter lido partes derivadas do meu trabalho e me colocado as interrogativas consideráveis sobre as mesmas, me ajudou a enfatizar em alguns pontos durante a escrita da dissertação. A todos sou muito grata seja por terem acompanhado direta e intimamente o processo de pesquisa e construção deste trabalho ou pelos momentos de distração que são essenciais para a formação de ideias e de um ambiente favorável a escrita. Por fim, mas não menos importante, agradeço a FAPEAL que em parceria com a Capes financiou toda a pesquisa durante a segunda metade do curso de mestrado.

RESUMO

A pesquisa sobre a presença feminina na Comarca das Alagoas foi visualizada, neste trabalho, a partir das relações que desenvolveram com a execução e concepção da justiça e a aplicação do direito. Dentro dessa linha de raciocínio acrescenta-se que o presente trabalho propõe-se a observar a tal relação dentro de uma realidade vivida no século XVIII na jurisdição das vilas ao sul da Capitania de Pernambuco. Busca-se enxergar não apenas possibilidades, mas também limitações que agentes históricos femininos encontraram ao envolver-se em pleitos dentro do quadro geográfico e temporal referido. Análises sob essas perspectivas são demonstrativas das funções sociais que as mulheres tiveram no desenvolvimento da América portuguesa e na manutenção da monarquia lusa. Tais objetivos sincronizavam-se com a vigência de um estatuto jurídico que proporcionava a reafirmação da mulher numa posição considerada inferior ou pouco digna. Essas percepções direcionaram o trabalho à visualização das possibilidades e limites que o texto jurídico e as noções de justiça ofereceram para as mulheres que se envolveram ou foram envolvidas em litígios. As mulheres serão consideradas aqui para além dos poderes informais encontrados principalmente no âmbito familiar e sexual. Outro ponto importante a ser ressaltado é que a pesquisa trará casos de mulheres de diferentes posições sociais.

Palavras-Chave: Alagoas Colonial, História das Mulheres, História do direito e da justiça.

ABSTRACT

The research on the female presence in the Region of Alagoas was visualized, in this work, from the relations developed with the execution and conception of justice and the application of the law. Within this line of reasoning it is added that the present work proposes to observe this relationship within a reality lived in the eighteenth century in the jurisdiction of the villages south of the Captaincy of Pernambuco. It seeks to see not only possibilities, but also limitations that female historical agents found when engaging in lawsuits within the referred geographic and temporal framework. Analyzes under these perspectives are demonstrative of the social functions that women had in the development of Portuguese America and in the maintenance of the Portuguese monarchy. These objectives were synchronized with the validity of a legal status that provided the reaffirmation of the woman in a position considered inferior or not very dignified. These perceptions directed the work to the visualization of the possibilities and limits that the legal text and the notions of justice offered for the women who have been involved or have been involved in litigation. Women will be considered here in addition to the informal powers found mainly in the family and sexual environment. Another important point to emphasize is that the survey will bring cases of women from different social positions.

Keywords: Colonial Alagoas, Women's history, History of law and justice.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Senhores que apresentaram queixas contra a fuga de seus escravos (1746) (p. 63).

Quadro 02: Dados gerais sobre as testemunhas da Vila do Penedo, 1722. (p. 78).

SUMÁRIO

Introdução	p. 11
1 Um estatuto jurídico na Comarca das Alagoas	p. 22
1. Imagens de mulher: pensamento social e jurídico.....	p. 23
2. As mulheres sem nome da Comarca das Alagoas.....	p. 30
2. 1. O desenvolvimento de argumento jurídicos baseados nas concepções do feminino....	p. 31
2. 2. As mulheres como empecilhos para a execução da justiça na Comarca das Alagoas.....	p. 42
2. 3. Mulheres, influências e redes de poder.....	p. 50
2. 4. A compreensão sobre o seu lugar e a busca por auxílio jurídico.....	p. 61
3. Conclusão.....	p. 66
2 O crime de ser mulher sob o prisma da justiça secular	p. 68
1. O pensamento jurídico na visualização do concubinato.....	p. 69
2. A caça aos concubinários: “o absoluto senhor” da Vila do Penedo, 1722.....	p. 77
2.1. O concubinato da casada com o padre: do pecado ao crime.....	p. 78
2.2. Casada e concubina: os efeitos jurídicos de um marido ausente.....	p. 91
2.3. Pelos crimes de seus filhos.....	p. 96
2. 4. Inclusive a gente preta cativa.....	p. 107
3. Conclusão.....	p. 116
3 O abuso da justiça masculina contra os desacatos do feminino	p. 119
1. O ouvidor e a concubina.....	p. 120
2. D. Isabel contra os malfeitores.....	p. 123
3. A ausência jurídica: João Vilela do Amaral e a testamenteira.....	p. 130
4. O contratempo de Ana Gomes: o cavalo e o ouvidor.....	p. 136
5. Uma justiça, duas formas: o ouvidor e a viúva.....	p. 139
6. A escrava e o ouvidor das Alagoas: o pleito e as sevícias.....	p. 142
7. Conclusão.....	p. 150
4 O sangue e os crimes	p. 152
1. Luiza Furtado de Mendonça, mestiça e mulher.....	p. 153
1. 1. A relevância jurídica da qualidade de Luiza.....	p. 153
1. 2. O componente externo: intrigas e injustiça.....	p. 156
1. 3. As possibilidades jurídicas para a mulher mestiça do licenciado.....	p. 158
1. 4. O confronto entre as vantagens de Bento Rebello e de Luiza Furtado.....	p. 162
2. Cosma da Silva, preta, forra e mulher.....	p. 170
3. Francisca, parda, escrava e mulher.....	p. 177
4. Conclusão.....	p. 191
Conclusão	p. 192
Referências Documentais Bibliográficas	p. 193

INTRODUÇÃO

A Relação das Mulheres com a Justiça e o Direito: Comarca das Alagoas – Pernambuco (Séc. XVIII).

Os preceitos de reclusão feminina e a dedicação exclusiva ao marido e aos filhos não impediram as mulheres, na América portuguesa, de se envolverem ou serem envolvidas em processos judiciais. Compreender como eram representadas, vistas e procedidas na execução da justiça, a partir da realidade vivida no século XVIII na Comarca das Alagoas, faz-se necessário para identificar as principais formas pelas quais o discurso jurídico português e ultramarino se confundia com a doutrina religiosa, quando se tratava de afirmar o lugar da mulher. Como integrantes daquela sociedade, as mulheres, nas mais diferentes posições sociais que assumiram, são passíveis da análise de seus casos dentro da contextualização do espaço ao qual pertenciam. Essas personagens conseguiram fazerem-se presentes em âmbito jurídico essencialmente masculino, tornando-se, muitas vezes, determinantes em situações onde a Justiça régia ou local atuava¹.

Sob essas perspectivas, podem-se revelar e identificar, ainda, as ações das mulheres em assuntos mais variados para além de seus núcleos familiares, de sua vida religiosa ou de sua inserção na mesma, adentrando num campo delicado por desenhá-la de acordo com uma série de preceitos negativos – ou que foram interpretados como vantajosos, apesar de sua utilização legá-las ao princípio excludente da “mancha original²”. Trazê-las para dentro da História do poder e da História social é o que dá ênfase e fôlego na busca historiográfica da percepção de seus contatos e negociações, mas também dos conflitos ou colisões que sofreram no meio que a entendia distante do sexo ideal. Partindo da análise de casos vivenciados nas partes sul da Capitania de Pernambuco, o presente trabalho busca preencher as lacunas da História de Alagoas, quando se diz respeito a seu período colonial, sobretudo, quando se trata de falar da presença feminina. A ênfase em observar as especificidades locais “alagoanas” reafirma as dificuldades em se identificar formas de aplicação da Justiça e Direito em uma sociedade dominada e em desenvolvimento que contava com a vigência de costumes e tradições

¹ A influência da doutrina religiosa no levantamento ou constituição do pensamento político ibérico pode ser vista em: MORSE, Richard M. **O Espelho de Próspero**: Culturas e Idéias Nas Américas. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 21-76.

² HESPANHA, Op. Cit., 2010.

que se alteravam de acordo com características locais³. Espera-se que as problematizações computadas e frisadas possam servir como ponto de partida para outras vertentes de interpretações que complementem ou retifiquem toda a informação aqui contida.

Seja para a História local ou, num âmbito mais complexo, para a História das mulheres ou História do Direito, “A relação das mulheres com a Justiça e o Direito” tem como principal fundamento tornar visível a consecução de uma tradição lusitana, de certa forma, ainda presente na sociedade brasileira, que legitimada como “natural”, impede a visualização, ou torna complexo de se entender, as necessidades de avanço que o tempo presente ainda sente quando a questão é compreender não só o feminino, mas também outros grupos subalternizados perante tribunais e compêndios judiciais. Essa justificativa do trabalho não deve ser encaixada no erro do anacronismo ou no que compreende o *ídolo das origens*⁴. Apenas busque-se ler o texto, no geral, como um passo inicial para visualizar a trajetória da História do Brasil e da questão feminina no país. Propõe-se, ainda, a identificação ou tentativa de entendimento dessa tradição jurídica que, tida por autônoma e independente de outros aspectos cotidianos, forja caminhos que só são capazes de oferecer vantagens àqueles que possuem os principais poderes simbólicos⁵ dentro das concepções da realidade luso-brasileiras e constituídas vagarosamente na trajetória histórica de nossa sociedade⁶.

Nessa linha de raciocínio, o objetivo geral, por assim dizer, é observar as mulheres, das “Alagoas Colonial”⁷ do século XVIII, como detentoras de um estatuto jurídico que poderia ser ativado de acordo com necessidades ou interesses, proporcionando ações intermediárias na sociedade da qual faziam parte⁸. Em outras palavras, pretende-se estudar as relações de mulheres, no contexto ultramarino, com a justiça e o direito vigente, para assim identificar possibilidades e limitações que se encontravam para essas personagens nos Trópicos. Essa relação do feminino com o princípio básico que ordenava a sociedade portuguesa de Antigo

³ HESPANHA, António M. **Cultura jurídica europeia**. Síntese de um milénio. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2003.

⁴ Sobre o problema do anacronismo e o cuidado para não constituir estudos que concretizem o “ídolo das origens”, ver os principais trabalhos de Marc Bloch, em suas concepções sobre as relações entre *passado e presente* para o ofício do historiador: BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. Essa conexão entre tempos históricos também é problematizada por historiadores como Eric Hobsbawn que comenta em seus trabalhos sobre as funções sociais e políticas do intelectual especializado na área da História. HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁵ BOURDIEU, Pierre. “Sobre o Poder Simbólico”. In: **O poder simbólico**. 16ª Edição. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012, pp. 07-15.

⁶ Sobre um estudo que se debruça na questão da mulher e do feminicídio dentro da ideia de observação de trajetória histórica alagoana, ver: SILVA, Célia Nonata da; LUCENA, Eduardo A. Duarte de; SANTOS, Denisson da Silva. **Entre Lobos**: feminicídio e violência de gênero em Alagoas. Maceió: Edufal, 2015.

⁷ CAETANO, A. Filipe P. “Existe uma Alagoas Colonial? Notas preliminares sobre os conceitos de uma conquista ultramarina”. **Revista Crítica Histórica**. Maceió, Ano I, nº 1, Junho 2010.

⁸ HESPANHA, António Manuel. **O estatuto jurídico da mulher na época da expansão**. Disponível em <www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/acs_ma_4953.doc.> 03/JUN/2015.

Regime – a Justiça⁹ – é compreendida aqui em seu sentido de ligação, mas também de dependência e da consideração de que se trata de comparação entre duas quantidades desiguais¹⁰.

Compreendendo a pluralidade das matrizes culturais existentes na América portuguesa¹¹, não se podem levantar as mesmas vertentes interpretativas para casos onde figuram mulheres brancas e “pretas”, por exemplo. Este estudo ocasionalmente levantará problematizações sobre a relação de mulheres de diferentes qualidades¹² dentro do arcabouço jurídico que se formou e foi aplicado na Comarca das Alagoas. Isso é importante de ser frisado para demonstrar que dentro da medida do possível, buscou-se observar as experiências femininas em perspectivas variadas, de acordo com o que os fundos documentais proporcionaram analisar. Dessa forma, se verá pedidos advindos de mulheres brancas acusadas de concubinato e de mestiças como autoras de crimes, mas também como válvula discursiva manipulada por homens que as cercavam.

O trabalho foi dividido em 04 capítulos. No primeiro foi analisado o estatuto jurídico da mulher. Para tal, uma discussão sobre como o pensamento político e jurídico as enxergava foi fundamental para compreender a manipulação ou menções às mulheres como formas demonstrativas sobre a posição do feminino na Comarca das Alagoas e sobre as possibilidades que seu estatuto fragilizado gerava na constituição de argumentações judiciais apelativas de acusação e defesa. No segundo capítulo, ainda seguindo a ideia de identificação das percepções acerca das mulheres, buscou-se examinar a proliferação de condenações por crimes de concubinato pela via da justiça secular. A base da constituição deste capítulo foi a consideração de que entre os anos de 1716 e 1722 empecilhos eram gerados pela adequação da ouvidoria a região (fundada em 1712). Fica explícito, também, a existência de vertentes gerais sobre linhas de defesa de mulheres envolvidas em tal litígio.

O terceiro e quarto capítulo seguem quase a mesma linha de raciocínio e trata de analisar o envolvimento mais protagonista de mulheres em pleitos. Nessa etapa, o capítulo 03 direciona o leitor a questionamentos a respeito das dificuldades impostas às mulheres por agentes jurídicos. Na mesma parte, problematizou-se casos de mulheres cuja qualidade não foi evi-

⁹ HESPANHA, Op. Cit., 2003, pp. 32-33 e 74-75.

¹⁰ Significado da palavra “relação” de acordo com o Dicionário Online Priberam. In: <<https://www.priberam.pt/DLPO/rela%C3%A7%C3%A3o>> 15/JAN/2016.

¹¹ THORTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**. 1400-1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. SÁ, Elaine Garcindo de. **Mestiço: entre o mito, a utopia e a história – reflexões sobre a mestiçagem**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.

¹² Sobre as diferenças de “qualidade” e “condição” serem essenciais para a análise ver: LARA, Silvia Hunould. **Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 79-125. PAIVA, Eduardo França Paiva. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

denciada na documentação, apesar de ser provável que não fossem pretas, pardas ou mestiças. Por sua vez, o capítulo 04 traz a oportunidade de levantar interrogações e propor linhas discursivas a respeito do envolvimento de mulheres negras ou mestiças dentro do campo judicial da Comarca das Alagoas.

Visto esses pontos a serem respondidos, utilizou-se da recente e constante recuperação da ação feminina, dentro da concepção das relações de força microscópicas, instigada pela História da Mulher que entrou em voga no Brasil a partir da década de 1990. As vertentes que foram constituídas desde os primeiros avanços de estudos sociológicos, atualmente entendem as mulheres de forma plural, não passíveis de enumeração de suas principais características e atitudes, mas assimiladas como sujeitos históricos. Leva-se em conta as contribuições de estudos dos discursos e de práticas informais¹³ e conecta-se a outros pontos desenvolvidos dentro da teoria do *Antigo Regime nos Trópicos*, onde a complexidade dos mecanismos utilizados, tanto pela Coroa portuguesa quanto por seus súditos de além-mar, serviu para a visualização dos jogos estratégicos de poder para além do eixo clássico de Metrópole-Colônia¹⁴. Sobretudo, com a identificação das negociações constituídas entre rei e seus “agentes colonizadores¹⁵”, essas duas vertentes dão o apoio à linha de pensamento no qual se encaixa esse trabalho.

Utilizar a Justiça como ponto de partida e “fenômeno” de estudo advém de leituras teóricas que apreendem a sociedade de Antigo Regime português como corporativa¹⁶. Desde os estatutos jurídicos, fundamentados nas diferenças étnico-religiosa das pessoas, até a existência de pactos constantes entre coroa e seus súditos, aponta-se para a compreensão de determinados conceitos, como a Justiça, para aquela sociedade portuguesa dos séculos XVI-

¹³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A História da mulher no Brasil: Tendências e perspectivas.” In: **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, Nº 27, pp. 75-91, 1987. RAGO, Margareth. “As Mulheres na Historiografia Brasileira.” In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura História em Debate**. São Paulo: UNESP, 1985; pp. 81-91. SOIHET, Rachel. “História das Mulheres e História de Gênero: Um Depoimento.” In: **CADERNOS Pagu** (11). 1998; pp. 77-87.

¹⁴ Maria Fernanda Bicalho, João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa formulam a ideia de *Antigo Regime nos Trópicos* com uma base teórica advinda do estudioso Antônio Manuel Hespanha. Para mais: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. B. e; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (Séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 11-20.

¹⁵ Segundo Maria F. Bicalho, Ilmar R. de Mattos – em seu artigo anexado à obra *O tempo Saquarena*, onde estuda a concretização do Estado Brasileiro no século XIX – considera *agentes da colonização* como: “Colonizadores eram todos aqueles elementos ligados à esfera administração, leigos e eclesiásticos. Eram também, e sobretudo, os comerciantes, especialmente os negociantes de grosso trato ou homens de negócio. [...] O colono é, assim, o proprietário colonial, aquele que detinha o monopólio da mão-de-obra, de terras e dos meios de trabalho.” BICALHO, Maria Fernanda B. “Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia.” In: **Anais Optima Pars**. Lisboa, 2002, p. 76.

¹⁶ Sobre a ideia de Portugal viver uma sociedade corporativa, ver a introdução e primeiros capítulos de: CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e administração da justiça no Antigo Regime**. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII. Lousã: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia, 2010.

XVIII¹⁷. A justiça fundamentava o sentido da gratidão, dava vida ao que era considerado justo e identificava todos os indivíduos como subordinados a Deus que “há de vir **judgar** os vivos e os mortos”¹⁸. Dessa forma, o entendimento desse “vocabulário” de Antigo Regime, onde dava-se a entender que a sociedade se estratificava de acordo com “qualidades”, “condições” e *habitus* das pessoas, também nos diz que através dessa segregação era possível identificar os principais executores de poderes. Poderes que formais ou não, ao que tudo indica, eram constantemente ligados à ideia de “jurisdição” e de posse da administração da justiça¹⁹.

A vertente de onde se pode visualizar a dominação desses preceitos jurídicos foi fundamentada, sobretudo, a partir da observação da atuação de órgãos de justiça e de agentes judiciais em Portugal e na América Portuguesa²⁰. Para além da identificação desse arcabouço maior de execução do Direito e Justiça, vigente entre os séculos XVI e XVIII, o presente estudo se dedica a delinear as relações das mulheres da Comarca das Alagoas com seu estatuto, bem como com os oficiais responsáveis pela manutenção daquele campo jurídico. Sobretudo, o recorte regional e cronológico foi constituído a partir das proposições de estudos sobre Alagoas Colonial. Estes permitem a compreensão da existência de autonomias relativas, mas consideráveis no sul da Capitania de Pernambuco²¹.

Cruzando esses principais referenciais teóricos, a observação dos trabalhos de Pierre Bourdieu e de E. P. Thompson tornou possível costurar as principais hipóteses lançadas aqui. As obras *O poder simbólico* e *Senhores e Caçadores* apontam possibilidades de trabalhar com concepção e execução da Justiça, que em sua essência lida com fontes complexas e sempre de carga ideológica. Também atenta para os cuidados que se deve ter quando da consideração dos Direitos ou a manipulação dos mesmos por grupos subalternizados. Apesar de diferirem

¹⁷ LARA, Op. Cit., 2007. HESPANHA, António Manuel. “Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.) **Na trama das redes: políticas e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2010.

¹⁸ O “Credo”, oração católica, parece ter surgido no encerramento do Ano da Fé, em 1968. Sua base na bíblia torna possível afirmar que mesmo nos séculos XVI e XIX esses preceitos básicos da doutrina cristã já estavam em voga. “DE ONDE HÁ DE VIR PARA JULGAR OS VIVOS E OS MORTOS – Ele nos enviou para anunciar ao povo que Deus o constitui juiz dos vivos e dos mortos (Atos, 10, 42). Para uma análise geral da oração e sua constituição a partir das passagens da bíblia, ver: MANZOTTI, Reginaldo. Pe. “A oração do Credo na Bíblia”. Disponível em: <>. 15/ABR/2015: 13hs.

¹⁹ PAIVA, Op. Cit., 2012. BOUDIEU, Op. Cit., 2012. CARDIM, Pedro. “‘Administração’ e ‘governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. In: FERLINI, Vera Lúcia; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **Modos de Governar**. São Paulo: Alameda, 2005.

²⁰ CAMARINHAS, Op. Cit., 2010. SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial**. O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. WEHLING, Arno & Maria José. **Direito e Justiça no Brasil Colonial**. O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

²¹ CAETANO, A. Filipe P. (org.) **Alagoas e o Império Colonial Português**. Maceió, Cepal: 2010. CAETANO, A. Filipe P. (Org.). **Alagoas Colonial: Construindo Economias tecendo redes de poder e fundando administrações (Séculos XVII-XVIII)**. Recife, Editora Universitária UFPE: 2012.

relativamente, ambos os autores – nos textos mencionados – tiveram a significância de leituras complementares e essenciais para compreender a atuação de grupos sociais subalternizados ou o sexo feminino sendo legado à dependência ao homem²².

Bourdieu explicita a complexidade do “campo jurídico” e atenta à “força do Direito” dentro de uma “comunidade” específica responsável por conceituar situações jurídicas estabelecer seus agentes e sua área de atuação. É possível atentar para três elementos básicos sendo eles a concepção do direito entendido a partir dele mesmo; a ideia da constituição de seus manipuladores e da linguagem utilizada por eles; a relação intensa de indivíduos e tribunais de poder simbólico com o restante da sociedade. Da perspectiva do estudioso, uma “sociologia individual” é levada em conta, e em outras palavras, é enfatizado sobre a necessidade de se visualizar dentro do possível, os principais elementos capazes de demonstrar ou fazer entender decisões tomadas por juízes e advogados²³.

Objetivando a compreensão da origem da “Lei Negra”, E. P. Thompson, por sua vez, lançou pontos de vista que o historiador precisa delinear quando se trata de observar a atuação de grupos não privilegiados. Entendendo o texto jurídico como resultado de relações de poder e de força, atenta para a natureza da problematização sobre Justiça e Direito sendo aplicados, ou estabelecidos, de acordo com essas conexões sociais. Não deixando de enxergar as normas judiciais como produto de necessidade de manutenção de posição e estatuto de camadas dominantes, Thompson instiga a fazerem-se novas perguntas para além da óbvia ideia de dominação presente naquela sociedade de século XVIII que se propõe a analisar²⁴.

Na historiografia sobre a América portuguesa, o feminino foi trabalhado a partir de uma série de aspectos, tendo ficado mais conhecidos os estudos sobre suas relações com a doutrina religiosa que legava ou imputava ao sexo oposto ao masculino, características substanciais negativas²⁵. Esses elementos desvantajosos, forjados desde a Idade Média e depois em interpretações ibéricas sobre o biológico e moral da mulher²⁶, puderam ser visualizados como a inicialização da trajetória de uma tradição luso, e conseqüentemente brasileira, onde a justiça do homem ocidental dominante serviu de receptáculo para legitimação e naturalização

²² BOURDIEU, Op. Cit., 2012. THOMPSON, Edward. **Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra**. 2 ed. Tradução de Denise Bottman – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987[1977].

²³ A sugestão da “sociologia individual” está contida em: HESPANHA, A. Manuel. (Org.). **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**. Coletânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. BOURDIEU, Op. Cit., 2012, pp. 209-254.

²⁴ THOMPSON, Op. Cit., 1987[1977], pp. 348-361.

²⁵ VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Mulheres, adúlteros e padres. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 1984.

²⁶ PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

das normas de conduta e jurídicas constituídas para cercear o raio de ação daquelas personagens²⁷. Diante desses discursos concretizados e reconhecidos pela população reinol e ultramarina, questionou-se sobre os mecanismos possíveis de atuação feminina que permitem hoje a compreensão das mulheres como agentes históricos tão passíveis de instigar trabalhos acadêmicos quanto os homens. Perspectivas variadas acerca do feminino, em contato com o meio histórico da Idade Moderna, revelaram essas personagens ativas na administração da casa²⁸, no meio social religioso²⁹ e mesmo nas associações com outras mulheres. Sabendo das dificuldades que estudos a respeito do cotidiano representam para o historiador brasileiro, as vertentes existentes ocupam lugar importante dentro de todo estudo que pretenda se debruçar sobre indivíduos que eram compreendidos distantes da política e administração pública propriamente dita, e que, por isso, acabaram sendo excluídos de interpretações e análises mais complexas³⁰.

Foi basicamente pelas vias destrinchadas aqui que se realizou a escrita deste trabalho. A relação das mulheres da Comarca de Alagoas com o Direito e a Justiça se verá dentro do recorte cronológico alargado de 1712 até 1798, apesar de que em alguns pontos, far-se-á ressalvas no período de consolidação da justiça régia na Comarca das Alagoas (1716-1727). Essas datas limites acabaram sendo determinadas a partir do contato com a documentação disponível para análise³¹. A ideia central, e geral, é perceber até que ponto o Direito português e local representou uma verdadeira possibilidade de “resistência” feminina, dentro de um arcabouço essencialmente patriarcal que era a sociedade de Antigo Regime, sobretudo, a América portuguesa³². Identificando mulheres, não mais unicamente presas ou preocupadas unicamen-

²⁷ HESPANHA, Op. Cit., 2010.

²⁸ SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, mulheres e povoamento**: São Paulo, século XVII. Bauro: EDUSC, 2013.

²⁹ ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas**: mulheres da colônia (Estudos sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750-1822). 1992. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. ALMEIDA, Suely Creusa de. **O Sexo Devoto**: normatização e resistência feminina no Império português XVI-XVIII. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005.

³⁰ Ver *Ao sul do corpo* da autora Mary Del Priore, *O diabo e a Terra de Santa Cruz* de Laura de Mello e Souza e outros como *Trópicos dos Pecados* de Ronaldo Vainfas ou mesmo *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre. É necessário considerar também estudos que não estavam voltados unicamente para o tema, mas que acabam abordando personagens femininas. Saliente-se desde já, que as obras aqui citadas o foram apenas a cargo de introdução, sendo possível encontrar, ao longo desse texto, referências mais aprofundadas sobre a existência de outros trabalhos.

³¹ A maioria dos documentos utilizados para a composição deste texto estão presentes no **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania de Alagoas Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino** e podem ser consultados no Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDHis), da Universidade Federal de Alagoas, onde encontram-se em formato de CD-ROM (digitalizados).

³² A ideia de patriarcalidade será mais bem esmiuçada no decorrer da dissertação, para início, cf. FREYRE. Op. Cit., 2006. HESPANHA, António Manuel. “Fundamentos antropológicos da família de Antigo Regime: os sentimentos familiares”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV)**. Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992. Para um contraponto, cf. THOMPSON, Edward Pal-

te com as questões da casa (no sentido doméstico), o trabalho com a documentação produzida, ou contida no Conselho Ultramarino, em cruzamento com os regimentos em vigência, significaram muito para desenhar, a partir da experiência da Comarca das Alagoas, um aparato sobre como era viver e ser mulher perante a Justiça dos homens na América lusitana do século XVIII.

Uma vez com o aparato teórico em mãos, o mapeamento dos 297 primeiros documentos do Arquivo Histórico Ultramarino – Alagoas Avulsos foi o que levou a se perceber o aparecimento mulheres em requerimentos, ofícios e petições enviados ao rei. Esse contato intrínseco com determinada documentação ocasionou o levantamento das primeiras interrogativas sobre como aquelas personagens se movimentavam, juridicamente falando, desde 1712, com a chegada do ouvidor na Comarca das Alagoas, até 1798. Esse acervo serve como base de todo o trabalho aqui proposto. Os nomes daquelas mulheres foram registrados em trâmites usuais que evidenciaram conflitos e crimes e podem ser observados em todo o século XVIII para casos protagonizados nas vilas de Alagoas, Porto Calvo e Penedo. A grande maioria diz respeito a mulheres que estiveram envolvidas com pendências judiciais e foi dessa forma que surgiram os primeiros questionamentos que dão base a este trabalho³³.

O constante cruzamento da documentação mencionada, advinda do Conselho Ultramarino, com outras fontes de ordem jurídica – tais quais as Ordenações Filipinas e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – será recorrente por todo o texto, sem contar nas consultas a outros compêndios disponibilizados *online*³⁴. Os dois códigos principais correspondem, respectivamente, ao Direito do reino e canônico que em diversos momentos mesclam-se ou confundem-se, sobretudo, quando tratam a respeito da mulher, sua moral, conduta e estatuto diante de homens³⁵. Sua utilização cautelosa partiu dos preceitos e considerações a serem concebidas pelo historiador do direito. Resultado de relações de força e poderes sociais, não se buscou salientar o texto jurídico como representante principal de uma rigidez inflexível. Muito pelo contrário, compreendem-se as necessidades sentidas de adaptação ao meio ultramarino, mas antes disso não é ignorado o fato de que uma das características do Direito

mer. “Patrícios e plebeus”. In: THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³³ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Documentos 01 até o 297.

³⁴ Refere-se ao website <<http://www.iuslusitaniae.fcsb.unl.pt/pesquisasimples.php>> que reúne em seu domínio online uma série de títulos da literatura jurídica.

³⁵ **Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal**: recopiladas por mandado d’el Rey D. Filipe I / Cândido Mendes de Almeida. Ed. Fac-sim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia** / Sebastião Monteiro da Vide; estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza; Istvan Jancsó, Pedro Puntoni (org.). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

português e daquela sociedade lusitana corporativa, já era justamente conceber aquelas normas e leis como guias à ação de juízes letrados ou não³⁶.

Todas as informações retiradas das mais variadas fontes serão tratadas principalmente através do método interpretativo da “análise de conteúdo”, defendido por Lawrence Bardin, onde texto documental e contexto histórico devem ser destrinchados detalhadamente conforme as necessidades explicativas forem surgindo³⁷. Alguns desses dados apresentam-se apenas como indícios, referências e colocações rápidas, dizeres fragmentários de assuntos jurídicos onde mulheres apareceram. Portanto, o “paradigma indiciário” também se mostrou importante para uma melhor problematização desses vestígios, utilizando-os como resquícios de uma ação concreta que deve ser analisada em seu conteúdo e contexto para poder se estabelecer hipóteses e argumentos que esse trabalho pretende propor³⁸. Por outro lado, quando os nomes foram citados, tentou-se seguir as linhas de conexões possíveis para encaixar as personagens na sociedade em que se encontrava, fosse pela identificação de seus maridos ou pela procura por outros momentos cruciais onde acabaram tornando a aparecer³⁹.

Encontrar-se-á, por conta da utilização de documentos que não representam processos exclusivamente jurídicos, muitas interpretações advindas da constituição de hipóteses ocasionadas por vias apontadas pela historiografia e pela experiência histórica de outras localidades. Da mesma feita, serão vistos momentos em que a problematização acerca das falas, contidas nas fontes selecionadas, demonstram algumas pequenas inspirações advindas de vertentes de Análise de Discurso. Isso se deu por conta da investida em observar os enunciados, a utilização de determinadas palavras e mesmo os interdiscursos que trazem ao não dito transdisciplinaridades possíveis⁴⁰. Assim, determinados significados de palavras foram tão importantes para o exame histórico quanto a percepção das representações das mulheres que figuraram ao longo do século XVIII na Comarca das Alagoas. Dentro da ideia da carga ideológica da lin-

³⁶ HESPANHA, Op. Cit., 2003, pp. 27-28. Portanto, afasta-se da fala de Sheila de Castro Faria: “o estudo das leis e normas frequentemente diz pouco ou quase nada sobre as atitudes e práticas comuns à população de um passado”, apesar de ser um horizonte de problematização, cf. FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 282.

³⁷ BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70.

³⁸ GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das letras, 1989, pp. 143-180.

³⁹ GINZBURG, Carlo. “O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico”. In: **A Micro História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

⁴⁰ Sobretudo, a Análise de Discurso francesa advinda a partir dos estudos de Michel Pêcheux que enxerga o discurso como “acontecimento que articula uma atualidade a uma rede de memória”. “Língua, Ideologia e Discurso”. In: VASCONCELOS, Rita M. de Almeida R. Lôbo. CAVALCANTE, Maria do Socorro A. de Oliveira. **A educação mudando o Brasil?** Uma abordagem discursiva da propaganda oficial. Maceió: Edufal, 2013, pp. 37-70.

guagem e a necessidade da aplicação de semiótica, os princípios básicos da linguística serviram para fundamentar melhor a escrita da História nesse trabalho⁴¹.

Além de se tratar, na maioria dos casos, de discursos de ordem jurídica, mas com cunho administrativo, é necessário salientar que foi preciso driblar as dificuldades em cruzar esses documentos com outros tipos de fontes civis ou religiosas. A recorrente utilização de textos normativos, da mesma feita, tentou não só preencher essas lacunas, tendo servido exatamente para dar forma ao caminho que se escolheu para tornar possível chegar nos objetivos gerais anteriormente determinados. Entendendo-se a complexidade de se trabalhar com análises desse tipo de literatura (a jurídica), as indicações dos escritos normativos foram computadas a cargo de compreender melhor as possibilidades e limites para os episódios que se apresentam diante do pesquisador. Assim, pôde-se garantir o atendimento aos principais objetivos do trabalho e também levar em conta que a constituição do Direito colonial precisou partir de determinadas experiências, tradições, costumes e idealizações⁴².

Quando se fala do Direito voltado à proteção da honra feminina/masculina é que há uma maior evidência a respeito da ideia de que esse texto jurídico tratava mais de leis necessárias à dominação de determinados grupos sociais, e menos sobre uma real proteção às mulheres e suas causas. O que se pretende questionar é se a existência de uma série de Direitos exclusivos às mulheres tratava-se de pontos relativos a “defesas” do feminino ou apenas de “leis necessárias” direta ou indiretamente legitimadas por esforços e iniciativas de grupos dominantes que objetivavam, por exemplo, negar a mulher viúva que se casasse pela segunda vez a tutela legal de seus filhos, conseqüentemente, a administração de sua herança e bens. O preço a ser pago para adentrar nos preceitos de uma sociedade como fora o Antigo Regime português não só para mulheres, mas para todos aqueles indivíduos que não possuíssem voz ativa no meio social – deve ser observado com tanta ênfase quanto as ambigüidades que em raras situações mudaram o rumo do jogo⁴³.

Estudar os caminhos da Justiça, por mais que se trate de seus primeiros passos, pode tornar possível a aceitação de que faltaram ações femininas de cunho puramente resistentes à ordem dominante. Ao contrário da intensão de construir um estudo negativo para o avanço do ideal do feminismo, esse trabalho baseia sua razão de ser justamente na visualização da exis-

⁴¹ BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995, pp. 31-38.

⁴² HESPANHA, Op. Cit., 2003.

⁴³ A hipótese lançada, na verdade, gira em torno de uma afirmação de Gramsci sobre os problemas que Ettore Ciccotti aponta para a história romana. Apesar de totalmente fora do contexto aqui trabalhado, a leitura daquele texto foi importante para pensar ou problematizar a existência de leis para as mulheres no Antigo Regime português e sobre qual posição estas se encontram. GRAMSCI, Antonio. *Às margens da História*. (História dos Grupos Sociais Subalternos). In: **Cadernos do cárcere** (vol. 5). Tradução de Luiz Sérgio Henriques – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 138.

tência de mecanismos, características ou preceitos que acabaram sendo “legitimados” ou “naturalizados” quando o assunto é a mulher. O poder certamente foi exercido de variadas partes naquela sociedade, no entanto, essa análise tentará, sempre que possível, identificar a que custos determinados grupos de indivíduos alcançaram a execução da Justiça.

Poderá apresentar, sobretudo, como a Justiça era exercida em ambientes luso-americanos a partir do caso específico da Comarca das Alagoas, principalmente no que tangia as ações contra e a partir de mulheres. Da mesma feita, o trabalho pretende auxiliar em avaliações sobre a estratificação social de Antigo Regime e escravista. Percebendo como as “qualidades” e “condições” aliadas à posse de riquezas e famílias eram concretizadas e por que apesar de serem consideradas passíveis de “proteção masculina”, as mulheres nem sempre conseguiram o que queriam, independente de sua colocação na comunidade da qual fazia parte. Trata-se de reforçar a desmistificação do Direito como um campo de neutralidade que tem como propósito garantir a boa convivência de todos, evitando revoluções sociais. Ideia propagada no Antigo Regime, no liberalismo do século XIX e, mesmo sendo posta em xeque ainda no XIX⁴⁴ e XX⁴⁵, onde continua sendo difundida essa noção na sociedade “democrática” do capitalismo.

⁴⁴ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** - crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 35-106.

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. / tradução de Roberto Machado (Org.). – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

CAPÍTULO 01: Um estatuto jurídico na comarca das alagoas.

Em outubro de 1725 foi registrado, no processo de residência do Ouvidor João Vilela do Amaral, o caso de Cosmo Bezerra Monteiro, da Vila de Porto Calvo, condenado por furto de **uma escrava**. Um ano mais tarde, Domingos da Costa, Capitão de uma Companhia de Infantaria da Ordenança do Regimento dos Henriques, passou um certificado atestando que os índios mais **suas mulheres** e filhos viviam da caridade de um comissário do Santo Ofício e de sua família numa terra denominada Santo Amaro, situada na Vila das Alagoas. Já na Vila de Penedo, “**negros fêmeas e machos**” aprendiam feitiços e mandingas pouco antes ou entre os anos de 1729 e 1734 quando Salvador Pacheco, um dos maiores feiticeiros “e insolente que havia em todo o Brasil” foi preso por um padre e um ouvidor¹. O que essas passagens têm em comum vão além de terem pertencido à jurisdição da Comarca das Alagoas.

Essas simples menções são exemplos introdutórios da recorrência do aparecimento de mulheres em documentação jurídico-administrativa e proporcionam análises sobre o envolvimento ou implicações das mesmas dentro dos discursos de agentes de justiça mesmo quando apenas sua presença foi devidamente registrada. Por outro lado, demonstram que não necessariamente apenas a indicação de seus nomes e procedência familiar e social, se faz latente à problematização sobre a inter-relação do estatuto jurídico de mulheres e dos homens a quem estiveram vinculadas. Abre-se um campo de observação relevante sobre a necessidade de comprovar uma conduta considerada justa para a mulher, tanto para seu benefício quanto para o dos homens a quem estavam subordinadas. Para tais fins, serão destrinchadas linhas sobre as concepções do estatuto jurídico feminino, adentrando e identificando, quando possível, as formas pelas quais as três vilas da Comarca das Alagoas do século XVIII e suas reafirmações ou adaptações sobre a consecução do lugar submisso da mulher e sua relação com a manutenção da ordem e do bem comum.

¹ As inconstâncias das datas advêm do fato de que não foram encontrados esses casos em documentos que dizem unicamente a seu respeito. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 34 [26 de março de 1726], fl. 07, Documento 44 [12 de maio de 1727], fl. 09, Documento 63 [20 de julho de 1730], fl. 14; Documento 164 [05 de novembro de 1757], fl. 06. Para mais detalhes sobre o Comissário do Santo Ofício, Antônio Correa da Paz e suas relações conflituosas com os índios de Santo Amaro ver: MACHADO, Alex Rolim. **Os poderes além da Inquisição: A sociabilidade dos familiares e comissários do Santo Ofício nas atividades seculares e administrativas locais (Alagoas Colonial, 1674-1820)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016. O mesmo historiador com experiência em estudos sobre os oficiais do Tribunal da Inquisição em Alagoas, trabalhou com o caso do negro Salvador Pacheco que foi preso pela Inquisição: “Classificação e perseguição: os agentes da Inquisição, os negros, pardos e mulatos em sociedade escravista (Alagoas Colonial, 1674-1820)”. **Sankofa**, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, Ano VII, nº XIV, Dezembro/2014. O caso de Bento da Rocha Maurício Vanderley está relacionado diretamente com o conflito entre dois Ouvidores locais trabalhados por: Antonio Filipe Pereira Caetano e Lanuza Maria Carnaúba Pedrosa em: CAETANO, Op. Cit., 2010, pp. 81-123; CAETANO, Op. Cit., 2012, pp. 151-173.

1. Imagens de mulher: pensamento social e jurídico.

As representações e relações das mulheres sob perspectivas mais formais como a jurídica requer uma observação cuidadosa. A ordenação da sociedade fundamentava-se nos princípios do que seria “justo”². No período do qual essa pesquisa se debruça, a diferença entre os seres era a maior responsável pela estratificação dos indivíduos em *categorias sociais*. Cada pessoa ocupava, assim, na mentalidade política e jurídica da época – mesmo das pessoas comuns – um lugar e uma função no todo maior que era o corpo³. Sob essa perspectiva, tudo estava inserido nos princípios da “ordem natural”. Voltando nossa atenção à mulher, a construção de uma doutrina jurídica portuguesa tomou como apoio os indícios bíblicos e biológicos que comprovavam o lugar do feminino. Concedia-lhes, *grosso modo*, o lugar de mãe, esposa, filha e irmã, cuidadora do lar. A função fundamental para o feminino naquela sociedade estava baseada em gerar súditos à Coroa, ter “fé, caridade e santificação com sobriedade⁴”, sendo difícil de imaginar que a maternidade ou o cuidado da casa tivesse o peso concreto de um poder quase anulador de todas as faltas “naturais” do feminino⁵.

Livros sobre comportamentos requeridos da mulher foram fundamentais para estabelecer, em âmbito moral e jurídico, as principais características que toda mulher necessitaria para ocupar um espaço de “honrada”. No geral, apesar de reclamarem o debate sobre o feminino todos aqueles escritores, de João de Barros à D. Francisco Manoel de Andrade, afirmavam e enfatizavam uma “natureza” típica da mulher, sustentada em inconstância emocional e no desacordo com a verdade – ponto interessante de ser observado, já que a verdade teria tudo a ver com a Justiça⁶. Desenhava-se, nesses compêndios, que a mulher precisava agarrar-se a determinados exemplos, já que mesmo as religiosas corriam o perigo da beatice, tagarelice ou

² A noção de Justiça está vinculada ao sentimento da gratidão, ativo a partir do momento que se passa a viver em grupos. A tendência do ser humano é associar-se aos mais fortes e desprezar os ingratos, fazendo o “justo” confundir-se com a gratidão. Essas interpretações advêm do pensamento clássico, sobretudo no que diz respeito as matrizes do republicanismo romano: CARDOSO, Sérgio. “A Matriz Romana”. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). **Matrizes do republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, pp. 13-49.

³ LARA, Silvia Hunould. **Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 79-125.

⁴ Hespanha utiliza textos de Sto. Agostinho, São Tomás de Aquino, São Paulo, Aristóteles, entre outros que serviram de base para juristas da Idade Média e Moderna. HESPANHA, Op. Cit., 2010, pp. 106-110.

⁵ Mary Del Priore, em trabalho sobre o discurso médico a respeito da mulher no Brasil Colonial, afirmou o despetar do carinho e amor maternal no século XVIII. Tais sentimentos não são inconcebíveis de imaginar, apenas vê-se necessidade de cautela na afirmação de poderes informais concretos existentes ali quando, na mentalidade masculina (maridos e filhos) dominante da época, não se estava fazendo mais do que sua obrigação. Também é preciso considerar o lugar da criança naquela sociedade ou dificuldades por parte dos filhos em aceitar essa dominação materna, frente o poder masculino do pai, do avô, do tio, irmão ou tutor. PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2009. HESPANHA, Op. Cit., 2010.

⁶ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

vaidade. A beleza era sempre posta de lado, visto o valor estar na mulher recatada e submissa⁷.

Procurar escrever sobre o lugar da mulher sob a perspectiva jurídica requer atenção para todo um emaranhado moral-religioso. Contudo, saliente-se que o objetivo central aqui não é entrar nessas concepções de cunho exclusivamente cristão a não ser quando se trata de perceber sua constante associação com a instituição do estatuto jurídico civil das mulheres. Dito de outro modo, procura-se atentar na representação secular da mulher e em como ela utilizou do direito civil para satisfazer seus interesses na medida do possível, ao mesmo tempo em que outros personagens históricos se valeram do mesmo direito para diminuir (ou pelo menos reforçar seu espaço social – da mulher) os raios de ação das atores fêmeas naquele ambiente de conquista lusitana. O pensamento judicial do Antigo Regime português via a mulher e sua menor dignidade, fundamentados na concepção do Direito da Natureza e Divino⁸. Compreendidas como fruto de castigo divino recorrente ao pecado da tentação ainda não esquecido, a submissão ao homem, bem como seu silêncio ou o cobrir o rosto, fazia parte da dívida que adquirira desde Eva. Dito isso, compreende-se que determinadas definições sobre o lugar social e judicial da mulher advêm da consecução dessa matriz coexistente de Igreja e Justiça que elege as características femininas baseados em uma série de pontos negativos: fragilidade, passividade, lascívia, astúcia e maldade. Nessa perspectiva, para as mulheres, além de se casar, procriar e cuidar do lar a única função jurídico-social restante era a de lutar sempre contra sua própria “natureza” em nome de se apresentar honesta e honrada, para a salvaguarda dela, mas, sobretudo, de sua “cabeça” representada pelo pai ou marido⁹.

Apesar desse lugar afastado de estatutos privilegiados dominantes, o Código Filipino, bem como outros apêndices da lei, acentuava que seus efeitos se aplicariam às mulheres o mesmo que aos homens, exceto em momentos devidamente salientados. O cuidado em ressaltar esse ponto é resultado direto de experiência adquirida capaz de apontar as possibilidades de mulheres se envolverem ou serem envolvidas em pleitos¹⁰. A posição inferior feminina não estava legada apenas a jurisdição de seus pais, maridos ou irmãos. Mesmo assuntos íntimos como suas transgressões sexuais viraram alvo da legislação civil portuguesa, apesar de paula-

⁷ Esses recortes sobre a literatura da época vêm de Suely Creusa de Almeida que apresenta um panorama sobre escritos do século XVI e XVII, onde encontra vestígios acerca do que se construía a respeito da mulher em obras que ditavam comportamentos exemplares. ALMEIDA, Op. Cit., 2005, pp. 76-89.

⁸ HESPANHA, António Manuel. XAVIER, Ângela Barreto. “A representação da sociedade e do Poder”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV)**. Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992, pp. 121-145.

⁹ HESPANHA, António Manuel. **O estatuto jurídico da mulher na época da expansão**. Disponível em <www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/acs_ma_4953.doc. 03/JUN/2015>.

¹⁰ HESPANHA, Op. Cit., 2010.

tinamente terem sido engolidos pela jurisdição eclesiástica; mas não tirando do primeiro Direito seu dever de também vigiar e punir¹¹. Por conta dessa concepção era a posição do sexo oposto ao do homem que saíria culpada e criminalizada por sua “natureza”, e a apreensões de feitos como aqueles punia mais intensamente e quase que da mesma maneira, as mulheres, independente dos estratos sociais ao qual pertencessem. Esse pé de “igualdade” na imputação do que era condenável à mulher pode ser utilizado como principal eixo capaz de explicitar que se tratavam também de indivíduos às margens¹² mesmo que fossem senhoras tidas por brancas ou respeitáveis¹³.

Por outro lado haveria garantias de direitos dentro da Ordenação Filipina e alvarás régios àquelas que apresentassem uma conduta que fosse contra o que ordenava sua natureza astuciosa e má. Esses compêndios diziam respeito a um grupo seletivo de mulheres com causas ou interesses a defender e conseqüentemente com vias para viabilizar o acesso ao campo judicial, visto que protegem, sobretudo, os direitos sobre finanças e propriedades¹⁴. Mesmo para estas o caráter ambíguo do regimento oficial fica latente quando a problematização gira em torno de compreender se eram linhas representativas das possibilidades de manutenção de seus dotes e heranças ou se se fundamentavam pela via da família para salvaguardar um poder socioeconômico que mais cedo ou mais tarde voltariam para mãos masculinas. O sistema de dotes¹⁵, contratos pré-nupciais, demonstra essa necessidade sentida por pais e familiares mesmo diante das alianças matrimoniais prestes a serem concretizadas. Há de se considerar, ainda, as condições impostas àquelas personagens para a utilização de direitos e privilégios justificados pelo seu sexo.

¹¹ Com o estabelecimento do Concílio de Trento em Portugal, “os conceitos de pecado e salvação se transformam em procedimentos judiciais e pecuniários”, cf. CARVALHO, Joaquim Ramos de. “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal: A idade moderna**. Direcção de José Mattoso. – Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011, p. 47, 49-51.

¹² DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens: três mulheres do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹³ Laura de Mello e Souza reforça o argumento de que são nas inflações das leis que os grupos sociais poderiam, em um limite, se nivelarem e se confundirem, mas sendo óbvio (a partir de casos históricos) que os “de baixo” sofreriam mais do que os privilegiados “de cima”, cf. MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 213.

¹⁴ O argumento de acesso ao “campo jurídico” parte dos escritos de Hespanha, muito mal interpretado por suas colocações de que a sociedade de Antigo Regime era regida pelo Direito, cf. HESPANHA, António M. “Depois do Leviathan”. In: **Caleidoscópico do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda, 2012. Ou seja, a partir de usos e abusos do Direito Consuetudinário e Civil, as mulheres teriam que saber entrar em um mundo de agentes que começava a se formar e tomar corpo, se comportando como grupo privilegiado e com características e atuações próprias, cf. BOURDIEU, Pierre. “A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico”, In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp. 209-254. CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e administração da justiça no Antigo Regime**. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII. Lousã: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia, 2010.

¹⁵ SILVA, M. Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 1984, pp. 97-107.

Essa constante troca de conduta exemplar feminina por direitos protetores específicos fica bem exposta na obra dedicada à Rainha D. Catarina por Rui Gonçalves, escrita em 1557¹⁶. O advogado tentou enumerar “prerrogativas e privilégios” que estariam garantidos às mulheres pela via do direito comum e ordenações do reino, como bem dizia o título. O objetivo de mapear preceitos dentro da tradição e das normas judiciais portuguesas que comprovassem o “gênero feminino” como precedente ao masculino, pode ser observado sob pontos de vista variados¹⁷. Os privilégios contabilizados por Rui Gonçalves requerem uma condição muito clara para uma mulher que precisasse da Justiça. Interrogações permanecem a respeito dessas vantagens: eram códigos garantidos para determinadas personagens em circunstâncias específicas ou proteção total à integridade física e material de todas as mulheres? Os exemplos de mulheres virtuosas, no mesmo livro oferecido a D. Catarina, serviam justamente para lembrar que a utilização de ordenações ou outros compêndios deveria vir acompanhado de um comportamento feminino estipulado para a época¹⁸.

De maneira geral, pode-se afirmar que as *solteiras*, formalmente, nunca possuíram o direito a escolher seus maridos, visto os termos de desobediência aos seus pais afetar diretamente o Pai divino. Mesmo na ausência deles é difícil imaginar uma mulher que não devesse obediência a algum personagem do sexo masculino que escolheria um parceiro ideal, estabelecendo contrato¹⁹. Exemplos dessa constante dependência são as solteiras herdeiras que, em teoria, não podiam administrar diretamente suas propriedades por ser mulher. Elas também

¹⁶ GONÇALVES, Rui. **Dos privilégios & praerogativas q ho gênero feminino te por direito comu & ordenações do Reyno mais que ho gênero masculino**. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1992.

¹⁷ Dividida em duas partes a fonte histórica conta com 1) uma série de exemplos de mulheres e de virtudes femininas – essencialmente aquilo que se esperava delas, como a castidade, humildade e vergonha; e 2) com a listagem de direitos especiais, sobretudo, relacionado ao dote e a questões de proteção econômica diante do desprezo da maioria dos homens sob esses privilégios. Há interpretações que veem o feito como simples procura em agradar a realeza. Outras se fundamentam nas influências em assuntos políticos e administrativos da esposa de D. João III, considerando a possibilidade de a publicação ter sido encomendada por ela. FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. “Literatura Moral e Discursos Jurídicos. Em torno dos “privilégios” femininos no século XVI em Portugal”. **Revista da Faculdade de Letras**. Línguas e Literatura. Porto, XVII, 2000, pp. 403-418. O conteúdo também é analisado sob o prisma do pensamento político da época em: SANTOS, Giovanna Aparecida Schittini dos. **Direito e Gênero**. Rui Gonçalves e o estatuto jurídico das mulheres em Portugal no Séc. XVI (1521-1603). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. “A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo”. In: Op. Cit., 2012, pp. 59-74. THOMPSON, E. P. “Costume, Lei e Direito Comum”. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 86-149.

¹⁹ Mulheres pobres também estabeleciam contratos para efetuar casamento, tais quais as advindas de posições abastadas. Maria B. Nizza da Silva enfatiza casos em que personagens afastadas de posições privilegiadas contestavam promessas de casamento feitas por homens que as tinham abandonado, ou estabelecido contrato matrimonial com outras. Daí pode-se dizer que mesmo as solteiras de camadas inferiores podiam precisar de vias jurídicas para resolver pendências equivalentes ao futuro estado de casada. Mais que isso, aponta para a existência, inclusive entre elas, de pactos e negociação para o sacramento religioso, onde seus pais ou parentes mais próximos (podia, inclusive ser uma mãe) eram responsáveis por essa parte de seu destino: a escolha do cônjuge. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1984. Outros contratos de casamento e escolha, mesmo entre escravos e alforriados, podem ser vistos em: FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

estavam vetadas aos ofícios públicos, bem como a quaisquer atividades que significasse administrar justiça (ter jurisdição) ou mando²⁰. É claro que tais “regras” sofreram flexibilidades de acordo com as circunstâncias e posição social da mulher envolvida, de suas redes sociais e de seus parentes²¹. A necessidade da ajuda ou colaboração de agentes de justiça homens, no entanto, é um elemento recorrente, sobretudo, para quem tinha o quê administrar²². A fraqueza feminina, atestada por concepções biológicas, teológicas e tradicionais da época, proibia mesmo as *religiosas* de exercer atividades espirituais, tais quais benzer, ouvir confissão ou batizar. Nesse ponto é importante perceber que mesmo aquelas que se esquivavam do casamento por vocação, obediência aos pais ou desistência de tal sacramento não eram consideradas dignas o suficiente, apesar da vida celibatária e dedicação a Deus²³.

Às *casadas* o dever e direito estavam fundamentados na obediência ao marido sob o risco de ofender diretamente a Deus, já que o homem havia sido feito “a imagem e semelhança” do criador. A conhecida expressão “carne de uma só carne” típica do matrimônio está longe de ter significado igualdade entre o casal: a mulher casada carregava da mesma maneira a “mancha original²⁴”. Apenas ao homem cabia “dirigir, defender, sustentar e corrigir” seus filhos e sua esposa. A família era uma célula auto-organizada e natural, fundamentada em *direito econômico*²⁵ que valia no seio daquelas pessoas, teoricamente unidas por uma rede afetiva, e podia ser considerado mais concreto que o direito político²⁶. É provável que mesmo entre famílias desprivilegiadas tenha havido esses elementos que legava ao homem da casa poderes jurídicos naturais. Talvez um ponto em comum entre mulheres casadas de diferentes categorias sociais tenha sido a inegável submissão ao marido. Pelo menos era isso que a sociedade no geral esperava da relação matrimonial em sua forma de equilíbrio perfeito. Aquela unidade constitucional possuía rigidez passível de compreender a jurisdição masculina sob as

²⁰ HESPANHA, Op. Cit., 2010.

²¹ Porém, havia os casos extraordinários: sobre D. Catarina, defendia-se a importância de a rainha portuguesa legislar sob o “mundo feminino”. “[...] Francisco de Monzón, protegido do casal real [D. João III e D. Catarina, também se defendera com muita veemência a pertinência e a importância de a Rainha poder legislar em matérias relacionadas ao “mundo” feminino”. FERNANDES, Op. Cit. 2000, pp. 411.

²² HESPANHA, Op. Cit., 2010, pp. 83-105.

²³ HESPANHA, Op. Cit., 2010, pp. 107-110. PRIORE, Op. Cit., 2009.

²⁴ Ideias lançadas por António Manuel Hespanha em: HESPANHA, Op. Cit., 2010.

²⁵ Para uma definição mais detalhada sobre o *direito econômico* ver: HESPANHA, Op. Cit., 1894, pp. 33-36.

²⁶ HESPANHA, António Manuel. “Fundamentos antropológicos da família de Antigo Regime: os sentimentos familiares”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV)**. Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Sistemas Familiares”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV)**. Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992.

peças e bens de sua casa. Dentro dessa linha de raciocínio, a Justiça era aplicada ali em sua forma mais básica²⁷.

A *viuvez* garantia a sobrevivência econômica de algumas mulheres, mas a execução de heranças, testamentos ou processos de retomada de dotes depois de falecidos seus maridos dependia de complexos procedimentos jurídicos. Os impedimentos tomavam forma, argumentava-se acerca da lascívia feminina e de sua suposta clara tendência a ceder ao pecado da luxúria, explicando que teriam de ser sempre vigiadas em nome de salvaguardar o que possuísse. Tornava-se uma preocupação pertinente quando vinha associada a “injustiça” do esbanjamento de riquezas, feito por mulheres, frente à necessidade dos outros²⁸. Empecilhos de ordem “burocrática” não requeriam a ativação apenas de concepções de justiça de diferentes personagens envolvidos – advogados e seus representados mais juízes – mas também de forças de relações sociais e influências do falecido e da mulher suplicante dentro da comunidade em que estavam inseridos. Isso para fazer valer um direito escrito dependente de mecanismos informais. Daí a ressalva sobre apenas algumas mulheres conseguirem a consecução de sua posição social econômica depois da morte de seu companheiro²⁹. Estamos considerando as mulheres que tinham o que herdar de seus homens. Dependendo da categoria social que ocupava sofreria com a justiça local que nem sempre cuidava, conforme a lei ditava, da garantia de heranças deixadas para viúvas; Rui Gonçalves reclamava disso em sua obra dedicada a rainha de Portugal e afirmava os males que tais desobediências causavam às mulheres³⁰. Mas e aquelas que se viam sozinhas sem aberturas para adentrar em procedimentos jurídicos? Só o ato de deixar testamento demonstra posição relativamente vantajosa na comunidade. Se um marido morria e não possuía bens para testamentar as opções de ação feminina tornavam-se mais restritas. Casar de novo seria uma opção.

Do outro lado do oceano, na América Portuguesa, se desenvolvia o vigor de um direito local que fosse capaz de suprir as necessidades do meio. Era um período de constantes trocas de costumes e culturas na região de onde radiava os principais elementos intelectuais e político-econômicos para partes da América – e em suas conquistas. A inserção da mulher nesse panorama jurídico luso-americano, mas que compartilhava da mesma atmosfera jurídico-

²⁷ HESPANHA, Op. Cit., 2010, pp. 119-120.

²⁸ Especialista em História do Direito, Hespânia afirma as proibições prevista no Código Filipino a respeito da mulher pagando fianças, por exemplo, para justificar a natureza delas como principal via que as levava ao pecado. HESPANHA, O. Cit., 2010, pp. 69-139. Em Minas Gerais, é comum a historiografia sempre dissertar acerca do esbanjamento de riquezas de algumas mulheres mestiças e negras, o que causava consternação nas camadas mais altas da sociedade.

²⁹ MELO, Hildete Pereira de. MARQUES, Tereza Cristina Novaes. “a partilha da riqueza na ordem patriarcal”. **R. Econ. Contemp.** Rio de Janeiro, 5 (2): 155-179, jul./dez 2001

³⁰ FERNANDES. Op. Cit., 2000, p. 403-418.

religiosa gera interrogações a respeito do modo de viver e se relacionar com a sociedade longe do rei. Uma ressalva importante para ser feita, diz respeito aos parâmetros vistos até agora. Estes devem ser analisados com cautela quando se considera as mulheres de cor presentes com mais intensidade ou em maior número no contexto do além-mar, como se verá no decorrer dessa dissertação e a partir de bibliografia da historiografia nacional.

Há de se perceber que para elas o comportamento esperado e determinados direitos certamente passavam batidos. Isso acontecia, sobretudo, pela falta do contato delas com a literatura que esboçava o que seria a mulher ideal, podendo, no máximo, terem ensinamentos a partir quase que exclusivamente do clero local e das missas. Longe dessas amarras, a grande maioria das mulheres, sendo as pobres e escravas, viveram suas vidas muito mais baseadas no cotidiano local (não desprovidos de concepções de justiça, diga-se, apenas mais flexíveis a sua sobrevivência no cotidiano). Foram, em boa parte, as mulheres abandonadas que alcançaram do sustento de suas casas, decorrente da ausência de seus maridos; ou pretas forras se entregando a variados tipos de pequeno comércio para se sustentar fora do ambiente da senzala e da escravidão. Nem sempre vivendo necessariamente no limite, tem-se exemplos de personagens que longe do perfil ideal de uma mulher, conseguiam forjar relações sociais e mecanismos que permitiam sua inserção na sociedade³¹. Essas camadas da sociedade não estiveram livres de experiências e costumes específicos que estipulavam regras próprias de comportamento e de concepções de Justiça. Apenas aponta-se que em relação ao regimento do reino podem ter tido menos dificuldades em viver e saldar suas necessidades básicas, tentando abrir e tendo êxito em forjar brechas que garantiriam sua sobrevivência. Os dribles a problemas corriqueiros relacionados à sua qualidade e condição, no entanto, não vetavam esporádicas necessidades de auxílio jurídico formal, onde aquela conduta exemplar seria solicitado por agentes de justiça³². Em contrapartida, o auxílio jurídico formal nem sempre irá se compade-

³¹ PAIVA, Eduardo França Paiva. “Mulher negra na sociedade mineira: escravas e libertas”. In: **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII** – estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Anablume, 1995. FARIA, Sheila de Castro. “Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII-1850)”. In: SOARES, Mariza Carvalho. (Org.) **Rotas Atlânticas da Diáspora Africana** – da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 2001. ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. “Histórias de gente sem qualidades: mulheres de cor na capitania de Pernambuco no século XVIII”. In: CABRAL, Flávio José Gomes & COSTA, Robson. **História da Escravidão em Pernambuco**. Recife: UFPE, 2012.

³² Sheila de Castro Faria apontou o fato de indivíduos de camadas menos privilegiadas estarem de fora da malha regimental de leis, como as Ordenações Filipinas. Contudo, apesar de E. P. Thompson (A formação da classe operária, volumes 1 e 2) estar presente em suas referências bibliográficas, a historiadora ressaltou apenas superficialmente a existência de regras sociais, básicas do “cotidiano” e que se apresentam tão doutrinárias quanto as concepções formais a respeito da Justiça. Ao negar o estudo das leis a sua capacidade de dizer sobre as relações de poder e social, a autora lança hipóteses sobre o cotidiano de grupos subalternizados e mesmo considerando que seu foco não é o Direito ou a Justiça é de se entranhar que muitas vezes pareça os considerar desregrados ou livres de amarras e concepções de Justiça comuns que vão além de códigos civis e estão presente nas mentalidades de uma população católica. FARIA, Op. Cit., 1988. THOMPSON, Op. Cit., 1978.

cer de suas situações, acontecendo casos em que, por conta de suas baixas qualidades e condições, mesmo estando “certas” no “papel”, recebiam revesses em suas vidas.

A partir dessas colocações, situa-se melhor o que poderia ser o básico de um “estatuto jurídico da mulher”. Essa posição é reforçada por dois argumentos: 1) o “básico” é importante principalmente porque muitas alterações foram feitas no mundo americano e, como é de mútuo conhecimento na historiografia, os diferentes contextos históricos e variantes que fazem parte exclusivamente a eles são pontos-chave imprescindíveis para se entender a reafirmação e reformulação do estatuto jurídico da mulher na Comarca das Alagoas, sem destruir o que foi denominado de “básico”. A partir do que foi exposto nessas primeiras páginas, 2) há de se absorver melhor o que será exposto nas próximas, em que estudos de caso mais aprofundados e críticas serão postos em evidência e colocará no âmbito da crítica e do re-conhecimento histórico o “estatuto jurídico” da mulher na Comarca das Alagoas.

Nesse momento, nada melhor do que encontrar situações onde mulheres foram citadas e trabalhadas em suas épocas a partir das concepções de justiça que foram impostas a elas. As “mulheres sem nome” na Comarca das Alagoas são as porta-bandeira para se adentrar em um mundo em que a mulher era tanto citada como se fazia citar a partir dela mesma pelo intermédio de outro homem. Seus casos de vida alargam e problematizam as concepções teóricas anteriormente esboçadas, reforçando-as no estudo e tratando-as de maneira elástica por conta dos percalços da vida americana (visto que nada era fixo como poderia fazer crer, nem tão diluído como algumas interpretações querem acreditar).

2. As mulheres sem nome da Comarca das Alagoas.

Visto a natureza jurídico-administrativa da documentação principal³³ que essa problemática se debruça, fica óbvia a ausência de discursos diretamente femininos dos registros que foram analisados. Mais especificamente nos episódios que irão ser tratados a seguir, o nível de complexidade torna-se mais avançado. As mulheres, por vezes, protagonizaram timidamente em assuntos políticos e econômicos, mesmo assim, nem sempre seus nomes foram esboçados por escrivães e tabeliães responsáveis pela produção do que viria a ser o documento histórico. Essa ocultação sobre quem elas eram não veta a possibilidade de observação crítica capaz de enxugar problematizações não escritas, mas presentes.

³³ Arquivo Histórico Ultramarino, Doc. 01 ao 297.

Entre as sombras de conflitos essencialmente masculinos foram coletadas informações sobre a inserção de mulheres em desordens e acontecimentos das vilas da Comarca das Alagoas, dentre os anos de 1716-1798. As motivações exatas que expliquem o seu aparecimento talvez nunca sejam possíveis de serem totalmente decifradas. Contudo, baseando-se em leituras daquele contexto histórico e no exercício constante do levantamento de hipóteses a partir da problematização, uma série de respostas talvez possam, senão dizer, ao menos propor o lugar que ocuparam como parte do Império português e daquela sociedade colonial pertencente à Capitania de Pernambuco. O encaixe de seus problemas ou necessidades podem explicitar formas específicas utilizadas em solo “alagoano” – e transpostas de um costume lusitano. O objetivo seria não deixar de se oferecer justiça às mulheres e aproveitar embates protagonizados por tais grupos subalternizados para implicação de agentes jurídicos externos contrário aos interesses individuais ou aos costumes locais.

São marcas quase invisíveis que levantam interpretações relevantes sobre as concepções da Justiça nas Vilas de Penedo, Porto Calvo e Alagoas, quando o assunto era as mulheres e sobre como determinadas ações ou discursos de administradores da justiça do rei e locais estiveram relacionados com o texto do direito. As linhas que aqui serão tratadas supõe o aparecimento da mulher em sentidos distintos. Elas aparecem como parte de 1) argumentações jurídicas de acusação e defesa; 2) como síntese e desvios da execução da justiça; 3) como indivíduos passíveis do envolvimento em redes clientelares e de poder; e 4) como personagens que compreendiam seu lugar e estatuto dentro do reino de forma a adentrar no campo jurídico quando sentida a necessidade; o que vai influenciar em demasia os três pontos anteriores. A ideia central é analisar o comum como características fundamentadas e naturalizadas com o passar do tempo, mas que de forma alguma são desprovidas de complexidades que os constituem em fontes de poder e de concepção de justiça.

2.1. O desenvolvimento de argumentos jurídicos baseado nas concepções do feminino.

As intrigas que o Ouvidor Geral da Comarca das Alagoas, João Vilela do Amaral levantou por toda a região pertencente à jurisdição de seu ofício³⁴, transpassaram a implicação de agentes masculinos. Em momentos distintos foram evidenciadas as principais queixas das três vilas que estiveram sob seus cuidados jurídicos dentre os anos de 1716 e 1721, aproximadamente. Nesses ofícios enviados ao Conselho Ultramarino e ao rei, agentes representativos

³⁴ Mais detalhes sobre os conflitos dos Ouvidores em questão em: CAETANO, Op. Cit., 2010, pp. 81-123; CAETANO, Op. Cit., 2012, pp. 151-173.

da justiça local e régia apresentaram seus pontos em cartas, ofícios e requerimentos³⁵. A recorrência da afirmação sobre o envolvimento de mulheres naquelas pendências judiciais abre um leque de possibilidades interpretativas³⁶. Dentre elas, tentar-se-á verificar a invocação do feminino em linhas de acusação e defesa para compreender até que ponto tais menções a implicações daquelas personagens puderam ser manipuladas ou reformuladas de forma a garantir a consecução de um discurso e de seus objetivos estipulados.

Incomodava aos homens do Senado da Vila de Porto Calvo o desrespeito do ouvidor pela jurisdição local: a autuação da gente nobre da terra ou o acúmulo de dinheiro com a venda de devassas na região, sobretudo em correição realizada no ano de 1717. Em um dos pontos da carta escrita em 06 de abril de 1720, inclusive, apontou o desprezo do juiz de vara branca pela reta administração da justiça, uma vez que resolvia pendências jurídicas em sua residência vestindo apenas ceroulas, recebendo e compartilhando sua morada com criminosos de quem era amigo. Dentro daquele discurso formulado por homens de prestígio local – bem estruturado e cheio de detalhes que Vilela precisaria responder em sua defesa – o escrito enfatizou a existência de mulheres aliadas ao magistrado, que por isso recebiam despachos viciosos em seu favor³⁷.

Do lado da acusação os contatos estabelecidos entre João Vilela do Amaral e mulheres da terra foram vistos com desconfiança e como evidência da quebra com os princípios judiciais. Da parte do magistrado o argumento foi devidamente reutilizado em sua defesa na carta escrita em 15 de abril de 1720. Não é possível afirmar se o oficial de justiça já havia tido acesso ao ofício formado pela Vila de Porto Calvo e conseqüentemente aos seus capítulos argumentativos. Contudo, certamente estava bem informado sobre os empecilhos que seu sucessor insistia em formar na residência tirada dos anos pelos quais Vilela atuou. Dessa forma, as linhas podem ter sido uma resposta ao desconforto sentido por Porto Calvo, mas, no geral, aos conflitos evidenciados dentro da residência realizada, pelo bacharel Manuel de Almeida Matoso, a respeito de sua administração da justiça. Nos pontos escritos por Vilela ao monarca há notícias sobre as três vilas da Comarca e, ao que parece, o oficial régio encontrou sérias dificuldades para autuar em todas elas. Os motivos de tais problemas advinham, conseqüentemente, de uma aura criminosa que em sua perspectiva circundava toda a região³⁸.

³⁵ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722]. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 21 [17 de outubro de 1721].

³⁶ *Idem*.

³⁷ *Idem*.

³⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 21 [17 de outubro de 1721].

As mesmas pessoas que participaram de um ato de resistência à entrada do oficial em Porto Calvo, no ano de 1719, eram as que continuavam agindo cruelmente, em desperdício dos bens de órfãos e viúvas.

E o faço agora a Vossa Majestade para que mande tomar conhecimento desse caso, fazendo castigar rigorosamente os culpados e cabeças destes motins, pois é sem dúvida que os mesmos agora [...] por falta de castigo vivem ainda com o mesmo ânimo de desobedientes, **cruéis e crimes pois não há órfão ou viúva que não chore o seu desamparo no desperdício que lhe fazem em seus bens**, nem pobre que se não lastima do mesmo [...]³⁹

A utilização da posição de indivíduos fragilizados por seus estados e estatutos jurídicos foram um dos fundamentos utilizados pelo ouvidor para defender-se das acusações que lhe eram imputadas. João Vilela do Amaral transpareceu preocupar-se com o fato de que essas pessoas prejudiciais aos interesses das viúvas e dos órfãos eram as mesmas que “maquina[va]m contra os mesmos ministros, impondo-lhe o palco de tiranos”. Tal afirmação, seguida da ênfase de que oficiais das câmaras vestiam uma “capa de virtude” demonstra a eficiente troca de lugar de um mesmo argumento moral e jurídico levantado em seu prejuízo⁴⁰. O final da equação leva-nos a questão: a rigidez de sua atuação poderia ser considerada como um erro ou desvio se sua finalidade era unicamente proteger aqueles que deveriam ser abraçados por sua jurisdição diante das más intenções dos poderosos e juízes rebeldes da terra?

Em outra carta, escrita em maio do mesmo ano, o magistrado reafirmou os danos causados a personagens específicos da Vila de Porto Calvo. Numa entonação mais eloquente que a anterior, os juízes e poderosos responsáveis pelo sofrimento de mulheres e crianças foram apontados como “inimigos da paz” e “conspiradores contra ministros”. Segundo conta o ouvidor, o principal objetivo daquelas forças locais era livrar criminosos de seus castigos mesmo que para isso mulheres, incapazes e pobres fossem seriamente atingidos. Repetiu que eram as mesmas pessoas que faziam órfãos e viúvas se “**queixarem, orarem e clamarem por justiça nos templos**”⁴¹. O oficial também ocupava o lugar de Provedor dos órfãos e ausentes⁴², o que

³⁹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 21 [17 de outubro de 1721], fl. 33.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 21 [17 de outubro de 1721], fl. 36v.

⁴² O regimento do Provedor dos Defuntos e ausentes é longo, de resumo, salienta-se que o Provedor tinha controle e jurisdição sobre bens de raiz, testamentos e arrecadação de dívidas, o que causava muito alvoroço quando utilizava disso para seus interesses próprios, cf. SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e Meirinhos**: a administração no Brasil colonial. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp. 196-199. Para ter uma noção do Regimento como foi escrito na época, cf. “Regimento de que hão de usar os Provedores, Tesoureiros, e mais Oficiais das fazendas dos defuntos, e ausentes de Guiné, Mina, e Brasil, Ilhas dos Açores, e mais partes Ultramarinas. Lisboa, doze de maio de mil e setecentos e doze”. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. **Raízes da Formação Adminis-**

fundamenta o fato de seu instrumento de defesa apresentar detalhes suspeitos sobre a execução de procedimentos judiciais envolvendo viúvas e órfãos. Problemas de desvios de quantias ou bens pertencentes à viúvas e aos órfãos acontecia na Comarca das Alagoas e pela América Portuguesa⁴³ quase que da mesma forma que fora enumerada por Rui Gonsalves em 1557⁴⁴.

O foco de análise nessas falas é o artifício da ênfase naquilo que foi vivenciado por mulheres e quais noções instintivas ou naturais, teológicas e formais que tal artifício poderia suscitar nos leitores de tais pontos: o Conselho Ultramarino e o rei. É substancial compreender que esses registros incompletos (ausência da indicação de seus nomes) de casos femininos possuem uma função para além de preenchimento de contexto de uma história contada. Falar nas viúvas e em seus problemas, como resultados da deficiência de uma via jurídica local, implicava invocar os preceitos básicos da organização social lusitana. Formou-se um argumento fundamentado no respeito ao direito natural que enxergava um estatuto vigente da mulher como passível de proteção ou cautela diante de sua constante fragilidade e de sua eterna dependência do sexo oposto.

Além dessa perspectiva, o estatuto feminino também servia para dar forma à ação que se queria provar. No caso de João Vilela do Amaral, em suas cartas defensivas contra as acusações da Vila de Porto Calvo, pode-se notar uma prestação de contas a respeito de suas relações com mulheres. Relações outrora afirmadas com sentido imoral foram reestruturadas e deram coerência a atividade judicial do ouvidor que teria agido não contra a jurisdição da câmara local, mas sim em favor de indivíduos claramente sensibilizados, segundo as ordenações do reino e costumes lusitanos. Levantar questões tão básicas sobre a responsabilidade masculina sobre a mulher girava, ainda, em torno de comprovar a fragilidade da justiça que estava sendo aplicada a nível local, já que também interagiu com a reafirmação da jurisdição de seu ofício⁴⁵ e da função maior do monarca: proteger aqueles que mais precisavam. Naquelas curtas linhas que demonstravam e não apenas diziam a respeito dos males causados as mulheres viúvas pode-se perceber a utilização de palavras como “chorar”, “queixar”, “orar” e “clamar” em contraponto com a “crueldade”, “criminalidade”, “desamparo” e o “desperdício”. Buscava-se fazer compreender o que se pensou e sentiu não deixando de estar de acordo com o re-

tativa do Brasil. Tomo II, regimentos XVII a XXXIII. – Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972, pp. 477-492.

⁴³ HILDETE. MARQUES. Op. Cit., 2001. MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos:** Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. – São Paulo: Editora 34, 2012, p. 239.

⁴⁴ GONSALVES, Op. Cit., 1992.

⁴⁵ Nuno Camarinhas chega em conclusão parecida quando avalia o envio de oficiais régios. O autor afirma que a proliferação de juízes e ouvidores externos advindos de nomeação régia deveu-se as incongruências e injustiças constantemente apontadas como realizadas por juízes iletrados. CAMARINHAS, Op. Cit. 2011, pp. 36-52.

gimento lusitano e tradições europeias. Tais mecanismos discursivos não eram compreendidos como fontes de êxito jurídico apenas pelo ponto de vista de homens letrados reinóis.

Se a Vila de Porto Calvo não apresentou implicações de mulheres viúvas ou casadas advinda de uma ação exorbitante do magistrado, a Vila de Penedo assumiu essa posição. Em seu ofício escrito no ano de 1722 montou-se um discurso que partia do ponto de vista da defesa daqueles que sem voz natural jurídica precisariam de intermediários que defendessem os seus interesses. Editais foram publicados nas praças das vilas sulinas de Pernambuco em nome de recolher informações sobre o ouvidor Vilela do Amaral. O documento chegou com atraso considerável na Vila de Penedo. Mesmo assim, os membros da câmara reuniram-se na casa do Juiz Ordinário, João Dantas Aranha, para dar conta de responder o instrumento público, informando ao Desembargador da Relação da Bahia, Jozeph de Lima Castro, acerca dos procedimentos de Vilela – o oficial estava incumbido de tirar a residência do magistrado em questão⁴⁶.

Para validação do ofício composto após a data prevista apontou-se a distância da Vila das Alagoas, donde o documento deveria chegar, bem como o atraso na publicação em praça pública da região, como pontos que deveriam ser considerados. Houve, ainda, a suposição de o edital ter sido transportado sob a responsabilidade de um escravo do magistrado na berlinda João Vilela do Amaral⁴⁷. Mas a motivação que nos interessa aqui observar diz respeito a situação social e financeira, ao sexo e estado das pessoas que apresentavam a maioria das queixas, evocadas como motivo do atraso e da necessidade em registrar reclamações mesmo assim.

[...] E os queixosos serem homens pobres e **mulheres viúvas, graves, que não podem por pobres e miseráveis, irem fora desta Terra** e por esta causa **apresentavam, a este Senado, Suas queixas por escrito** que logo o procurador deste Conselho, e Sindico, em Seu nome, e do mais Povo, apresentaram Requerendo ao dito Senado, e Juiz Recebesse sua queixa [...]⁴⁸

Os estados e as *qualidades* dos queixosos devem ser observados dentro desse escrito. Foi um argumento estabelecido para legitimar e direcionar a coleta de testemunhos e o registro de acusações contra João Vilela do Amaral apesar do desembargador da Bahia, responsável por tirar a residência já haver se retirado da comarca. Tratava-se de assuntos do “bem co-

⁴⁶ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722] [14 de março de 1722].

⁴⁷ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722] [14 de março de 1722], fl. 09v.

⁴⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722] [14 de março de 1722], fl. 02v.

mum”, e da autuação que apresentaria os cinquenta e quatro capítulos contra o ouvidor. Doze testemunhas depuseram, entre os dias de 14 e 16 de março de 1722 e todos fizeram alusão a sérios problemas contra o ministro real. De acordo com Antonio Caetano, pela “qualidade destas testemunhas, conseguimos detectar que os mesmos formavam a ‘nata’ daquelas vizi-nhanças”⁴⁹. Eram situações vividas por súditos e *súditas*! É importante ressaltar. Todos – pelo menos é o que se pode interpretar no princípio – buscando o remédio régio para suas aflições e perturbações, explicitando seus casos à câmara local, em nome de salvaguardar o equilíbrio e a paz da vila. A presença de personagens femininas neste caso não fica apenas no campo do fator indicativo de apelação, pois suas más experiências ocasionadas pelos serviços do ouvidor também deveriam ser devidamente comprovadas pelas testemunhas depoentes. Aqui a presença da mulher figura associada a aspectos de poder⁵⁰.

Ao longo do ofício se tem contato com depoimentos que, de fato, apontam viúvas, no plural, que foram seriamente prejudicadas pela ação de João Vilela do Amaral. Contudo, a associação de todas as mulheres sem marido vivo ao estado “grave” e “pobre” parece contradizer pontos que mais tarde seriam expostos. Só é possível identificar uma senhora representada juridicamente por procurador e recorrentemente denominada como de uma nobreza reconhecida naquela terra. Ora, a única mulher viúva, apresentada como grave não parecia ser pobre e miserável para além da invocação discursiva dessas características⁵¹. Era Maria Vieira de Albuquerque de quem as testemunhas falaram e enfatizaram seu arrependimento em não ter cedido o pagamento estipulado por devassa de primeira ao ouvidor: “antes quisera ela perder 04 mil cruzados⁵²”. Utilizando os cálculos de Russell-Wood, o montante em réis seria de 1:920\$000⁵³; o que daria para comprar vários bens de boa qualidade, como escravos, animais e equipamentos para casa e lavouras.

Essas linhas que numa visão mais cautelosa se apresenta relativamente desconexa com os fatos expostos no mesmo documento não terminaram por aí. No Capítulo 13 das acusações o assunto das mulheres volta ao foco e o registro afirmar pontos que permanecem em aberto:

[Capítulo] 13. **Prendia em cadeia Pública mulheres casadas** por concubinas sem mais publicidade, que do seu malévolo, ânimo e depois de ser

⁴⁹ CAETANO. Op. Cit., 2012, pp. 156-157.

⁵⁰ Essas possibilidades serão melhor problematizadas nos capítulos seguintes, sobretudo, no 03 e 04.

⁵¹ BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português & latino**. (Volume 04, Letras F-J). Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1713.

⁵² **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722] [14 de março de 1722], fl. 08v.

⁵³ RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 – 1755**. Tradução de Sérgio Duarte. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 302.

bem pago; **pondo em perigo as vidas dos sujeitos** envolvendo nesta matéria aos Sacerdotes e dando-lhes sentenças injuriosas, e observando-lhes condenações só a fim de destruir o estado Sacerdotal pela pouca Reverência que lhe tinha e pondo sérvio[?] ao Convento Franciscano e violando a imunidade dela, e mandando prender Religiosos, e atirando-lhe no presídio. **Desacatava também nossa honradas filhas de Pais Nobres, prendendo-as na cadeia Pública, obrigando por esta ação aos Pais, a alguma Ruína, e excesso**⁵⁴.

O trecho mencionado já faz parte do ofício em si e as viúvas anteriormente mencionadas apareceram em capítulos separados ao longo do escrito. No capítulo apontado acima, figuram as mulheres casadas e as moças honradas, filhas de Pais Nobres que foram presas e desacatadas. Assim, primeiro tem-se as viúvas, paradoxalmente, graves e pobres demais, mas que conseguem enviar suas queixas por escrito a câmara, o que, pelo menos em teoria, requereria no mínimo auxílio jurídico de um procurador, além de dinheiro para pagar os emolumentos aos responsáveis. Depois, as moças donzelas, no plural e a não identificação de descendentes da gente nobre da terra além de Joana Vieira nos capítulos e testemunhos destrinchados. Foi a fórmula comum do documento analisado: apresentar suas queixas de maneira geral utilizando-se de elementos não comprováveis e mesmo excessivos apenas relativamente reafirmados pelos depoimentos das testemunhas. Todavia, mesmo nivelando mais ou menos as mulheres envolvidas, as diferenciações foram feitas: nobres, apesar de frágeis e delicadas. Ou seja, as mulheres de qualidades abaixo da nobreza da terra não tinha vez naquele capítulo. O que não é de se estranhar na sociedade colonial luso-brasileira.

Tal mecanismo discursivo fez parte da narrativa das acusações levantadas pela câmara de Penedo contra o ouvidor João Vilela do Amaral, em 1722. Certamente se tratava de uma maneira de se contar o que aconteceu e não se pode esquecer que o magistrado pode ter usado dos mesmos artifícios, visto suas cartas não denominarem especificamente os implicados apresentando, sobretudo, as mulheres e órfãos sempre no plural e como indivíduos pobres. Se deixarmos de lado a exata identificação do número de personagens femininas que foram envolvidas em tais pleitos é interessante observar a contradição do “grave” e “pobre” como uma forma de demonstrar um resultado das ações incorretas do ouvidor. Ou seja, afirma-se que diante de sua ação todos terminavam encaixados na condição de pobreza devido a amputação de diversas formas de defesa e, sobretudo, a dependência que a Justiça desenvolveu a jurisdição prejudicial de João Vilela do Amaral. Da mesma forma, apesar de ser trazido apenas o caso de Joana Vieira, a menção a mais de uma donzela sendo prejudicada direciona o olhar para o possível sentimento de que todas as mulheres da Vila de Penedo, de diferentes estados

⁵⁴ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722] [14 de março de 1722], fl. 05.

(viúvas, casadas e solteiras) estavam a mercê do remédio régio, visto aquela perspectiva da atividade do juiz de vara branca.

Pode-se dizer, então, que ambos os pontos invocavam diretamente a responsabilidade estratificada entre Coroa, seus agentes e súditos em manter o bem comum para o desenvolvimento da monarquia. Lembra-se a função do rei na manutenção das jurisdições básicas e formais, de um direito local e costumeiro que foi colocado em cheque por um de seus homens. A Justiça real deveria ser certa e pontual dando sentido a sua derivação do direito divino. Os excessos ou contradições apelativas típicos de uma sociedade substancialmente relacionada com o visual não devem deixar de ser considerados como formadoras de uma conduta jurídica no século XVIII⁵⁵. Aqui, isso é concebido como um elemento que dava sentido a todo um mecanismo simbólico⁵⁶ e característico da época. Fala-se de um discurso que perpassava juízes locais e de fora, procuradores e indivíduos particulares e que por isso deve ser compreendida como uma especificidade da linguagem jurídica forjada naquela época.

Desde momentos como estes há a possibilidade de compreender uma interligação entre linguagem comum e a judicial⁵⁷. Encontrava-se naqueles discursos e em suas formas retóricas de levantar acusações ou construir defesas, uma eficiente ativação jurisdicional no leitor. Para identificar profundamente onde esse mecanismo poderia levar e quais concepções poderiam suscitar é interessante visualizar um pedido feito pela câmara da Vila das Alagoas em 28 de abril de 1730:

Este terço, dos Paulistas é Universal sossego das freguesias de Pernambuco, e especial desta Comarca por ser a que padecia mais Sanguinolentas hostilidades do negro rebelde, que tendo ocupado as montanhas do Continente dos Palmares; Tão desumanos se faziam, que não só tiravam vidas, e roubavam fazendas, mas ainda **debaixo de armas se guardavam as honras das donzelas, e casadas** [...] ⁵⁸

A importância em manter o Terço dos paulistas em território “alagoano” foi destrinchada pelos homens do Senado da Vila das Alagoas, que se sentiram obrigados a dar notícias sobre a utilidade do comando militar, sobretudo, diante do cargo que exerciam. Os ofícios nos quais estavam servidos eram a principal argumentação que direcionava aquele requerimento, mas também a necessidade da manutenção do bem comum daquela comunidade. O sentimento de responsabilidade como homens e administradores locais da justiça fundamentava a indicação das personagens femininas. Sua presença e vidas em perigo eram um dos elementos e

⁵⁵ HESPANHA, Op. Cit., 2003.

⁵⁶ Sobre o poder simbólico, ver: BOURDIEU, Op. Cit., 2012.

⁵⁷ Sobre confundir concepções leigas ou de senso comum com as concepções de um determinado campo, ver: BOURDIEU, Op. Cit., 2012.

⁵⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 65 [10 de dezembro de 1730], fl. 01.

concisos para reafirmar a utilidade vital do auxílio daquele terço na região. Percebe-se, mais uma vez, nesse ponto argumentativo, a manipulação da presença e do estatuto social e jurídico feminino como sujeito a jurisdição de seus maridos, de agentes de justiça local (ou de fora) e mesmo do rei que viria a resolver a questão. Observe-se que naquele escrito era a ideia da proteção à mulher o que amparava a defesa apresentada pela câmara das Alagoas; defesa esta que fundamentava uma de suas razões de existir, justamente na responsabilidade sócio-política daqueles incumbidos em administrar a justiça⁵⁹.

O discurso seguiu estabelecendo como uma das principais preocupações as muitas ameaças de “negros levantados e bárbaros” que segundo contavam, andavam armados e violentos, tendo sido responsáveis pela tirada de honra de moças donzelas e casadas⁶⁰. O relato mostrava a consecução da reação de negros e índios na região e de uma tradição luso-brasileira que enxergava o lugar da mulher e sua honra naquela sociedade como dependente diretamente dos homens que administravam aquela terra. Salvaguardar aquelas que eram brancas e/ou honradas dentro dos estratos privilegiados daquela vila. Aproveita-se o ensejo para salientar que, quando o assunto eram as mulheres negras capturadas ou que fugiram para Palmares, a visão era completamente diferente: aumentava-se sua “bestialidade” ao compará-las como feras em combate, bem como ressaltavam uma espécie de promiscuidade ao observar os caracteres poligâmicos dos relacionamentos nos mocambos. Em relação às capturadas nas guerras, ou eram vistas como frágeis e que não representavam perigo nenhum, ou eram decapitadas nas matas por representarem um “peso morto” para seus algozes⁶¹.

A importância em manter-se o Terço Paulista em solo luso- pernambucano não tinha a ver apenas com a presença de mulheres naquela região. E isso não significa descaracterizar a perspectiva de que o direito costumeiro deveria ser respeitado diante de mulheres e estava sendo aclamado ali. Como indivíduos fragilizados, e de características outras derivadas do mesmo ponto, é provável que a utilização de seus exemplos e da ameaça constante tenha dado

⁵⁹ Era papel das Câmaras Municipais cuidar de vários aspectos da administração das vilas, cf. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In. FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. E BOXER, Charles. **O império marítimo Português. 1415-1825**. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (em especial o capítulo “Conselheiros municipais e irmãos de caridade”). Nesse ínterim, a proteção ao bem comum, utilizando a fragilidade da mulher como *reforço de argumento*, poderia ser uma ótima apelação discursiva para ter seus interesses satisfeitos. Desenvolveu-se esse argumento de que todos, pelo menos no imaginário, exerciam *justiça*, no artigo cf. MENDONÇA, Anne Karolline Campos. “Juizes ordinários na região sul da Capitania de Pernambuco: a justiça do rei e dos súditos portugueses (séculos XVII e XVIII)”. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Das partes sul à Comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco: ensaios sobre justiça, economia, poder e defesa (século XVII-XVIII)**. – Maceió: Viva Editora, 2015.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Devo a Alex Rolim Machado essas colocações, visto que atualmente estamos empenhados em escrever um artigo científico acerca do papel ativo e dado às mulheres durante as guerras palmarinas.

um sentido moral aquele discurso para justificar ou complementar os elementos administrativos e econômicos que estariam em jogo. Em primeiro lugar, as “honras” a ser protegidas estavam ligadas diretamente às dos homens com quem estivessem envolvidas. Segundo, mulheres certamente foram violadas ou sequestradas naqueles conflitos advindos, principalmente, daquela circunstância econômica, religiosa e social latente. Mas também havia engenhos sob alerta: sendo invadidos, roubados e plantações queimadas. Visto esses detalhes, a alçada daquele requerimento ganha proporções que, certamente, não diziam respeito unicamente à questão feminina, tratava-se do “bem comum⁶²”, no geral, onde o feminino dava fundamento de argumentação mais passível de respostas favoráveis a consecução daquelas forças armadas na Vila das Alagoas.

A necessidade de dialogar com essas menções e com as concepções básicas que elas proporcionavam pode ser visualizada em diferentes momentos e vilas da Comarca das Alagoas. Implica ressaltar que era um mecanismo retórico presente também em petições e requerimentos por possuir características apelativas que se transformavam em uma estratégia eficiente para instigar no leitor emotiva e moralmente para daí então avaliar o que estava sendo proposto. O significado próprio para aquele momento do Antigo Regime luso-brasileiro adivinha do questionamento do que seria preciso expor para blindar uma queixa, uma defesa ou para receber a aprovação de um pedido. Daí essa ideia em reafirmar a responsabilidade social e jurídica masculina, ressaltando-a como um componente poderoso nos discursos que interagiram diretamente com o estatuto e a posição social da mulher. Essa frente interpretativa era compreendida por agentes de justiça e é possível identificá-la em outras circunstâncias mesmo de cunho particular.

A *priori* essa parece ter sido a circunstância que fez aparecer a mulher e família do alferes Bento Rebelo Pereira, no requerimento datado por volta de 1725:

E o não ser o crime daquela qualidade que necessita de semelhante cautela e castigo, porque de outra sorte não só poderá [passar] a vida metido em hua prisão injustamente, **mas ficaria sua mulher e família em sumo desamparo**, ao que se deve atender. Espera real mercê⁶³.

⁶² Natalie Zemon Davis encontrou casos que giraram em torno da mesma problemática quando estudou a França do século XVI e os pedidos de perdão enviados ao rei. Aponta a probabilidade de resoluções jurídicas estarem subordinadas político-judiciais maiores que diziam respeito a manutenção do ordenamento de uma sociedade. DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 82-83.

⁶³ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 17v.

O oficial, morador na Vila das Alagoas, estava sendo acusado por um crime do qual, segundo ele, era inocente. Ao pedir que se refizesse todo o processo de devassa, Rebelo Pereira evidenciou, sobretudo, o desamparo a espreita de sua mulher e família caso a resposta do rei fosse negativa. A resposta positiva ao seu pedido chegara através do Conselho Ultramarino, em 30 de agosto de 1725⁶⁴. Em outro momento, o sacerdote João Velho Barreto, morador na mesma região, pediu autorização para advogar na Comarca das Alagoas e valeu-se de uma articulação argumentativa semelhante. Seu discurso fundamentou-se em três principais pontos: o fato de seu pai ter exercido por mais de quarenta anos como advogado; o pouquíssimo número de advogados naquela região, e por fim, a necessidade de obter o ofício para sustentar seus pais já velhos e, também, suas três irmãs (possivelmente solteiras). Sua provisão foi aprovada, em 16 de janeiro de 1730⁶⁵.

Há a possibilidade de que as manifestações sobre as mulheres aqui analisadas todas tenham se valido do estatuto jurídico daquelas personagens mais em favor de interesses masculinos e menos no sentido de representação das causas daquelas luso-brasileiras. O que não há como negar é que aqueles *agentes colonizadores* foram cientes da vigência de direitos fundamentados na proteção da honra feminina, bem como da “natureza questionável” daqueles mesmos indivíduos. Isso é percebido não só por parte da justiça régia, mas também na via da municipal. Torna-se palpável que houve poucas transformações nos Trópicos do que dizia a teologia e lei em Portugal sobre o *ser mulher*. De um lado mais complexo não ficam vetadas outras opções de análises, tais quais as afinidades de súditas da Comarca das Alagoas com o Direito e Justiça. Partir dessa perspectiva permite um melhor entendimento daquela sociedade como fundada no sentido do que era justo, ao mesmo tempo em que instiga indagações sobre processos mais intrincados e que demonstrem com mais autoridade as possibilidades de sobreviver na região sul da Capitania de Pernambuco do século XVIII.

O que se quer estabelecer aqui é como a justiça no Ultramar podia ver e via a mulher e as relações que estas, mesmo sem ter conhecimento exato, estavam possibilitadas a constituir com essa linha tão presente no cotidiano daquelas sociedades católicas. Certamente a ação feminina existiu para além da capacidade que a História poderá contabilizar ou mesmo compêndios doutrinários jurídicos e de comportamento. Visto a complexa representação das mulheres nas ordenações – onde o que valesse para o feminino aplicar-se-ia também ao masculino – a melhor forma encontrada para alcançar o objetivo lançado foi formular a resposta para essa interrogação em casos senão práticos, pelo menos corriqueiros e vividos na Comarca das Ala-

⁶⁴ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 18.

⁶⁵ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 57 [12 de janeiro de 1730], fl. 01.

goas, sobretudo no século XVIII. Muitas dessas simples menções às mulheres, à primeira vista, não nos dão muitas informações a respeito de sua inserção no meio em que viveram. Apesar de consideradas em sua forma mais simples, ou seja, como um recurso empregado para dar ênfase a pedidos e queixas não deixaram de ser proveitosas para delinear aspectos menos superficiais.

2.2. As mulheres como empecilhos para a execução da Justiça na Comarca das Alagoas.

Esse tópico foi aberto com a apresentação dos conflitos vividos por João Vilela do Amaral, na Comarca das Alagoas, entre os anos de 1716 e 1721. Dentre eles apontaram-se as acusações das Vilas de Penedo e Porto Calvo a respeito do envolvimento do ouvidor com mulheres que possuíam pendências judiciais. Observar a utilização daquele argumento como estratégia discursiva jurídica apresenta-se como consequência de duas qualidades opostas que podiam ser adotadas por personagens femininas. Fica latente a consecução de um pensamento jurídico inescapável da associação das concepções morais que legavam às mulheres as posições extremas de honradas ou malignas. Assim, o apontamento para casos vividos por aqueles indivíduos era passível de se tornar um argumento de acusação ou defesa. Ficava em aberto a possibilidade de registrar dificuldades sofridas por mulheres e a de explicitar momentos em que estas foram causadoras de desconfortos sociais e morais que acabavam por interferir em procedimentos jurídicos. Tudo em acordo com o estatuto social e jurídico feminino. Logo, esses mecanismos não foram exclusivos do caso analisado anteriormente e não apenas ouvidores seriam apontados como agentes que levaram a implicação de mulheres.

Veja-se o caso do padre Manoel Álvares Pereira, que servia na Igreja de Nossa Senhora do Rosário desde pelo menos a década de 1750, quando foram aprovados seus mantimentos de cõngrua⁶⁶. Diferente de seu antecessor, Caetano Dantas Passos, – que deixou o templo com o certificado por ter prendido um feiticeiro muito procurado⁶⁷ – Manoel Álvares teve acusações levantadas contra ele pela via da câmara da Vila de Penedo.

[...] recorrem os oficiais da câmara da Vila do Penedo [...] a representar [...] **os notórios vexames**, e grandes opressões que os moradores deste termo, ou freguesia têm padecido, e sofrem atualmente pelo tirano despotismo, com que o Pároco dela, Manoel Álvares Pereira, incitado da mais inordinada [sic] cobiça de seus **maus escandalosos costumes, se faz digno de que corrigendo Vossa Majestade** juntos excessos **ampare com o oportuno remédio**

⁶⁶ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Documento 130 [25 de Fevereiro de 1750].

⁶⁷ MACHADO, Op. Cit., 2014.

os seus aflitos vassallos. Tem sido este cura de Almas, pelo seu exemplo, mais idôneo para viver entre feras no Deserto, do que **pastor indigno** entre o seu Rebanho da Igreja [...]⁶⁸.

A carta é datada de 22 de setembro de 1765 e nela os agentes camarários apontaram que a “cura de almas” estava em jogo, pois o único remédio oferecido pelo padre para as “chagas de suas ovelhas” era o “**veneno mais pestífero de seu sensual proceder**”. Há mais de 14 anos em exercício, Manoel Álvares Pereira não “**reserva problema, nem casada, de que há tido filhos, e com algumas longo e ilícito trato**”⁶⁹. Diante de tais circunstâncias, prostrados aos reais pés do monarca, “**Pay**”, os oficiais daquela câmara objetivavam o pedido de substituição do pároco por um “com mais zelo, doutrina e exemplo”⁷⁰ que “**livrasse de todos os males** o íntimo de suas almas”⁷¹.

Naquele escrito, a câmara de Penedo fez questão de ressaltar o perigo moral que, paradoxalmente, o padre Manoel Álvares Pereira representava para os moradores da vila. Isso é percebido através da escolha de palavras como “vexame”, “escândalo”, “indigno”, “veneno”, “cobiça”, todas colocadas no sentido de formar uma acusação introdutória demonstrando a falta de compromisso ético com os princípios básicos de um pensamento político e religioso em vigência. É importante refletir sobre as representações do feminino naquele discurso montado. Ali, as mulheres assumiram lugares que lembram aquelas características anteriormente analisadas, traços negativos que as viam como vulneráveis a assuntos ligados à sexualidade e à luxúria. Não se exclui a possibilidade do escrito ter servido como defesa daquelas personagens das garras do eclesiástico, mas apesar dos procedimentos negativos de Manoel Pereira não é possível deixar de perceber parcela da culpa sendo desviadas para elas, já que nenhum adjetivo ou outra forma de argumento foi utilizado em favor das mesmas⁷².

Para uma mulher, a honra estava diretamente ligada a ideia do que se dizia a respeito dela⁷³; assim como também o era para os homens⁷⁴. Se era de conhecimento de todos o envol-

⁶⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 182 [22 de setembro de 1765], fl. 01.

⁶⁹ *Idem*.

⁷⁰ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 182 [22 de setembro de 1765], fl. 02.

⁷¹ Na íntegra: “pedimos, que como **Pay d’seos vassallos** nos queira mandar prover de outro Pároco, que com mais Zello, doutrina e exemplo nos possa edificar, e não destruir, **e que sejamos livres de todos os males** que padecemos. Por cujo benefício do íntimo de nossas almas oferecemos a Deus e ficar firmes votos, e que prospere a preciosa vida de Vossa Majestade por muitos e felizes anos”. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 182 [22 de setembro de 1765], fl. 02.

⁷² Como se fez ao longo do documento em outros momentos e em se tratando de outros personagens: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 182 [22 de setembro de 1765], fl. 02.

⁷³ ALMEIDA, Op. Cit., 2005, pp. 89.

⁷⁴ A “honra” se identificava “(...) com a reputação, com a voz pública; (...) isto é, que depende não de quem a detém mas da opinião alheia”, cf. MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue**: Uma parábola familiar no Pernambuco colonial. 2ª edição revista. – Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 27.

vimento daquele sacerdote com as esposas de homens daquela localidade, o pedido para que se enviasse outro religioso capaz de administrar as almas era mais que esperado. Os oficiais pediam justiça para seu caso e entendiam as mulheres como passíveis de seus cuidados, mas também de suas penalizações, como se sua paz ou inferno fosse diretamente ligada a ideia de “bem comum”⁷⁵. Compreendiam essas personagens como catalisadoras de argumentação jurídica, onde suas causas ou maus procedimentos eram complementares em petições enviadas ao monarca, lembrando-se da importância em executar a Justiça, e em garantir direitos para aqueles que se encaixavam nos principais preceitos ocidentais e católicos, como súditos da Coroa portuguesa.

Tenham sido citadas para defesa ou acusação, ambas as linhas interpretativas devem ser percebidas sob o prisma de um sentido jurídico, num discurso que demonstrava representações da mulher e habilidade de utilização de seu estatuto e presença em benefícios gerais ou particulares. Percebe-se esse artifício como parte de uma fórmula adotada para questionar atitudes de autoridades religiosas, agentes jurídicos ou outros indivíduos. E apesar de sua grande recorrência não devem ser direcionadas ao lugar de meros modelos de requerimentos e petições⁷⁶. É necessário interpretá-las a fundo para responder até que ponto foi inerente à manipulação de uma linguagem jurídica típica do Antigo Regime português e em suas conquistas desenvolvidos e flexibilizados, sobretudo, no século XVIII⁷⁷.

Para melhor aceção de tal hipótese, cabe ressaltar e analisar que para além da preocupação com o envolvimento de mulheres da terra em tratos ilícitos com aquele padre, havia questões outras que o Senado de Penedo deixava evidente na carta. Registrou-se naquela mesma carta que o eclesiástico Manoel Pereira foi acusado de ter sentenciado os fregueses da vila e a probabilidade de ter se tratado de condenações por concubinato⁷⁸ torna-se coerente,

⁷⁵ “Afinal, a salvação, se era matéria de cada um, não deixava também de ser coisa de todos. Nas cabeças ressoavam ameaças de expiação colectiva - <<O seu sangue caía sobre nós e sobre nossos filhos.>> (Bíblia, Mat., 25); para além de que, sobretudo em épocas de grande crise pública (fomes, infortúnios militares), ganhava força a ideia de que estas provações colectivas se relacionavam com a prática generalizada de <<pecados públicos>>. São pecados públicos os que se cometem em público e que, por isso, podem ser objecto de um inquérito público, mesmo a cargo das autoridades temporais, bem como de correcção pública, pois, aqui, trata-se não apenas de admoestar o pecador, para que não peque mais, mas ainda de dissuadir os outros, perante quem tais pecados são cometidos”. HESPANHA, António Manuel. “A monarquia: a legislação e os agentes”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal: A idade moderna**. Direção de José Mattoso. – Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011, p. 18.

⁷⁶ SILVA, Op. Cit., 1984.

⁷⁷ Levando-se em conta que foi naquele período que se intensificou os conflitos ou complementações de uma justiça local com a do rei, representada através de seus agentes judiciários. CAMARINHAS, Op. Cit., 2010.

⁷⁸ Os moradores daquela localidade viviam sob constante ameaça de ser preso, tudo, inclusive, com o aval do Reverendo Visitador, Antonio Teixeira Lima, acusado, por isso, de alienar as verdadeiras intenções do bispo daquela diocese. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722] [14 de março de 1722].

visto a que segunda acusação ao religioso foi a de simonia⁷⁹, realizada através do impedimento que vinha impondo aos moradores da localidade de se casarem fora da Matriz, em associação com a taxa de preços exorbitantes para prestar tais sacramentos.

Cientes de que o crime tão recorrente na América portuguesa⁸⁰ estava salvaguardado não apenas para a jurisdição eclesiástica, mas também pela civil, foi dito que Manoel Álvares Pereira estaria “desprezando com essa **usurpação as constituições e leys** de Vossa Majestade, pelas quais costuma atender ao aumento, e conservação dos seus leais vassallos”. O conjunto geral de tal discurso, no que implica analisar aqui, revela que os casos ilícitos, verdadeiros ou não, foram estipulados como alicerce para retirar quaisquer resquícios de moralidade que o pároco pudesse possuir. Por se tratar de um homem religioso, obviamente, o choque que o envolvimento de mulheres casadas nesses relacionamentos ilegais exerceriam no leitor – visto a consecução através do tempo, a concepção de filhos sacrílegos e a implicação também no crime de adultérios – não foram, nem eram computados separadamente de outros argumentos de mais peso.

Porém, o padre Manoel Álvares Pereira também foi acusado de desestabilizar os cofres da Irmandade local; de deixar de administrar os sacramentos e de nunca ter ensinado a doutrina cristã aos seus fregueses mesmo quando do período da quaresma; de passar maior parte de seu tempo jogando cartas; de desrespeitar particulares, magistrados e o Senado com descomposturas; e de interferir em assuntos jurisdicionais⁸¹. A partir da contabilização de todos esses argumentos a visualização de mulheres que, direta ou indiretamente, desviaram os rumos da justiça serviu para dar forma final ou introdutória às informações preocupantes que enviaram a D. José⁸², tornando plausíveis os pontos anteriores, já que desde o início apontou-se o descaso do padre desobediente às leis divinas e régias. Esboçou-se um discurso repleto de argumentos devidamente interligados de modo a apresentar-nos uma maneira eficiente de levantar queixa contra alguém e, mais importante, de ressaltar a importância da interseção do monarca na resolução de seus conflitos.

⁷⁹ A vida exemplar para um homem eclesiástico pode ser visto nas Constituições da Bahia, mas, sobretudo, em respeito ao crime de Simonia (era condenado se cobrar por cobrança de sacramentos), ver: Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. VI, VII e VIII. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 466-469.

⁸⁰ LEWKOWICZ, Ida. “A fragilidade do celibato”. In: LIMA, Lana Lage da Gama (org.). **Mulheres, adúlteros e padres: História e moral na sociedade brasileira**. – Rio de Janeiro: Dois Pontos Editores, 1987. TORRES-LONDOÑO, Fernando. **A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia**. – São Paulo: Edições Loyola, 1999.

⁸¹ ROLIM, Alex. CURVELO, Arthur. MARQUES, Dimas. PEDROSA, Lanuza. “Crime e justiça no ‘domicílio ordinário dos delinquentes’: Comarca das Alagoas (Século XVIII)”. **Revista Crítica Histórica**. Ano II, nº 3, Julho/2011, pp. 54-55.

⁸² **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 182 [22 de setembro de 1765], fl. 02.

Mas aquela não era a primeira vez que a Câmara da Vila de Penedo lidava com uma situação parecida, muito menos que partiria dessas estratégias discursivas de cunho jurídico. Suas reclamações a respeito da administração da justiça pela via do magistrado João Vilela do Amaral contou com os mesmos tipos de artifícios, quarenta e três anos antes. O ouvidor foi atingindo com uma série de acusações e desdobramentos das mesmas no ofício que a vila enviou ao rei, em março de 1722. Em meio a tantos choques causados pela sua atuação, registrou-se:

[Capítulo] 15. Tinha **ajuntamento, com diversas mulheres**, em que dava bastante, **escândalo e ruim exemplo**, por ser pública a Sua lascívia e **aquelas que traziam pleitos, no seu Juízo, em Certo terem Sentenças a seu Favor, contra todo o direito, e justiça**⁸³.

Era inerente à montagem de um texto acusativo problematizar as ações de um indivíduo ou de um grupo, evidenciando aspectos negativos que comprometiam sua respeitabilidade. Para tal, as cartas e ofícios enviados pelas vilas da Comarca das Alagoas contaram com estas argumentações apontando defeitos de ordem econômica, política, jurídica, mas também moral. Quando se tratou de implicar moralmente João Vilela do Amaral, um capítulo em separado fora destinado a tratar desse assunto. Apresentaram-se as complicações que sua “pública lascívia” oferecia aqueles povos e que estaria atingindo diretamente a execução da justiça de modo a desestabilizar a ordem e o equilíbrio das coisas, bem como exorbitar uma jurisdição em contrário ao aparelho jurídico disponível a nível local. Longe de querer transparecer como a câmara da salvação, os oficiais da Vila de Penedo auto afirmaram-se como “humildes vassallos”. Sua humildade, no entanto, não desprezava suas concepções das funções jurisdicionais de suas posições, do ouvidor e do rei. Diante da necessidade do envio de homens de justiça pela Coroa portuguesa, aqueles súditos salientaram seus desconfortos e não pouparam tinta na hora de estabelecer uma série de motivos pelos quais só o remédio régio solucionaria aquelas pendências.

Em outros momentos o argumento moral/religioso se tornava uma frente de ataque. A impressão que fica é a de que, por onde passava, João Vilela do Amaral iniciava relacionamentos amorosos ilegítimos não se importando nas consequências contraditórias que aquelas atitudes levariam à execução da Justiça naquelas terras. Isso é dito a partir da constatação de uma aproximação dos argumentos da Vila de Penedo e da Vila de Porto Calvo. A semelhança argumentativa pode revelar uma sincronização proposital ou não entre as vilas que fizeram

⁸³ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22, fl. 05v.

questão de apelar a respeito dos incômodos morais e jurídicos que João Vilela do Amaral causara naqueles anos de sua atuação (1716-1720). Não descartando tal possibilidade, enxerga-se a reutilização de acontecimentos de maneira que eficientemente pudesse desenhar um quadro onde um ouvidor desobedecia suas funções delegadas para o rei e viveria em desacordo com os princípios católicos vigentes.

A Carta da Vila de Porto Calvo utilizou três capítulos para apresentar suas perspectivas a respeito dos serviços de João Vilela do Amaral:

[Capítulo] 5. **que tinha conta com várias mulheres assim solteira como casada que perante ele tinha requerimentos [...]** [Capítulo] 7. que muitas vezes **se ocultava as partes por estar divertindo com as concubinas** de que havia detrimento grande nas partes, por cuja causa se demorou dando tempo. [Capítulo] 12. que nesta mesma segunda correição **se concubinou com umas mulheres casadas** dando escândalo, por cuja causa fez algumas Sem Razões como fora dar Carta de Seguro a Antônio Pinto de Mendonça sem alvará por haver fugido da prisão em que estava tendo lhe negado muitas vezes e aceitou do dito criminoso uma caixa de açúcar⁸⁴.

O ponto em comum com o ofício de 1722 da Vila de Penedo se dá na percepção deste discurso como intimamente relacionado com os questionamentos sobre a capacidade de administração da Justiça pelas mãos de tal magistrado. O envolvimento de mulheres em tais procedimentos judiciais sublinha não só o desrespeito ao matrimônio e as derivadas regras que a Santa Igreja Católica impunha. A menção a tais acontecimentos desemboca na fundamentação de uma acusação que questionava a jurisdição de João Vilela do Amaral como homem e como oficial do rei. Ora, é inegável que tanto na carta de Penedo quanto na de Porto Calvo o ouvidor da comarca é citado dando a entender que além de se deixar cair no pecado do concubinato, se deixava dominar por esses deslizes infringindo seu regimento⁸⁵ e as intenções da manutenção do desenvolvimento da monarquia viabilizadas pela Coroa.

Essa mesma mensagem composta num todo mesclado de ideologia política, religiosa e jurídica foi utilizada em outros momentos de conflitos com agentes externos ao aparelho judicial local. O sucessor de Vilela do Amaral, Manoel de Almeida Matoso – que colaborou intensa e intimamente para a constituição de muitas queixas elevadas ao monarca – não ficou livre de tais deslizes, segundo o desembargador da Relação da Bahia, Antônio do Rego de Sá Quintanilha. Na residência que o representante daquele tribunal tirou de seus serviços é possí-

⁸⁴ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 21 [17 de outubro de 1721], fl. 27 e 28.

⁸⁵ Ordenações Filipinas: Tít. XX – Do oficial del-Rey que dorme com mulher que perante ele requer. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, pp. 1171-1172.

vel identificar mais de uma vez o uso da menção do envolvimento de mulheres nos caminhos da execução da justiça. Em julho de 1726, um dos capítulos é composto por:

Do capítulo 1 se prova por muitas testemunhas que o Sindicato Manuel de Almeida Matoso que tomou posse do lugar de Ouvidor **andando de noite de [corroído]** em algumas casas de gente honrada com o pretexto de buscar criminosos [corroído] **para ter mulheres** [...] Depõe também por todas as testemunhas que [...] uma negra escrava de boas partes, o Sindicato lhe **induziu a dita negra e meteu em sua casa aonde teve publicamente amancebado com ela** [...] ⁸⁶.

Logo, dentro dessa circunstância, a presença feminina e seu envolvimento em tais litígios possuía a mista carga moral e jurídica tão recorrente quando o assunto era a mulher dentro dos discursos daquelas câmaras. No caso em questão, uma especificidade importante de se observar é a fundamentação de tais afirmações baseados em testemunhos e a produção do documento a partir de um personagem externo. Nesses termos, fica em aberto duas formas de enxergar a contabilização de tais feitos, ambas relacionadas diretamente com os questionamentos que direcionaram os depoimentos ouvidos por Antônio Quintanilha e a principal fonte de constituição dessas mesmas perguntas. Dentre as duas perspectivas não foge a ideia da concepção acerca da necessidade de implicar indivíduos em áreas morais de sua vida social.

A incompatibilidade com seu ofício ficou evidenciada e destrinchada a partir das constatações de que “andava de noite” com o objetivo de “para ter mulheres”. Em seguida descreveu-se, em detalhes, o amancebamento do ouvidor com uma negra escravizada, o que certamente teria cargas negativas diante da colocação das falas sobre Manoel de Almeida Matoso ter “induzido” a mulher e a “metido em sua casa” ⁸⁷.

A adaptação a respeito da menção de tais casos leva as considerações anteriormente destrinchadas. Falar de mulheres que foram vítimas ou criminosas, fazia parte de um argumento estratégico que reincidia nos capítulos acusativos seguintes, dando a eles um sentido de ser e cargas de validade. Representava uma visualização preocupante que a Comarca das Alagoas possuía da ação de seus administradores régios. Por mais que em âmbito civil tais crimes/pecados não recorressem de maneira cem por cento eficiente preenchia-se tal lacuna com explicitação dos problemas que causavam, fossem em questões de imputar exemplos ruins àquela sociedade e às suas mulheres ou forjar uma Justiça parcial e em desacordo com os elementos necessários à manutenção do bem comum.

⁸⁶ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 45 [19 de maio 1727], fl. 07 e 13.

⁸⁷ Mais detalhes sobre o caso serão vistos no capítulo 3.

Quando o objetivo foi levantar queixas contra os procedimentos de agentes de justiça advindos do reino, as vilas acima mencionadas foram categóricas em afirmar que em suas terras também haviam mulheres indignas que agiam de acordo com seus desejos íntimos e desrespeitava os conselhos religiosos a respeito de seu comportamento⁸⁸. Esse ponto de vista não poderia deixar de constar aqui, pois a coexistência dele com a descrição dos casos anteriormente analisados pela via de homens do Senado demonstra que a sociedade que se formava ao sul da Capitania de Pernambuco inteirava-se com o desenvolvimento desde Portugal, de lugares que o sexo feminino poderia ocupar. Eram boas ou más e não se pode afirmar com certeza até que ponto as “meio termo” puderam ser reconhecidas como capazes de lutar contra sua própria “natureza”⁸⁹.

Sobre a produção de argumentos jurídicos de defesa e acusação, numa prévia conclusão, é identificada as possibilidades de menção ao sexo feminino. Constituídos a partir do objetivo de explicitar desvios de conduta moral de agentes responsáveis em administrar a justiça ou a doutrina cristã, tais discursos colocavam em movimento uma linguagem jurídica que se camuflava com as concepções naturais sobre o que era justo. No geral, apontar o concubinato como a consecução de um mau costume que poderia incitar exemplos ruins demonstraria integridade do acusador, em defesa dos princípios cristãos. Atingiriam, ainda, seu fim de legitimar um campo que se fechava em si mesmo, manipulando situações e acontecimentos de forma a forjar artifícios que lhes eram próprios e que possuísem a passividade de despertar no rei ou em seu Conselho Ultramarino noções básicas sobre o feminino e sobre a fragilidade moral de determinados indivíduos.

A boa fama de um marido, pai ou irmão pode não ter sido o suficiente para fazer valer os anseios femininos. Para os casos das possuidoras de bens, uma vez sozinhas, o auxílio jurídico tornava-se imprescindível para continuar com as rédeas das propriedades, ofícios ou riquezas da família, mas também para viver em sociedade, dentro dos padrões esperados e estabelecidos. Conexões com homens da terra devem ter sido essenciais para a resolução de testamentos e manutenção de processos judiciais dessa natureza. A sobrevivência deveria ser garantida no dia a dia sem esquecer-se da estruturação social daquelas comunidades, sobretudo, quando se trata de observar mulheres brancas. Para as que não possuíam um pai, irmão ou

⁸⁸ Impossível não pensar nas mulheres de “má-fama” das Minas Gerais, que utilizavam do sexo para conseguir vantagens pecuniárias dos homens, se adornando com joias e roupas caras. Saber até que ponto isso é válido para a Comarca das Alagoas, ainda é algo para se estudar e aprofundar. Para as minas, cf. FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes**: o outro lado do mito. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003. MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. – Rio de Janeiro: Edições Graal. – 4ª ed. revista e ampliada, 2004.

⁸⁹ A historiadora Suely Creusa de Almeida aponta casos de mulheres em recolhimentos que se arrependiam de seus atos e levavam uma vida religiosa. ALMEIDA, Op. Cit., 2005.

marido com “qualidade” e condições favoráveis a situação certamente era mais difícil ainda. Pelo visto, todas as mulheres, de diferentes categorias sociais e qualidades, necessitaram em algum momento de suas vidas constituírem amizades tanto quanto os homens de sua família. É claro que essas “amizades” e a força delas devem ser postas a prova quando se tratava de mulheres forras, mestiças ou ameríndias, por exemplo. Isso, porque apesar de não poder se negar a existência de relações amistosas entre indivíduos de posições diferentes no ordenamento social, é questionável a consecução deles às vistas de procedimentos jurídicos formais, pois tratava-se de comprovar conexões com personagens estigmatizados.

Já foi mencionada a defesa do bacharel que fora ouvidor das Alagoas, João Vilela do Amaral. Em suas linhas há uma comprovação da necessidade feminina em manter-se ligada a vida social de suas respectivas vilas e freguesias. Não é muito difícil de pensar no perfil social daquelas que foram maiormente prejudicadas pelos homens leigos com ofícios jurídicos. Certamente mulheres que não possuíam cabedal para a contratação de advogados, mas administradoras do suficiente para chamar a atenção da Justiça. Diante da falta deles em solo “alagoano” a situação se complica ainda mais, pois por onde agiriam numa ambiente em que sua voz só se tornava audível através de um homem? É provável que acusações que implicaram João Vilela do Amaral e mesmo Manuel de Almeida Matoso terem sido apenas confusões. Há a possibilidade de terem quebrado o que lhe previam o regimento de seu ofício sim, aconselhando partes ou tomando partido de suas causas. Mas isto pode ter acontecido, em nome de auxiliar mulheres desamparadas no seio da justiça local, impregnada de interesses de grandes homens ou daqueles que almejavam a consecução de uma posição forjada no embaraço de outrem. Para esses objetivos, certamente as mulheres tão subestimadas, doutrinal e juridicamente, serviram como encaixe quase que perfeito. Sua capacidade em desenvolver relações com as pessoas certas, no entanto, pode ter sido essencial para quebrar essas amarras. O jogo social era conhecido de todos dentro daquela comunidade. É a partir dele que se pode explicar, por exemplo, as inovadoras e, por vezes, visões a respeito do mestiço e mesmo do negro na sociedade de Antigo Regime nos Trópicos. Ao que apontam alguns historiadores das elites dentro de determinadas camadas da sociedade, os contatos e aperfeiçoamento da ocidentalização serviu de amparo para fazer valer interesses daqueles que estiveram legados às margens na historiografia clássica⁹⁰.

2.3. Mulheres, influências e redes de poder.

⁹⁰ BOURDIEU, Op. Cit., 2012. FARIA, Op. Cit., 2001. PAIVA, Op. Cit., 1995.

Dentre as possibilidades de rever as menções analisadas figurando as mulheres com aspectos de poder, diga-se que as hipóteses lançadas a seguir não desconsideram as linhas de raciocínio anteriormente analisadas. Em vez disso, apresenta-se, com a observação de novos casos, sugestões de linhas interpretativas complementares as problematizações sugeridas acima. O questionamento que guia esse tópico é: até que ponto aqueles discursos trazem em suas entrelinhas formas alcançadas pelas mulheres de se fazerem presentes em ofícios e petições masculinas?

Talvez possamos partir de uma carta escrita em dezembro de 1787 por Antônio da Costa de Araújo. Morador da Vila de Porto Calvo, Antônio foi conciso em acusações sobre a administração da justiça proporcionada pelo Ouvidor das Alagoas, José de Mendonça e por seus auxiliares, a quem oferecia grandes raios de atuação sem a devida autorização régia. Escreveu para o Secretário do Estado da Marinha e Ultramar e chamou a atenção o foco que deu aos problemas de ordem econômica, social e jurídica que os juizados dos órfãos das Vilas de Penedo, Porto Calvo e Alagoas sofriam. Nessa primeira análise crítica são elementos circunstanciais que constituem o argumento da defesa do feminino dentre as entrelinhas do ofício de Antônio da Costa de Araújo.

Assim como nos escritos anteriormente analisados, logo no início da queixa pode-se ter uma noção da apelação argumentativa às concepções sociais de personagens com um estatuto jurídico dependente da ação de oficiais da justiça:

Há umas correições anuais na Vila do Porto Calvo, e do Penedo que para se dizerem Rigorosas é bastante durar por quatro meses e ainda por mais tempo no qual **são oprimidos principalmente os Órfãos, e viúvas** assim **nos inventários como nas contas e justificações** que fazem: pelo que chamando o Corregedor tudo asy, e suspendendo o Juiz dos Órfãos perante o Escrivão da Provedoria **se atormentam as ditas viúvas e órfãos todos chorando** porém pouco importa porque **não Há quem lhe enxugue as lágrimas** dos seus prantos⁹¹.

Existe um fôlego extra para o questionamento da posição de viúvas em tal requerimento apesar de não se ter constatado indícios de que teriam sido oficialmente apresentadas e representadas por Antônio de Araújo. Fala-se do direcionamento do documento como um todo, que acabou tornando substancial a indicação de sérias e preocupantes notícias sobre toda a Comarca das Alagoas, no que diz respeito ao desenvolvimento de procedimentos jurídicos necessários à manutenção dos interesses, ou da sobrevivência, de mulheres enviuvadas e de

⁹¹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 233 [Dezembro de 1787], fl. 01.

seus filhos órfãos. Aqueles eram os que vinham sendo maiormente prejudicados, segundo Antônio, pelas ações “endemoniadas” principalmente do ouvidor e de seu escrivão de correição.

O primeiro ponto de acusação exposto dizia respeito aos exorbitantes custos que inventários e outros procedimentos jurídicos protagonizados por viúvas, para benefício de órfãos, imputavam em contraponto com os valores que atingiriam se voltassem à alçada dos juizados locais. Supõe-se uma experiência de frente dupla advinda de Antônio da Costa de Araújo. Pois além de ter tido contato com todos estes problemas, citando as dificuldades dos Cartórios dos Órfãos, o homem – que não se apresentou como oficial de nenhuma das câmaras das quais trouxe dados – rebateu as atitudes dos oficiais de justiça, fundamentado nas Ordenações régias (ou pelo menos foi o que deixou transparecer quando fez afirmações do tipo “conforme dispõe a ordenação do Reino⁹²”).

Antônio de Araújo não deixou de eleger comprovações de suas acusações. Certo de que os serviços prestados e usurpados dos juizes dos órfãos, pelo ouvidor e seu escrivão, ultrapassavam “dez dobros” do valor que determinados processos custariam nas mãos da justiça local, no mesmo discurso, foi imposta a veracidade de tais afirmações, sobretudo, quando ressaltou que se tratava de um instrumento judicial, “atendendo a que **tudo é mera verdade**”. Selecionou como verificação de suas declarações a constatação de que, por exemplo, apesar de pobre, o escrivão do corregedor passara a ser possuidor de agências que proporcionaram a compra de um “engenho de açúcar, com muitos escravos, bois e bestas”. Isso sem contar no ouro e prata e “dinheiro amoedado que gastava com mal liberal”. As investidas injustas, objetivando tirada de dinheiro de indivíduos tão necessitados quanto às viúvas e órfãos, constituíram uma rede de poder jurídico⁹³ organizada. Formou-se um grupo guiado pela autoridade do ouvidor da comarca incumbido de arruinar os interesses alheios: “[...] este escrivão [...] por sua eleição se lhe dá e um ajudante que ambos **atormentam as viúvas e órfãos** que vão buscar no Amparo de Vossa Excelência⁹⁴”.

Esses apontamentos encaixam-se nas dificuldades identificadas que uma mulher desvinculada da jurisdição masculina poderia sofrer. E pedidos de tutelas de seus filhos ou de suas heranças não podem ser vistas como evidência de “emancipação⁹⁵” ou de livramento dos cuidados de um homem, sobretudo, judiciais. Tal qual uma mulher solteira, as viúvas por

⁹² Idem.

⁹³ Juiz de órfãos de Porto Calvo, Juiz de órfãos da Vila das Alagoas (José do Rego de Macedo), Promotor das justiças (mulato, Simão José Correia). **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 233 [Dezembro de 1787], fl. 02 e 02v.

⁹⁴ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 233 [Dezembro de 1787], fl. 01 e 01v.

⁹⁵ Tal linha interpretativa aparece no trabalho de Jeannie Menezes: MENEZES, Op. Cit., 2013.

mais que seus falecidos maridos tivessem tido uma vida de influências consideráveis, precisavam estabelecer suas próprias redes de relações sociais para fazer valer, por exemplo, a manobra da riqueza de seus filhos, de sua família⁹⁶. Toda ação que viesse dessas mulheres e mesmo seus direitos estavam subordinados às vozes e vontades daqueles que deveriam dar prosseguimento a processos⁹⁷ relativos aos seus interesses.

Naquele ano de 1787, conviver e ter que depender da ação de um Juiz dos Órfãos de conduta duvidosa era o obstáculo que se colocava diante de indivíduos possuidores de um estatuto social e jurídico que os impedia de tecer diretos investimentos acusativos em nome de alcançar a plena resolução de seus problemas. Seria difícil lidar, em Porto Calvo, com um Juiz dos Órfãos, grande traficante, e acusado de ter comprado terras através de ameaças que fazia, blindado por sua amizade com o ouvidor José de Mendonça. De maneira semelhante, apresentava-se como uma circunstância crítica permitir a consecução do ofício de Juiz dos Órfãos da Vila das Alagoas nas mãos de José do Rego Macedo, “roubador das contas” de seus fregueses⁹⁸. Enquanto aqueles homens gozavam da proteção do magistrado régio que servia no local, a sobrevivência de viúvas e órfãos estava na berlinda já que não se podia contar com a ação de magistrados, ou agentes camarários, responsáveis pelo levantamento de inventários, procedimentos relativos à tutoria e retirada, ou manutenção de bens e finanças no cofre dos órfãos.

Já foi dito que não é possível afirmar que Antônio Araújo representava judicial e diretamente mulheres e órfãos prejudicados. Porém, dentre as vertentes de análises do caso, as menções de tais acontecimentos, sem dúvida, atinge graus mais intensos que as simples menções anteriormente observadas. Ambos os momentos proporcionam a interpretação de que figuraram, naqueles momentos, a partir de um significado válido. Eram sujeitos/agentes históricos presentes, existentes que mesmo no pensamento jurídico e social da época influíam no meio em que viviam, servindo de base ou fundamento de argumentações de acusação e defesa. Esse poder invisível não deve ser deixado de lado diante do fato de seus nomes não terem sido lembrados e registrados por tantos acusadores.

⁹⁶ No âmbito dos agentes da Inquisição, é exemplar o caso de Catarina de Araújo, mulher viúva de um quase-familiar do Santo Ofício (morto durante as inquirições, em aprox., 1672), mãe de um Comissário do Santo Ofício, Sogra de um Familiar do Santo Ofício, que até metade do século XVIII vai administrar a sua casa e os planos de sua família, cf. MACHADO. Op. Cit., 2016. Acerca de mulheres e posses de cargos administrativos, cf. MARQUES, Dimas. “Elites administrativas e a dinâmica da distribuição de cargos na Comarca das Alagoas (séculos XVII-XVIII)”. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). Alagoas e o império colonial português: ensaios sobre poder e administração (séculos XVII – XVIII). Maceió: Cepal, 2011, pp. 134-147.

⁹⁷ Essa questão será melhor desenvolvida no Capítulo 02.

⁹⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 233 [Dezembro de 1787], fl. 01v e 02.

Isso não significa afirmar que estiveram diretamente em contato com aquele homem, mas implica problematizar até que ponto deve-se excluir a possibilidade de terem feito parte de redes clientelares em comum, fosse pelo desenvolvimento de relações sociais exclusivamente suas ou forjados por seus falecidos maridos. Para o caso de Antônio de Araújo o motivo de força circunstancial que desemboca na hipótese de que aquelas viúvas podem ter estabelecido contatos com aquele homem está explicitado no mesmo discurso, quando salientou:

E falando no Cartório da Correição, cujo **escrivão, como Demônio infernal tem devorado a todo o Povo**, porque entregando-lhe o Corregedor todos sem ao menos inquirir a uma só testemunha, são tantas devassas quantas quer tirar o Escrivão e **são tantos os culpados quantos são as pessoas do seu aborrecimento** ou do seu interesse tendo o livre arbítrio de culpar inocentes, e perdoar nocentes⁹⁹.

O magistrado régio e seus agentes, habilitados (nas formas da lei ou nas interpretações individuais dela) a infringir querelas e essa licença forjada, somado a interseção constante que se fazia nos assuntos e cofres dos órfãos, transparecia como um motivo considerável para a ausência de queixas realizadas por mulheres e seus procuradores (quando possuíam cabedal para tal). O quadro que se apresentou, naquele mês natalino do ano de 1787, deixou nítida a iminência de ser envolvido em pendências judiciais, uma vez que se colocasse contra aqueles agentes, pois se executava “devassas tiradas **de casos não acontecidos**”. As apelações para a Relação da Bahia: fora de cogitação, pois também estariam a cargo da intermediação do magistrado: “**sentenças são dadas sem apelo**, ainda nos crimes atrozes¹⁰⁰”.

Dentre esses pontos, é necessário atentar para uma defesa indireta ou informal que pode ter existido suplantado em aspectos circunstanciais que prejudicariam intimamente as honras, finanças ou *status* social que viúvas e seus órfãos possuíssem. Tem-se um caso vivido na Comarca das Alagoas de finais do século XVIII e a identificação da possibilidade do forjamento de relações sociais, por mulheres, com o aparelho jurídico local, ou costumeiro¹⁰¹. Além da constatação que as transformações¹⁰² no quadro judicial do Império português não ter sido solucionador de problemas de ordem quase natural que eram os processos jurídicos dependentes de heranças, inventários e testamentos.

⁹⁹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 233 [Dezembro de 1787], fl. 01v.

¹⁰⁰ *Idem*.

¹⁰¹ THOMPSON, Edward. “Costume, lei e direito comum”. In: THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁰² Sobre o paradigma individualista, ver HESPANHA, António Manuel. XAVIER, Ângela Barreto. “A representação da sociedade e do Poder”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal, o antigo regime* (vol. IV). Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992, pp. 121-145.

A impressão que as funções elegidas para o Ouvidor da Comarca das Alagoas deixa, realmente instiga a se pensar que, em teoria, como João Vilela do Amaral afirmara em 1720, os oficiais régios representaram mais uma via em aberto para viúvas, por exemplo, tão dependentes no auxílio e experiências de agentes de Justiça. Mesmo considerando essa possibilidade não se deve deixar de problematizar determinadas associações dessas personagens com as forças locais, visto que muitas vezes a presença de um oficial externo significou o desenvolvimento de sérios conflitos.

Choques entre as concepções de Justiça e sobre a contabilização de direitos do reino e consuetudinário foram recorrentes e, no geral, as mulheres das vilas da Comarca das Alagoas, certamente buscavam adentrar pelo caminho que lhe significasse êxito, não empecilhos. A consecução da necessidade de resoluções que só adviriam das atividades do ouvidor, constitui uma linha de raciocínio plausível para defender a hipótese de que, nem sempre as mulheres que dependiam da jurisdição daqueles homens faziam frente aos mesmos. Assim, “terceirizariam” sua voz, mesmo que para isso corressem o risco de transparecer como mero artifício argumentativo jurídico de acusação ou defesa. Isso porque se aquele mecanismo servisse para convencer o monarca ou seu secretário de Estado a tomar conhecimento da situação, seus anseios estariam sanados, independente de terem feito questão de registrar seus nomes.

Também é possível visualizar a inserção de mulheres da Comarca das Alagoas em situações mais incisivas em que a atuação de um magistrado era colocada a prova. Na Vila de Porto Calvo, sem edifício da Cadeia e Casa da câmara, e com os rendimentos locais guardados nas mãos de particulares poderosos¹⁰³, a criminalidade crescia e espantara João Vilela do Amaral quando do período de sua atuação (1716-1720). Em carta de 20 de abril de 1720, o oficial régio dissertou sobre sua última correição na região. Criticou severamente a forma como o Senado “porto calvense” lidava com seus presos, de forma a transpassar que juízes e vereadores agiam tal qual os criminosos, uma vez que os libertava sem penalizar por delitos. Dentre tais afirmações, não pôde deixar de salientar uma que certamente o chocou. Levando adiante suas funções judiciais de tirar devassas e aprisionar criminosos, Vilela do Amaral ficou surpreso com o fato de que: **“pretenderam tirar das mãos de uns soldados, duas mulheres culpadas na morte de seu marido e genro**¹⁰⁴”.

¹⁰³ A indignação de João Vilela do Amaral é demonstrada em carta de defesa contra as acusações que Manuel de Almeida Matoso em consórcio com as Vilas de Porto Calvo e Alagoas levaram ao rei. Possui fundamento ou fundo de poder ter sido verdade quando temos acesso a informação de que o dinheiro da câmara que seriam destinados às obras da casa da câmara e cadeia estavam no nome de suas mulheres viúvas. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 12 [09 de setembro de 1713], fl. 06.

¹⁰⁴ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 21 [17 de outubro de 1721], fl. 33v.

Os motivos que levaram a defesa de mulheres sentenciadas por tal delito não se pode contabilizar no discurso do ouvidor. E dentro das perspectivas existentes que acusaram o magistrado de agir num contexto totalmente adverso a idoneidade, torna-se questionável a execução de tal encarceramento. Culpadas ou, de alguma forma, vítimas de João Vilela do Amaral cabe averiguar que a investida de tentar tirá-las das mãos de soldados – devidamente habilitados pela maior autoridade jurídica a realizar tal prisão – significou que faziam parte de redes de sociabilidade fortes o suficientes para se fazem ativas naquele momento. Outra probabilidade se encontra na constatação da consecução e defesa acirrada de um direito colonial que lutava através de agentes locais ligados a câmara de Porto Calvo, ou não, para dar prosseguimento às formas costumeiras de resolução de tais conflitos.

De uma forma ou de outra as duas mulheres, ditas assassinas, contaram com a tentativa de terceiros de livrá-las da cadeia. É provável que elas mesmas tenham tido a consciência de uma negociação própria daquela localidade que não necessariamente lidasse com o aprisionamento, visto que os administradores da justiça locais, certamente, desenvolveram alguma forma de lidar com a falta de cadeia para a contenção de criminosos.

Nem sempre é possível observar de maneira crítica a menção a mulheres de forma a perceber ou poder lançar a hipótese de terem sido mais incisivas em determinados conflitos, requerimentos e petições do que as fontes deixam transparecer. O envolvimento da esposa de um homem acusado e sentenciado pelo Ouvidor Manoel de Almeida Matoso não é um desses casos. A probabilidade de participação efetiva daquela mulher na resolução ou apelação do pleito que se instaurou torna-se evidente nas linhas destrinchadas pelo desembargador da Relação da Bahia, Antônio do Rego e Sá Quintanilha. Tudo começou com a “perseguição” a Joseph Mendes da Cunha, contabilizada na residência do Ouvidor Manoel de Almeida Matoso, tirada por volta de 1726, sobre seus procedimentos entre os anos de 1720-1725. O sindicante do caso, em seu trabalho, tomou conhecimento de que o magistrado real mandara soldados do terço dos Palmares para prender Joseph Mendes da Cunha várias vezes “mesmo **sem ter culpa**”. Suas parcialidades na terra teriam sido sua maior motivação e outros parentes do mesmo sofriam com as mesmas investidas. Corriam os boatos de que as ordens recebidas pelos homens das armas eram de prender ou matá-lo. Com medo do cárcere e da morte, o capitão Mendes da Cunha fugiu para se esconder nas matas da Subauma (possivelmente situada na Vila das Alagoas). Sua fuga rendeu um tiro no joelho e a inevitável captura, feita por uma

esquadra de soldados. O capitão perseguido estava armado com uma espingarda de cinco palmos de cano, uma catana mais uma faca grande¹⁰⁵.

Outro processo teria sido iniciado “violentamente” contra o mesmo homem, quando, uma vez com o acusado por homiziado sob seu domínio, Manuel de Almeida Matoso mandou o cabo de esquadra assinar um pleito, como denunciante. Os soldados, “intimidados” serviram de testemunhas e foi escrito tudo o que “seu ódio lhe ditou” e “não o que as testemunhas diziam”. Para que a culpa se formasse “com alguma aparência de verdade”, forjou-se um recado de Mendes da Cunha, como enviado da prisão para sua casa. Assim, sua esposa foi envolvida no caso. Sua presença é quase imperceptível, mas não deixa de pontuar a significância que assumiu ali. Levado por um dos soldados fazia parte do recado encaminhar a espingarda que acharam com Mendes quando o prenderam. Ela deveria ser deixada em casa, em troca de um bacamarte que seria enviado quando lhe fosse solicitado. Surpresa, a esposa de Joseph Mendes da Cunha estranhou o recado. Não havia bacamarte em sua casa para ser enviado o que não dava sentido àquela fala ter sido enviada por seu marido¹⁰⁶.

Tomando conhecimento do caso através de testemunhas, o Desembargador da Bahia concluiu que o recado não poderia realmente existir e que se ele constava nos autos daquele caso, provavelmente seria falso. Infelizmente não há nenhuma inquirição anexada ao processo apresentado ao Conselho Ultramarino, donde essas informações foram retiradas. Antônio do Rego e Sá Quintanilha registrou aquela informação, bem como todas as outras da residência, como adquiridas e comprovadas por “grande número de testemunhas”. No capítulo 51 de uma residência de mais de sessenta itens de reclamação, o desembargador mostra-se muito bem informado a respeito da casa de Joseph Mendes e das armas que poderiam ou não ser encontradas lá¹⁰⁷.

Apesar da confusão que todo o pleito de Manuel de Almeida Matoso e mesmo da falta de testemunhas identificadas por meio da inquirição realizada pelo magistrado da Bahia, supõe-se que o desembargador fundamentou seu veredito final, a respeito do tempo de ouvidoria de Matoso, em relatos que foram ouvidos detalhadamente. O depoimento da esposa de Joseph Mendes da Cunha pode ou não ter constado nesse processo, se é que foi registrado algum processo de interrogação das partes¹⁰⁸. Mesmo assim, a utilização de um procurador ou de redes

¹⁰⁵ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 10v e 11.

¹⁰⁶ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 11.

¹⁰⁷ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 07 e 16.

¹⁰⁸ As Ordenações Afonsinas preveem a validade para testemunhos de “mulheres de boa fama”. “Como os testemunhos das mulheres de boa fama devem valer”. **Ordenações Del-Rei Dom Duarte**. Edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 469. Orde-

sociais pode ter sido essencial para a senhora Mendes da Cunha ressaltar qualquer recado duvidoso que tivesse recebido.

Não apenas responderia em defesa de seu marido, mas falaria em nome dela mesmo, como pessoa jurídica envolvida num pleito movido a “ódio e violência”, segundo o desembargador da Bahia. A acusação de resistência à prisão, que Matoso estava imputando ao seu marido também contava com sua direta colaboração, forjada na criação daquele recado. Tal crime podia punir seu marido com degredo para África, corte de mãos e até mesmo com a morte. Para além de Mendes da Cunha, é interessante pensar até que ponto sua esposa estaria implicada como colaboradora de tal ato. Se o recado tivesse sido verdadeiro, aquela mulher não só faria a troca das armas, como receberia uma prova de um crime e aguardaria instruções para dar início a um processo de resistência contra ministros da Justiça condenado por lei¹⁰⁹.

Mesmo que António Quintanilha fosse mais um dos parciais a Vilela do Amaral, é interessante observar-se a existência e contabilização da vertente da história ou da busca pelo registro dela – a residência de Matoso analisada é a segunda, realizada a pedido do próprio magistrado, sob alegação da primeira ter sido feita por um “amigo” de Vilela, seu reconhecido “inimigo”¹¹⁰. Outra vertente que deve ser colocada em jogo é a de que Mendes da Cunha talvez realmente tenha solicitado o dito bacamarte. Depois da fuga na mata ele pode ter se equivocado pedindo uma arma que não constava em sua casa, ou mesmo sua mulher podia não saber ao certo de que instrumento o soldado enviado estava falando. A senhora Cunha pode perfeitamente ter apreendido as informações, mas negado o recebimento da espingarda e se colocado no aguardo para enviar ao seu marido tudo o que lhe solicitasse em seu devido tempo. E esse tempo, que parece não ter chegado, teria sido utilizado, inteligentemente, quando da tirada de residência de Matoso. Ambos os lados, aponta para a probabilidade das mulheres terem utilizado formas de tornar notável ou necessário o que tinham a dizer. Fosse pela via de um profissional que provavelmente também estaria em favor das pendências de seu marido, pela amizade que o casal ou aquela mulher constituíra no dia a dia da Comarca das Alagoas, de modo a vir conseguir aparato financeiro para adentrar em litígios, ou mesmo pelas falas de Mendes da Cunha, uma vez solto da prisão.

O seu lado do acontecimento alcançou a residência do magistrado régio. É claro que, se seu marido ainda se encontrava em cárcere, quando daquele pleito administrativo, o lança-

nações Filipinas: Liv. I, Tít. CXXIV – Da ordem do Juízo nos feitos crimes, § 16. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, p. 1292.

¹⁰⁹ Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. XLIX – Dos que resistem, ou desobedecem aos Officiais da Justiça, ou lhes dizem palavras injuriosas. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, p. 1197.

¹¹⁰ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 39 [ant. 29 de Agosto de 1726].

mento da hipótese de se enxergar uma participação feminina no meio jurídico colonial torna-se muito mais concisa. Ela pode ter acionado testemunhas ou comovido determinados setores da população, através de algum poder simbólico que ela e seu marido, como capitão, pode ter exercido naquela sociedade. Ao longo desse trabalho essas sociabilizações serão postas a prova quando forem levados em conta processos judiciais protagonizados por mulheres, fossem brancas ou de cor. Mas, por hora, enfatiza-se, desde já, que esse caminho não é tido como desprovido de cargas de força consideravelmente colaboradoras na sobrevivência do dia a dia ou mesmo na tomada de medidas jurídicas. Para o episódio vivido por mulheres como a senhora Mendes da Cunha, essas “amizades” não estavam articuladas unicamente em relações amistosas ou financeiras constituídas no cotidiano. Apesar da circunstância em que o casal se encontrava, é necessário pensar sobre o símbolo que ambos representavam na comarca, onde eram moradores, pois o encaixe daquelas pessoas no meio pode ter sido fundamental para aquela mulher, mesmo com seu esposo na cadeia, ter sido capaz de acionar meios de fazer ouvir suas queixas através daquela residência tirada em 1726.

Para além do lugar que seu marido ocupou naquela sociedade, tem-se a necessidade de visualizar uma mulher envolvida num pleito tido como ilegal ou inexistente. Essa mulher, devidamente casada, constituiu imagens positivas ou negativas nas mentalidades daqueles que testemunharam toda a ação do magistrado contra seu esposo. Aqui, pode ser compreendido com mais vigor que sua conduta frente ao *habitus* do casal era o argumento principal que estava para ser utilizado. Diante do cárcere de Mendes da Cunha, sua mulher e seu estatuto proporcionariam em qualquer movimento de reação, uma defesa baseada e estimulada na sua posição social, econômica, moral e religiosa. Assim, se gozasse dos preceitos que aquele meio julgava como fundamentais à mulher, teria homens falando sobre o que lhe acontecera, depondo em seu favor e em nome de sua família.

Obviamente o custo de seu envolvimento não a tirava da posição que ocupava dentro de seu casamento e da sociedade. Como cúmplice, denunciante, testemunha de acusação ou defesa, a resolução daquele litígio, mesmo que tenha sido realizada pela voz de algum homem, teve que contar com o registro de um fato que dizia respeito diretamente a ela e que só ela poderia responder. A senhora Mendes da Cunha foi mencionada e mapeada pelo simples aparecimento dos substantivos “marido” e “mulher”:

[...] mandou o syndicado do soldado Bernardo Souza e ao Cabo de esquadra Paschoal Vieira que fossem [corroído] Jozeph Mendes e depois hú recado [...] dizendo que **seu marido** lhe mandava aquela espingarda com que se achava quando o prenderam que aguardasse e lhe mandasse hua bacamarte e

respondendo **a mulher do prezo** aos ditos Soldados, que seu marido não podia mandar lhe tal recado. Por que não tinha bacamarte algú [...]

Seu caso, que implicava não só ela, mas também seu marido, não alcançou nenhum requerimento próprio, ou individual, antes daquele processo instigado sobre Manuel de Almeida Matoso – isso segundo António Quintanilha. Essa ausência de reação jurídica pode advir de uma série de motivos, dentre eles, a consecução da ação do magistrado que os implicava ou a falta de meios que viabilizassem procedimentos outros para além da justiça dentro da comarca. Ainda assim, mais tarde, representou o papel de agente histórico, como indivíduo que em busca da resolução de suas causas – ou tendo seu depoimento manipulado aos interesses de um desembargador da Relação da Bahia e suas conexões com agentes que serviram naquela região¹¹¹ – incidiu sobre o destino ou contabilizações a respeito dos costumes e procedimentos de um oficial régio, a partir de sua queixa ou presença no meio jurídico. Tornou-se essencial por afirmar a invalidade da atuação do magistrado Manuel de Almeida Matoso que iniciou seus problemas com Joseph Mendes da Cunha acusando-o de um crime não documentado, mas apontado como inexistente.

Seu testemunho assumia posição legal fundamental na implicação dos atos do ministro que fora da Comarca das Alagoas, pois em suas atitudes, desde as ordens que diziam aos soldados enviados que podiam prender ou matar seu marido, demonstra-se a antecipação de uma pena prevista aqueles que resistissem a ação daqueles homens¹¹². Tal atitude também podia intermediar perspectivas sobre Matoso ter planejado cautelosamente e de acordo com o texto jurídico como iria prejudicar aquele homem e sua família. Não é possível afirmar até que ponto a esposa do acusado do mesmo modo estivesse prestes a ser emboscada, mas é certo que se a troca das armas fosse realizada outras opções de atuação ou de ênfase na resistência pudessem ser retiradas dali com mais concretude.

A ideia principal não é forçar poderes simbólicos ou práticos que direcionem o leitor, unicamente à possibilidade de viúvas, casadas ou homicidas terem exercido papéis para o atendimento de suas necessidades. Mas, de fato, aqueles registros (sobretudo, o da senhora Mendes da Cunha) ou menções podem ter colaborado para a resolução dos problemas daquelas mulheres. De outro lado, há a alternativa de aquelas mulheres e as menções às viúvas e aos órfãos terem sido fruto de uma experiência ou *modus operandi* da época, onde as argumenta-

¹¹¹ Essa vertente fundamenta-se na possibilidade de Antonio de Sá Quintanilha também ser um dos parciais de Vilela e por isso, ter contabilizado ou exagerado indagações contra Manuel de Almeida Matoso para a manutenção de sua amizade com aquele que havia sido o ouvidor das Alagoas.

¹¹² Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. XLIX – Dos que resistem, ou desobedecem aos Officiais da Justiça, ou lhes dizem palavras injuriosas. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, p. 1197.

ções se baseavam em recorrer aos casos daqueles indivíduos considerados inferiores. As duas opções interpretativas esclarecem que o texto do direito e as noções básicas de justiça que se formaram a seu respeito não eram de ordem *natural* como à época se afirmava, mas que agir por tais caminhos podia ser imprescindível para a tomada do relativo controle por parte daquelas mulheres desamparadas dos raios de ação de homens.

Dependia de concepções de mundo dos que dominaram e dominavam o campo jurídico e de sua capacidade de adaptação a tais preceitos, pois apesar da existência de um arcabouço para salvaguardar determinados pontos. Ora, além disso ainda deve ser considerado os interesses das mais variadas perspectivas para analisar um litígio, seja ela resolvido, em ativação ou andamento¹¹³. Essas concepções, somadas a conduta e redes nas quais adentravam, determinavam as possibilidades de produção dessas defesas indiretas que de alguma forma podia representar um acerto de contas para as honras femininas ou daqueles que estivessem vinculados a elas¹¹⁴.

2.4. A compreensão sobre seu lugar e a busca por auxílio jurídico.

É interessante perceber possibilidades de indivíduos subalternizados exercerem papéis importantes dentro da formação ou desenvolvimento de litígios, fossem de ordem da justiça local ou da ouvidoria da Comarca das Alagoas. Nesse campo a pesquisa se volta para problematizações de vestígios capazes de comprovar, mais do que hipotetizar, a concepção de justiça por mulheres. O aspecto diferencial gira em torno de estarmos prestes a observar um caso protagonizado por mestiças escravizadas. Suas súplicas não chegaram a ser registradas na documentação utilizada neste estudo, mas fica latente o incomodo que geraram nas forças locais, por terem descoberto outras formas de ação eficientes para garantir seus interesses.

O destino dos povos indígenas transpassava por âmbito jurídico, pelo menos desde 1570¹¹⁵, quando diversas resoluções passaram a ser imputadas, variando entre a defesa da liberdade ou cativeiro de tais indivíduos. Imagina-se que tais oscilações devem ter gerado

¹¹³ BOURDIEU, Op. Cit., 2012.

¹¹⁴ No próximo tópico esta questão será aprofundada através da observação do estatuto jurídico e conduta judicial da mulher incidindo diretamente nas visões da posição social suas e daqueles que estavam unidos a elas.

¹¹⁵ A questão sobre a liberdade dos índios ia tomando formas jurídicas desde 1570 que variavam entre . do D. Sebastião “decretou que eles ficariam livres, salvo se fossem aprisionados em guerra justa empreendida por sua ordem”. Depois disso, em geral, houve Filipe III que saiu em defesa dos indígenas com as resoluções de 1605 e 1609 que ressaltavam que mesmo que tivesse sido aprisionados por guerra deveriam ser considerados livres. Em 1611, índios escravos se fossem revoltosos. Depois foi a vez de D. João IV, em abril de 1655, declarou como escravos os índios aprisionados na guerra justa, que impedissem a expansão do evangelho, e os que fossem vendidos amarrados por cordas. FREIRE, Pascoal José de Melo. Livro 2, pp. 15.

confusões, em determinados momentos no cotidiano das Conquistas Ultramarino, tanto para a justiça local quanto para os magistrados régios. Foi em 1680, D. Pedro II aboliu, por completo, o cativeiro, garantindo total liberdade de indígenas¹¹⁶. Esse e outros decretos emanados pela força monárquica foram assimilados pela Comarca das Alagoas sob a jurisdição da Capitania de Pernambuco e incidiu diretamente no governador e bispo local a responsabilidade de dar conta ao rei a respeito de transgressores.

Essas linhas garantem um melhor entendimento acerca da carta expedida pela Vila de Penedo a D. João V, em 02 de agosto de 1746. Nela, os oficiais da câmara questionavam algumas provisões em favor dos índios. Obviamente, não o fazia de forma agressiva ou discordante. Na verdade, montou-se um discurso cuidadoso ao destrinchar sobre assunto tão delicado. As ordens de Vossa Majestade não eram prejudiciais, sendo justamente “em favor dos Índios”. No entanto, uma “**resolução tão pia, como Católica**” havia instigado o “**abuso da graça**” por escravos e **escravas**, bem como sua constante fuga. Tentavam persuadir ser a provisão régia seu princípio “**muitos de longe índios**”¹¹⁷.

Os responsáveis pela administração da Justiça local chegaram a insinuar uma verdadeira organização contra o direito do reino, capaz de atingir não apenas a Capitania de Pernambuco, mas também a de Sergipe Del Rey e a da Bahia. Tais investidas que perturbavam o sossego de senhores da Vila de Penedo e Sertão adentro, eram protagonizadas por “Índios e soldados do Palmar”, por “gente de todas as nações”: “índios, Negros, e alguns brancos”, todos “vadios e malfeitores”. Mas não era apenas o sossego daquelas capitanias e daquela vila que estavam em jogo. As constantes fugas, furtos e latrocínios patrocinados, representavam verdadeiros indícios de um futuro incerto.

E se Vossa Majestade não mandar obviar estes desacertos, estamos certos, que vindos com Algumas Aldeias de Índios a eles agregados, breve **nos faremos uma tal guerra**, que quando a misericórdia de Deus permita, sairmos delas vencedores, será com **muita perda de vidas dos mais leais vassallos** de Vossa Majestade, e de nossas fazendas, pois esta casta de gente de uma tal natureza, e consternação, que **neles se não descobre fé não se acha ley**, não se divisa lealdade, e **nus de toda a verdade**¹¹⁸.

Dentro de tantos apontamentos negativos a respeito da índole da população residente no Palmar, parece um pequeno paradoxo afirmar a falta de lei para acusar indivíduos de abu-

¹¹⁶ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos 1635-1665**. Recife: FUNDARPE, 1983, pp. 109.

¹¹⁷ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 116 [02 de agosto de 1746], fl. 01.

¹¹⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 116 [02 de agosto de 1746], fl. 01v.

sar de provisões régias. Diante dessa problematização, sublinha-se a fuga de mulheres da escravidão que lhes eram impostas sob circunstâncias de que as leis do reino protegiam aqueles que adviessem de uma descendência indígena. É possível, dentre as linhas escritas ao rei para a câmara de Penedo, contabilizar o número de cativas que acabaram sendo resgatadas ou “furtadas” de seus senhores.

Sentir a necessidade de auxílio judicial, certamente, foi recorrente para diversas pessoas naquela sociedade, mas não se pode afirmar com toda a certeza até que ponto mulheres – ou outros indivíduos de grupos ou estatutos considerados inferiores – sabiam a respeito do que lhes pertencia por direito. O que parece ter chegado às mulheres com toda a força e gás dizem foram concepções acerca de seu sexo e de um comportamento que lhes era esperado, sobretudo, pela via da Igreja, família e sociedade. Para falar dessas mestiças em fuga a hipótese contorna uma concepção que se expandia entre aquelas personagens mais fragilizadas, induzindo-as a agirem.

Quadro 01: Senhores que apresentaram queixas contra a fuga de seus escravos (1746).

Nome do dono	Local	Fuga em nº e qualidade
João Dantas Araújo	Penedo ¹¹⁹	05 mestiços
Antônio de Barros Macedo Leite	Penedo	03 mestiços
Antônio Dias Barbosa	Penedo	03 mestiças
Domingos da Silva de Mello	Penedo	01 mestiça
Belchior de Barros Galvão	Penedo	04 mulatos
Ignácio Pereira Peixoto	Penedo	“outros tantos da mesma destendência ¹²⁰ ”
João Nunes	Cap. Sergipe	02 mestiças
Mariana de Araújo	Com. Alagoas	“uns poucos de mestiços”
Manoel Pereira	Penedo	01 mestiço
Manoel Fernandes Ventura Rabello	Penedo	01 tapuio
-	Cap. PE e BA	“outros muitos”

Dentre a apresentação do quadro explicativo, pode-se afirmar que, de acordo com a fala da câmara, pelo menos 06 escravas mestiças estiveram cientes de um regimento que dizia respeito à liberdade de indígenas. Com tais afirmações é possível perceber que reclama-se

¹¹⁹ Damião Araújo, escrivão da câmara da Vila de Penedo, fez questão de enfatizar a procedência dos donos que não residiam na jurisdição daquele Senado. Por conta deste detalhe considera-se que todos aqueles cuja indicação não constou residiam naquela mesma vila. Qualquer equívoco por conta desta escolha de interpretação é de minha responsabilidade.

¹²⁰ Da mesma referindo-se ao caso anteriormente citado, da fuga de 04 mulatos pertencentes a Belchior de Barros Galvão. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 116 [02 de agosto de 1746], fl. 01.

menos das decisões régias e mais das manipulações que aqueles personagens faziam a seu respeito. Tratava-se de uma ordem de 05 de novembro de 1700, na qual foi estabelecido que o Ouvidor geral (no caso, da comarca das Alagoas) ou Governador de Pernambuco estavam habilitados a servir de juiz privativo das causas dos índios e tapuias da Capitania. E de duas outras resoluções de 1701, também levadas em consideração pelo monarca. Uma delas previa a fuga de índios para aldeias que lhes pertenciam. Nestes casos o Governador e Ouvidor deveriam ouvir as partes em voz, sem “figura nem estrepito de juízo”, nem despesas dos índios. Não deveriam ser retirados de seu paradeiro natural antes do devido julgamento que seria decidido em brevidade e sumariamente. A segunda salientava pontos a serem considerados quando se tentava vender indígenas, sobretudo, por questões de dúvidas sobre a procedência da escravidão de tais indivíduos. Aí era preciso uma averiguação a partir da contabilização das diferentes perspectivas, sendo legadas apenas as mais causas dos índios e tapuios a desnecessidade de ouvir as vozes.

Em resposta as sérias acusações levantadas por aquela câmara o rei pediu notícias sobre aqueles conflitos, tendo sido informado sobre a procedência de tais reclamações em 28 de novembro de 1748, pelo Governador de Pernambuco. Segundo o agente, o ofício não merecia crédito algum, já que o objetivo dos senhores do sertão era fazer de índios seus cativos, impedindo-os de toda a sorte de contar com a colaboração de juízes régios¹²¹. Em outro momento, num escrito posterior, um parecer mais conclusivo apontava que os índios “**não são capazes de terem boa nem má inteligência** [d]as ordens de Vossa Majestade”, o que pode ser avaliado como uma reafirmação de que as provisões régias que lhes diziam respeito existiram a cargo de prever determinadas circunstâncias, não significando investimento na circulação de informações (por parte da justiça secular, pelo menos) ou constatações de fugas como resultado de adequações e ações segundo o direito que lhe era consagrado.

Se os índios fugiam, sem conhecimento das leis, segundo aquela perspectiva o faziam apenas em consequência de atos violentos de senhores que lhes imputava a escravidão, não é perdido totalmente um fio condutor sobre concepções de justiça que lhes eram inerentes diante das ações de resistências investidas. Ou, direta ou indiretamente, o governador concordava com a câmara de Penedo quando enxergava indígenas sem fé, **nem lei** ou lealdade. Por outro lado, percebe-se que as informações sobre as acusações levantadas pelos homens importantes da Vila de Penedo foram investigadas quase que exclusivamente em se tratando da causa indígena. Não desconsidera-se a violência prática e simbólica que advinha da existência de uma

¹²¹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 116 [02 de agosto de 1746], fl. 04.

lei para indígenas que, em teoria, não servia ou era aplicada. Muito menos deve ser amenizada a constatação de que em Penedo e Sertão adentro os objetivos de senhores era a escravização de homens protegidos por ordenação régia – desobediência direta a jurisdição do governador de Pernambuco, mas também a vontade do monarca.

Porém, salienta-se que o que foi registrado na carta de 1746 dizia respeito a indivíduos mestiços e mulatos e não indígenas. É compreensível que o governador de Pernambuco defendesse outro agente régio, desviando o assunto para salientar acerca do problema do desrespeito a proibição da escravização de índios, negando a o desserviço do Ouvidor da Comarca das Alagoas (e mesmo o seu) para o controle da observação de tal obra. Contudo, a ausência de uma resposta do governador de Pernambuco sobre notícias de procedimentos de indivíduos de qualidade mestiça que vinham imprimindo fuga conduz a análises outras. Observa-se um ato de resistência daqueles personagens.

Seguindo a linha de raciocínio da carta escrita em 1746, na Vila do Penedo, pode-se chegar a óbvia conclusão de que indivíduos mestiços souberam compreender os direitos que metade de seu sangue possuía. Lembre-se que foi insinuado, pelos oficiais de Justiça da câmara, que havia uma indução dos cativos à fuga. O ato de resistência compartilhado por homens e mulheres mestiças toma outras proporções que escapam das afirmações de desprezo e ignorância de provisões régias. Para fugirem e enfrentar seus donos com tanta segurança a possibilidade de que estavam cientes e de que foram capazes de tramar a manipulação das provisões do começo do século toma uma força maior neste ponto interpretativo. Parte-se da ideia de que não foram exclusivamente homens, mas também mulheres capazes de acolherem e assimilarem um viés de acordo com uma proteção que lhes era esperada. No caso das mulheres, a interpretação pode alçar voos mais altos. Como a escravidão era uma condição passada de mãe para filho, pode ter acontecido de que, filhas de mães indígenas, as mulheres mestiças que fugiram tinham uma certeza mais do que absoluta de que eram livres também. Provavelmente esse pode ter sido um dos argumentos-chave para que os homens também tivessem fugido. Mais do que metade-sangue ameríndio, seria o sangue de sua mãe indígena livre pela lei que garantiria àqueles personagens a motivação e a certeza de que poderiam abandonar seus cativos.

Já foi mencionado anteriormente que o intelecto feminino e suas capacidades não era de todo ignorado pela doutrina e pensamento político e jurídico que lhes era contemporâneo. Mesmo a existência de uma série de livros e apontamentos filosóficos que confirmavam a menor dignidade da mulher, a força de sua mente não era tida como etéreo. Dentro dessa linha de raciocínio é importante ressaltar que apesar da grande maioria de mulheres que figuram em

documentos aqui analisados serem as brancas luso-brasileiras, a existência das negras e cativas não será passada em branco. Essa simples menção sobre uma “concepção de justiça” por parte de escravas mestiças inferem em entender de uma vez só as indígenas e africanas. Sem a educação que mulheres donas ou filhas de donas as mulheres de cor certamente sofreram mais os abusos masculinos tanto sexuais quanto judiciais. Contudo, pode ser que o desconhecimento formal daquele aparato comportamental tenha proporcionado estarem mais atualizadas a respeito de leis que vigoravam em sua defesa.

3. Conclusão.

O propósito da observação das “mulheres sem nome” é obter uma análise geral sobre seu estatuto jurídico. Diante de tal problema, foram problematizadas as menções a mulheres dentro dos discursos de acusação e defesa produzidos por agentes locais de justiça que exerceram na Comarca das Alagoas para se ter acesso a percepção daquela região a respeito das personagens femininas. Isso proporcionou discussões que enxergam o comum ou corriqueiro como representantes de um aparato doutrinal e jurídico em vigência da América portuguesa. Dizer isso implica realçar que as falas que, *a priori*, podem ser encaixadas unicamente no âmbito apelativo, na verdade revelam conexões fortes com a ideia de direito natural, local e régio. Em outras palavras, as investidas na criação de artifícios narrativos não dissimulam a moral ou a verdade em que se pautava.

Ao fazerem referência à presença da mulher mostrou-se uma concepção acerca do estatuto jurídico feminino em voga. Viu-se que em algumas horas sua existência foram associadas a ativação das funções protetivas das câmaras em relação as senhoras e a população; e em outras foram apontadas como causas dos desvios da justiça executada pelas mãos de magistrados régios. Além dessa clara demonstração e adequação aos preceitos teológicos e doutrinários sobre o feminino, aqueles discursos evidenciavam (ou queria fazer evidenciar) a implicação de tais indivíduos no aparelho jurídico “alagoano”. Invocava-se as principais responsabilidades masculinas, em manter o equilíbrio e a paz para o bem e desenvolvimento da monarquia e salvaguardavam as funções do rei e do direito local que havia sido colocado em cheque.

Não é difícil contabilizar na interpretação de tais alusões as mulheres a possível influência indireta ou informal daquelas agentes sociais dentro do convívio jurídico local. Apesar de serem apresentadas como argumentos para um fim também podem ser representativas de aspectos de poder que o grupo feminino pôde utilizar. Nessa linha de raciocínio, é preciso

compreender que o arcabouço linguístico forjado em sua defesa (diretamente ou não) demonstrava especificidades judiciais que podiam dissimular seus pormenores uma vez colocados sob a perspectiva leiga. Dessa forma, considera-se a concorrência de prováveis poderes femininos concorrentes com o desenvolvimento de um campo da justiça que se fechava em si mesmo, transpassando uma aparência irreal sobre a proximidade de concepções e visões de mundo.

A relatividade do poder que as mulheres poderiam alcançar naquele período se faz presente a partir daí. Pois a entrada no âmbito jurídico da Comarca das Alagoas do século XVIII implicava enquadrar-se nas expectativas que seu estatuto lhes permitia. Assim, forjaram-se meios de consecução de seus preceitos a partir da manipulação argumentativa pela via judicial que passava a impressão de possibilidades de êxito e de poder. Poder este ainda subordinado, submisso e somente possível de acordo com requisitos e outras sujeições.

CAPÍTULO 02: O crime de ser mulher sob o prisma da justiça secular.

Já foram apresentados os problemas em que se envolveu o e ouvidor da Comarca das Alagoas, João Vilela do Amaral, dentro de seu período de atuação: 1716-1720. As impressões desenhadas revelavam um quadro preocupante, visto que o magistrado, segundo as acusações, exercia seu ofício, sobretudo, em nome de arrecadar fundos para uso particular. Além disso, tinha amizades com indivíduos considerados criminosos, desrespeitava a população, seus principais representantes e direcionava suas decisões judiciais de acordo com relacionamentos ilícitos que desenvolvia com determinadas mulheres, mesmo contra o direito. Paradoxalmente, essas mesmas relações em desacordo com a justiça régia e religiosa foram postas em evidência por Vilela do Amaral. Na Vila do Penedo, registrou-se a proliferação da condenação de indivíduos por crimes de tal ordem. As investidas do magistrado, em solucionar tais litígios, fazia parte de sua jurisdição pela vigência dos delitos considerados de *mixti-fori*¹.

A constituição de crimes sob o prisma do pecado implica o entendimento de que sintetizavam ou concretizavam, sobretudo, para o caso da mulher, uma ordem social em vigência. Ora, enxergavam-se as mulheres como principal e, talvez, única motivadora de tal descaminho². Por conta dessa concepção era a posição do sexo oposto ao do homem que saíria culpada e criminalizada por sua “natureza”, e as apreensões de feitos como aqueles puniam, quase que da mesma maneira, as mulheres, independente dos estratos sociais ao qual pertencessem. Esse pé de “igualdade” na imputação do que era condenável à mulher pode ser utilizado como principal eixo capaz de explicitar que se tratavam também de indivíduos subalternizados mesmo que fossem senhoras tidas por brancas ou respeitáveis³.

Observar os pormenores dos procedimentos contra o delito do amancebamento, instaurados por um magistrado régio e não eclesiástico pode estabelecer pontos substanciais para a compreensão de conflitos sobre as imagens jurídicas das mulheres na Comarca das Alagoas. Assim, será possível responder acerca de pontos de acusação, possibilidades de defesa e elementos sobre a concepção local e reinol do concubinato e da concubina. As análises a seguir se fundamentarão nos princípios jurídicos e buscará hipotetizar indícios de formas de justiça secular que se desenvolviam na Vila do Penedo de 1722. Isso não quer dizer que a problema-

¹ Ordenações Filipinas: Liv. 2, Tít. IX. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 2º Tomo, pp. 428-429.

² Interessante conferir os artigos que compõem as obras coletivas, LIMA, Lana Lage da Gama (org.). **Mulheres, adúlteros e padres: História e moral na sociedade brasileira.** – Rio de Janeiro: Dois Pontos Editores, 1987. DEL PRIORE, Mary (org.). PINKSY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil.** – São Paulo: Contexto, 2013.

³ DAVIS, Op. Cit., 1997.

tização sobre o lugar das mulheres estará em menos evidência, apenas confirma-se a execução da Justiça como fio condutor desta pesquisa.

Aproveita-se a oportunidade para demonstrar uma visão que vai um pouco na contra-mão do que já é estabelecido sobre o crime de concubinato, qual seja: de que, com o decorrer do tempo, saiu “costumeiramente” da alçada de *mixti-fori* e foi cada vez mais absorvido pela Justiça Eclesiástica⁴. Longe de derrubar esse pressuposto, esse capítulo tem uma função original de trazer de volta o estudo dos crimes tidos como de moral e “religiosos” para a alçada civil, onde os juízes ordinários e outros magistrados se envolveram. Como é de se esperar, o concubinato envolvia homens e mulheres, e, nessa dissertação, focar-se-á na participação das segundas, viabilizando, assim, a proposta do trabalho como um todo: estudo da justiça e da maneira como as personagens femininas foram engolidas por esse mundo e ao mesmo tempo tentavam se valer dele.

1. O pensamento jurídico na visualização do concubinato.

O concubinato pelo que demonstram recentes trabalhos de pesquisadores em âmbito espanhol e português tornou-se recorrente em se tratando de criminalidade feminina⁵. Geralmente foi associado às relações de adultério e desrespeito a castidade. A diferença entre este e os “casamentos irregulares ou clandestinos” demonstra que a perseguição ao “pecado” assumiu o lugar de protagonista, sobretudo, nas missões da Contrarreforma Católica na América Portuguesa⁶. De um lado, na cultura europeia havia as uniões entre homens e mulheres que apesar de fora dos padrões instituídos pela Igreja Católica, possuíam relativo reconhecimento do direito do reino e da comunidade. De outro, fossem “casamentos de Direito, de feito ou de fama pública” diferiam-se, por essência, da concepção de “concubinato moderno”. Ambas as situações eram mal vistas, hostilizadas e combatidas pela Igreja, com a variante de que a instabilidade do concubinato de além-mar era a maior representante de “ameaça à ordem familiar”, bem como sua “durabilidade”, “publicidade” e “escândalo” – é provável que o escândalo adviesse, sobretudo, do envolvimento de indivíduos de posições contrastantes no *ordenamento social*. Foi um elemento que serviu como eixo principal dentro da religião católica e em

⁴ CARVALHO, Joaquim Ramos de. “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal: A idade moderna**. Direcção de José Mattoso. – Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011.

⁵ BRAGA; HERNANDEZ, Op. Cit., 2015.

⁶ Sobre o Concílio de Trento e a sua transposição para os trópicos, VAINFAS. Op. Cit., 2010, em especial o primeiro capítulo.

associação com a jurisdição régia para categorizações negativas de uma população e sociedade em formação⁷.

Mesmo tendo se tornado recorrente em solo americano, o concubinato se diferia do “casamento costumeiro e clandestino”, pois sequer encaixava-se na ideia de gerar alguma espécie de coabitação conjugal. Formou-se na concepção dos homens eclesiásticos, a noção de que era um pecado a ser aniquilado do cotidiano da população ultramarina e até do clero. Propagavam-se os benefícios do casamento e do celibato, rejeitando qualquer tipo de união entre homens e mulheres que pudessem se concretizar na livre fornicção ou adultério. Rejeitava-se o amancebamento por ser ilegítimo dentro do direito canônico e por concretizar uma forma de viver avessa a fixidez que o matrimônio religioso possuía. Pode-se dizer, de maneira geral, que se firmou como um “crime” por sua existência implicar, conseqüentemente, no desprezo a dois mandamentos divinos – o sexto (castidade) e o nono (fidelidade no matrimônio). Era a ideia de homens e mulheres casados que se envolviam com outras pessoas e, também, de pessoas solteiras que não pretendiam elevar-se ao estado de casados – isso não anulava a condenação a nubentes que antecipassem sua vida sexual antes do ritual católico estipulado⁸.

Se levarmos em conta o interdiscurso dos regimentos existentes contra os relacionamentos concretizados em amancebamento, pode ser visualizado que além de proteger as “leis divinas e naturais”, elegendo o matrimônio como o menor dos males, a Igreja Católica investia em anular conexões que pudessem ocasionar misturas étnicas, quando se tratava da América portuguesa. O homem branco, em Conquistas Ultramarinas a partir do que se pode chamar de “pastoral do medo” passou a conceber como corretas apenas as uniões estipuladas pela religião dominante e entre pessoas de mesma posição social. Os eclesiásticos em primeiras visitas da Inquisição, e mesmo nas inspeções eventuais de bispos, tomaram os casos que encontravam pelo caminho como exemplo do castigo divino na terra e da seriedade e rigidez com a qual a instituição religiosa pretendia lidar acerca desses “desvios”⁹.

É possível pensar na aversão jurídica para o entrelace de indivíduos de “qualidades” e “condições” distintas. Além do contraste que essas relações representavam para o “equilíbrio da natureza”, há de se considerar a perda de poder que afligiria a parte melhor posicionada da ligação. Em outras palavras, é necessário trazer para análises a respeito do matrimônio entre

⁷ Sobre o concubinato, ver: VAINFAS, Op. Cit., 2010, pp. 105-109. SILVA. Op. Cit., 1984. FARIA. Op. Cit., 1998.

⁸ VAINFAS, Op. Cit., 2010, pp. 125-130. SILVA. Op. Cit., 1984. FARIA. Op. Cit., 1998.

⁹ VAINFAS, Op. Cit., 2010, pp. 59-60. FEITLER, Bruno. **Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil: Nordeste 1640-1750.** São Paulo: Alameda, 2007.

peças de categorias sociais diferentes, as principais prerrogativas do pensamento religioso e jurídico em vigência no Antigo Regime. A produção e reprodução de uma visão de mundo baseada nas diferenças étnicas e religiosas fundamentavam suas principais ideias nas imagens da “natureza”. As constantes assimilações do homem como advindo do natural, do mundo animal, possibilita visualizar a renegação do casamento de uma mulher preta forra com um branco, por exemplo, como um “desvio” da natureza, visto o equilíbrio estar desenhado na união de pessoas iguais¹⁰. O homem ou mulher branca que escolhesse oficializar uma relação com alguém de fora da camada “qualitativa” a qual pertencia, podia ser interpretado como indo contra o equilíbrio das coisas. E isso, apesar de certamente ter sido ignorado pela maioria da população advinda de grupos sociais menos privilegiados, também pode ter representado para eles a perda de força.

O peso do sangue podia ser observado como desprezado no cotidiano, sobretudo, com a comprovação da existência e proliferação do concubinato na América portuguesa e do alto índice de mestiços no Brasil¹¹. Contudo, o simples fato dessas relações não terem ocasionado ligações matrimoniais mesmo quando não se tratava de casos de adultérios, pode ser explicativo da presença de elementos na mente daquela população para além da “vergonha¹²”. Recorre-se à assimilação acerca do sangue que corria nas veias de cada indivíduo como linha essencial que estruturava o *ordenamento social* do Antigo Regime português e nos Trópicos. Em suma, mesmo com a ocorrência de uniões ilícitas que geravam filhos mestiços que, com o tempo, se tornariam o grosso da população colonial, a “pureza de sangue” ditava ainda as ordens da estabilização social, centrada no Direito e na perfeição de todas as coisas em seus devidos lugares¹³.

O pensamento que se instalou aos poucos criou e recriou através desses pequenos rastros a posição da mulher naquela sociedade. Por definição de dicionários do século XVIII¹⁴, o significado da palavra “concubinato” e seus derivados podem ser encontrados em Rafael Blu-teau. No compêndio, datado de 1712, é possível identificar a presença dos signos: “concubi-

¹⁰ O pensamento teológico utilizou-se dos textos de Aristóteles para compreender a natureza das coisas e das animais dentre elas, os homens. HESPANHA, Op. Cit., 2010.

¹¹ Esse tipo de interpretação partia de leituras enviesadas de Gilberto Freyre em torno de uma “democracia racial”, em que o português estava apto, desde o início, a aceitar outros grupos sociais em seu seio. Tal linha de raciocínio foi usada pelo regime salazarista em Portugal para evitar avaliações sobre o racismo lusitano.

¹² VAINFAS, Op. Cit., 2010.

¹³ Imprescindível a leitura de BOXER, Charles. Relações raciais no império colonial português, 1415-1825. – Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1967. Sintetizado em BOXER. Op. Cit., 2002, pp. 262-285 (capítulo “Pureza de sangue” e “raças infectas”).

¹⁴ Todos os dicionários que vão ser citados a respeito do século XVIII e XIX estão disponíveis em: http://www.brasiliana.usp.br/search?order=DESC&rpp=10&sort_by=score&page=2&group_by=none&etal=0&view=listing&fq=dc.subject%20t:dicion%C3%A1rio. 01/JAN/2016.

na”, “concubinário” e “concubinato”. Logicamente a “concubina” referia-se a posição da mulher dentro do amancebamento: “mulher com a qual habita, e coabita um homem, como se fora sua própria mulher”. Sobre o “concubinato” o que se registrou foi que se tratava de desvios de homens casados. E não nos deixemos iludir pelo termo “concubinário”, pois não se tratava de abarcar a parte masculina da relação ilícita, tendo Bluteau simplesmente enfatizado a procedência não latina da palavra. Ao que parece, dentro das distinções das expressões, tratava-se de um “desvio” de conduta basicamente proporcionado e dependente da ação das mulheres¹⁵. Essa vertente de interpretação pode demonstrar, mesmo que de longe, a assimilação do lugar da mulher no pensamento teológico e jurídico português da época. A ausência do significado de “concubinário” aponta para o feminino como substância chave para a realização e compreensão do pecado. Não se trata de um texto neutro, recordemos que estamos observando escritos de um homem religioso e como tal, acionou a ideia da tendência de que, quando o masculino cometia desvios, era por conta de seduções e origens femininas, que o desvirtuava de suas tarefas. Quando a questão tinha a ver com sexualidade, o núcleo do crime deveria ser a mulher¹⁶.

Prova disto são algumas definições outras que cabem ser selecionadas nas linhas do mesmo autor para buscar entender o lugar do homem nessas ações luxuriosas que “não faziam parte de sua natureza”. “Amante” não nos diz muito. É um signo que correspondia a homem apaixonado, amigo ou que gosta de algo. À mulher essa palavra não parece poder ser atribuída como nos dias atuais que diz respeito aos dois lados de relacionamentos extraconjugais. Lembra-se quase que instantaneamente da função feminina que lhe era contemporânea, baseada em amar somente três coisas em sua vida: Deus, seu marido e seus filhos. “Amancebado” era o homem que possuía concubina ou a mulher amancebada. “Amancebamento” era o “pecado” dos homens que tinham concubinas ou amancebamento de mulher com homem casado. “Amancebarse” era tomar manceba ou concubina; amancebar-se com mulher de má vida. “Mancebia” era juventude e, ao mesmo tempo, “desonestidade com mulheres impudicas ou putaria”. Também representava a idade vigorosa dos homens e mulheres, mas ao longo do tempo adquiriu, sobretudo, o sentido de vícios ou de relações de homens jovens com mulheres más¹⁷.

¹⁵ Pensamentos do tipo foram concluídos por DEL PRIORE. Op. Cit., 2009. NIZZA. Op. Cit., 1984. VAINFAS. Op. Cit., 2010.

¹⁶ Sobre o significado de “concubinato” e seus derivados ver: BLUTEAU, Op. Cit., 1712, pp. 442-443.

¹⁷ Os significados de amante, amancebamento e seus derivados encontram-se em: BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português & latino**. (Volume -1, Letra A). Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, pp. 315 e 316. Os signos equivalentes as observações feitas sobre mancebia podem ser encontrados em: BLUTEAU,

Decerto formou-se um *loop* de informações e repetições, mas tomando cuidado na visualização dessas passagens tinha-se de um lado os homens, eternos apaixonados, sensíveis aos encantos do mundo. De outra parte, as mulheres que quando desviavam do que se estipulava para elas tornam-se concubinas, muito mais que o atraso de vida aos homens casados, mas literalmente uma passagem destes para o inferno. Amancebamento trazia em seu significado e de seus derivados a ideia de que ao homem correspondia a parcela de culpa, sobretudo, advinda de sua juventude, enquanto à mulher tomava forma a partir de sua tendência aos caminhos dos vícios e da maldade, onde utiliza de sua mocidade para fins errôneos.

Setenta e sete anos mais tarde (1789) no dicionário revisto por Antônio de Moraes e Silva, a influência feminina não parece ter pedido peso. “Concubina” fora definida como manceba ou amiga; “concubinário” como sendo o homem que está amancebado; “concubinato” a concretização do crime de amancebamento. Uma busca mais detalhada propõe a “manceba” como uma amiga ou concubina; e “amiga” como concubina. Por mais redundante que essas distinções pareçam, há a ideia da persistência de que determinados estereótipos de mulheres eram obstáculos à salvação masculina. A amizade honesta, primeira definição do signo de “amiga” logo é quebrada quando se trata de dissertar a respeito da relação amistosa entre homens e mulheres. Dessa maneira, à mulher cabiam outras mulheres como suas amigas e ao homem o dever de se afastar desse tipo de conexão com o feminino em busca de evitar o pecado da mancebia¹⁸.

É aqui que se faz interessante enfatizar que para além da preocupação com a falta de compromisso ou vontade de casar, e mesmo dos casos de adultério, entendia-se que o que proporcionava o concubinato era a existência da mulher. A utilização do termo “barregã”, encontrado nas Ordenações Filipinas deve ser observada com cautela¹⁹. Há indícios de que havia uma diferença básica referente a “qualidades” ou “condições” de mulheres que se encontrassem nessas relações ilícitas. Uma distinção que a princípio pode parecer apenas superficial, dos termos “barregã” e “concubina”, sugerem características singulares dentro da cons-

Rafael. **Vocabulário português & latino**. (Volume 05, Letras K-N). Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Majestade: 1716, pp. 280-281.

¹⁸ “Concubina”, derivados e “amiga”: SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro** (Volume 1: A-K). Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira: 1789, pp. 75 e 304. Manceba: SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro** (Volume 2: L-Z). Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira: 1789, pp. 50.

¹⁹ “**Barregã**: ninguém pode trazer na Corte, liv. 5 tit. 27. **Barregãs**: de homem casado não podem haver seus bens, por título algum que seja, liv. 4 tit. 66. **Barregãas**: de Clerigos, Religiosos, e de homens casados, que pena tem, liv. 5 tit. 28 § 1, e tit. 30. **Barreguice**: quando, e quem pode acusar, e como se prova, liv. 5 tit. 27 §§ 1 e 3, e tit. 28 §§ 3, 5, 6 e 7”. Índice Alfabético, montado por em: ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, p. 1424.

tituição de categorizações de indivíduos em um crime que implicava o feminino. Na definição de Bluteau, houve um tempo em que tal palavra, *barregã*, dizia respeito a homem ou mulher de posses ou bem posicionado na sociedade. O religioso afirma isso tendo consultado o Tratado da língua portuguesa composta por Duarte Nunes Leão, onde constava que a palavra tivera uma origem honrosa. Em seus dias, no entanto, também podia ser associada como significando que se estava andando fora dos mandamentos da Igreja. Se antes designava homens e mulheres no vigor da idade, já nos tempos de Duarte Leão podia querer dizer “amizade desonesta” ou concubina. Assim, a *barregã* não deixava de ser tida por “manceba”, mas talvez fosse uma mulher advinda de/ou associada a homens de categorias sociais “superiores”²⁰.

É importante ressaltar essa estereotipação de mulheres mesmo dentro de uma atitude considerada criminoso. Esse afastamento entre as pessoas que se estruturavam nos diferentes lugares ocupados na sociedade, pode revelar o termo “concubina”, “manceba” e “amancebada” como mais pesados e eram utilizados em Portugal. É provável que os termos mais depreciativos, mencionados acima, tenham sido mais recorrentes no reino para distinguir relacionamentos entre cristãos velhos e novos ou com mouros, condenados por lei²¹ – as *barregãs* também eram concubinas, mas hipotetiza-se uma carga maior para essa palavra, como tendo o peso de um signo²² de estatuto social (seu ou de seus parceiros ilegítimos). Na América Portuguesa era a presença de mulheres indígenas, degredadas, africanas e mestiças que despertavam o interesse e “amor” masculino. Eram elas, sobretudo, as principais vítimas da formação de estereótipos negativos sobre sua vida sexual, consagrados no período colonial. Provavelmente por isso é que as amizades entre homens e mulheres mesmo no século XVIII e com as influências francesas, eram consideradas perigosas e verdadeiras armadilhas do pecado²³. Afinal de contas, dentro da visão de mundo da época, era o feminino quem deveria se deixar levar pelo sexo oposto e não o contrário. A mulher luso-americana, ameríndia ou africana provavelmente não era chamada de *barregã*, pelo seu sangue ou circunstância colonial ou dos homens a quem viriam se envolver. As concubinas na América de Portugal e na Comarca das Alagoas podiam ser interpretadas como duplamente em desacordo com os preceitos da Igreja:

²⁰ O historiador Ronaldo Vainfas em *Trópicos do Pecados*, analisando uma documentação com um recorte cronológico referente aos séculos XVII e início do XVIII, se valeu de um dicionário de meados dos Setecentos para apontar o significado de *barregueiro* e *barregã*. Contudo, Rafael Bluteau é quem dá uma visão geral das utilizações das palavras ao longo do tempo certamente por se tratar de uma obra anterior a de Antônio de Moraes e Silva. Provavelmente foi por deixar de consultar o dicionário do religioso que o pesquisador se atem a enfatizar a diferença, mas não a explicar os fatores que a proporcionaram o afastamento do sentido das palavras “concubina” e “barregã”. BLUTEAU, Op. Cit., 1712, pp. 54. VAINFAS, Op. Cit., 2010, pp. 108-109.

²¹ Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. XIV – Do Infiel que dorme com alguma Christã e do Christão que dorme com infiel. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, p. 1164.

²² BAKHTIN, Op. Cit., 1995.

²³ ALMEIDA, Op. Cit.

responderiam pelo crime de adultério, fornicação ou quebra da castidade e representaria desacordos com a “ordem natural das coisas” por, *grosso modo*, sintetizar uma relação entre “espécies²⁴” diferentes. Uma leitura rápida em um único artigo já serve para formar um corte de representações das mulheres brancas e as negras/índias/mestiças: as primeiras eram “moças” e “donas”, essenciais para “casar”; as segundas eram “mulatas”, “putas”²⁵.

A discussão dessas palavras foi realizada buscando perceber não o sentido exato em que aquelas expressões eram utilizadas no dia a dia ou em discursos jurídicos. A ideia de que um dicionário possa conter as mais variadas descrições de signos que se encontravam nas mentalidades de quem utilizava é, decerto, ilusória²⁶. O que se propõe, no entanto, tem a ver com mais uma forma de exprimir visualizações do feminino dentro de um universo dominante masculino. Diz respeito a entender o crime do concubinato como um dos pontos de partida para a negatização do sexo da mulher, mas, sobretudo, das particularidades daquelas que viveram na América portuguesa longe ou desatenta aos princípios ocidentais e aos padrões impostos²⁷ por uma sociedade que se desenvolvia: a luso-brasileira.

Do lado da lei secular, o concubinato era considerado um crime de *mixti-forum*²⁸, logo, sentenças não viriam apenas do lado da Justiça eclesiástica, mas também de agentes do rei. Nas Instituições de Direito Civil Português pode-se ver um panorama acerca deste pecado dentro do regimento. A jurisdição dos Bispos sob as pessoas amancebadas era devidamente reconhecida pelas Ordenações, bem como os preceitos que indicavam a primazia às admoestações aplicadas em intervalos antes de se decidir pela prisão, penhora ou outros tipos maiores

²⁴ O termo “espécie” foi utilizado pela utilização de uma filosofia advinda de Aristóteles para enquadrar a mulher no lugar de animal com o sexo deficiente. HESPANHA, Op. Cit., 2010.

²⁵ VAINFAS, Ronaldo. “Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. / Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997. VAINFAS. Op. Cit., 2010.

²⁶ Não significa afirmar que os dicionários não possuem valor histórico. Como um documento, as informações contidas em Bluteu e Moraes e Silva foram utilizadas como direcionadores ou sínteses de concepções de mundo que lhes era contemporâneo. Contudo, assim como a historiografia não pode alcançar a certeza absoluta acerca de nenhuma realidade vivida, as obras não foram analisadas como capazes de fazê-lo. Seria, decerto, ilusório. Para a consideração dos regimentos, alvarás ou leis, os rumos são diferenciados. As Ordenações Filipinas e os decretos régios, certamente, não expressaram um acontecimento em sua totalidade, mas é provável que adviessem de situações vividas. Suas funções, não devem ser consideradas como simples idealizações, pois seu texto é tão passível disso quanto todos os outros (inclusive essa nota de rodapé, escrita com um objetivo específico). Quando se trata de problematizar a utilização do texto do Direito, nas diversas problematizações feitas nesta pesquisa, é preciso considerar sua significância dentro de uma sociedade. Fossem regras de convívio costumeiras oficializadas ou resoluções de circunstâncias preestabelecidas, não perde a força dentro da constituição do campo jurídico. Resultava de uma série de conflitos de poder entre determinados grupos sociais, pois precisavam ser devida e relativamente aceitas pelas populações. Para o caso exclusivo de Portugal serviria como direcionador das ações de magistrados régios, sobretudo, a partir do século XVIII e com mais peso com a ascensão de Pombal. Ver: HESPANHA, Op. Cit., 1978. THOMPSON, Op. Cit., 1987. BLOCH, Op. Cit., 2001.

²⁷ SÁ, Op. Cit., 2013.

²⁸ Ordenações Filipinas: Liv. 2, Tít. IX. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 2º Tomo, pp. 428-429.

de punição. Ignorar o processo legal onde os acusados deveriam ser citados, ouvidos e advertidos antes de sofrer penas maiores podia ser visto como uma transgressão a lei²⁹. Outro ponto interessante que esse compêndio oferece diz respeito ao concubinato de pessoas solteiras. Não há lei específica no Código filipino que diga respeito às relações entre dois indivíduos solteiros³⁰, apesar de ser visto negativamente pelo direito natural e divino³¹.

Apesar de não ser um homem do clero, é provável que o ouvidor da Comarca das Alagoas, João Vilela do Amaral tenha condenado mais de 20 casais pelo crime do qual discutimos. Isso teria acontecido na Vila de Penedo, termo daquela comarca, em uma de suas correições³², segundo relatos de 1722. Decerto, o oficial do rei não agiria unicamente em nome de prejudicar aqueles homens e até mulheres, tornando visível um lado seu insensível tão atacado pelos camarários e depoentes. Se assim foi, some-se a essa conta que deveria se tratar de um indivíduo que em nome de atender seus interesses, e os dos seus, utilizou, mesmo que de má fé, o arcabouço doutrinal teológico e jurídico que o rondava.

Tanto sua atuação quanto o lugar que ocupava nos dão pistas de que era conhecedor das lutas da Igreja contra o amancebamento e do rei para fazer sua Justiça alcançar os mais distantes lugares. Esteve habilitado, segundo o ofício que possuía, a iniciar uma busca assídua e rigorosa aos concubinários³³, trazendo a tona comportamentos masculinos e pressionando muitas mulheres que ele via, ouvia ou “dizia” por concubinas, fazendo com que seus estados de viuvez ou donzelas não o impedissem de forma alguma que procedesse juridicamente contra elas. Na mente daquele homem da justiça podia estar montada uma série de atitudes e es-

²⁹ Ordenações Filipinas: Liv. 2, Tít. I, § 13 e Tít. IX. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 2º Tomo, pp. 418 e 428-429.

³⁰ “[...] Sendo assim, não vejo como se possa aplicar a captura, multa, penhora ou degredo, já não digo no foro eclesiástico, mas mesmo no foro civil. Sem dúvida que os concubinários pecam gravemente contra Deus, mas o simples concubinato não é delito nem crime contra a República, que as leis possam castigar pelo ordinário.” Instituições do Direito Civil Português: Livro I, Tít. IV, § XLVIII. FREIRE, Op. Cit., 1966, pp. 181 e 185. Afirma-se, contudo, como possibilidade de abarcar a implicação de solteiros, a Ord. Liv. 5, Tít. XXVII que diz respeito a ter concubinas públicas. Ressalta-se também a proibição de tirarem-se devassas prevista na Ord. Liv. V, Tít. XXV § 3, sem pedido do conjugue mais interessado. Supõe-se que esse título tenha sido citado em consideração as possíveis conexões de indivíduos solteiros com casados. Ordenações Filipinas: ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, pp. 1178-1179 e 1174-1177, respectivamente.

³¹ As Constituições do Arcebispado da Bahia estipula que mesmo que ambos os condenados sejam solteiros devem ser punidos com pena pecuniária a partir de 800 réis. Constituições do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXII. VIDE, Op. Cit., 2010, pp. 488-492.

³² Provavelmente porque, como veremos adiante é possível que mais pessoas tenham sido contabilizadas, mas não exposto os crimes que tinha contra si. Nos depoimentos nem sempre aparece o crime por pares (mulher e homem da relação ilícita), mas os que foram condenados seguem: Pe. Manoel Lopes de Araújo com Margarida Vieira, Leonardo Pereira Lima, André Gomes Pereira, João Pereira Álvares, Mateus Pereira de Almeida, João Gonçalves Pereira, Valentim Carneiro, “filhos” de Teodora Pereira, João Muniz de Mendonça Manoel Vilela, Alexandre Diaz, Manoel Vieira ramos, Marcos Francisco, Damião Soares de Nova, Mário ou Amaro da Silva, Isabel Fernandes, Constantino Barroso e Mariana, Manoel Francisco e Maria do Rozário, João Dantas de Nova e Antônio de Castro. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722].

³³ Ordenações Filipinas: Liv. II. Tít. VIII – “Da ajuda de braço secular”. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 2º Tomo, pp. 427-428.

estratégias unicamente com o fim de arrancar o dinheiro da população daquela vila, ou de se vingar de alguns inimigos, como os oficiais locais apresentaram ao Conselho Ultramarino. Contudo, não esqueçamos que estamos falando de uma pessoa formada em Direito e, certamente, conhecedora do texto da Justiça. É provável que tenha agido maldosamente, mas não se pode deixar de pensar que se valeu, ou supunha estar fundamentado, em normas e regras que existiam, que eram concretas e que compunham a visão de mundo daquela sociedade³⁴.

2. A caça aos concubinários: “o absoluto senhor” da Vila do Penedo, 1722.

A Vila de Penedo deu notícia sobre a atuação do magistrado João Vilela do Amaral, no mês de março de 1722. Diante das queixas apresentadas foi importante enumerar uma série de capítulos ou parágrafos que explicitassem suas principais causas. Como já foi dito antes, tais pontos direcionaram as testemunhas. O significado de seus depoimentos era de mão dupla. Confirmariam as alegações do senado “penedense” e fariam transparecer, com suas palavras, a perspectiva local (teoricamente mais geral) a respeito dos feitos negativos de um oficial régio. Sabe-se que a defesa, na verdade, do escrito inteiro pode dizer respeito à honra dos juízes da câmara e ao dispêndio das fazendas das partes privilegiadas, ou não, da população. Incomodados com as atitudes “monopolizadoras” da Justiça daquele agente do rei aproveitou-se a publicação de editais pelas praças das vilas da comarca para se apresentarem, também, como queixosos³⁵.

A ideia principal era contribuir para um balanço negativo final que viesse a compor o processo de residência daquele ministro. Logo, as análises que aqui serão feitas não pretendem trabalhar apenas sob a perspectiva de que se tratava do instrumento de defesa de cada um dos que teve seu nome lembrado nas falas ou capítulos das queixas. Essa hipótese, não descartada, será trabalhada, mas sem deixar de considerar que as testemunhas foram devidamente guiadas em suas respostas³⁶. Outro ponto importante a ser levado em conta, ao pensar como se deu a produção daquela carta, diz respeito à filtragem do escrivão que pode muito bem ter ocultado falas pela pressa ou por manter a atenção voltada não aos detalhes de um caso do qual já tinha conhecimento, mas nas ênfases dos pontos que se apresentavam diante dos interrogados. Tentar-se-á refletir sobre os pleitos menos sob a perspectiva da defesa direta por par-

³⁴ HESPANHA, Op. Cit., 1984.

³⁵ Segundo acusação da câmara de Penedo e testemunhos, João Vilela do Amaral agia “fazendo-se absoluto senhor”. A expressão pode ser encontrada mais de cinco vezes. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 10v, 11v, 12v, 16v, 29v, 36, 38, 41.

³⁶ Na lista de queixosos soma-se mais de 15 homens. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl.03.

te dos que falaram sobre os casos e mais sob o ponto de vista da execução da justiça a respeito do crime que aquelas mulheres teriam cometido.

2.1. O concubinato da casada com o padre: do pecado ao crime.

Todas as testemunhas deveriam responder acerca dos artigos enumerados contra o magistrado real. Na apresentação dos casos que lhes era questionado, no entanto, não se pôde excluir totalmente o que aqueles homens tinham a dizer. Considera-se a constatação dos detalhes em determinados depoimentos e a procedência das testemunhas na problematização dos casos que foram por elas descritos como substanciais para a compreensão do direcionamento que seus discursos tiveram.

Quadro 02: Dados gerais sobre as testemunhas da Vila do Penedo, 1722.

Testemunha	Estado	Idade	Ocupação	Pendências Jurídicas
Gonçalo de Meireles Freyre	Casado	47	Vivia de suas lavouras.	Preso inocente.
Manoel Lopez de Araújo	-	40	Sacerdote. Foi coadjutor de Penedo.	Condenado por concubinato.
Leonardo Pereira Lima	Casado	58	Síndico dos Frades de S. Francisco.	Condenado por concubinato.
Pedro Dantas de Barros	Casado	65	Alferes. Vivia de suas lavouras.	-
Domingos da Silva de Melo	Casado	60-70	Serviu na câmara. Vivia de suas fazendas.	-
Dante Gonçalves da Silva	Solteiro	25	Vivia de criar gados e de suas lavouras.	-
Antônio dos Santos Brito	Casado	60	Capitão. Vivia de suas agências.	-
Constantino Barroso	Solteiro	70	Vivia de suas lavouras.	Condenado por concubinato.
Gaspar Fernandes Castro	Casado	55	Tenente. Vivia de suas lavouras.	-
Manoel Vieira Ramos	Solteiro	40	Vivia de criar gados e de sua lavoura.	Condenado por concubinato.
Domingos Correa Dantas	Casado	50	Capitão. Vivia dos lucros de seu engenho.	Condenado por tirar devassas.
Mateus Pereira de Almeida	Solteiro	76	Vivia de suas lavouras e fazendas.	Condenado por concubinato.

Apesar da ausência de apelação diretamente jurídica de Margarida Vieira, por exemplo, pode-se afirmar um significado relevante a observação das informações coletadas dos homens que mencionaram seu nome e as circunstâncias injustas que viveu, sob a jurisdição de João Vilela do Amaral.

Margarida Vieira era uma mulher casada. Retirou-se da Vila de Penedo após condenação por concubinato com o Padre Manuel Lopes de Araújo. Esposa de João de Lima, não con-

tou com representação oficial pela ação de um procurador ou de seu marido. Seu nome foi citado no Capítulo 29 das denúncias levantadas. Tratava-se da descrição da situação dos dois envolvidos: de quanto gastaram e das consequências maiores do pleito³⁷.

[Capítulo] 29. Ao Padre Manoel Lopez de Araújo, Sacerdote virtuoso, lhe deu **sentença de concubinado**, com Margarida Vieira, mulher Casada, que sempre viveu honradamente, e a prendeu, na cadeia, e lhe levou milhor de vinte e cinco mil réis e **lhe deu publicamente a sentença** que deu tanto ao Sacerdote, como a mulher, **por cuja causa e injúria** se passou o dito clérigo para outro Bispado, e **a mulher, com seu marido, se foram desterrados**, Recebendo bastante perda, assim no seu Crédito, como na sua fazenda.

Acerca do regimento secular, o alvará de 28 de maio de 1533 alertava para as ocorrências que estavam se tornando corriqueiras na cidade de Lisboa. Segundo consta nele, homens em concubinato estavam utilizando de uma estratégia onde casava a barregã³⁸ com outro e o ausentava da terra para prosseguir com a relação ilícita. O matrimônio estava não só sendo desrespeitado e infiltrada nas sombras de um pecado, dentro dos princípios religiosos – era realizado com o objetivo de desobedecer ao nono mandamento que diz respeito a fidelidade do casal – mas utilizado como estratégia quase perfeita para evitar qualquer tipo de suspeita que pudesse atrapalhar a continuidade de relacionamentos ilícitos³⁹. Não que este tenha sido o caso, mas é de se supor que o envolvimento de uma mulher casada com um padre deveria ser menos passível de suspeita. No entanto, os “estados⁴⁰” de Margarida e do Padre Manuel não foram empecilho para João Vilela do Amaral deixar de citar ambos em querela.

A desconfiança em cima dos contatos que pudessem existir entre mulheres e homens eclesiásticos foi registrada nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia⁴¹. O conselho dado aos clérigos, por via da norma religiosa, era de que fugissem “das companhias, vistas

³⁷ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], Fl. 07.

³⁸ A barreguice e concubinato serão tratados como equivalentes neste trabalho apesar de sua diferença crucial: a posição social das amantes contabilizadas como barregãs em contraponto com a das concubinas.

³⁹ Leis Extravagantes, 4ª Parte, Tít. XVIII – Dos amancebados. **Leis Extravagantes Collegidas e Repertório das Ordenações**. Duarte Nunes Lão / Editor: António Gonçalves. Lisboa: 1569, pp. 169-170.

⁴⁰ HESPANHA, Op. Cit., 2010.

⁴¹ Apesar das Constituições do Arcebispado da Bahia ter sido constituída em 1707, sua publicação foi realizada apenas em 1719, em Lisboa. Diante da análise de um caso vivido entre os anos de 1716 e 1720, evidenciados numa carta de 1722, o regimento colonial eclesiástico é utilizado porque Sebastião Monteiro da Vide se fundamentou nas constituições portuguesas. Objetivando encaixar o escrito aos pontos do Concílio de Trento e às tradições portuguesas, a obra é menos inovadora e mais formatada numa série de textos religiosos preexistentes em Portugal. “As Constituições do arcebispado a Bahia citam as Constituições de Lisboa ao menos 730 vezes; referem-se diretamente às da Guarda pelo menos 390, às do Porto 239, às de Braga 167 e às de Lamego 139 vezes. As do Algarve, de Évora, de Coimbra e de Viseu também foram consultadas [...] percebemos que Monteiro da Vide não fugiu às normas em vigor para a organização de sua obra no que concerne à forma”. FEITLER, Bruno. SOUZA, Evergton Sales. “Estudo Introdutório”. In: **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia / Sebastião Monteiro da Vide; estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza; Istvan Jancsó, Pedro Puntoni (org.).** – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

e práticas com mulheres, de que pode haver ruim suspeita”. Porém, não nos deixemos iludir. Não estava se referindo apenas às possibilidades de má interpretação a respeito de relações inocentes entre o feminino e os representantes de Deus. Enfatizaram que evitar a presença da mulher anularia suspeitas, mas sua preocupação real estava no fato de que isso proporcionaria “ocasião ao demônio, que sempre vigia para os fazer cair”. No parágrafo que sucede a advertência, eram abertas condições de exceção para parentas de clérigos e, mesmo nele, é necessário ficar sob alerta em relação às moças que, mesmo que fossem irmãs, primas, co-irmãs ou sobrinhas filhas de irmãos, eram consideradas perigosas, devido “sempre o diabo nos está instigando” ao pecado⁴².

Não menos sutil, as Ordenações do Reino, em seu Livro 5º, tratou de estabelecer as diversas situações em que o envolvimento sexual com mulheres encaixaria os homens em uma série de crimes. Em seu arcabouço considerava-se possibilidade de relações ilícitas com mulheres, fossem freiras, parentas, casadas, viúvas, honestas ou virgens⁴³. A especificidade entre as concepções de tais desvios para a Igreja e para as leis do monarca dizia respeito a ligação direta ao pecado e ao crime. Isso não significa dizer que a compreensão de uma mulher infiel para indivíduos formados pela Universidade de Coimbra não fosse vista como pecadora – ou que não fosse visto como um crime da perspectiva eclesiástica. A tênue distinção, na verdade, se encontra em algumas formas na execução da Justiça, nas formas de proceder diante de tais conflitos, que em ambas as vias comprometiam o “bem comum” da monarquia católica portuguesa⁴⁴.

Juridicamente, Manuel Lopez de Araújo, por ser pessoa eclesiástica, poderia não ser julgado ou sentenciado por um juiz secular. A legislação filipina, em título em que confere os casos em que esses homens religiosos passariam à jurisdição secular, apresenta também exceções à regra, sendo possível afirmar que crimes de “malfeitorias” podia levar a ativação de

⁴² Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. III, Tít. XII – Em que se ordena que os clérigos não possam ter de portas adentro mulheres em que possa haver suspeita, nem frequentar o mosteiro das freiras, § 483 e 484. VIDE, Op. Cit., 2010, pp. 326-327.

⁴³ A cargo de ilustração, cita-se alguns exemplos, como: Ordenações Filipinas: Liv. 5, Tít. VI – Do que entra em Mosteiro, ou tira Freira, ou dorme com ela, ou a recolhe em casa; Tít. XVI – Do que dorme com mulher que anda no Paço, ou entra em casa de alguma pessoa para dormir com mulher virgem, ou viúva honesta, ou scrava branca de guarda; Tít. XVII – Dos que dormem com suas parentas e afins; Tít. XVIII – Do que dorme per força com qualquer mulher, ou trava dela, ou a leva per sua vontade; Tít. XX – Do oficial del-Rey que dorme com mulher que perante ele requer; Tít. XXI – Dos que estão e dormem com mulheres órfãs, ou menores, que estão a seu encargo; Tít. XXIII – Do que dorme com mulher virgem, ou viúva honesta por sua vontade; Tít. XXIV – Do que casa, ou dorme com parenta, criada, ou scrava branca daquele com que vive; Tít. XXV – Do que dorme com mulher casada. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, pp. 1164-1177.

⁴⁴ Após a ascensão de Pombal, a separação entre crimes e pecados torna-se definitivamente distintas: Instituições do Direito Civil Português: Livro I, Tít. IV, § XLVIII. FREIRE, Op. Cit., 1966, pp. 181 e 185.

devassas a serem tiradas por oficiais do rei⁴⁵. Como se tratava de um homem acusado e condenado por um crime de concubinato que a própria instância religiosa reprovava, imagina-se que os privilégios não mais lhe diziam respeito, passando às ambas formas de Justiça⁴⁶. Essa dependência da avaliação de dupla mão faz considerar que mesmo que não pudesse contestar as acusações de João Vilela do Amaral, alegando não estar dentro de seu raio de ação, talvez ainda contasse com o direito de apelar para instâncias que lhe diziam respeito e lhe eram mais próximas⁴⁷.

Mesmo com a força miliciana que o ouvidor contou enquanto fazia correição aberta durante cinco meses naquela Vila, poderia se supor que, uma vez na jurisdição do Arcebispado da Bahia, Manuel Lopez de Araújo, pudesse ter tomado providências para se livrar de tais injúrias, estava numa importante sede religiosa e judicial. Se não conseguiu, por variadas razões, resistir no ato da querela, já que Vilela do Amaral além de ter impedido a ação de juízes da terra e outros ofícios jurídicos⁴⁸, andava com seus 20 soldados retirados ou desviados do Terço dos Palmares⁴⁹, pensa-se que de longe, talvez, o padre contasse com meios para ter providenciado uma maneira para resolver suas pendências ou mesmo tentar limpar sua honra. Não esqueçamos que, oficialmente, o ouvidor deixaria o cargo em 1720⁵⁰, e mesmo que houvesse implicações a respeito de ter continuado exercendo, não há indicações concretas que suponha o ofício da Vila de Penedo como tendo se originado de procedimentos advindos depois do marco de seu período oficial de atuação⁵¹. Assim, temos um tempo considerável pas-

⁴⁵ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. IV, Tít. I – Da Imunidade e isenção das pessoas eclesiásticas. VIDE, Op. Cit., 2010, pp. 377-378. Ordenações Filipinas: Liv. 2, Tít. I – Em que casos os Clérigos e Religiosos hão de responder perante a Justiças seculares. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 2º Tomo, pp. 415-422.

⁴⁶ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. IV, Tít. IX – De alguns privilégios concedidos aos clérigos e pessoas eclesiásticas, § 665. VIDE, Op. Cit., 2010, pp. 386-387.

⁴⁷ Sobre casos de crimes cíveis é prevista a apelação para a jurisdição eclesiástica que deve ser respeitada pelas justiças seculares: Ordenações Filipinas: Liv. 2, Tít. I. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 2º Tomo, pp. 415-422.

⁴⁸ MENDONÇA. Op. Cit., 2015.

⁴⁹ Uma das acusações contra o magistrado era de que desviava soldados do Terço dos Palmares para servirem com ele durante o período de correição. De fato, o poder simbólico que um agente do rei deveria exercer andando com força armada em uma de suas visitas que não necessariamente deveria contar com tal apoio deve ser considerada. É preciso lembrar, contudo, que na Comarca das Alagoas, os ouvidores possuíam jurisdição sobre assuntos de guerras dos Palmares. Eram Auditores da Gente de Guerra do Terço dos Palmares. Logo, apesar do “exagero” mencionado por queixosos, utilizar dos serviços daqueles oficiais armados estava de acordo e dentro de sua alçada. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], Fl. 04 e outros.

⁵⁰ Apesar de não estar salientado na obra de SALGADO. Op. Cit., 1990, pp. 357-358. O tempo de cada Ouvidor era de 3 anos de serviços. Como o Ouvidor de Alagoas tinha que seguir os preceitos dos de Pernambuco, nada mais importante do que citar o regimento daqueles Ouvidores e outras ordens e jurisdições relacionadas a ele, cf. “São obrigados os ditos Ouvidores a observar o Regimento seguinte”. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Volume XXVIII, 1906, pp. 451 e seguintes.

⁵¹ Segundo as acusações de Manoel de Almeida Matoso, seu antecessor continuou a exercer o ofício mesmo depois de sua chegada e de ter tirado sua residência. Contudo, os testemunhos dizem respeito a correições realizadas, o que não consta nas denúncias de Matoso. Isso indica que Vilela do Amaral pode ter continuado exercendo o ofício, mas é provável que tenha solucionado ou intermediado apenas assuntos mais corriqueiros.

sado desde a querela e um padre acusado, e sentenciado seriamente pelo crime de concubinato, que em seu testemunho não indicou processos em aberto na Relação da Bahia ou se sua inocência havia sido averiguada por outro tribunal que lhe cabia.

As possibilidades jurídicas para o padre Manuel, bem como seu depoimento devem ser observadas. As falas ao seu respeito, e as vias a que pôde recorrer, tem incidência significativa na análise a respeito da relação da mulher, com quem estava envolvido, com a Justiça. No testemunho cedido pelo eclesiástico, em 14 de março de 1722 não há menção alguma ao nome de Margarida Vieira e isso pode ser explicado pela ideia de que qualquer referência à dita mulher podia ser contabilizada como confissão do crime⁵². Contudo, naquelas mesmas linhas que sintetizaram a narração dos fatos pela perspectiva daquele homem, ficaram esclarecidos dois pontos: 1) ele era um religioso do Hábito de São Pedro e passou a morar na Vila Nova de Sergipe Del Rey. Na época da condenação, 2) o religioso ocupava o lugar de coadjutor na Matriz da vila⁵³.

A falta de vestígios que apontem sua vinculação a uma Igreja na jurisdição a que passou a pertencer pode ser essencial na compreensão do que acontecera. Logo, as lacunas a respeito de sua mais nova atuação como padre faz, não comprovar, mas levantar a suspeita sobre até que ponto não tinha se tratado de um processo que, verídico ou não, causara o que sugeria no regimento eclesiástico: sua suspensão temporária⁵⁴. Mesmo longe das vistas de João Vilela do Amaral, continuara passivo àquela situação não utilizando – ou não tendo podido contar com – nenhuma oportunidade de estar em uma jurisdição onde os juízes ordinários ou desembargadores não haviam sido impedidos de resolverem problemas como aquele⁵⁵.

Arquivo Histórico Ultramarino, Alagoas Avulsos: Documento 21 [17 de outubro de 1721]; Documento 22 [14 de março de 1722].

⁵² “[...] para se haver o amancebamento por provado, o admoestação e lhe mandarão que com tal mulher nao fale, trate nem tenha comunicação por via alguma, sob pena de se lhe haver o crime por provado”. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXII – Do Concubinato, § 988. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 491.

⁵³ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 11v ao 15v.

⁵⁴ A primeira admoestação deveria ser feita em segredo para que sessasse o pecado, pagaria 10 cruzados. Se as atitudes continuassem, com a mesma mulher ou outra, seria condenado “na terceira parte dos frutos”. Se ainda assim o pecado estivesse em andamento, deveria perder todos os frutos dos benefícios e pensões de um ano e ainda ser suspenso. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXIV – Dos Clérigos amancebados. VIDE, Op. Cit., 2010, pp. 493-494.

⁵⁵ A possibilidade de este padre ter sido suspenso ou implicado seriamente diante dos procedimentos de Vilela ficam mais latentes quando rápidas pesquisas nos verbetes AHU Bahia e Sergipe não apontam o religioso em pedidos de apresentação em Igrejas nem requerimento sobre cônica e mantimentos, recorrente no AHU Alagoas. O personagem aparece e some no Documento 22 [14 de março de 1722] dos documentos referentes a Alagoas. Contudo, a pesquisa de seu nome em outros compêndios ou arquivos pode alterar ou excluir essa hipótese. **Documentos manuscritos “avulsos” da Capitania da Bahia: 1604-1828**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009, 2 volumes. **Inventário de documentos manuscritos avulsos referentes a Capitania de Sergipe existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa**.

Algumas pistas são convenientes a serem seguidas e vão além de contabilizar as probabilidades e Direitos de Manuel Lopez de Araújo. Se 08 homens defenderam o padre, 06 se ativeram a mencionar Margarida – apenas 02 dos 08 depoentes em favor do clérigo falaram exclusivamente do pároco, se atendo a excluir o nome da mulher envolvida no pleito. Seu nome pode ter aparecido apenas a cargo de contextualização a respeito da inocência de seu suposto cúmplice – das 06 pessoas que a citam apenas 03 cederam detalhes relevantes. Isso pode ter acontecido, porque o objetivo principal era dar ênfase à desconsideração do ministro mesmo quando se tratava de uma mulher casada.

Leonardo Pereira Lima:

[...] Sacerdote virtuoso dando-lhe sentença Pública, **como em Margarida Vieira, mulher casada e honrada** e tendo estas, levou [corroído] de dinheiro **de mais de 20 mil réis cada** um fazendo Públicos com Risco de vida, com[corroído] se aventarão pera estar na jurisdição da Bahia⁵⁶.

Gaspar Fernandes de Castro:

E disse mais que sabia pelo ver, e ser público, que **prendeu na Cadeia, desta vila, Margarida Vieira, mulher Casada, com João de Lima**, dizendo estava concobinada, publicamente, o que nessa ocasião se publicou, com a sua prisão, e **lhe Levou 16 mil réis**, ou o que lhe deu, lhe levou dez tostões, somentes, de condenação [...] E disse mais que sabia como já tinha dito que o Padre Manoel Lopes de Araújo, o dito Ministro lhe deve Sentença Pública, com **Margarida Vieira, mulher casada, por esta causa, envergonhada, se ausentou desta Terra**, com seu marido, e o dito Padre também envergonhado se passou para o Bispado da Bahia⁵⁷.

Domingos Correa Dantas:

E a Mateus Pereira de Almeida, e a João Gonçalves Pereira, Irmitão, os condenou, em várias somas de dinheiro, dizendo que eram concubinados, e lhes dava, sentenças, e nelas condenava só, em 10 tostoos, indo lhe levado, a **20 e 30 e 40 mil réis** e ao Padre Manoel Lopes de Araújo e a **Margarida Vieira, mulher casada, prendeu e condenou**, dando-lhe sentença pública de degredo sendo **mulher casada** [...]⁵⁸

Ao longo do discurso dos mesmos homens que falaram a seu respeito e de Manoel, houve um cuidado maior ao problematizar a circunstância feminina dentro daquele processo

⁵⁶ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 18v.

⁵⁷ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 32v e 34.

⁵⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 40.

judicial. Se o estado religioso foi utilizado em defesa do clérigo, o fato de se tratar de uma mulher casada serviu como linha central daquelas argumentações defensivas. A constituição de uma “sentença pública” precisou ser dita e redita com unanimidade, e o nome do cônjuge de Margarida tomou forma quando houve a necessidade de delinear sua presença como legitimadora de um *corpus* de leis que previa as consequências, para o feminino, litígios como aquele⁵⁹. Aquele caso possuía agravantes por envolver indivíduos de “estados”: Margarida era casada e Manuel um padre. De um simples concubinato, a especificidade do envolvimento do casal os encaixava também no crime de adultério.

Considerava-se tal delito como “muito grave e **prejudicial à república**”. Proibido “por direito canônico, civil e **natural**” deveria ser penalizado exemplarmente, sobretudo quando envolvessem clérigos. Também estava passível de ser deposto e degradado por cinco anos para ilha de São Tomé ou pena pecuniária, segundo os caminhos de sua sentença⁶⁰. Já no segundo dos três parágrafos do título sobre como se proceder contra os adúlteros, a mulher foi mencionada e couberam colocações sobre uma espécie de proteção à sua vida: “Porém, se houver inconveniente em a causa se seguir, ou pelo **perigo da vida da mulher**, ou por outra causa de semelhante qualidade, o nosso vigário-geral poderá mandar sobrestar⁶¹”.

As implicações das mulheres, “adúlteras por natureza” estavam contabilizadas separadamente. A cautela e sigilo com a qual se devia proceder estava subordinada à pessoa do marido e ao nível de perigo que poderia representar para a integridade física da mulher compreendida como amancebada⁶². Esse ponto “vantajoso”, no entanto, deve ser considerado de acordo com a circunstância em que tal delito apareceu aos olhos de párocos ou visitantes. Entende-se que a admoestação feita apenas verbalmente e em segredo, de certa forma ajudaria a mulher casada, fazendo com que se esposo não a descobrisse; seria passível de exercer a função de advertência para que servia; e, por fim, daria fim ao pecado livrando ambos os implicados da consecução num caminho que só poderia levar ao inferno; e, no caso da mulher,

⁵⁹ A “sentença pública” é afirmada no capítulo 29 das queixas da Vila de Penedo e confirmada nos testemunhos de Leonardo Pereira Lima, Pedro Dantas de Barros, Dantes Gonçalves de Souza, Gaspar Fernandes de Castro, Domingos Correa Dantas. O nome do cônjuge de Margarida só aparece no depoimento de Gaspar de Castro. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], Fl. 07, 17, 18v, 20v, 21v, 27, 32v, 33 e 40.

⁶⁰ “Pelo que ordenamos e mandamos que, se algum clérigo de ordens sacras ou beneficiado for acusado de adultério pelo marido da adúltera, e se provar quanto baste para ser predo, o prendam no aljube, e, sendo convencido, seja por sentença deposto das ordens e degradado por cinco anos para a ilha de São Tomé, e em pena pecuniária a nosso arbítrio”. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XIX – Do crime do adultério, e como se procederá contra os adúlteros, § 966. VIDE, Op. Cit., 2010, pp. 484-485.

⁶¹ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XIX – Do crime do adultério, e como se procederá contra os adúlteros. VIDE, Op. Cit., 2010, 484-485.

⁶² Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXIII – Como se procederá contra as mulheres casadas ou solteiras reputadas por donzelas, sendo compreendidas em amancebamento, § 990. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 492.

da morte pelas mãos do marido. O cúmplice, também resguardado, não teria seu nome registrado nos autos de livramento. No entanto, a boa execução dessas leis não estava vinculada apenas ao segredo e sigilo não quebrados.

A questão, no entanto, deve ser direcionada em nome de responder por quais meios, o pároco ou visitador tomaria conhecimento do crime efetuado diretamente contra Deus e à “república”. Consideram-se as confissões estimuladas pelo aparelho religioso que tomava cada vez mais força na América portuguesa⁶³. Mas excluindo-se a confissão direta o crime só viria à tona se houvesse gente comentando⁶⁴: testemunhas falando a respeito de relacionamentos ilícitos entre um homem e uma mulher casada. Isso não quer dizer que a constituição contabilizou aquele parágrafo apenas para forjar uma proteção à mulher – ou ao homem a qual estivesse ligada. É provável que muitas vezes o sigilo e o segredo tenham sido passíveis de serem aplicados. A essência das linhas sobre o crime do amancebamento torna complexo assegurar a salvaguarda de se proceder sem que o mínimo de pessoas o soubesse.

A partir dessa linha de raciocínio pode ser dito que dentro das Constituições da Bahia, o pecado não estipulava penalizações específicas para o sexo feminino. Mais importante de ser ressaltado é a constatação de que aos olhos da Igreja, o único homem que poderia ser visto negativa e intensamente pelo desvio do adultério era o clérigo, devido ao rompimento de seu compromisso com o Criador⁶⁵. Não poderia ser diferente, já que os castigos às mulheres viriam daquele que tinha jurisdição natural sobre ela: seu marido. O regimento secular podia ser ativado e legitimaria a morte da adúltera pela parte ofendida⁶⁶. O marido, de acordo com as ordenações do reino, era a pessoa mais indicada para acusar com veemência tais desmandos⁶⁷, deveria dar conta dos acontecimentos que uma vez comprovados levariam o religioso à prisão.

Constituído como um crime, dentro do regimento reinol, o adultério sugeria prisão ou morte ao casal ilícito; obviamente a gravidade da pena deveria levar em consideração a posição social das pessoas envolvidas. Nesse emaranhado, para livrar-se do peso de tal pendência

⁶³ Essa força advém da criação de vários Bispados no século XVII e início do XVIII, ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R. L. Difusão e territórios diocesanos no Brasil, 1551–1930. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (65). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-65.htm> acesso em 30/12/2016, além do aumento da malha de agentes inquisitoriais nos territórios da América portuguesa, cf. FEITLER, Bruno. *Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil: Nordeste 1640-1750*. – São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007.

⁶⁴ ALMEIDA, Op. Cit., 2005.

⁶⁵ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XIX – Do crime do adultério, e como se procederá contra os adúlteros. VIDE, Op. Cit., 2010, 484-485.

⁶⁶ Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. XXXVIII – Do que matou sua mulher, pola achar em adultério. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, pp. 1188-1189.

⁶⁷ Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. XXV – Do que dorme com mulher casada, §§ 3, 4, 5 e 6. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, pp. 1174-1177.

jurídica a mulher dependia do perdão de seu marido. Caso o adultério não fosse considerado simples (ou seja, se envolvesse parentes ou pessoas da casa), tais aberturas não existiriam, ficando culpado o motivo do adultério. Nos casos públicos e incômodos à moral da comunidade, o perdão da parte ofendida não impediria a Justiça de ser feita. Se a sentença fosse a morte para a esposa adúltera, o marido herdaria seus bens, mesmo os dotais. O afastamento de autoridades seculares na resolução de tais casos pode ser constatada quando salientou-se que os juízes não deveriam iniciar querela a não ser que o marido iniciasse o processo, não importava quanto fosse óbvio o adultério⁶⁸.

De acordo com os testemunhos que foram coletados, a condenação de Margarida e do Padre Manoel foi por concubinato e estipulou-se em aproximadamente 30 mil réis, considerando-se que ambos teriam que pagar a pena pecuniária individualmente. João Vilela do Amaral, em registros, anotava apenas 10 tostões (1\$000 réis, de acordo com as informações de Russell-Wood) quando na verdade levava dinheiro suficiente para prejudicar fazendas. Uma confusão nos dados acontece quando uns afirmavam que a mulher teria recebido sentença de degredo e outros que, na verdade, todos se foram diante da vergonha e injúrias sofridas. Houve ainda quem afirmou que João de Lima, sua esposa e Manuel Lopez tinham saído das terras e aponta-se como tendo sido o destino do eclesiástico, ou de todos: o Bispado da Bahia. Diante de um concubinato certamente o casal não seria julgado em degredo para o mesmo lugar, visto não significar a anulação da consecução no “crime”. Da mesma feita, retirarem-se de Penedo buscando um destino em comum, no mínimo curioso, era também condenado por lei⁶⁹. No entanto, ressaltamos desde já que a inconstância dos dados não indica o lugar onde Margarida e seu marido foram⁷⁰.

A ação de João Vilela do Amaral, contraditória ao aconselhamento acerca da admoestação em segredo, ou ao fato de que só se ativaria querela diante da acusação do cônjuge. Contudo, no regimento filipino, a mulher “com voz e fama de barregã” de homem religioso deveria pagar dois mil réis, bem como ser degredada por um ano para fora da Cidade ou Vila.

⁶⁸ Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. XXV – Do que dorme com mulher casada, §§ 3, 4, 5 e 6. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, pp. 1174-1177.

⁶⁹ “E nas sentenças dos degredos, que forem dadas contra os barregueiros, ou barregãs, sempre lhes seja defeso starem ambos em um lugar, durante o tempo de seu degredo. E se o que por razão do dito malefício for degradado, levar sua manceba ao lugar do degredo, havemos por bem, que por esse mesmo feito he fique dobrado o dito degredo sem remissão; e ella setá logo lá açoutada e deilada fora do lugar, onde o degradado com ella stiver, sem mais o Juiz do dito lugar, onde assi stiver, apelar, nem receber apelação”. Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. Dos barregueiros casados e de suas barregãs, § 3. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, pp. 1179-1180.

⁷⁰ As testemunhas que falaram de Margarida e/ou do Padre Manuel Lopes de Araújo foram: Leonardo Pereira Lima, Pedro Dantas de Barros, Dantes Gonçalves de Souza, Gaspar Fernandes de Castro, Domingos Correa Dantas, Mateus Pereira de Almeida, Domingos da Silva de Melo e Manoel Vieira Ramos. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], Fl. 17, 18v, 20v, 21v, 24, 27, 32v, 33, 34, 36v, 40 e 42.

A comprovação se daria através da observação de quantas vezes um entrava na casa do outro⁷¹. Obvio que as penalidades estipuladas ainda diferem daquelas levantadas nas sentenças de Vilela. Mas não se pode perder de vista a de escolha e alteração das normas às circunstâncias. Como agente do rei e ouvidor da comarca, Vilela do Amaral estava habilitado adaptar aquelas leis, segundo sua titulação, julgamento e observação da situação. Na verdade, nesse período específico era essa a função das Ordenações, direcionar as decisões jurídicas de juízes⁷². Dentro das aberturas que aquele Código considerava para a execução da Justiça, em casos que mulheres se envolviam com homens de Deus, a prisão e o pagamento dos 15/16 mil réis pode não ter sido tão exorbitante, livrando Margarida Vieira do açoute, por exemplo, que era possível ser aplicado de acordo com o escândalo que se apresentasse⁷³.

Repita-se desde já que não há o nome de João de Lima ou de Margarida Vieira nas listas onde se apresentam as pessoas queixosas, as que assinaram o termo ou as que cederam depoimento. É impossível afirmar com precisão, diante tanto da tipologia do documento quanto do objetivo final do mesmo, mas é muito provável que se tratasse de pessoas que não possuíam meios financeiros o suficiente para fazerem-se representar oficial e juridicamente naquele processo ou ir até a comarca proceder, já que “desterrados”, ou por vontade própria, não eram mais moradores em Penedo. A utilização do adjetivo “honrada” nessa altura torna-se indicativa de que poderia até ser pobre, mas que pôde ter contado com o respeito de algumas pessoas da Vila. A ausência de seus nomes como queixosos oficiais são passíveis de suposições como esta. Os estratos sociais de onde partem aqueles que demonstraram serem conhecedores do litígio podem apontar para possíveis conexões sociais entre o casal e homens que viviam de suas lavouras. Em outras palavras, pode-se ali, buscar explicitações indiretas sobre o lugar que ocupavam naquela sociedade, por se fazerem presentes pelas falas de ho-

⁷¹ “E pola segunda vez, que lhe for provado que steve amancebada com a mesma pessoa, ou com outra de semelhante condição, pague a dita pena de dinheiro e seja degredada fora de todo o Bispado hum anno. E pola terceira vez seja publicamente açoutada, e degredada fora do Bispado até nossa mercê. E se depois tornar ao dito pecado, seja degradada para sempre para o Brazil”. Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. Das barregãs dos Clérigos, e de outros religiosos. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, pp. 1181-1182.

⁷² HESPANHA, António Manuel. **A História do Direito na História Social**. – Lisboa: Livros Horizonte, 1978. HESPANHA, Op. Cit., 1984. HESPANHA, António Manuel. “Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português”. In. FRAGOSO, João. Gouvêa, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI – XVIII**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁷³ João Vilela do Amaral contabiliza muitos escândalos na Vila de Penedo, sobretudo, ocasionadas pela existência de homens barregãos e mulheres como suas barregãs. O magistrado poderia estar se referindo aos casos extremos ou chocantes à sua visão reinol, como o de Margarida Vieira. Ressalte-se que o oficial da Coroa portuguesa é o único, em toda a documentação – do Arquivo Histórico Ultramarino, referente a Alagoas até o número 297 – que usa o conceito de barregã. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Documento 21 [17 de outubro de 1721], Fl. 34.

mens como Gaspar Fernandes de Castro, única testemunha que nos diz o nome do esposo de Margarida.

Dentro da hipótese de lembrança e conhecimento de seu caso e nomes, o cotidiano de João de Lima e Margarida pode ter sido capaz de levá-los a memória daqueles depoentes. O tenente Gaspar Fernandes de Castro e o senhor de engenho Domingos Correa Dantas são os únicos que reafirmam as linhas do capítulo sobre seu caso, lembrando que a mulher foi levada à cadeia. Confirmar essa atitude também fazia parte da acusação contra Vilela do Amaral, sobretudo, visto a possibilidade de enxergar tal encarceramento como fora da lei. Contudo, o crime “maléfico” em que se encontrava Margarida pode ter ativado redes e testemunhos, mas não serviria muito se não contassem com representação direta judicial⁷⁴. Do lado do código religioso, sua prisão seria uma forma de pagar parte ou por inteira a pena pecuniária, diante da pobreza ou da falta de meios pelos quais saldaria a dívida⁷⁵.

É importante frisar que não consta nas Constituições nenhuma forma de defesa jurídica para suspeitos de concubinato a não ser serem ouvidos e observados por tempo considerável em nome de provar-se inocência⁷⁶. Quando o caso que envolveu uma mulher casada e um padre veio à tona, gente advinda dos grupos privilegiados falou a respeito, informaram ao Conselho Ultramarino sobre os exageros e afirmaram “invenções” daquele que representava a Justiça do rei. É claro que essas providências só foram tomadas depois da implicação de muitas pessoas e, inclusive, de Margarida que, “envergonhada”, saíra da vila. Nesse ponto, há uma linha tênue entre uma interpretação que vê naqueles relatos 1) o interesse em salvaguardar a ordem e o “bem comum”, e 2) a ideia de fazer chegar aos ouvidos do rei sobre a falta de vontade de homens que sempre serviram à república em continuar em seus ofícios, visto tamanha desonra que os assolava – foram impedidos de exercer justiça em quaisquer níveis.

Certamente, Margarida e Manuel Lopez tinham contatos durante os rituais católicos semanais⁷⁷ ou em outras ocasiões para fins religiosos⁷⁸. Por outro lado, os sacramentos da

⁷⁴ A proibição sobre prender mulheres existe sobre crimes cíveis, mas delitos de ordem criminal e “maléfica” prevê a prisão, por exemplo, de concubinas. Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. LXXVI – Dos que podem ser presos por dívidas cíveis, ou crimes, §§ 5 e 6. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 3º Tomo, p. 892.

⁷⁵ “[...] E sendo alguns delinquentes tão pobres que não tenham por onde pagar a pena pecuniária toda ou parte considerável dela, ser-lhes-á comutada em corporal e em alguns dias de aljube”. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXIII – Como se procederá contra as mulheres casadas ou solteiras reputadas por donzelas, sendo compreendidas em amancebamento, § 992. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 493.

⁷⁶ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXII – Do Concubinato, § 988. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 488-492.

⁷⁷ “Conforme ao preceito da santa Igreja Católica, todo cristão batizado, de qualquer estado ou sexo que seja, tanto que chegar aos anos da discrição e tiver capacidade para pecar, é obrigado a ouvir missa inteira nos domingos e dias santos de guarda, e, deixando de a ouvir sem justa causa, peca mortalmente. Pelo que mandamos a todos os nossos súditos observem este preceito com toda a diligencia e cuidado, e estejam presentes a toda missa

confissão⁷⁹, por exemplo, serviriam de escusas para colocar o romance em dia. Amizades entre homens e mulheres eram passíveis de serem confundidas com o “pecado” como bem foi vista na designação do termo “amiga”. As duras investidas contra os dois tomam razão de ser desde que pudesse se comprovar tentativas fracassadas de Vilela do Amaral em separar o casal antes. As “dúvidas com o visitador eclesiástico⁸⁰” que o ouvidor tinha é outro ponto a ser problematizado, visto a possibilidade de que, por isto, tenha disparado uma versão de justiça que quase remete ao Deus castigador típico do Antigo Testamento, condenando sem a cautela esperada em casos complexos e delicados. As testemunhas que deveriam discursar e afirmar o crime, dentro do que era estipulado para a montagem de processos como aquele, também não pode ser contabilizada – sobre quem eram e quantas eram – no ofício enviado ao rei. Inimigos do padre, de Margarida ou de João podiam ter, contra o Direito, jurado em falso a respeito da relação dos dois. Manoel Lopez de Araújo, que tomou as dores das desavenças de Vilela com o eclesiástico visitador, pode ter estimulado uma reação sem fundamento da parte do ouvidor, simplesmente por terem se desentendido em qualquer âmbito do cotidiano ultramarino que ligava a ação dos dois.

Assim, tanto o visitador – agente que deveria ser, senão, o responsável na aplicação das penas ao menos o intermediário dentro desses processos – quanto o pároco sendo a representação de pessoas em quem João Vilela do Amaral não podia confiar, ficou a seu encargo querelar e condenar de acordo com os seus interesses, incômodos ou visão de mundo. Toda reação de defesa quando da abertura dos pleitos tornou-se impossível, sobretudo, quando qualquer forma de justiça para além daquele ouvidor esteve impedida. Mesmo assim, e apesar de se tratar de um documento construído para argumentar problemas de ordem jurídica e administrativa, fica paradoxalmente no ar e latente a ideia de que Margarida Vieira mesmo acusada e sob suspeita de um crime tão degradante para uma mulher contou com a indireta representação do lado daqueles 06 homens que a mencionaram.

[...]”. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. II, Tít. XI – Da obrigação de ouvir missa nos domingos e dias santos de guarda, e do modo com que a ela se deve assistir, § 366. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 280.

⁷⁸ A Igreja era local de intensa troca de sociabilidade entre pessoas, MOTT, Luiz. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. In: MELLO E SOUZA, Laura de. Op. Cit., 1997, pp. 156-163.

⁷⁹ “[...] toda a pessoa é obrigada por preceito divino a se confessar todas as vezes que houver de receber o Santíssimo Sacramento da Eucaristia, tendo consciência de pecado mortal. Pelo que mandamos a todos os nossos súditos que assim o cumpram”. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. I, Tít. XXV – Do preceito divino: que todos têm de se confessar e que por devoção se confessem frequentemente, § 136. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 187.

⁸⁰ No depoimento de Manoel Lopes de Araújo consta indicação de que João Vilela do Amaral teve problemas com autoridades religiosas, entre elas os visitadores. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], Fl. 11v ao 15v.

É curioso, para uma sociedade do século XVIII, que os boatos de que o pároco estava sendo sentenciado por concubinato, não terem atingindo de forma alguma, o poder simbólico que representava naquela sociedade. Homens assumiram o lugar de relatores de suas pendências e negavam que Manuel Lopez de Araújo fosse realmente capaz de tal delito – isso apesar desses mesmos homens também terem sido condenados por amancebamento. Já Margarida Vieira, fora daquelas terras, por “vergonha”, sem um representante e, possivelmente, não advinda das camadas nobres da terra, pode ser considerada uma mulher de conduta relevante, pelo menos o suficiente para se fazer presente nas linhas de defesa formais da administração de Penedo.

A justiça, para ela, porém, parecia estava subordinada aos interesses de outras pessoas. O pormenor que precisa ser observado com cautela é o discurso que apresenta 03 testemunhas, das 06 que mencionaram seu caso. Na fala daquelas pessoas Margarida e seu marido foram desterrados da terra, por causa da injúria que passaram⁸¹. A motivação advinda da sentença é uma via de duas mãos, pois aquela mulher pode ter sido degredada, por sentença ou ter saído pelo fato de a sentença ter sido executada publicamente. Sobre essa perspectiva, ressalte-se que a palavra “desterrada” também pode significar dizer que haviam sido forçados a sair, não apenas que por ordem judicial alguém precisara se retirar. Uma expulsão por conta de reações negativas da comunidade, contudo, não perderiam o sentido judicial, levando-se em conta que sintetizaria uma atitude alçada nas concepções de justiça daquela sociedade. Uma sentença jurídica podia ter sido aplicada pela população, prejudicando ou colocando empecilhos no cotidiano daquelas pessoas. Talvez tenham saído da região porque foram impedidos a tal ato. Margarida Vieira foi acusada, querelada, sentenciada e condenada por concubinato com o pároco local.

Cada homem que mencionou seu nome, e citou detalhes de seu caso, concebia a ideia do concubinato e provavelmente viveram ou viveriam suas relações ilícitas devidamente camufladas. Diante da possibilidade daquele envolvimento ter realmente se concretizado, a população local pode ter agido de acordo com o que ouvia da boca do próprio pároco implicado, ou da instituição que o mesmo representava. Certamente teriam força o suficiente para enxo-

⁸¹ Gaspar Fernandes de Castro, em seu testemunho, deixou transparecer os mesmos motivos, passíveis de serem vistos como ambíguos, que levaram Margarida a deixar a Vila de Penedo. Segundo ele: “por essa causa [da sentença pública] envergonhada, se ausentou desta terra com seu marido”. Leonardo Pereira Lima, por sua vez, afirma que a levada de altas quantias e as sentenças realizadas de forma pública, colocaram aqueles indivíduos em “risco de vida”, então se ausentaram da terra para a jurisdição da Bahia. Estas falas estabelece a hipótese de Margarida ter sofrido retaliações pela condenação pública que a visualizava como uma criminosa e pecadora de maléfico proceder, já que se tratava do envolvimento, por adultério, condenada por concubinato com um padre, com o pároco da igreja matriz local. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 17 e 34.

tar o casal, por considerá-los indignos. Expulsariam Margarida e João de Lima, mesmo que indiretamente, pela força dos olhares ou dos dizeres do dia a dia. A justiça, para aquela mulher, na cabeça daqueles que assinaram o termo de assentada contra o ministro do rei, é capaz de nem ter sido contabilizada. O padre Manuel Lopes de Araújo esteve frente a frente com escrivão e juiz responsáveis a montar o discurso perfeito para representarem suas queixas diante do rei, e do Conselho Ultramarino. Em momento algum se perguntou para aquele homem a respeito do caso com Margarida. Isso porque não estavam interessados em resolver por ela e nem por aquele religioso. A dívida que Vilela deveria acertar com aquele Senado era outra.

2.2. Casada e concubina: os efeitos jurídicos de um marido ausente.

A mesma linha defensiva, observada no caso anterior, torna-se relativa ao adentrarmos no Capítulo 48 do ofício que nos apresentou a Izabel Fernandez: “**A Izabel Fernandez mulher Casada, que a prendeu, por concubinato, e até que lhe não pagou a condenação a não soltou passando, na dita cadeia, graves injúrias**⁸²”. Vítima ou não do ouvidor, Izabel era uma mulher casada e, também, foi presa pelo crime de concubinato. Dos 12 testemunhos coletados pelos oficiais da Vila de Penedo, seu nome foi mencionado em apenas 04. Além de ter contado com 02 colaborações a menos que Margarida Vieira, 02 de suas 04 testemunhas a mencionaram apenas a cargo de proforma. Os pontos mais intrigantes foram registrados nos depoimentos de Pedro Dantas de Barros que salientou que a cadeia havia lhe causado a morte; de tenente Gaspar Fernandes de Castro. Este último, sempre o mais detalhista das testemunhas, afirmou que oficiais foram mandados à casa da dita mulher em nome de fazer penhora pelo crime do qual havia sido sentenciada. Aproveitando que Amaro Peres, marido de Isabel estava fora de casa levaram-na para a prisão, tendo ficado lá por nove dias. As testemunhas declararam o seguinte:

Pedro Dantas de Barros:

Prendeu Ana Gonsalves, mulher Casada, na Cadeia pública sem culpa [...] **E o mesmo fez a Izabel Fernandes, mulher casada, [ilegível] prisão lhe Resultou a morte [...]**⁸³

Gaspar Fernandes de Castro:

⁸² **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 08v.

⁸³ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 22v.

E o mesmo fez a Izabel Fernandes, **mulher de Amaro Peres**, indo lhe seus Oficiais a fazer uma penhora, em sua Casa, não só **penhoraram, uma negra**, que trouxeram preza, não estando seu marido em casa, mas também vindo a dita mulher, a Remir sua escrava, **a mandou meter na Cadeia, nove Dias, sem mais Crime, nem culpa**, e isto disse ele Testemunha, **o sabia porque sustentou a dita mulher, E lhe solicitou sua soltura**⁸⁴.

Domingos Correa Dantas:

E disse mais, que o sabe pelo ver, e ser público, que o dito ministro, prendia em cadeia Pública, junto com os homens as mulheres, casadas, por concubinadas, **como fez a [...] Izabel Fernandes, e a outros, sem mais publicidade, que o de seu mal animo, e desejo de ser bem pago**, pondo em Risco, de vida, aos sujeitos [...]⁸⁵

Mateus Pereira de Almeida:

E disse mais, que [...] **a Izabel Fernandes, teve presos, na Cadeia, sem culpa**, de que lhe levou bastante dinheiro [...]⁸⁶

Foi graças às ações de Gaspar Fernandes de Castro que Izabel Fernandez fora solta. O tenente solicitou sua soltura e a sustentou, possivelmente, até sua morte. A compaixão deste homem em relação àquela mulher não significa que os dois tenham vivido o amancebamento que Vilela fez questão de sentenciar. Apesar de constar em seu depoimento sobre ter cedido ao ouvidor dois potros, não há vestígios que apontem para que tenha realizado tal “doação” por algum crime que tenha cometido; não há acusações contra ele. Lembre-se que, segundo consta no regimento eclesiástico, a conversação por mais simples que fosse com mulher da qual suspeita-se que um homem esteja em concubinato podia ser considerada uma confissão indireta ou no caso uma prova de sua consecução⁸⁷. Dessa forma, acredita-se que Izabel Fernandez, se realmente fora infiel, relacionou-se com um dos homens listados anteriormente que sofreram com a jurisdição de Vilela, mas que não foi seu cúmplice nenhum dos homens que depuseram em seu favor⁸⁸.

⁸⁴ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 32v.

⁸⁵ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 38v.

⁸⁶ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 43.

⁸⁷ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXII – Do Concubinato, § 988. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 491.

⁸⁸ Sobre o depoimento de Gaspar Fernandes de Castro: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], Fl. 32v.

Diante das escassas informações a respeito dessa mulher, duas vertentes de interpretação são passíveis de análise e ambas são capazes de nos dizer a respeito das questões buscadas. Primeiro: Izabel Fernandez podia ser inocente, como contam as 04 testemunhas que responderam a inquirição a seu favor. Se assim foi, é interessante ressaltar que todas as vezes que seu caso era citado menosprezou-se o registro do nome do homem envolvido no pleito. Se esse foi o artifício utilizado, pode-se dizer que o foi em consideração à sua honra e de seu marido, já ofendidas anteriormente pela ação do magistrado real. Apesar do código religioso e civil instruir o segredo ou cautelas variadas em autos como este, torna-se frágil o ponto de vista que identifica a ausência de seu nome por desconhecimento do mesmo⁸⁹. Ora, o padre Manuel Lopez de Araújo recebeu sentença pública e, de acordo com o que afirmam os próprios oficiais da câmara, nada era feito em sigilo pelo oficial, sendo “público e notório” cada passo seu dado contra o direito⁹⁰.

Ir além e questionar sobre a lacuna na indicação do indivíduo correspondente a outra parte obrigatória do crime pode nos levar à identificação de uma estratégia de defesa e acusação utilizada naquele pleito. Partindo daí, quando a câmara de Penedo e os homens que cederam suas perspectivas sobre os acontecimentos transformam a outra parte substancial do litígio em sujeito indeterminado, fica a impressão de que se quis montar a imagem de um magistrado que não executava a Justiça de acordo com os preceitos indicados e isso fica pior. O simples não aparecimento do nome do suposto “amante” de Izabel Fernandez, por si só, faz parecer que o caso não possuía nenhuma prova concreta além da vontade do agente de Justiça em sentenciar descontroladamente. Vejamos, se o concubinato era um crime constituído a partir de uma relação ilícita entre um homem e uma mulher, a inexistência de uma das partes torna o delito julgado por Vilela em uma invenção.

Considerando uma real culpa de Izabel, esse artifício de eliminação da metade do delito possuiria peso considerável. Na verdade um peso maior, demonstrando que a Vila de Penedo trazia uma forte experiência na montagem de discursos de defesa e acusação apesar do que se dizia quando da instauração da Comarca das Alagoas a respeito de uma pouca tendência aos assuntos jurídicos⁹¹. Não deve ser esquecido que o documento onde esse episódio acabou

⁸⁹ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXIII – Como se procederá contra as mulheres casadas ou solteiras reputadas por donzelas, sendo compreendidas em amancebamento, § 990. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 492.

⁹⁰ A expressão é recorrente no documento e originou o título do trabalho sobre o assunto: CAETANO, Op. Cit., 2012.

⁹¹ A Vila das Alagoas agradecem pela criação do lugar de ouvidor na Comarca, mas enfatiza que suas moradas na Vila de Penedo é prejudicial, sobretudo, a execução da Justiça. Assim, aponta pontos sobre a carência de experiência jurídica naquela região. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Documento 10 [26 de maio de 1712], Fl. 01v.

sendo contabilizado trata-se de um ofício com uma penca de queixas contra a atuação de um ouvidor e não de uma inquirição, exclusivamente, sobre a acusação contra Izabel Fernandez e tantas outras mulheres. Por esse lado, o acontecido fora registrado objetivando implicar João Vilela do Amaral, nem que para isso fosse preciso ocultar informações relevantes a respeito das condenações que por ele foi levantadas.

Inocente ou culpada não é ademais indagar sobre quais outros motivos poderiam ter levado ao registro daquele fato. Se de um lado Pedro Dantas de Barros, Domingos Correa Dantas e Mateus Pereira sugeriram a inexistência do crime – os dois últimos com acusações pendentes – no capítulo em que aparece pela primeira vez, em momento algum a inocência de Izabel Fernandez é o ponto a ser discutido, nem sua morte. O tenente Gaspar Fernandes de Castro que parece ter se compadecido maiormente com o que aconteceu àquela mulher nem por isso deixou de afirmar que ela foi levada mesmo depois de realizada a penhora, mesmo “sem **mais** culpas”, dando a entender que o ato, por mais violento que tenha sido, correspondia ao pagamento de um crime que realmente cometera.

A ausência do marido da envolvida, Amaro Peres, tanto da lista de queixosos quanto da lista de depoentes deixa mais dúvidas a respeito de como teria se dado aquele acontecimento juridicamente. O que se sabe é que além de sustentá-la após sua soltura, Gaspar Fernandes de Castro a representou judicialmente, tendo sido o maior responsável pela reconquista de sua liberdade. O marido de Izabel não estava ausente da terra. Não se desconsidera a possibilidade de Amaro Peres ter sentido sua honra esvaír-se como água entre os dedos e, por isso, ter abandonado sua esposa à sorte. Da mesma maneira não há de se desprezar a probabilidade de Izabel ter sido ajudada indiretamente ou acusada pelo esposo ofendido. Tendo acreditado na condenação, ou não, o fato de outra pessoa ter procedido em favor dessa mulher pode ter um significado a respeito da reação de seu marido diante do pleito⁹².

A utilização constante do “talvez” é necessária diante da falta de informações ou documentos que nos apresentem um quadro detalhado de sua situação. O tenente Gaspar Fernandes de Castro, que afirmou, relativamente, a culpa de Izabel, valeu-se de sua voz, redes de poder ou experiência para retirá-la da cadeia. É essencial ressaltar, neste ponto da análise, que Gaspar defendeu vários homens e mulheres em seu depoimento, mas em alguns momentos não retira a razão do oficial de justiça, ou seja, reclamou de seus procedimentos para lidar com os crimes, mas não da veracidade dos mesmos. Mesmo assim, por si só, ou outros meios

⁹² Como visto acima, o perdão do marido era previsto e devidamente aceito pelas autoridades seculares. Os procedimentos consequentes de tal ato, no entanto, podem ter representado ações pouco honrosas para um marido já ofendido. Daí a hipótese de colaboração nas sombras. Ordenações Filipinas: Tít. XXV – Do que dorme com mulher casada, § 2. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, p. 1173.

sociais, trabalhou no caso de Izabel, visto que a quebra do sigilo poderia, inclusive lhe causar a morte⁹³. A negociação que se deu para a soltura da esposa de Amaro não teve a ver com outras instâncias fossem elas a dos juízes da terra, eclesiásticos ou da Relação da Bahia. De acordo com o que dizia o direito, poderia partir-se de uma argumentação ou questionamento acerca das três admoestações, e se estas tinham sido realizadas entre intervalos de tempo considerável. Outra fundamentação de defesa possuiria respaldo na utilização de falas ou outros artifícios que fizessem lembrar o ouvidor que diante da penhora da escrava o crime daquela mulher já tinha sido pago.

Apesar de essas alternativas a serem seguidas diante da acusação por concubinato não se pode dizer até que ponto uma defesa judicial e oficial cabia nesses casos⁹⁴. Veja-se o alvará de 26 de setembro de 1769 que apresenta os motivos principais para concretizar a proibição das tiradas de devassas em crimes de concubinato pela justiça secular (sobretudo juízes de fora). A ordem girava em torno da ideia de representarem um verdadeiro “abuso” e muitas desgraças. Eram processos que colocavam mulheres casadas em real perigo, por se tratar de um delito que poderia ser julgado tanto da instância eclesiástica quanto civil/secular, sintetizava-se em um “pecado” com respaldo suficiente para acabar com a reputação de terceiros de tão ativo e constante que eram. Ao mesmo tempo, inquirições pouco rígidas ouviam testemunhas tidas por inimigas declaradas dos que eram apontados como culpados, também foi uma das razões para se vetar futuras procedências em pleitos daquela categoria a partir da jurisdição de agentes do rei. Ali se abria mão da perseguição aquele crime com qualidade de pecado pela via régia do direito⁹⁵.

Em 1722 essa proibição certamente não era vislumbrada, mas sua conexão com o caso em questão é muito mais que explicativa. Izabel Fernandez que deveria receber advertências verbais ou pelo menos sem que seu marido tomasse conhecimento, teve sua escrava levada e presa por nove dias. Diante desse ato não se pode enxergar um rompimento na ação de Vilela do Amaral, pois se tratava de um caso solucionado por uma jurisdição secular distinto da eclesiástica. Uma defesa montada na ideia de que o crime já havia sido concluído a partir da levada da dita escrava, torna-se passível de questionamentos quando surge na problematização desse episódio a pergunta: a quem pertencia a escrava? Amaro Peres é uma peça fundamental para ambas vertentes de análise: para ajudar a livrá-la da culpa ou para colaborar em

⁹³ Idem.

⁹⁴ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXII – Do Concubinato, § 988. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 488-492.

⁹⁵ Alvará de 26 de setembro de 1769. Em que se determina que não se tirem devassas dos concubinatos. **Systema, ou Coleção dos Regimentos Reaes** / José Roberto Monteiro de Campos Coelho e Sousa. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783, Tomo V. p. 160.

fazer ser exercido o que ele considerava como Justiça. Quando falamos das vias que podem ter sido utilizadas para a liberação daquela mulher e apesar das possibilidades de arguição que estiveram em aberto para a soltura de Izabel, por todas as razões apresentadas nesse ponto da análise, fica difícil imaginar uma negociação com aquele ouvidor que não estivesse baseada em penas pecuniárias – veja-se o fato de que a vila esteve impossibilitada de proceder judicialmente além da subordinação do ouvidor.

Izabel Fernandez foi apresentada como mulher inocente pela maioria dos testemunhos, apesar de seu capítulo não dizer muito sobre isso. Se contou com uma defesa jurídica ou moral, no ato da citação em querela, ou depois, naquele ofício prestes a ser enviado ao rei, nada parece ter sido capaz de livrá-la de um final drástico. Ao pensar com mais profundidade, e considerando o poder dos boatos naquela sociedade ordenada e excludente, pode ser considerado que sua vida tenha tido um fim pelas mãos de Amaro Peres, seu esposo. Sabe-se que mesmo com os cuidados destrinchados nas Constituições religiosas para que isso não viesse acontecer se trataria de uma reconquista da honra que homem nenhum ou Justiça contestaria⁹⁶. Izabel Fernandez pode ter deixado de existir por variados motivos, que aqui não compete contabilizar – assassinato, culpa, vergonha, depressão ou trauma do que sofrera na prisão. Se o seu caso tomou forma depois de morta podia ter algum significado de fazer a diferença, já que o direito estava para os mortos e os vivos. Contudo, a impressão que fica é a existência de uma justiça de domínio masculino feita para nem todas as mulheres, apenas para mulheres que se encaixassem no conceito geral que lhes era estipulado. Assim, a resolução que ofereceria, àquela altura do campeonato, já não importava mais.

2.3. Pelos crimes de seus filhos.

Teria sido também o dinheiro a força motriz que levou os soldados a invadirem o “decoro da casa” de muitas mulheres viúvas, segundo os oficiais camarários e os que depuseram⁹⁷. Dona Guiomar de Mendonça, Ana Ferreira, Antônia de Couto e Teodora Pereira sofreram desonra e maus tratos dentro de suas residências por conta de crimes de concubinato. O que chocava aquelas testemunhas, no entanto, não era o delito em si, mas os fatos de terem ganhado vida pelo envolvimento dos filhos delas. O objetivo da ação consistia na cobrança das sentenças por amancebamentos que o ministro tinha contra os filhos de cada uma. A in-

⁹⁶ Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. XXXVIII, § 1. ALMEIDA Op. Cit., 2012, 4º Tomo, p. 1188.

⁹⁷ Reveja o testemunho de Domingos Correa Dantas: “[...] **sem mais publicidade, que o de seu mal animo, e desejo de ser bem pago** [...]”. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 38v.

dignação sobre tais atitudes parece clara nos capítulos das queixas e nos depoimentos em que foram lembradas. O ponto principal que cabe analisar diz respeito a essas mães terem sido obrigadas a pagar pela condenação de sua prole⁹⁸.

O primeiro ponto a ser exposto, quando os questionamentos se viram para responder acerca da responsabilidade daquelas mulheres sobre os atos de seus filhos, é a tutela. Quantos anos os acusados tinham não foi uma informação contabilizada no ofício e é importante estar atento às ausências de dados como visto anteriormente. Para pensarmos tanto no lado dos queixosos quanto no lado do ouvidor, faz-se necessário considerar até que ponto o direito teria servido de base para aquelas atitudes. É uma perspectiva que deve ser recorrentemente utilizada ao longo do debate, sobretudo, por não podermos ilustrar as circunstâncias com mais informações ou documentação de cunho exclusivamente jurídico. Sobre o caso dessas viúvas, em especial, o único aparato judicial que pode ter sentido concreto, diante da cobrança das penas a elas, diz respeito a tutela exercida como mães daqueles condenados.

A pena pecuniária havia sido estipulada e deveria ser viabilizada de acordo com as possibilidades financeiras dos envolvidos. A pobreza extrema de sentenciados era estipulada curiosamente para o caso de mulheres dentro da Constituição. A prevenção para essa especificidade, onde os sentenciados não possuíssem meios financeiros de arcar com as consequências de seus atos, apontava para castigos de ordem corporal. É no título a respeito das admoestações sobre mulheres casadas que se pensa pela primeira vez no empecilho das condições financeiras dos que viessem a ser advertidos por tais crimes⁹⁹.

Os castigos corporais, tipo de punição de ordem religiosa, não parecem ter tido respaldo no cotidiano dos serviços de oficiais seculares. Para além da vontade ou interesse de Vilela do Amaral em acabar com os pecados ou sentenciar os crimes daquela sociedade, a alternativa às acusações das queixas daqueles homens da Vila de Penedo, precisa ser refletida dentro do *corpus* de leis vigentes. Se segundo a câmara local os principais objetivos do ouvidor era encher os bolsos de dinheiro é necessário buscar dentro do arcabouço doutrinal judicial quais elementos poderiam ser utilizados pelo ministro em explicação para suas atitudes.

Numa Comarca onde as avaliações do visitador episcopal não valiam muito para o magistrado e em que o pároco estava acusado e condenado pelo crime de concubinato imagina-se que a Justiça nas mãos de Vilela do Amaral faria dele o único ou principal beneficiado

⁹⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], Fl. 07 e 07v.

⁹⁹ “[...] E sendo alguns delinquentes tão pobres que não tenham por onde pagar a pena pecuniária toda ou parte considerável dela, ser-lhes-á comutada em corporal e em alguns dias de aljube”. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXIII – Como se procederá contra as mulheres casadas ou solteiras reputadas por donzelas, sendo compreendidas em amancebamento, § 992. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 493.

com a proliferação daqueles casos. Explica-se, assim, a utilização de variados meios para a obtenção das quantias, ficando passíveis de compreensão os motivos que levaram aquele magistrado a iniciar inúmeras devassas. Salienta-se que essas considerações não devem ter peso de defesa das atitudes de Vilela, pois sabe-se que como juiz de última instância local as implicações ou reclamações a respeito do pároco e visitador podem ter sido forjadas por ele em nome de atribuir mais força a sua jurisdição. O eixo central dessa via argumentativa é entender a ação daquele oficial que implicou aquela viúvas pelas causas de seus filhos.

Mesmo que o objetivo principal fosse verdadeiramente julgar culpados e acabar com os “maus costumes” daquela vila; mesmo que como um agente reinol as circunstâncias encontradas naquela região da Comarca das Alagoas tenham espantado e gerado aquelas reações; ou mesmo que no final das contas todo um arcabouço tenha sido forjado e seu lugar tenha sido utilizado unicamente para fins contrários aos interesses não só daquela vila, mas da Coroa, o que não pode ser perdido de vista aqui é o fato de aquelas mães viúvas terem sido praticamente condenadas no lugar de seus filhos. A única explicação jurídica concebível para tais atitudes por parte do magistrado – além da vigência daquela norma apontada acima como instigadora – é a possibilidade de ter se ordenado a busca desenfreada pelo pagamento pecuniário daqueles crimes baseado na vigência da tutoria daquelas mulheres.

Sabe-se que muitas mulheres ao perderem seus maridos, e em nome de salvaguardar os bens da família e dela, optavam por se responsabilizar pela administração de terras e fazendas de seus filhos ao invés de manter-se sujeita ao raio de ação de outros familiares ou dos juízes dos órfãos. Era um direito quase que consagrado dentro do que estava previsto para a mulher. Como *tutoras legítimas* as mães e avós tinham, inclusive, o direito de rejeitar o ofício. O preço a ser pago, no entanto, constituía-se entre outras formas de coerção passiva, a efetiva desistência de sua vida amorosa e sexual. Assim, uma mulher viúva que pretendesse ocupar o lugar de tutora de seus filhos como condição mor deveria não casar novamente em vista de evitar a perda desse direito¹⁰⁰.

O tutor de menores, no geral, ficava responsável em administrar os bens, fazendas ou qualquer forma de dotes de seus pupilos. Seu serviço deveria ser constantemente avaliado ou fiscalizado e a principal característica que se esperava deles dizia respeito ao seu caráter¹⁰¹. Às mulheres, presava-se a honra e honestidade, mas não só isso. Era essencial que se manti-

¹⁰⁰ Instituições do direito civil português: Liv. II, Tít. XI – Das tutelas. FREIRE, Op. Cit., 1966, pp. 111-126.

¹⁰¹ Instituições do direito civil português: Liv. II, Tít. XI, §§ XV e XVI. FREIRE, Op. Cit., 1966, pp. 121-122.

vesse longe do segundo matrimônio¹⁰². Relatórios e contas deveriam ser prestados anualmente já que mesmo as indicativas a serem escolhidos tutores dignos, era necessário comprovar, pelos números, que suas atividades correspondiam aos interesses de seus protegidos ou ao que lhes cabia de melhor. Tratava-se de formas pouco discretas de averiguar os procedimentos daqueles profissionais em nome de impedir desvios que, geralmente, eram feitos. Uma vez com o domínio sobre o dinheiro e propriedades, os tutores podiam cuidar para acrescer as posses de seus pupilos e agir sempre de acordo com o que fosse melhor desde que contasse com as devidas aprovações dos juízes locais. Observou-se todo o aparato sobre a tutoria: como se dava, os tipos, as vigilâncias que constavam sobre eles e, até mesmo, suas funções ou atividades mais importantes. Apesar de tantas responsabilidades que podiam lhe ser contabilizadas nada se dizia a respeito de crimes cometidos por pessoas de menoridade¹⁰³.

Lembremos que o que se questiona aqui não é sobre os filhos das viúvas serem de idade púbere, mas apenas menores de vinte e cinco anos e solteiros. Assim, diante daquelas mulheres como tutoras e responsáveis menos pelas atitudes de seus filhos e mais sobre seus bens surgem as possibilidades de João Vilela do Amaral ter interpretado que a elas caberia a decisão final de proceder com o pagamento das dívidas que sua prole obtivera. Ora, se as fazendas daqueles rapazes sentenciados por concubinato pertenciam ainda à jurisdição de suas mães, o ouvidor certamente agiria dentro de uma estratégia de ação desde que tivesse conhecimento desses detalhes. Quando mandou às casas daquelas mães seus soldados para que cobrassem as sentenças de seus filhos, a ideia principal era sequestrar bens – e não se descarta a possibilidade de se ter tentado proceder de outras formas antes – e fazer valer as condenações que haviam sido estipuladas por ele como ouvidor.

Em sua defesa, João Vilela do Amaral demonstrou-se espantado com o fato da população de Penedo andar armada e, às vezes, “casados com duas mulheres”. Os “barregãos e concubinas” também foram evidenciados pelo ouvidor, em carta que enviou aos três dias de abril de 1720, dois anos antes de serem montados aqueles capítulos contra ele na câmara local de Penedo. Como um homem reinol é compreensível que tenha estranhado as práticas de concubinato, ou variadas formas de interações entre homens e mulheres na sertaneja Vila de Pene-

¹⁰² “E se alguma mulher, sendo viúva, for dada por Tutora, ou Curadora de seus filhos, ou netos na maneira que dito é, e se casar e por isso lhe for removida e tirada a Tutoria ou Curadoria, se ella depois viubar, e quiser tornar a ser Tutora ou Curadora dos ditos seus filhos, ou netos, não lhe será consentido”. Ordenações Filipinas: Liv. IV, Tít. CII – Dos Tutores e Curadores, que se dão aos órfãos, § 4. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 3º Temo, pp. 1000-1001.

¹⁰³ Instituições do direito civil português: Liv. II, Tít. XI – Das tutelas. FREIRE, Op. Cit., 1966, pp. 111-126.

do¹⁰⁴. Sob seu ponto de vista, para além do dinheiro que a câmara tanto pretendeu enfatizar, seu objetivo poderia ser colocar aquela região nos moldes aos quais estivera acostumado em Portugal. Isso quer dizer que não se descarta a possibilidade de João Vilela do Amaral ter agido conforme seus princípios, sua visão de mundo para impor uma moralidade que não conseguia enxergar naquele meio de convivências íntimas entre portugueses, africanas e indígenas.

As mulheres implicadas, e que tiveram suas casas invadidas, foram mencionadas por 06 das 12 testemunhas em depoimento, todas elas. Os discursos sobre esses casos tão próximos e semelhantes são mais redundantes, quadrados e direcionados que os anteriores. Ana Ferreira, Teodora Pereira, D. Guiomar de Mendonça e Antônia de Couto apareceram respectivamente nos capítulos 30, 31, 32 e 34. De acordo com o que consta nas falas dos depoentes foi preciso pagar entre 12 e 26 mil réis para a recuperação dos escravos que lhes foram tomados. Além da argumentação a respeito da tutela torna-se difícil uma problematização maior para o caso dessas mulheres devido à falta de informações maiores ou de registros diretos de defesa. Tal qual Margarida e Izabel, nenhuma das quatro foi representada oficialmente por procurador¹⁰⁵. Seguem-se as testemunhas e seus respectivos depoimentos:

Sobre Ana Ferreira:

[Capítulo] 30. Da mesma maneira, Ana Ferreira, mulher honrada, onde lhe mandou os oficiais e sua Casa e lhe romperam o decoro dela, desacatando-a e a sua filha, **para pegar, a condenação de seu filho, Valentim Carneiro**, por concubinato, e lhe prendeu um escravo, e o não soltou, até que se pagou a condenação.

Sobre Teodora Pereira:

[Capítulo] 31. A mesma violência fez a Teodora Pereira, Mulher honrada e **cobrou a condenação de seus filhos**.

Sobre D. Guimar de Mendonça:

[Capítulo] 32. Mandou também os oficiais, a casa de D. Guiomar, mulher viúva, e honrada, e lhe romperam o decoro de sua Casa, e lhe prendeu um escravo, **para ela pagar, a condenação, por um seu filho, João Alvares por concubinato**.

Sobre Antônia de Couta:

¹⁰⁴ Sobre a Vila de Penedo como área sertaneja ver: LINDOSO, Dirceu. **O Grande Sertão**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2011, pp. 20-100.

¹⁰⁵ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722].

[Capítulo] 34. Fez o mesmo a viúva, Antonia de Couto, Mulher honrada, e lhe foram os soldados a casa, e lhe entraram, de novo dela, sendo mulher pobre, e tendo suas filhas, e lhe prenderam, uma negra, de uma dita filha **para pagar, a condenação de seu filho por nome, Alexandre, por concubinato**, e não soltou a dita Negra, se não depois, de pago, sem se lastimar, da muita pobreza.

Dona Guiomar de Mendonça, mãe de João Álvares de Mendonça, teve que pagar ao ouvidor geral para a soltura do escravo que havia sido levado pelo crime de seu filho. A propriedade pertencente àquela mulher, segundo as falas que constam nos depoimentos, ficou “muitos dias na cadeia”. Ao que parece, o problema era irremediável sem o preço que João Vilela do Amaral pretendia receber pela condenação. É provável que, apoiada por homens da região, tenha se valido de algumas redes de contatos, de seu filho ou do falecido marido. Ela conseguiu alcançar a quantia que lhe foi cobrada. O tenente Gaspar Fernandes de Castro contou que “deu 20 patacas [6\$400 réis, de acordo com as informações de Russell-Wood] ao dito ministro para mandar soltar o dito escravo”. É interessante observar que essa testemunha, assim como no caso de Izabel, tomou a frente quando se tratou de D. Guiomar¹⁰⁶. Não se sabe para ambas as situações, se o oficial oferecera ajuda jurídica propriamente dita ou se ela podia ser realizada considerando-se a atuação de Vilela. Contudo, a realização desta parte do pagamento para a liberação do escravo daquela mulher faz considerar a ideia de que apesar de não terem sido representadas oficialmente no pleito daquela câmara foram de alguma forma, mesmo que indireta, ajudadas quando Gaspar, por exemplo, cedeu parte do pagamento e não o total – estipulado por uma única testemunha em 26 mil réis¹⁰⁷ – fosse por iniciativa individual ou de outros homens¹⁰⁸.

Da mesma forma, Teodora Pereira sofreu com a entrada forçada de soldados em sua casa. Sua situação era certamente complicada, pois ao que parece mais de um de seus filhos estavam implicados; os nomes deles não foram citados. Essa mulher, diferente das outras, foi mencionada sem grandes detalhes sobre o que lhe havia acontecido. O único ponto em co-

¹⁰⁶ Diante das ações fraternas do tenente é interessante informar que em 1730, 08 anos depois do envio daquele ofício, o oficial veio a ser o “Lanço” na obra da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Matriz do Rio de São Francisco, tendo arrematado 8 mil e 500 cruzados. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 66 [09 de julho de 1731], fl. 04.

¹⁰⁷ As testemunhas falam dos casos das quatro mulheres em uma única frase. Consequentemente devido a esse registro realizado e ao fato de todas elas terem sofrido abusos semelhantes não há por muitas vezes como separar as especificidades de cada caso. Por exemplo, os 26 mil réis podem ter sido somados por Dante Gonçalves de Souza. Da mesma forma, não há uma exata colocação sobre o valor que teria pago Teodora Pereira, visto seu nome aparecer sempre em comparação com o que viveram as outras mulheres. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 27.

¹⁰⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 07v, 15, 18v, 21v, 34v, 43 e 44v.

mum, entre ela e as outras, que pode ser contabilizado sem grandes dúvidas é o fato de ter tido sua residência invadida. No mais, os relatos a seu respeito são inconstantes e a apresentam geral e sutilmente como “e a Teodora Pereira” ou “e o mesmo fez a Teodora Pereira”, não sendo dito nada a mais sobre como teria sido levado algum escravo seu, ou outros bens. A culpa de seus filhos ou o escândalo exato em que estiveram envolvidos seriam informações não apenas passíveis de serem anuladas, mas necessariamente subtraídas em nome de enfatizar os objetivos daquele ofício em andamento¹⁰⁹.

A “mesma sorte” teve Ana Ferreira que para pagar pelo filho, Valentim Carneiro acabou perdendo uma negra que foi metida na cadeia. Além da escrava que fora levada não só o “decoro da casa foi rompido”, tendo também uma filha sua sofrido desacatos no ato da tomada daquela propriedade. Apenas o Reverendo Manuel Lopes de Araújo, das 06 testemunhas que mencionam seu nome, deu um pouco mais dos detalhes daquele pleito. O eclesiástico falou que a dívida dizia respeito ao mesmo crime do qual havia sido condenado. A soltura da dita cativa só foi realizada quando do pagamento de 16 mil réis. Esse valor unicamente estipulado por essa testemunha é interessante de ter ressaltado. Os fatores humanos ou individuais, que precisam ser levados em conta quando do ato da escrita daquela carta ao rei, podem ter fundamento certo na averiguação de dados como este. Apesar de todas aquelas testemunhas ouvirem os itens selecionados e montados pela câmara e “população”, fica difícil imaginar que não tenham dado alguns detalhes para além do que registrava nas linhas daqueles capítulos quando conheciam as pessoas envolvidas ou o acontecimento a fundo. No caso em questão, já foi sublinhado sobre a citação de Teodora Pereira, que geralmente foi associada como um dos exemplos de uma atitude igual a do magistrado. Partindo da linha lógica de raciocínio de que nenhum episódio é exatamente igual a outro tem-se aquelas quatro mulheres emaranhadas numa única ação que só se torna singular quando algumas testemunhas ultrapassaram as linhas delimitadoras dos questionamentos que lhes eram apresentados¹¹⁰.

Antônia de Couto foi apresentada como a mais prejudicada daquelas mulheres. Nos discursos registrados, os homens em sua defesa apontam sua “muita pobreza” e o fato de ter se levado bens em nome do pagamento por concubinato de seu filho, Alexandre Dias. Sua situação financeira acabou sendo uma especificidade salientada que só coube a ela. Tendo outros em sua dependência além de Alexandre, o ponto enfatizado, pelos que se lembraram de seu episódio, foi que Vilela do Amaral manteve a escrava presa na cadeia. Em se tratando de

¹⁰⁹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 07, 18v, 21v, 27, 34v, 43 e 43v.

¹¹⁰ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 07, 15, 18v, 21v, 27, 33, 34v, 43 e 43v.

uma mulher de pouco cabedal financeiro é compreensível à identificação de que aquela negra passou “muito tempo na cadeia”. Apesar de não haver explicações sobre os meios utilizados por Antônia e seu filho, o fato é que conseguiram levantar 18 mil réis para libertarem a cativa da prisão. Considere-se, ainda, que aquele encarceramento certamente rendeu mais danos ainda na vida financeira daquela mulher viúva, já que podia se tratar de uma peça fundamental para a sobrevivência da família de Antônia. No final das contas, mesmo que fosse tutora legal de Alexandre Dias, foi exposta e viu a propriedade que na verdade pertencia a sua filha – e pode ser que representasse parte do dote da prole não nomeada – ser levada por um crime que as mulheres da casa não haviam cometido.

Até que ponto Alexandre Dias, e os outros filhos que implicaram diretamente suas mães, eram inocentes não é explicitado nos depoimentos, nem capítulos. Uma pista foi deixada no capítulo específico sobre seu caso. Diz-se que os soldados foram a sua casa e “lhe entraram de novo” e esse pequeno detalhe pode evidenciar que as admoestações em intervalos podem ter sido realizadas de acordo com as sugestões dos textos jurídicos vigentes. Essa informação, contudo, não perde seu sentido ambíguo diante dessa perspectiva, visto que a visita constante daqueles homens poderia ter sido concretizada como forma de fazer acontecer o pagamento almejado. Mesmo assim, e mais uma vez, a questão a ser resolvida nos registros dessas passagens parece ser equivalente aos excessos do ouvidor e não a veracidade dos crimes que cobria. A possibilidade já destrinchada daquela escrava que foi levada no caso de Antônia de Couto por ser tutora de Alexandre torna-se um tanto frágil quando se tem já no capítulo do caso, a ênfase de que se tratava da propriedade de uma de suas filhas. Propriedade ou dote da filha não nomeada, e tendo conhecimento da resolução encontrada para aqueles casos um elemento fica passível de observação. Para além dos problemas causados àquelas senhoras escravistas, pode ser imaginada a situação daqueles escravos que contabilizados como bens daquelas famílias foram presos por crimes que não lhe diziam respeito, mas implicavam os seus donos.

Nesse ponto, é preciso frisar que a prisão dos concubinários, filhos daquelas mulheres, pode não ter sido efetuada por não se tratar de indivíduos sem meios financeiros para livrarem-se do cárcere. Perceber isso proporciona observar que mesmo a mãe de Alexandre, tida por mulher pobre, ao menos possuía bens a serem sequestrados, enquanto nos casos de Margarida Vieira e Izabel Fernandez foram, aquelas personagens, levadas à prisão. Mulheres de bens ou não, receberam adjetivações positivas e linhas defensivas que colocava em cheque a existência dos crimes que João Vilela imputava aos indivíduos daquela sociedade. O lugar que verdadeiramente ocuparam nas mentalidades daquelas testemunhas que apresentaram

suas queixas ao rei não é possível saber, mas figuraram ali como sendo responsabilizadas por seus crimes, pelos de seus filhos ou vitimadas pela ação de um ouvidor desconhecedor dos costumes locais.

Em observação aos escravos que foram levados à prisão para pagar por crimes que não tinham cometido, como propriedades, o que acontecera é que foram devidamente “sequestrados” nos episódios em questão, até a efetivação dos pagamentos das penas pecuniárias aplicadas aos seus jovens senhores. A especificidade deste processo em Antônia Couto, Alexandre Dias e sua filha pode revelar outro ponto que o sequestro do escravo de D. Guiomar não pôde levantar. Já foi evidenciado que o crime de concubinato serviu como eixo principal para a degradação ou estereotipação de mulheres e indivíduos outros que não seguissem as normas católicas a respeito do matrimônio e controle de suas vidas sexuais. Partindo dessa deixa, pode ser pensado que a tomada da escrava da filha de Antônia procedeu-se para contabilizar a condenação dela dentro do crime.

Afirmar uma injustiça, no fato de aqueles escravos e escravas terem sido levados para pagar os crimes de outrem, é contabilizar uma ideia que não existia na América portuguesa do século XVIII, logo anacrônica. Considerar, no entanto, aqueles indivíduos escravizados com os olhos para além da época, faz o pesquisador identificar possibilidades outras que por mais sensíveis que sejam para a análise possui base historiográfica para existir. Assim, quando Mateus Pereira de Almeida expressou ao rei, sobre Vilela do Amaral não poupar nem negras e negros cativos dos crimes “inventados”, parece plausível sob a perspectiva atual e que lhe era contemporânea a sua revolta. Contudo, Mateus não falava para nós e sim para a Coroa, para seus agentes de Justiça e seus tribunais, objetivando tornar visíveis procedimentos do ministro em questão que deveriam ser contabilizados em sua residência. Sua preocupação podia não ser libertar a população das calúnias que a afligia e sim reclamar do preço que estava sendo pago. Contava sobre as sentenças girando em torno de 20 e 30 mil réis, sendo ele um dos homens que certamente acreditava no concubinato como resultado de uma equação que contava com a soma de dois produtos: a mulher e a tentação feminina.

Essa ênfase no dinheiro acumulado por Vilela do Amaral, nas devassas e sentenças daqueles crimes, não deve transpassar as possibilidades de análise sobre a ação daquele ouvidor. É realmente curioso o fato de serem levantadas penas pecuniárias de alto valor, de condenar mulheres indiscriminadamente ou de ele mesmo ter sido acusado de tais desvios. Contudo, a atuação do magistrado em Penedo, naqueles anos em que serviu (1716-1720), podia ter a ver, também, com tentativas de dotar a região de aspectos civilizacionais, de certa forma,

avessas a realidade e cotidiano do sertão¹¹¹. Por outro lado, a tecla que os agentes camarários decidiram não parar de tocar, ao longo de todo o seu ofício ao rei, dizia respeito a tirada das fazendas de homens e mulheres. Naquele ano de 1722 os grupos sociais representantes na Vila de Penedo é que pareciam estar mais preocupados em manter suas finanças do que procurar satisfazer as normas do reino e da Igreja no que dizia respeito a sua vida conjugal/sexual.

Apesar de Mateus Pereira de Almeida afirmar exageros da parte de João Vilela do Amaral como prejudicial aos bolsos daquela população ultramarina, era dever dos senhores serem responsáveis em admoestar seus escravos para que não desenvolvessem, nem dessem continuidade, a condutas contabilizadas como concubinato. Caso o crime fosse verificado dentro das senzalas, uma superficial tolerância era cedida devido a “ignorância” de tais “criaturas”. Mas, é claro, essa tolerância possuía prazo de validade, ou determinadas condições que não os livrava de penas. Os senhores teriam que cuidar para que seus escravos buscassem contrair matrimônio e buscassem viver dentro dos preceitos ocidentais que a dominação portuguesa impunha. Sobre os recorrentes concubinatos, protagonizados por escravas e esses mesmos senhores, responsáveis na missão de salvar aquelas almas, a lei religiosa afirma se tratar de delito grave, tendo vista o fato de o homem branco ser conhecedor das normas divinas e servir de modelo para aquela população africana que não parava de entrar na América portuguesa¹¹². A partir dessa possibilidade de visualizar, por exemplo, a escrava da filha de Antônia ter sido implicada por ser a concubina de Alexandre Dias, pode ser apercebida sob diferentes perspectivas.

Apesar do que dizia as Constituições da Bahia, a abertura para a consecução da exploração sexual de homens sobre suas escravas estava vigente dentro do *corpus* jurídico. Se o amancebamento de homens com mulheres “mui úteis para a comodidade” da casa, quando possuía uma tolerância em meio aqueles relacionamentos chamados de “fornicários vagos”; se

¹¹¹ Cotidiano não só do Sertão, mas da América portuguesa no geral, visto o concubinato ter sido constantemente identificado numa realidade em que era difícil obter o matrimônio. NIZZA. Op. Cit., 1984. VAINFAS. Op. Cit., 2010. MELLO E SOUZA. Op. Cit., 2004.

¹¹² “E porque o amancebamento dos escravos necessita de pronto remédio, por ser usual e quase comum em todos deixarem-se andar em tal estado de condenação a que eles por sua rudeza e miséria não atendem, ordenamos e mandamos que, constando na forma sobredita de seus amancebamentos, sejam admoestados, mas não se lhes ponha pena pecuniária, porém judicialmente se fará a saber a seus senhores do mau estado em que andam, advertindo-os que se não puserem cobro nos ditos seus escravos, fazendo-os apartar do ilícito trato e ruim estado, ou por meio de casamento (que é o mais conforme à lei de Deus e lho não podem impedir seus senhores sem muito grave encargo de suas almas) ou por outro que seja conveniente, se há de proceder contra os ditos escravos a prisão e degredo, sem se atender à perda que os ditos senhores podem ter em lhe faltarem os ditos escravos para seu serviço; porque o serem cativos não os isenta da pena que por seus crimes merecerem”. Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia: Liv. V, Tít. XXII – Do concubinato, § 989. VIDE, Op. Cit., 2010, pp. 491-492.

para a Igreja do século XVI, escravas que prestavam serviços domésticos para homens religiosos não podiam ser contabilizadas como concubinas¹¹³, imagina-se que na América portuguesa do século XVIII, esse mesmo lugar seria assumido pela escrava, mas não somente na vida de eclesiásticos, mas também de homens comuns. Quando o único ponto que se quer comprovar diz respeito ao fato de que “viver de portas adentro” não significaria uma prova de concubinato, é possível afirmar que as escravas no além-mar não eram compreendidas à mancebia, sobretudo, para vigência da legislação eclesiástica¹¹⁴ e pelos costumes, tradições ou abstrações feitas pela justiça leiga de um meio como a Vila de Penedo. Brechas sobre mulheres escravizadas, no domínio de representantes de Deus serviram, do mesmo modo, para a justificação do envolvimento de senhores brancos e casados com suas escravas negras e para a estigmatização daqueles indivíduos.

Apontar a expansão do senhor de um “domínio à posse sexual” como uma influência direta e advinda de uma situação escravista colonial não é uma justificativa equivocada¹¹⁵. Porém, essas explicações não devem vir encarregadas de condenações a maneira de colonização lusitana. Não se deve apresentar esses envolvimento ilícitos como frutos do mesmo regime e, automaticamente, como provas de negociações de homens brancos e suas escravas negras ou mulheres pobres¹¹⁶, visto a ambiguidade de ser interpretada como uma vertente perigosa e frágil de lançar na historiografia. A estigmatização das mulheres, sobretudo, das mulheres negras escravizadas, está presente em afirmações como essas, quando são reafirmadas características negativas sobre o sexo feminino e desassociadas as violências que ocasionaram “casos amorosos” ou relações sexuais ilícitas na América portuguesa – isso não quer dizer que não existissem tais negociações, apenas requer mais cuidado em conclusões como esta. Quando escravas de clérigos foram enfatizadas nas Ordenações Filipinas como não passíveis de acusações de concubinato, não quer dizer que não estivesse subestimada de acordo com sua “qualidade” e “condição”. Apenas foi sublinhado que um senhor só veria sua escrava devassada, e até presa, por mancebia, se este fosse responsável por sua gravidez e aceitasse tal filho através do batismo. Fora desses termos, ou se ninguém pudesse comprovar tais condi-

¹¹³ “E se algum Clérigo, ou Beneficiado tiver alguma escrava consigo em casa que com ele viva e alguém quiser dela querelar, dizendo que dorme com ela e a tem por manceba, não seja recebida tal querela, nem seja por isso presa, nem acusada, salvo se o quereloso na querela per juramento afirmar; que é notório e manifesto, que tem dele filhos, e que os batizou, cria e nomeia por seus filhos, porque com tal declaração se receberá querela”. Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. XXX – Das barregãs dos Clérigos, e de outros Religiosos, § 1. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, p. 1181. VAINFAS, Op. Cit., 1985, pp. 108.

¹¹⁴ Constituições do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXII, § 988. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 491.

¹¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. – 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 271. VAINFAS, Op. Cit., 1997, pp. 229-242.

¹¹⁶ VAINFAS, Op. Cit., 1985, pp. 112-113.

ções, a legislação portuguesa se abstinha a adentrar em casos que pudessem dizer contradizer os direitos de propriedade de seu súdito¹¹⁷.

Se as linhas sobre Alexandre Dias não nos dá uma certeza maior sobre seu possível envolvimento com a negra que foi tirada de sua irmã, o caso da crioula Mariana serve como um possível exemplo da imagem que a mulher negra escravizada compunha na mente masculina da Vila de Penedo de 1722. A maior pena pecuniária que coube a Antônia de Couto, para o resgate da escrava de sua filha, aponta um vestígio um pouco distante do que se pretende analisar no momento. Visto essa dificuldade, o envolvimento de Constantino Barroso com Mariana torna-se um caso interessante para a observação dessas relações e avaliação delas em âmbito motivacional e jurídico.

2.4. Inclusive a gente preta cativa.

Aos vinte dias do mês de março de 1722, o tenente Gaspar Fernandes Castro cedeu depoimento junto ao escrivão Diogo Toledo. Este foi o único testemunho que nomeou a mulher implicada no crime de concubinato junto com Constantino Barroso. Mariana certamente veio à memória daquele oficial das armas pelo fato de ter lhe mostrado o recibo que obteve com o meirinho. Recibo este, que dizia respeito ao pagamento da pena pecuniária que efetuou por ter sido condenada por João Vilela do Amaral pelo “crime/pecado” do amancebamento. Cerca de 32 mil réis tiveram que ser despendidos pelo casal ilegal, de acordo com Gaspar. Apesar de citar o nome de Mariana e o de Constantino, não é possível delinear com precisão se os consideravam culpados ou não do pleito em que tinham sido envolvidos¹¹⁸.

Acusados e sentenciados por concubinato, os dois tiveram que pagar “grande soma de dinheiro” para dar fim aquele processo. Dar fim, porque de acordo com o depoimento de Constantino Barroso, tiveram de que assinar e lhes foram passados os “termos de livramento”, logo, o litígio alcançou existência jurídica, não tendo sido contabilizado apenas como alguma espécie de ameaça realizada por parte de João Vilela do Amaral¹¹⁹. Tal qual o padre Manuel Lopes de Araújo, em relação à Margarida, na fala de Barroso não há nenhuma menção a Mariana e anteriormente já foi dito sobre possíveis por quês¹²⁰. Caracterizada como “crioula¹²¹”,

¹¹⁷ Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. XXX, § 1. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, p. 1181.

¹¹⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 33.

¹¹⁹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 29v e 30.

¹²⁰ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXII – Do Concubinato, § 988. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 491. O depoimento de Constantino Barroso: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 29 ao 31.

o caso fica mais passível de problematização quando não se pode ter certeza se se tratava de uma relação real ou não. Esse problema, de verificar a autenticidade dos crimes, não pretende ser solucionado para nenhum dos casos tratados aqui. Lidar com uma fonte histórica que sintetiza visões de terceiros, e não dos envolvidos ou de juízes responsáveis, faz necessário enfatizar que não se pretende montar um tribunal no presente trabalho¹²². Voltando ao casal implicado, é de suma importância afirmar que Gaspar de Castro não deixou claro os “estados” de Constantino nem de Mariana. Sobre a mulher em questão, o único adjetivo que lhe foi associado dizia respeito a sua “qualidade”. A denominação “crioula Mariana”, dentro daquelas linhas, deu forma a pontos fundamentais para a interpretação daquele testemunho como uma maneira direta ou indireta de defesa¹²³.

Diferente de Margarida e até mesmo de Izabel, dita “sem **mais** crimes” – estas foram vistas e representadas como mulheres casadas e honradas¹²⁴ –, Mariana não parecia gozar de tais características se tomarmos o que foi dito sobre ela, pelo tenente em questão. Não é difícil de imaginar que a identificação desse pormenor diz respeito à sua posição dentro daquela comunidade. Mas, além disso, outro aspecto interessante não pode ser deixado de lado. No discurso da câmara e de seus depoentes, ficou latente a impressão de que a queixa daqueles homens sobre o caso que envolveu a “crioula” Mariana e Constantino Barroso, ganhou peso, menos no fato de se ter “inventado” ou “levantado” a existência da relação ilícita, e mais nas quantias que foram sendo levadas por João Vilela do Amaral. As linhas que registraram a fala do tenente Gaspar demonstram a ênfase do exorbitante preço que o casal teve que viabilizar.

E disse mais, que sabe por ser público, que levou de condenação, **aos que dizia**, eram concubinados grande soma de dinheiro, como fez a Constantino, Barroso, e a Crioula Mariana, que a estes dous, levou trinta e dous mil réis que ele testemunha viu, os dois recibos, que passou o ouvidor, diguo, o meirinho, da execussam¹²⁵.

Um padrão na escrita daquele ofício pode ser notado a partir de sua leitura. Ao que parece, todas as vezes que uma testemunha adentrava em outro “assunto” ou “item”, Diogo

¹²¹ “Crioula” será uma “qualidade” considerada, aqui, como equivalente a descendente de africanos. De acordo com a definição de Rafael Bluteau. BLUTEAU, Op. Cit., 1712.

¹²² Esse tipo de situação é normal para um historiador, mas quem melhor pode exemplificar esse caso, e falar sobre ele, é GINZBURG, Carlo. “Apêndice – Provas e possibilidades (Posfácio a Natalie Zemon Davis, *O retorno de Martin Guerre*)”. In: GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹²³ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 33.

¹²⁴ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], Fl. 07 e 08v.

¹²⁵ Essa única passagem dita a respeito de Mariana foi a que fundamentou o levantamento das hipóteses. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 33.

Toledo, escrivão responsável pela montagem da carta, em 1722, assinalava essa mudança de uma queixa para outra através da utilização da expressão “e disse mais”. A partir da identificação dessa recorrência, pode ser visualizado que, apesar de Constantino não aparecer sozinho em um único capítulo de denúncias levantadas, o tenente Gaspar Fernandes de Castro falou a respeito de seu caso com certa exclusividade, dando informações não solicitadas e registradas antes, mas, sobretudo, separando-o de outros pontos. É provável que tenha feito isso justamente porque tinha mais coisas a dizer a respeito daquele personagem e por ter presenciado e visto em primeira mão os comprovantes de pagamento do pleito no qual o casal foi envolvido. De seu ponto de vista, João Vilela do Amaral assumia o papel de um oficial que condenava aqueles que “**dizia** eram concubinados”.

Diante dessa expressão cabe averiguar as possíveis motivações de tais “dizeres”, em outras palavras, investigar, dentro das possibilidades e limites do documento, o que o ouvidor “**dizia**” e o que aquelas pessoas, em defesa de seus interesses, honras e perspectivas, compreendiam por concubinato. Em meio ao cotidiano da vida nas conquistas ultramarinas, muitos homens e mulheres confundiam-se sobre os limites impostos pela Igreja Católica – no que diz respeito à vida amorosa e sexual¹²⁶. Obviamente, essas más interpretações ocorriam por se tratar de uma situação que se não lhes era nova, ao menos possuía suas especificidades. Variados motivos poderiam ser apontados como explicativos de envolvimento ilícitos, apesar do que dizia a lei e a religião que valia como a mesma. Mais especificamente no caso de Constantino Barroso, questionar a respeito da concepção do crime de concubinato para Vilela do Amaral e Gaspar Fernandes de Castro – ou outras testemunhas que citam o nome do homem supostamente envolvido com Mariana – pode dizer muito, não apenas a respeito deste crime por si só, mas nele em relação com a degradação de mulheres negras dentro da América Portuguesa.

É aqui que se torna fundamental tomar conhecimento sobre o “estado” de ambos, condenados por concubinato. Constantino Barroso, quando prestou depoimento, afirmou ser homem solteiro, que vivia de suas lavouras e que contava aproximadamente 70 anos¹²⁷. Constatar que se tratava de um homem solteiro pode ser crucial na apreensão de como ele e outras pessoas enxergavam seu suposto envolvimento com uma mulher “crioula”. Apesar do choque que pode ter significado para João Vilela do Amaral, sua relação com Mariana, naquele meio sertanejo da Vila de Penedo, entre os anos de 1716 e 1720, podia não ser estranho para a população local. Se fosse para pensar numa sua defesa, o argumento chave seria apontar que ele

¹²⁶ VAINFAS, Op. Cit., 2010. PRIORE, Op. Cit., 2009. NIZZA. Op. Cit., 1984.

¹²⁷ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 29.

não estava ligado oficialmente, nem pelas leis da Igreja Católica¹²⁸, a nenhuma mulher de sua mesma posição social. Assim, uma relação amorosa ou sexual com Mariana, “crioula”, não significaria, necessariamente, uma desobediência ao mandamento que dizia respeito ao adultério.

As Constituições da Bahia previam e condenavam, da mesma forma, o envolvimento entre pessoas solteiras e a consecução de “ilícita conversação por tempo considerável”, onde aqueles indivíduos levavam suas vidas conectadas através da convivência e do sexo, mas não possuíam intenção de se casar. A posição daquele código que representava as premissas evangelizadoras e católicas, esperadas da população ultramarina, não podia ser diferente. Estava de acordo com a própria regra divina, onde, por mandamento, a castidade deveria ser preservada. Logo, não importava se Constantino e Mariana não tinham estados matrimoniais com outras pessoas: tornava-se preocupante o fato de estarem vivendo em pecado de amancebamento¹²⁹.

Apesar de ter sido proibida pelo papa, a obrigação de lançar fora concubina no lugar de criadas, no século XVI¹³⁰, era possível proceder de forma jurídica, contra um casal suspeito de se manter em pecado, desde que fosse constatado que havia fama pública. Para os indivíduos que apontavam escusas pela via de afirmar de relação de servidão, atentava-se para a necessidade de se averiguar devidamente sobre a existência do concubinato¹³¹. Pensar numa rigidez nessa averiguação para as regiões ao sul da Capitania de Pernambuco não é uma perda de tempo, mas é muito provável que pessoas, como Constantino Barroso e a “crioula” Mariana, tenham vivido sem nunca terem sido admoestadas. Isso acontecia não apenas pela circunstância ou instabilidades coloniais, mas também pela recorrência latente de envolvimento passíveis de serem contabilizados como pecado e crime. O concubinato existiu, sobretudo, fundamentado na ideia de que o casamento deveria ser realizado entre pessoas de mesmas “qualidades” ou “condições”¹³². Por mais que não houvesse regras ou proibições concisas sobre essa questão é sabido que o ordenamento social do Antigo regime português ganhou dimensões muito maiores, em solo luso-americano, transformando o território, numa sociedade violenta, excludente e pouco tolerante diante da variedade de grupos étnicos existentes.

A situação para o homem concubinário só se agravava se a mulher, além de servir em sua casa e ter fama de sua concubina, estivesse grávida ou fosse mãe de seus filhos. É possí-

¹²⁸ O casamento por reconhecimento e o oficializado pela Santa Igreja Católica eram previstos na legislação portuguesa. VAINFAS, Op. Cit., 2010. A cargo de exemplo, veja-se os títulos sobre o adultério que consideram o casamento religioso e o de fama: Ordenações Filipinas: Tít. XXV e XXVI – Do que dorme com mulher casada de feito, e não de direito, ou que está em fama de casada. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Temo, pp. 1171-1178.

¹²⁹ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXII, § 988. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 491.

¹³⁰ VAINFAS, Op. Cit., 2010, p. 108.

¹³¹ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXII, § 988. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 491.

¹³² NIZZA. Op. Cit., 1984.

vel, mesmo assim, que muitos agentes masculinos tenham podido contar com o argumento de não reconhecerem tal prole “bastarda”¹³³. O que é interessante em se notar, é que sempre havia uma maneira de driblar as acusações de concubinato ou de levantar empecilhos diante de denúncias, quando se tratava de implicar os homens. Uma hora, tinham suas identidades protegidas quando se relacionassem com mulheres casadas¹³⁴ e noutra mesmo utilizando além de serviços domésticos de criadas (os sexuais) podia-se apontar para o fato de que era uma mulher essencial para a manutenção da casa¹³⁵. As possibilidades de escusas masculinas sintetizam mais um elemento que leva a crer que o concubinato foi propagado, como um crime essencialmente feminino: provocado por elas, fosse pela evidência de características tendenciosas à maldade, pela aproximação e intimidade com o diabo ou mesmo por existir, representando para o homem uma perdição que se dava a entender que não dependia unicamente da escolha delas.

A interpretação final que se tem que enfatizar, considera não só as leis em suas idealizações de rigidez evidentemente estranhadas por agentes camarários de Penedo, em 1722. Mas as possibilidades de que, como mulher crioula, Mariana não se encaixar, necessariamente, na mentalidade daqueles homens, como representante de um “tipo” feminino do qual se deveria proteger a honra da castidade. Essa afirmação advém das imagens que as mulheres que não eram brancas receberam ao longo do desenvolvimento daquela sociedade, por se basear em uma ordenação que rejeitava formas de pensar e ver o mundo que lhe fossem estranhas e em diferenças visuais étnicas e religiosas. O questionamento a se fazer tem sua razão de ser, porque no discurso de Gaspar de Castro não foi dito que Constantino ou Mariana eram inocentes e sim que João Vilela do Amaral condenava os que “diziam concubinados”¹³⁶.

Como mulher crioula e solteira, envolvida com um homem também solteiro – e senão branco, ao menos de uma “qualidade” distinta da sua – Mariana seria objeto das preocupações do clero, tanto quanto uma mulher branca luso-portuguesa nas mesmas circunstâncias? Viu-se que o regimento da Igreja, vigente em solo luso-americano, ressaltava a condenação entre pessoas solteiras, entre senhores e suas criadas. Mas, e se Mariana fosse escrava de Constantino Barroso, sem filhos seus reconhecidos e batizados¹³⁷, sua castidade seria defendida com a mesma intensidade de uma mulher branca? Se o concubinato era real, Manuel Lopes de Araújo-

¹³³ Essa hipótese se baseia na existência da lei sobre a relação entre clérigos e suas escravas que só os culpabilizava diante de prole devidamente reconhecida. Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. XXX, § 1. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, p. 1181.

¹³⁴ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXIII, § 990. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 492.

¹³⁵ VAINFAS, Op. Cit., 2010, p. 108.

¹³⁶ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl.33.

¹³⁷ Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. XXX, § 1. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, p. 1181. VAINFAS, Op. Cit., 1985, pp. 108.

jo se absteve de mencionar sobre as vistas grossas que teria feito ao caso, já que era pároco da matriz de Penedo quando do período de exercício de João Vilela do Amaral¹³⁸. Os choques do mesmo ouvidor com o visitador também podem apontar que nem sempre a presença de representantes do direito divino significou livrar lugares remotos como aquela vila, de maus costumes que concretizavam pecados e desobediência a Deus¹³⁹.

Se não há indícios que apontem para Mariana um “estado”, esse questionamento pode ser respondido, mesmo parcialmente, considerando sua “qualidade” e “condição”. A ideia é destrinchar até que ponto uma mulher crioula só poderia ser implicada no crime se fossem livres ou forras. É certo que no depoimento de Gaspar Fernandes de Castro, única testemunha que diz seu nome, esse detalhe não foi especificado. Apesar de contar mais a respeito dos casos que mencionou, sequer nas linhas registradas de sua fala a respeito de Constantino Barroso, deixou transparecer a condição de Mariana. Mateus Pereira de Almeida, por sua vez, não tomou conta de nomear Mariana, contudo, seu depoimento, mesmo que transformando aquela mulher em sujeito oculto, disse muito. Em defesa de Constantino, e enfatizando sua indignação com a implicação da gente preta das senzalas, afirmou a crioula da seguinte forma: “[...] E também levou a Constantino Barroso, vinte e tantos mil réis, dizendo que era, concubinado, e outros tantos, per húa **negra captiva, com quem oculpava**”¹⁴⁰.

Uma mulher crioula ou negra cativa em concubinato com um homem branco ou seu senhor, poderia não ser considerado um crime para aquelas pessoas da Vila de Penedo que se levantaram às acusações em 1722. Se em outros momentos uma defesa por conta do aparecimento dos nomes de mulheres na memória e depoimentos, pode ser pensada para Izabel Fernandez ou Margarida Vieira, o caso de Mariana atenta não apenas para o fato de que não se tratava de um instrumento de defesa à “concubina” de Constantino. Não se tratava, ali, de defender nem mesmo o próprio Constantino Barroso, que contou dos cavalos que teve que ceder a Vilela do Amaral para além da sentença que havia pagado por si e sua escrava¹⁴¹.

O crime cometido por Margarida Vieira foi destrinchado e “desacreditado” em nome do “estado” dela e, principalmente, do de Manuel Lopes de Araújo. Se de um lado Izabel Fernandez, mesmo “sem mais culpas”, despertou algum tipo de misericórdia de Gaspar Fernandes de Castro; e de outro, mulheres viúvas que pagaram por seus filhos, foram citadas como

¹³⁸ O sacerdote foi breve ao mencionar o episódio vivido por Constantino Barroso, afirmando apenas sobre a quantia que foi levada daquele homem por tal crime: “E disse mais, que também levou a Constantino Barroso vinte corroído tos mil réis [...]”. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 15.

¹³⁹ Situação que se repetia em todo o Império português. BOXER. Op. Cit., 2002, pp. 242-261 (capítulo “O Padroado da Coroa e as missões católicas”).

¹⁴⁰ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 43v.

¹⁴¹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl.29 ao 31.

vítimas de João Vilela do Amaral, a crioula Mariana ganhou vida na fala de apenas uma testemunha que não pretendia exatamente defendê-la. Em nenhum momento, Gaspar de Castro afirmou que Constantino, ou ela, estavam livres de culpa. A supressão de adjetivos como “honrada”, “pobre”, ou coisa parecida, quando o assunto foi o envolvimento de um homem solteiro com uma mulher crioula ou negra, possivelmente escravizada¹⁴², demonstra as verdadeiras intenções quando da menção de seu caso. É desacreditado, sim, o crime, mas não pela inocência de Constantino ou de Mariana, mas de acordo com aquele discurso, pelo fato de não contabilizar como crime o envolvimento de senhores com sua escravaria. O pormenor, que não deve deixar de ser considerado, é que relações ilícitas entre senhores e escravos parecem ser excluídas ou não contabilizadas naquele *corpus* doutrinador¹⁴³.

Essa concepção não estava nas entrelinhas apenas das falas de Gaspar ou de homens leigos que testemunharam contra Vilela do Amaral. Do ponto de vista de um homem eclesiástico, a perspectiva parecia ser a mesma. O reverendo padre Manuel Lopes de Araújo foi outra das duas únicas testemunhas, que se deram o trabalho de nomear as pessoas de grupos subalternizados que foram implicadas, e que tanto chocaram Mateus Pereira de Almeida. Diferente de Mariana, Maria do Rosário foi condenada por se envolver com alguém de sua mesma posição social: o crioulo Manoel Francisco¹⁴⁴. Já foi dito outrora que as penas para o envolvimento entre escravos fora dos padrões católicos estipulados, coexistiam com formas superficiais de tolerância – avisos e admoestações, sobretudo, porque quem pagaria as contas seria o dono¹⁴⁵. Mesmo que se considere as falas do eclesiástico como baseado nas constituições, que regiam as sexualidades daqueles povos, mas os consideravam rudes e ignorantes, a indignação com a atitude de Vilela do Amaral dá a entender se ater muito mais ao valor que foi cobrado e menos ao fato do pleito ter se concretizado ou resolvido, de acordo com a lei dos homens e de Deus.

¹⁴² A indefinição de Mariana advém dos contrastes entre os depoimentos do Tenente Gaspar Fernandes de Castro e de Mateus Pereira de Almeida. O primeiro chama Mariana de crioula e não deu detalhes acerca de sua condição (livre ou escrava). O segundo a denomina como “negra cativa”. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 33 e 43v.

¹⁴³ “E da mesma maneira serão admoestados quaisquer culpados que viverem nas mesmas portas adentro, estando um deles na casa com o título de servir ou por outra razão semelhante de si honesta, se além da dita fama não houver outro indício mais do que estar na dita casa, porque muitas vezes estão vivendo amancebados com uns, estando vivendo e servindo a outros. Porém, se a mulher emprenhasse na mesma casa não sendo escrava do dono dela, se depois deste, ou quem a tem nela o saber, tendo razão para isso a não lançou fora mas continuou em a ter ou em se servir dela, não havendo alguma forçosa razão em contrario, será havido o concubinato por provado, precedendo o tempo necessário, e serão admoestados com rigor e condenados na pena pecuniária já dita”. Constituições do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXII, § 988. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 491.

¹⁴⁴ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 13v.

¹⁴⁵ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXII, § 989. VIDE, Op. Cit., 2010, pp. 491-492.

O problema é que Manuel Lopes de Araújo e Gaspar Fernandes de Castro, não estavam representando, mesmo que de forma indireta, Mariana ou Maria do Rosário. Suas perspectivas se encaixavam nas mesmas características da de Mateus de Almeida. A ignorância, ou desconhecimento das normas cristãs, por parte dos escravizados, estipulada por lei e enfatizada de ser considerada em pleitos, também poderia ser estipulada para indivíduos forros (não se sabe a condição do casal crioulo). Contudo, não foi um ponto evidenciado por aquele eclesiástico, em suas linhas de “defesa”, muito menos por outras testemunhas. São esses pontos que leva a crer que eram os valores que tiveram que ser desembolsados o que fundamentava a principal linha das queixas apresentadas naqueles depoimentos. A condenação para o casal “crioulo”, Maria do Rosário e Manoel, foi afirmada como tendo sido em torno de 10 mil réis¹⁴⁶. Todas as alternativas de análise desse caso levam a mesma noção de que em uma sociedade ordenada, cada indivíduo deveria estar associado a pessoas de sua mesma posição social. Essas associações, obviamente, dizem respeito a relações matrimoniais, sobretudo.

Quando não é considerada a possibilidade de defesa desses personagens de origem não nobre, não se nega o fato de não poderem ter, como indivíduos conscientes, influenciado de alguma forma por contatos sociais, ou outros meios, a lembrança se seus casos nos depoimentos daqueles homens, cuidadosamente selecionados para darem testemunho. Contudo, por se tratar de indivíduos subalternizados, é muito mais provável que tenham aparecido ali não por acaso, mas em pouquíssimas falas, quando aqueles que respondiam ao juiz ordinário que trabalhava na montagem do documento e ao escrivão da câmara Diogo Toledo desviavam-se um pouco, ou buscaram dar nomes aquela gente que inconcebivelmente vinha sendo citada em “termos de livramento” pelo magistrado.

Para João Vilela do Amaral, preocupado ou não em acumular finanças, as querelas por concubinato foram, de certa forma, “democráticas” e implicaram pessoas de diferentes estados, qualidades e condições. Ao amancebamento, por si só, constituído numa doutrina cristã como um crime e pecado, não podem ser atribuídos apenas as intenções de ocidentalização e evangelização da Igreja Católica no século XVIII. Era um delito e significava em uma direta desobediência ao direito divino e natural. Mas também serviu e foi manipulado para tornar visível o lugar de pessoas pertencentes a grupos subalternizados, sobretudo. Na América Portuguesa as concepções estratificadoras chegaram com toda a força: primeiro associando mulheres indígenas às causas que levavam homens lusos brasileiros a cair em pecado, depois transformando o concubinato em uma consequência da presença de mulheres de origens ame-

¹⁴⁶ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 13v.

ríndias e africanas. O constante desenvolvimento daquela sociedade contava com recorrentes aparecimentos de indivíduos mestiços e a Justiça era uma peça chave, não só qualificar, como ainda para concretizar o lugar de cada um no *cosmos*¹⁴⁷.

O Direito e a Justiça sintetizavam a ordem naquela sociedade. E é por esse motivo principal que não se pode falar em “mobilidade social¹⁴⁸” sem considerar os limites jurídicos que se apresentariam diante da necessidade de se relacionar com tribunais ou agentes que administrassem a justiça. Da mesma forma que a relação de pessoas, consideradas “inferiores” na ordenação social, com o judicial deve ser observada com cautela. As brechas e sugestões do direito são essenciais para compreender a movimentação de mulheres, seus procuradores ou defensores em sociedades como a Vila de Penedo de 1722. A única defesa que os lugares de Mariana, Maria do Rosário e Manoel Francisco proporcionavam, implicava negativamente na concepção do que significavam dentro da comunidade a qual pertenciam.

Se a lembrança de seus nomes pudessem ser interpretadas como linhas estratégicas de defesa deles, a argumentação para justificar ou se queixar do envolvimento daqueles indivíduos nos litígios, por si só, era excludente. De um lado tem-se uma mulher que devido a sua condição (não livre) era suprimida de qualquer forma de sentimento ou vitimização visto estar envolvida com seu dono (Mariana). Para aqueles depoimentos que se debruçaram sobre o caso de Constantino Barroso, a ideia considerada absurda era que aquele homem, certamente detentor de poder simbólico naquela vila, fosse condenado por estar mantendo relações sexuais com sua propriedade. Por outro lado, e não menos complicado, o argumento defensivo no caso de Maria do Rosário pode ser interpretado na fala do eclesiástico que da mesma forma se espantava por aquele oficial de justiça ter implicado, inclusive, pretos, em prejuízo aos seus donos ou ao pouco cabedal que possuíam e em desconsideração de sua falta de consciência e de senso em relação aos seus atos.

¹⁴⁷ Essa “justiça” não deve ser traduzida literalmente no Direito escrito, mas tem que se levar em consideração as concepções costumeiras de “justiça” como “ordenamento social”. Nesse intercâmbio e desenvolvimento social, os luso-brasileiros se utilizavam de caracteres pré-estabelecidos de hierarquização e distinção social, ao mesmo tempo em que iam recriando os seus próprios dependendo do tempo e lugar. Para a Bahia, SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 209-334. Para o Rio de Janeiro FRAGOSO, João. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750)”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Para Pernambuco, MELLO, Op. Cit., 2012. Cada obra dessa tem, à sua maneira, indicações e ótimas ideias para se entender, em um panorama geral, como os variados grupos sociais na colônia, advindos de formações, ocupações e meios diferentes, se valeram de pressupostos de “justiça” para exercerem poder entre si e receberem privilégios tanto do Monarca como de outros agentes.

¹⁴⁸ HESPANHA, Op. Cit., 2010.

É necessário salientar que dentro do arcabouço temporal que todas aquelas pessoas estavam inseridas, a estratégia certamente tomou força sem igual. Afirmar que foram litígios ativados, e sentenciados, baseados não no que era concubinato, mas no que Vilela do Amaral “**dizia**, era concubinado¹⁴⁹”, é uma jogada argumentativa de peso dentro do discurso de defesa que estava sendo produzido e montado. E mesmo que não tenha sido escrito e pensando em cada detalhe analisado agora, são essas mesmas vias abertas que devem ser compreendidas, como cheias de força e capazes de demonstrar uma experiência judicial, mas antes de tudo, a resistência em reconhecer uma justiça quase que alheia ao meio local, que não se apresentava recíproca ou aberta às negociações, no período da atuação de João Vilela do Amaral.

Visto a impossibilidade de dizer com precisão até que ponto o instrumento jurídico serviria para saldar dívidas de honras daquelas mulheres, a alternativa restante é buscar enxergar para além do discurso típico do aparelho judicial. Apesar da recorrente presença de mulheres nos pleitos devassados pelo ouvidor em questão, a ausência de representatividades diretas põe em cheque as semióticas que se buscou apresentar como reveladoras de poder informal feminino. O objetivo em adentrar nas concepções do crime de concubinato sob as perspectivas de agentes jurídicos locais ou reinóis, contudo, não se baseou apenas em identificar imagens de mulher a partir de seus pontos de vista. Essas caracterizações do feminino são importantes para delinear como a Vila de Penedo enxergava suas mulheres. Porém, quando foram considerados mais de uma vertente daqueles relatos não foi dado início a uma corrida para enumerar cada vez que uma mulher na Comarca das Alagoas pôde contar com auxílio jurídico. Isso porque o trabalho, no geral, procura não negligenciar os poderes informais daquelas personagens, mas simplesmente não superestimá-los sob o risco de serem interpretados como vias sempre possíveis de atuação. Pois, mesmo que o fossem, não se deve perder de vista que o fenômeno de estudo é a relação das mulheres com a Justiça, uma justiça que não a via como iguais, dentro das suas variadas “categorizações” ou em comparação com os homens. Com êxitos, ou não, ainda estavam subordinadas à dominação masculina, aos interesses de agentes jurídicos e de seus auxiliares; ainda dependiam do poder delas mesmas e da capacidade em cercear suas próprias ações, em nome de se fazer digna de ser ouvida, representada, ou no caso, lembrada num pleito.

3. Conclusão.

¹⁴⁹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], Fl. 33.

As conexões sociais daquelas mulheres que foram mencionadas no ofício da câmara de Penedo, em 1722, podem ter sido significantes, sobretudo, quando se considera a implicação de mulheres ditas “honradas, casadas” ou “viúvas”. Condenadas por concubinato não se pode afirmar com certeza até que ponto prejudicaram ou causaram desconforto apenas aos homens a quem estavam ligadas pela ligação ilícita ou o Ouvidor João Vilela do Amaral. Inocentes ou culpadas, tomar partido de cada uma delas, certamente, não seria uma estratégia errada, principalmente se estamos falando em um instrumento público que deve ter sido colaborado e montado apenas pelos grupos privilegiados daquela sociedade. Mesmo assim, a carta enviada ao rei não era síntese de variadas citações a respeito dos procedimentos de um magistrado régio. Seu objetivo, senão adverso, ao de solucionar os casos daquelas mulheres, era o de reafirmar a importância daquela câmara dentro da Comarca das Alagoas ao rei.

No ofício de 1722, a câmara de Penedo foi além e tratou de apresentar complexos casos de mulheres condenadas por concubinato a partir de uma posição defensiva. Às brancas – luso-brasileiras ou mestiças – o Direito foi utilizado para invalidar as atitudes de João Vilela do Amaral. Quando se tratava de mulheres não brancas a perspectiva defensiva se alterava de forma superficial e ao mesmo tempo considerável. As sentenças por concubinato que as implicaram não eram aceitas, porém, a não aceitação não estava baseada na inocência delas, mas sim na ideia de que senhores ou homens brancos utilizarem-se sexualmente daquelas mulheres não era vista, por como crime, por aquela sociedade “alagoana”. Essa linha interpretativa tem fundamento se não esquecermos que naquele mesmo ofício são encontradas as concepções do crime de concubinato como essencialmente feminino, bem como sua função determinante em ditar categorizações de mulheres.

A execução da justiça para as personagens femininas dependeria de sua classificação no meio ao qual pertencia. Mas suas condutas e estados pesavam, tanto quanto suas qualidades e condições. Havia uma série de preceitos, onde deveriam se encaixar para contar com o apoio ou representação do masculino para além de seus cônjuges. Crimes como o concubinato servem bem para demonstrar isso, conforme são pensadas possíveis estratégias de defesa e da tomada de suas dores por indivíduos conhecidos ou não. Os casos extraordinários da Vila de Penedo, que nos é contado diretamente de 1722, mostra bem como aquelas mulheres eram vistas e o lugar que ocupavam no *cosmos* “alagoano” em função do maior luso-brasileiro.

Observe-se que os casos mais enfáticos foram os que implicaram mulheres casadas. Dentre as condenações já executadas a câmara de Penedo tentava apelar por um crime que se

executado pela via religiosa podia não ter meios de defesa. Essa percepção “penedense” deu um aparato maior para possibilidades de defesa e acusação ao magistrado régio. Porém, a estratégia judicial utilizada por João Vilela do Amaral levou aos oficiais da câmara a reclamarem de sentenças por crimes de concubinato, quando podiam, em alguns casos, terem alegado a incompatibilidade de sua ação com a execução de crimes por adultério – que na via do regimento do rei só poderia ser devassado perante pedido dos maridos ofendidos.

As mulheres ali podem ter sido mencionadas como forma de limpar da memória deles mesmos ou dos atos que levaram àquelas condenações. Foram descritas e ditas como argumentos defensivos judiciais daqueles que ocupavam posições importantes, e que viram seu poder se esvaír quando da chegada e atuação daquele magistrado real. E isso não vale dizer que não as concebiam, bem como seus direitos. Na verdade, compreendiam tanto a mulher no meio social e jurídico que, ao que parece, se valeram justamente daqueles episódios como eixo central de todo o escrito. A apelação para o feminino como artifício jurídico não deve ser entendido como pouco capaz de dizer a respeito da relação das mulheres com a Justiça. Isso porque é nessas passagens, onde o objetivo central não diz respeito a defesa delas diretamente, que se pode enxergar, mais problematicamente, como eram tidas e vistas por homens que, como administradores da justiça, serviriam em determinados momentos como principal possibilidade de resolução de seus conflitos.

CAPÍTULO 03: O abuso da justiça masculina contra os desacatos do feminino.

O aparelho jurídico constituído e disponível na Comarca das Alagoas do século XVIII sintetizava os limites e possibilidades de ação de agentes sociais para desatar nós encontrados diante da resolução de conflitos ou manutenção de interesses. Dentre esses agentes, as mulheres das Vilas de Penedo, Porto Calvo e Alagoas, também apareceram envolvidas diretamente em litígios. A consciência feminina pode ser identificada no ato dos requerimentos e das petições¹ mesmo levando-se em conta o lugar que ocupava nas doutrinas judiciais das sociedades de Antigo Regime. Perante administradores da Justiça essas mulheres protagonizaram pleitos quando buscavam êxitos formais às suas necessidades ou quando foram colocadas em emaranhadas circunstâncias. Apesar de serem, em teoria, resguardadas pelas concepções sobre seu sexo, identificadas em textos jurídicos e experiências locais formadoras de um direito local costumeiro, tiveram que lidar com querelas que as colocavam em posições iniciais desvantajosas. Busca-se responder sobre a capacidade dos efeitos judiciais em servir ou implicar o sexo feminino de acordo com os conflitos que travaram durante suas vidas.

A obrigatoriedade de intermediar sua ação através de agentes externos aponta a fragilidade de uma visão de mundo que mascarava dominação com a constituição de direitos protetores imbuídos de condições circunstanciais. Ao adentrar num campo jurídico para lidar com personagens masculinos que possuíam por “natureza” tendências não à maldade, mas aos princípios da Justiça, aquelas mulheres deixaram vestígios sobre as percepções que possuíam sobre elas mesmas, sobre o aparelho jurídico vigente, sobre os agentes que os reservava e sobre as funções de equilíbrio e paz da sociedade legadas ao monarca. Será possível, então, compreender até que ponto, como “clientes”² da Justiça e utilizando concepções do direito, movimentaram-se diante de pleitos que imputaram contra homens na Comarca das Alagoas. Parte-se da análise de conflitos com ouvidores do rei e com outros agentes masculinos para tentar perceber os empecilhos que colocaram-se diante de mulheres que necessitavam resolver suas pendências ou que foram levadas a contabilizar problemas judiciais. Os casos a serem analisados foram protagonizados também por mulheres pretas, escravas e forras e podem evidenciar caminhos encontrados para enfrentar aqueles que as implicavam ou agrediam, caracterizados, geralmente, como homens honrados e brancos.

¹ BOURDIEU, Op. Cit., 2012. THOMPSON, Op. Cit., 1987 [1977], pp. pp. 348-361.

² Ao definir o campo jurídico, Pierre Bourdieu afirma a manipulação de linguagem usual à escala da Justiça e aponta os componentes que fazem a roda do Direito girar, sendo eles os agentes representantes do capital simbólico do citado campo e sua interação com os “clientes”, ou seja, pessoas que se utilizaram do texto jurídico para resolução de seus problemas. BOURDIEU, Op. Cit., 2012, pp. 209-254.

1. O ouvidor e a concubina.

Teoricamente, os oficiais régios eram enviados para livrar as populações de sofrerem com descaminhos ou parcialidades de juízes iletrados da terra. A motivação do envio de magistrados para partes da América portuguesa não foi diferente³. Além das atividades intrínsecas de fiscalização ao poderio local, os ouvidores foram mandados para complementar a manutenção do “bem comum” e da ordem social. Para homens e para mulheres da Comarca das Alagoas, sua jurisdição podia representar possibilidades de acessar formas mais relevantes da justiça, sobretudo, diante das necessidades de apelação sobre sentenças proferidas para questionar a resolução de determinados litígios⁴. Contudo, as notícias que chegaram ao Conselho Ultramarino colocavam essa, que era uma das funções dos ouvidores da Comarca das Alagoas, como um ponto a ser relativizado⁵.

Como administradores da Justiça em última instância local, certamente, foi preocupante para aquela sociedade ver o aparelho judicial do qual faziam parte minado pela concorrência de uma jurisdição que lhes parecia prejudicial e não auxiliar – levando-se em conta que as principais reclamações diziam respeito ao monopólio dos meios jurídicos por magistrados do reino. Em meio a tantos reclamantes, nem todos se calaram diante das incongruências de uma ação considerada injusta. Em meio as queixas a respeito dos procedimentos dos ouvidores, algumas mulheres tomaram a atenção no levantamento de descontentamentos. Houve aquelas vezes em que seu estatuto jurídico foi utilizado para manipulação de informações ou para dar sentido, veracidade ou intensidade a determinados discursos; outras, em que seus nomes foram registrados, sobretudo, quando estiveram relacionados com litígios de ordem moral ligadas aos entendimentos negativos básicos sobre o *ser mulher*. Contudo, quando seus nomes foram citados em litígios de ordem civil e criminal perguntas acerca do acesso aos caminhos da justiça se estabelecem.

Nem todas possuíram meios para viabilização de autuações que colassem em dúvida decisões de juízes de vara branca ou vermelha. Contudo, busca-se enxergar tais conflitos e mesmo as menções a eles a partir da identificação dos meios vigentes para o alcance de soluções jurídicas que esperavam. O interessante em observar esses momentos em que a Justiça estava nas mãos de magistrados externos é a possibilidade de colocar em evidência os choques, contradições ou limites entre as regras contidas nas Ordenações e outros regimentos e a

³ CAMARINHAS, Op. Cit., 2010, pp. 30-100.

⁴ SALGADO, Op. Cit., 1990, pp. 357-358.

⁵ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722]. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722]. Para mais detalhes, ver Capítulo 01 e 02.

concepção de justiça geral e individual dos agentes sociais envolvidos. Assim, essa linha de análise se fundamenta na inegável experiência que as Vilas de Alagoas, Penedo e Porto Calvo adquiriram durante o desenvolver de seu campo jurídico. Ativando, de maneira eloquente e satisfatória, seus conhecimentos adquiridos em nome de saldar dívidas com oficiais que agiram em desacordo com os interesses de determinadas camadas sociais. Enxergar a presença das mulheres nesse âmbito proporciona a comprovação da necessidade de considerá-las como agentes sociais ativos. Ativas quando desenvolveram relações e estabeleceram contatos e quando figuraram como queixosas diretas das ações de um magistrado régio.

Em 11 de maio de 1789 que para ser solta da prisão, Francisca Josefa de Albuquerque “assinou” um termo público em que se comprometia, por si e por suas quatro filhas, a deixar a Comarca das Alagoas. Chamada à presença e moradas de Inocêncio da Costa Mourinho, juiz ordinário em exercício, ela ouviu a leitura das ordens vindas do Ouvidor Geral. Segundo o que lhe fora exposto, precisava deixar a Vila das Alagoas dentro de 08 dias ou estaria sujeita a penas crimes e cíveis que lhe fossem impostas. O fato foi registrado no Conselho Ultramarino e tratava-se de uma resposta à petição de José Gomes Teixeira que com um despacho em mãos e representando a mesma mulher, solicitava do tabelião Francisco José de Andrade que lhe passasse em forma pública o termo do qual falamos⁶.

É provável que José Gomes Teixeira estivesse trabalhando em procedimentos jurídicos a respeito da sentença que o Ouvidor José de Matos Moreira impôs a sua mãe e irmãs. Francisca Josefa Albuquerque era administradora de suas filhas: Ana Felícia, Maria da Conceição, Francisca Josefa e Ângela Luiza. A apelação seria possível dentro dos enquadramentos judiciais vigentes. Considerando as alterações políticas e jurídicas da segunda metade do século XVIII⁷, a hipótese gira em torno da investida em levar o caso para fora da jurisdição da ouvidoria local, em busca de uma análise senão imparcial, ao menos mais fundamentada no regimento em voga. Porém, se as linhas normativas passavam a deixar de ser suplantadas pelos costumes regionais (a não ser quando se referia aos condicionamentos da Lei da Boa Razão), não se pode esquecer que o papel de agentes administradores da execução da Justiça também passava para âmbitos mais rígidos.

Isso implica afirmar que num contínuo processo evolutivo, o campo jurídico fechava-se cada vez mais nele mesmo. Sua autonomia e legitimidade eram fundamentadas no transpassar de poder para oficiais magistrados, como o Ouvidor da Comarca das Alagoas, de modo

⁶ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 237 [20 de março de 1790], fl. 01v e 2.

⁷ O Paradigma individualista reforçou a letra da lei: HESPANHA, António Manuel. XAVIER, Ângela Barreto. “A representação da sociedade e do Poder”. In. HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV)**. Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992.

a não ser questionado ou interrompido mais pelas forças concorrentes locais. Essa desfragmentação do poder da Coroa, contudo, não substituiria por completo as noções básicas do corporativismo. Uma visualização prática disso é a constatação da perpetuação de agentes jurídicas agindo em benefício próprio ou de acordo com seus interesses, dos de seu grupo e de suas redes sociais⁸.

Diga-se que as circunstâncias pareciam complicadas para Francisca Josefa de Albuquerque. Viúva de Antônio Gomes Teixeira, a mulher viu-se responsabilizada em administrar suas filha fora da Comarca das Alagoas. Depois de assinar o termo e se vendo solta da prisão, é provável que seu filho tenha começado os procedimentos para apelação da sentença diante de um possível desamparo que a mãe poderia sofrer longe de suas vistas. Afinal de contas, como administradora de suas 04 filhas, numa situação judicial não podia deixar de contar com o auxílio profissional de um agente de justiça em favor de suas causas. Se não possuísse cabedal ou outros meios de sociabilização na região que seria seu destino é totalmente plausível a preocupação em recorrer a respeito da condenação que recebera.

Em 20 de janeiro de 1797, “humildes e fiéis vassalos” de – José Gomes Ribeiro, José de Barros Wanderley e Antônio Joaquim de Araújo – fizeram uma representação em nome da Comarca das Alagoas, queixando-se dos procedimentos do Ouvidor Geral em exercício: José de Mendonça de Matos Moreira. Em suas linhas, o nome de Francisca Josefa de Albuquerque tomava forma e observa-se uma provável motivação para seu encarceramento e desterro:

e por causa desta [Rosa, mulher beneficiada pelo Ouvidor] tem **obrado o Ouvidor muitas violências, entre as quais foi desterrar a viúva Francisca Josefa de Albuquerque, com quatro filhas, por umas Razões que uma destas tivera com aquela Rosa**, amásia do dito ouvidor [...]⁹.

Em algum momento sua filha, sob sua administração, “tivera” com Rosa e aquilo teria sido suficiente para formar culpas contra Francisca e todas as outras mulheres envolvidas. Não é possível dizer muito sobre esse caso, diante da falta de maiores informações, por exemplo, sobre qual teria sido exatamente as “violências”, quais crimes que couberam à prisão da mãe de Gomes Teixeira. Vê-se um conflito direto entre mulheres e o envolvimento de um ouvidor. A única alternativa foi submeter-se as sentenças que lhes foram proferidas. No caso de Francisca e de tantas outras, a decisão de magistrados não levava em consideração sua fragilidade e estatuto jurídico. Ou se levava, ativava as vertentes negativas a seu respeito para

⁸ Para mais detalhes sobre os avanços e conseqüências, ver: HESPANHA, Op. Cit., 1984. CAMARINHAS, Op. Cit., 2010. HESPANHA, Op. Cit., 1992. HESPANHA, Op. Cit., 1978.

⁹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 260 [23 de outubro de 1797], fl. 04.

complica-las ainda mais. Não é difícil de imaginar que a viúva pode ter sido responsabilizada pelos atos de uma das filhas.

O envolvimento do filho daquela senhora, José Gomes Teixeira pode dizer sobre as possibilidades de recorrer. O registro de seu nome na carta enviada em 1797, contudo, pode ser um indicativo de que o problema continuava sem solução. Sem dúvida o Ouvidor continuava em seu posto e a servir. Sem meios de viabilizar uma apelação judicial ou sua desvantagem jurídica podem ter sido cruciais para levar aquelas mulheres a adaptar a um novo ambiente e a uma nova vida depois da prisão e do desterro.

2. D. Isabel contra os malfeitores.

No silêncio de uma noite, no mês de abril de 1750, o Sargento Mor Antônio de Caldas Dantas estava recolhido em seu quarto quando foi atacado. Fizeram-lhe uma ferida “atrás da orelha, na parte direita, junto ao pescoço” e a lesão mortal fez esgotar todo o sangue, levando o oficial a deixar a vida sem os devidos sacramentos. Sem demora, os herdeiros e possuidores de seus bens recolheram os últimos escravos que o sargento possuía. A crueldade feita a um homem “pobre velho” permanecia como um mistério, tendo o Ouvidor competente impedido o juiz ordinário de tirar devassa sobre o caso. Se da perspectiva jurídica o acontecimento não parecia passível de maiores investigações, sob o ponto de vista de D. Isabel de Sousa considerava-la assim era uma atitude cruel e injusta. Sua insatisfação foi exposta em carta datada de 20 de novembro daquele mesmo ano¹⁰.

Para a viúva do sargento, as lembranças de uma “boa vida” se contrapunham ao maior desejo que passou a ter: “só peço a Deus a morte”. Moradora na Freguesia das Alagoas do Norte, a “abundância de bens temporais” representava parte das suas avaliações sobre viver em conforto. Mesmo na velhice, aquela mulher era bem tratada pelo marido com “sumo cuidado”, uma “caridade” que para ela não era novidade. Os problemas começaram quando depois de velhos e enfermos, vendo a pouca disposição do oficial, indivíduos mal intencionados passaram a esgotar seu companheiro em bares. A consequência do novo hábito foi ríspida para o casal que logo se viu obrigado a vender a prata, o ouro e o cobre que tinham. Nesse interim, não foi difícil para os malfeitores fazer Antônio de Caldas Dantas se destituir dos móveis da casa, por preços estipulados pela “má consciência” dos compradores. Logo, passaram a também comprar seus escravos “a troco de algumas patacas” e “quartas de farinha”. De

¹⁰ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 01 e 02.

tão exaurido, o casal chegou a pedir esmolas para manter-se e sustentar seus escravos restantes e as hipotecas e credores¹¹.

D. Isabel de Sousa se dizia velha, aleijada e decaída dentro de toda aquela situação. Depois da morte do cônjuge passara a viver da “piedade de alguns fiéis”. Contudo, não fez nenhum pedido direto ao monarca, apesar de ser inerente em sua carta o desejo de ver realizar-se uma devassa sobre as circunstâncias da morte de seu marido. Em suas linhas, ficara óbvio que a maioria de seus problemas era decorrente da ação de homens, dentre eles os amigos de seu marido, os credores malfeitores, os responsáveis pelo assassinato e até mesmo o magistrado régio. Num enfrentamento direto ao aparelho jurídico local a viúva do Sargento Mor Antônio de Caldas Dantas estruturou seu discurso dentro de preceitos aceitáveis e legítimos para a composição de um litígio¹².

Para uma melhor análise do emaranhado de informações dadas por D. Isabel, é importante dissecar sua carta, voltando para o discurso formado nela, bem como observar os despachos que recebera ao longo de 14 anos. O primeiro ponto a ser considerado diz respeito a escrita da fonte. Diferente dos requerimentos ou petições, não coube em momento algum a colocação “Diz D. Isabel” o que pode ser um indicativo de que ela mesma tenha produzido o documento. A estrutura da narrativa, no geral, é característica de uma escrita pessoal, iniciada com “Aos preciosos pés de Vossa Majestade exponho...” e concluída com a recorrente expressão: “A mais humilde Vassala”, seguida de seu nome ou assinatura de letra compatível com a utilizada em todo o corpo do texto.

Identificar tal possibilidade não leva automaticamente a desvinculá-la de ter recebido alguma forma de auxílio de pessoas experientes no texto jurídico. Advinda de seu punho ou não é inegável a apresentação de seu lugar como pessoa jurídica:

Aos preciosos pés de Vossa Majestade exponho os [ilegível] em que me tem constituído **peçoas dipinzardas [sic] Condições, Sem consciência**, nem temor de Deus, e **com pouca atenção as leis e justiça, da Vossa Real Majestade** [...] e neste desamparo me valho de Vossa Real Majestade para mandar tomar conhecimento de tantas crueldades, e tão **despóticas injustiças**¹³.

A indicação sobre a falta de consciência, das pessoas de quem tinha queixa, e sua pouca atenção às leis do rei, quase que automaticamente dava à Isabel o lugar de agente jurídico,

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 01.

de mulher possivelmente dentro dos condicionamentos que lhes eram esperados¹⁴. Tudo isso foi possível a partir das colocações estratégicas sobre a posição de cada indivíduo. Como evidenciou seus choques com as forças jurídico-administrativas locais, fazendo transparecer, em seu discurso, uma linha argumentativa que realçava suas próprias avaliações sobre o campo judicial da Comarca das Alagoas. As crueldades e injustiças eram consequências contrárias ao real objetivo daqueles homens responsáveis por administrar a justiça.

A partir daí, sua narrativa pode ser considerada sobre uma série de discussões que cabiam dentro da carta que se pretendia enviar ao rei. No objetivo de convencer o monarca a atender suas súplicas não era preciso somente se colocar como subordinada a sua ação. Como menos digna¹⁵, D. Isabel de Sousa se encaixava na camada da sociedade fragilizada e carente da jurisdição de seu rei por ser mulher e estar desamparada da jurisdição natural de seu marido, mas também por sua velhice e enfermidade são pontos sucintos, mas instigadores de serem apreendidos como argumentos apelativos discursivos¹⁶. Não esqueçamos que suas acusações foram incisivas e adentravam num campo de força masculina que pouquíssimas vezes foi objeto de pleitos pela via das ações de mulheres na Comarca das Alagoas. Entende-se a necessidade de explicitar a amputação de toda e qualquer forma de reação sem o auxílio régio.

[...] **acabou a vida sem Sacramentos**, deixando-me no maior desamparo que ninguém se via, **aleijada, velha, e decaída**, sem mais bens com que sustentar a vida, que **a piedade de alguns fiéis de Deus** [...] **nem o funeral** do dito defunto meu marido o quiseram [os herdeiros] fazer [...] E a maior crueldade foi tirar a vida de a um **pobre velho, manco e pacífico**, com tanta impiedade como se fizera a um bruto agressivo [...]¹⁷.

Tal qual foi feito anteriormente, o raciocínio lógico sobre dependência do súdito ao remédio régio ou a respeito da utilização de elementos apelativos disposto naquela carta de 1750, não devem ser explicados de forma superficial a partir da indagação de que sua frequência era consequente de um modelo em voga. Pode ter sido um padrão de requerimentos ou levantamento de acusações (ou defesa), mas não é por isso que podem ser destituídos de suas intrínsecas problematizações. O habitual não pode beirar a naturalidade. Sobretudo, no mundo da justiça portuguesa e da vigência de um direito sujeito a concepções morais e afetivas, perceber esses detalhes implica compreender o desenvolvimento de uma tradição jurídica que se praticava sob um terreno sujeito a maioria dos elementos que dizia renegar.

¹⁴ HESPANHA, Op. Cit., 2010.

¹⁵ HESPANHA, Op. Cit., 2010.

¹⁶ HESPANHA, Op. Cit., 2010; HESPANHA, Op. Cit., 2005.

¹⁷ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 01.

As imparcialidades denotadoras de legitimidade e exatidão estiveram sujeitas a contabilização de concepções de moralidade e de afetividades demonstradas em linhas como as que Isabel de Sousa enviara ao seu rei. Isso não quer dizer que o direito ou a justiça só teriam razão ou isenção ao meio se desabilitasse tais vertentes argumentativas. Na verdade, o problema gira em torno do pensamento teológico, político e jurídico da época que não exigiam a exploração de reflexões individuais e sentimentos para dar um rumo à resolução dos casos. Na verdade, estabelecer tais preceitos era uma forma de reforçar o poder régio. Para mulheres e outros grupos subalternizados isso podia ser ainda mais significativo, pois robusteceria as camadas de dependências daqueles indivíduos em ordem crescente, decrescente e vice-versa.

Inconscientemente ou não, o ataque a outros também requereria o preenchimento de condicionamentos para tais feitos. Se de acordo com o direito natural e régio as mulheres deveriam ser submissas ao domínio masculino, Isabel de Sousa precisaria validar sua transposição e suas objeções ao mesmo tempo. Fica latente a intensificação de dificuldades por ser mulher. Nesses termos, repita-se que a colaboração ou auxílio de agentes jurídicos podem ter sido essenciais para a escrita daquela correspondência. Compatível com os preceitos ideais básicos femininos¹⁸ há a presença de argumentações sobre religiosidade. A preocupação pela falta de sacramentos e de funeral e o fato de estar viva graças a ajuda de fiéis concretiza a linha interpretativa de que a piedade à sua situação era totalmente plausível do ponto de vista daqueles que temiam às formas divinas. Desde o início da carta havia menção ao seu enquadramento sobre o respeito à Igreja e a Deus, em contraponto aos que a prejudicavam.

Outras considerações devem ser feitas após a identificação de um escrito forjado de acordo com os interesses de D. Isabel de Sousa. Apesar das sérias acusações que a carta levava ao rei não foi registrado o nome de nenhum dos indivíduos envolvidos ou responsáveis pelos vícios, dívidas e morte do Sargento Mor Antônio de Caldas Dantas. Examinar esse pormenor requer levar em conta questionamentos que vão além do que o documento explicitou. Para apreender os motivos que teriam levado à ocultação de tais informações a hipótese de que os principais implicados poderiam defender-se por vias formais da justiça ou impond-lhe outros empecilhos num cotidiano que já beirava ao desastre, torna-se bastante relevante.

¹⁸ Para um melhor entendimento sobre a conduta que se esperava de uma mulher pode ser visto uma série de textos sobre o que se considerava um comportamento feminino ideal. Veja-se um apanhado de tais em: ALMEIDA, Op. Cit., 2005. SILVA, Op. Cit., 1984. PRIORE, Op. Cit., 2009. Neste trabalho, considerando-se a especificidade da análise de um campo judicial, considera-se como requisitos para adentrar em litígios os principais pontos e exemplos de mulheres enunciados por Rui Gonsalves em sua tentativa de explicitar os privilégios femininos e, conseqüentemente, a partir do que eles viriam. GONSALVES, Op. Cit., 1992. FERNANDES, Op. Cit., 2000.

A insinuação de que “herdeiros” e “credores” rapidamente tomaram os últimos bens do defunto não soava como um crime apesar do preenchimento do discurso com apelações subordinadas a moralidade. Não se deixa de perceber que há grandes possibilidades de parte daquelas pessoas constar de filhos que o Sargento Antônio Dantas de Caldas tivera antes do casamento com Isabel (isso não implica desaceitar a possibilidade de os próprios filhos da mulher terem se voltado contra ela¹⁹). Mesmo com a afirmação sobre sua pobreza, velhice e enfermidade o desprezo em denominar aqueles que a prejudicaram tanto podia ter a ver com o fato de que estavam de acordo com as noções e execuções jurídicas vigentes.

[...] e vendo **algumas pessoas** a sua [ilegível] e pouca disposição, e intentaram esgotar de bares, obrigando-o a vender-lhes a Prata, Ouro, Cobre e mais móveis de casa, pelos preços que a cada um tinha conta, conforme sua má consciência, e então **estes entraram a comprar-lhe escravos** comprando-lhe juntamente a necessidade pelo preço que quiseram e obrigando-o a fazer papeis de obrigações e hipotecas dos mesmos escravos, a troca de algumas patacas pesos de [ilegível] e quartas de farinha, de sorte que exaurido quase de tudo chegou a pedir esmolas para me manter e sustentar-se e **os compradores feitos credores** das quantias arguidas nos ditos papeis e hipotecas [...] nem o resto dos escravos que haviam deixaram de arrecadar **os herdeiros e possuidores** dos mais bens que possuímos [...] **O Ouvidor impediu ao juiz tirasse devassa** deste caso [...]²⁰.

A subtração daqueles nomes se realizada sob o efeito de proteção, mediante as falas acusativas que lhes eram direcionadas também compete observar que nem a toda viúva estava garantido um “poder” após a morte do marido. Sua dependência do raio de ação de homens ainda existiria e veem-se no regimento diversos pontos consideráveis sobre a suspeição desse estado feminino. As tutelas seriam devidamente fiscalizadas²¹, estariam impedidas de casar-se se quisessem ter direito a herança do cônjuge falecido²², sem contar em outras dificuldades externas concretizadas pela ausência da manutenção de redes sociais dos homens aos quais

¹⁹ ALONSO, Alberto Corada. “Cuando la relación materno-filial termina en los tribunales. Pleitos de Doña Antonia De La Cerda, Marquesa consorte de Aguilar de Campoo”. In: BRAGA, Isabel M. R. M. Drumond.; HERNÁNDEZ, Margarita Torremocha. **As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica**. Imprensa da Universidade de Coimbra: 2015, pp. 38-62.

²⁰ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 01.

²¹ Para mais detalhes sobre a tutela e seus pormenores limitativos para a ação feminina, ver: Capítulo 02.

²² Em rodapé sobre “infamadas”, Cândido Mendes de Almeida comenta a vigência de leis civis sobre mulheres que se casam pela segunda vez. Ficam claras as perdas de direitos: “Borges Carneiro no *Dir. Civ.* §155 ns. 2, 3, 4 e seguintes, tratando das **penas e desprezo** em que outr’ora erão tidas as mulheres que casavão segunda vez, exprime-se nestes termos: <<As Leis Civi lhes impozerão também certas penas e restricções principalmente havendo filhos do primeiro matrimonio [...] Estas penas e restricções forão enfim abolidas, e postas em desuso em quase todas as nações modernas [...] Por Direito Romano o viúvo ou viúva que passar a segundas núpcias, perde a dignidade do primeiro matrimonio; a tutela dos filhos; a propriedade dos bens havidos do primeiro conjuge ou por suceder a seus filhos; os bens deixados com a condição de permanecer em viuvez; e o direito de revogar por ingratidão as doações feitas aos filhos do primeiro matrimonio [...] e não pode doar ou deixar ao segundo conjuge mais do que tocar á um dos filhos>>”. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, pp. 1014-1015.

estiveram envolvidas²³. Tais premissas não subtraem forças em potencial que aquelas mulheres tenham exercido de maneira formal ou não. Contudo, cabe direcionar mais apontamentos sobre D. Isabel de Sousa antes de afirmar se exerceu algum tipo de poder concreto ou não.

Em primeiro lugar, quem era Isabel de Sousa? A partir de sua autodenominação de “dona”, pode-se encara a personagem advinda de estratos nobres daquela sociedade. Leis proibitivas previam a incompatibilidade da utilização do termo, distinguindo o ato como um crime²⁴. O cotidiano ultramarino certamente seria propício para a flexibilização do regimento e de práticas de vivência. Algumas detalhes da carta são significantes para obter respostas ou motivações circunstanciais para o emprego do “Dona”: 1) Isabel afirmava ter sido sempre muito bem tratada pelo marido, mesmo na velhice e enfermidade, o que pode ter relação com sua procedência familiar; 2) se tratava de um casal que vivera bem, com seus escravos, prata, ouro e cobres; 3) tal situação econômica e social pode ter sido determinante para ter contado com a esmola de fiéis o que pode revelar uma boa inserção do casal na vida religiosa da Vila das Alagoas do Norte e; diante de todos os esses pontos até a possibilidade de ter realmente escrito a carta de seu punho se torna latente.

Sua posição social antes vantajosa e no momento da carta em declínio, pode ter servido de fundamento para fazer acusações. Isso quer dizer que a indicação sobre suas perspectivas a respeito não apenas de seu caso, mas sobre a atuação de magistrados régios ocuparia colocação crucial para ter a atenção do monarca:

[...] e neste desamparo me valho de Vossa Real Majestade para mandar tomar conhecimento de **tantas crueldades, e tão despóticas injustiças como obram os Ministros desta desgraçada terra**, e principalmente o que de presente existe, **gratificando aos agressores destas**, e semelhantes absurdo **com os primeiros que merecem na forma que parece ser justo** a Vossa Real Majestade²⁵.

Apesar disso e da utilização de estratégias e mecanismos totalmente aceitáveis e validados – veja-se a repetição sobre o “merecimento” de auxílio por parte de “desamparados” – identifica-se, na mensagem que chegaria ao rei, pontos negativos que podiam ser decisivos para a negação de suas argumentações. Seus direitos advindos do estatuto jurídico da mu-

²³ HILDETE. MARQUES, Op. Cit., 2001. GONSALVES, Op. Cit., 1992.

²⁴ Sobre o uso do termo “Dom”, ver: SILVA, Maria B. Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005, p. 26. Sobre a importância da utilização de uma linguagem simbólica para diferenciar as camadas sociais, ver: LARA, Op. Cit., 2007, pp. 79-100.

²⁵ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 03.

lher e de outros personagens carentes do auxílio régio²⁶ podiam se esbarrar em condicionamentos de ordem discursiva individual (ou seja, nas concepções de justiça de agentes jurídicos). Na mesma moeda, tais concepções e vigência de textos do direito para a mulher, podiam proporcionar defesas montadas, por exemplo, por parte de algum herdeiro alegando usura por parte da viúva no envio daquela carta²⁷. Outros detalhes prejudiciais a D. Isabel podem ser melhor analisados após resposta de 1º de abril de 1754, enviada pelo Ouvidor Geral da comarca das Alagoas em exercício, Antônio José Pereira Barroso. O magistrado respondia a um pedido de informações que lhe fora solicitado em outubro de 1752.

Em virtude do que logo **examinei o caso**, e achei que o dito sargento mor **morrera em lugar do Meu antecessor**, o D. Joaquim Alves Moniz e que era morador na freguesia de Santa Luzia do Norte e que **a morte fora a que Deus lhe dera, antes da qual estivera muitos anos doente** entravado [ilegível] de que **morrera, e tão pobre, e miserável, que pelo mas do mesmo Senhor lhe deram Sepultura**, e não achei que **pessoa alguma concorresse para a dita morte, nem que houvesse presunção alguma de tal**; Esta me parece a **Razão porque não haver devassa, nem havia obrigação [...]**²⁸.

Com as notícias passadas pelo agente do rei mesmo as argumentações passíveis de averiguação, *a priori*, parecem ter sido o suficiente para a suspensão de consideração da carta de Isabel. Saliente-se que o detalhamento da morte do Sargento Mor Antônio Dantas de Caldas foi destituído do fundo de verdade quando o despacho final de 26 de novembro de 1764 registrou “escusada, vista a informação”. Essa resposta final pode ter tido a ver com as pontas soltas dentro das argumentações acusativas de D. Isabel de Sousa, vistas acima. Porém, não deixa de ser percebido o peso do exame realizado por Antônio Barroso.

O magistrado e representante da justiça do rei gozava de uma legitimidade prática e simbólica forte o suficiente dentro de seu campo de atuação e fora dele. É interessante perceber não só a força de seu simples despacho, mas como não parece terem lhe cobrado nenhum detalhe a mais a respeito do caso. Longe de sua “obrigação”, o ouvidor se afastava consideravelmente dos problemas de Isabel de Sousa quando afirmava não estar em exercício quando do acontecido e ao enfatizar que não havia suspeitos ou suspeição que tal crime tivesse ocorrido. Um detalhe, no entanto, não foge a interrogações a respeito do destino do pedido de Isabel de Sousa. A viúva foi ignorada completamente, apesar de Antônio Barroso provavelmente

²⁶ Sobre os estatutos fragilizados das mulheres, dos rústicos, selvagens, bárbaros, pobres e miseráveis, ver: HESPANHA, Op. Cit., 2010, pp. 101-244.

²⁷ HESPANHA, Op. Cit., pp. 83-105.

²⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 03.

ter começado a servir no ano de 1749, quando fazia correição em Penedo²⁹. Dentro dessa constatação, vê-se que a probabilidade da falta de indicação dos nomes daqueles que a prejudicaram foi substancial para a nulidade de sua carta.

Observando de maneira geral todo o caso, não há como discordar que Isabel seguiu um caminho plausível, aceitável e por isso legítimo nas linhas discursivas produzidas. A compatibilidade de sua carta com as características de um requerimento judicial foi considerada para seus primeiros leitores, o que leva a constatar sua consciência como agente social, como indivíduo jurídico capaz de se encaixar em mais de uma categoria daquelas consideradas carentes de proteção direta da jurisdição régia. Algumas linhas interpretativas podem vê-la como uma mulher forte, sobrevivente e que se recusava a assistir calada ao sofrimento que vivia. Como uma das facetas do poder, esse traço identificado em D. Isabel de Sousa não é negado. Pede-se apenas a reconsideração da relatividade de um poder que podia ser anulado e amputado por ser subordinado, formado a partir dos princípios de dominação que impedia avanços consideravelmente vantajosos.

3. A ausência jurídica: João Vilela do Amaral e a testamenteira.

Entre os anos de 1716 e 1720 não foram só devassas por concubinato que surgiram aos montes. As queixas registradas pela câmara de Penedo, direcionadas ao rei e seu Conselho Ultramarino, foram latentes em ressaltar que o ouvidor se fazia presente nos mais diferenciados tipos de assuntos judiciais; seu apelido era de “Senhor absoluto da Justiça”³⁰. Na vila em questão, cujos perrengues já foram introduzidos na discussão anterior, mulheres também foram envolvidas em pleitos, digamos, de ordem civil. Pode-se começar por Anna Gonsalves que não tinha em sua posse, documentos que justificassem detalhes precisos acerca da “quitação” do testamento de seu primeiro marido. Já em seu segundo matrimônio, foi aprisionada por não ter tido condições de prestar contas sobre as pendências de tal litígio. O choque causado nos homens da câmara e da Vila diante da execução da justiça (ou de uma forma de justiça) no caso daquela mulher era uma circunstância especial, quase imperceptível na leitura do Capítulo que discorria a seu respeito.

²⁹ O bacharel Joaquim Alves Muniz recebeu certificado de ordens cumpridas sobre sua atuação como ouvidor em agosto de 1749: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 128 [08 de agosto de 1749]. O Ouvidor Antônio Pereira Barroso fazia correição, como Ouvidor da Comarca, em Penedo no ano de 1749: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 129 [02 de outubro de 1749], fl. 03.

³⁰ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 12v.

[Capítulo] 47. Anna Gonsalves também **a prendeu, pera Dar Contas, de testamento, não estando Seu marido na terra**, que tinha as quitações e a fez destruir seu Remédio, por se ver Solta por faltar as obrigações de Seus Filhos³¹.

A prisão era um detalhe importante na montagem daquele argumento pró Anna Gonsalves. Contudo, outras mulheres haviam sofrido coisas mais intensas, segundo os discursos compostos, veja-se Izabel Fernandez e sua morte misteriosa. Nessas linhas, crê-se que o ponto mais incisivo do caso, manuseado pelos registros de tais processos, estava fundamentado de acordo com as percepções sobre o sexo e estatuto feminino. O marido de Anna Gonsalves não estava na terra, quando sua mulher foi cobrada, condenada e extorquida (levando-se em conta as colocações do ofício de que não tinha culpas). O fator tornava-se mais preocupante porque era ele quem possuía as confirmações acerca da quitação do antigo processo. Das 12 testemunhas compostas no ofício, 05 falaram sobre seu caso, citaram seu nome e as circunstâncias que teve de lidar³².

Pe. Manoel Lopez de Araújo:

[...] e o mesmo fez **a Anna Gonsalves esteve muitas outras mulheres, Casadas, presas, não estando seus maridos na terra e as fez pagar**, a condenação, em que as condenava³³.

Leonardo Pereira Lima:

[...] Anna Gonsalves, também **a prendeu não estando Seu marido em Casa**, pera dar contas de um testamento [corroído] Seu marido tinha quitações [corroído] Seu Remédio sendo carregada de obrigações e de filhos³⁴.

Pedro Dantas de Barros:

Prendeu a Anna Gonsalves mulher Casada, na Cadeia pública, sem culpa, alguma **não estando Seu marido, na terra**³⁵.

Gaspar Fernandes de Castro:

³¹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 01 e 02.

³² Para detalhes sobre os homens depoentes em seu caso, ver Quadro 02, p. 23 desta dissertação.

³³ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 15v.

³⁴ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 19.

³⁵ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 22 e 22v.

E disse mais prendera a Anna Gonsalves, pera dar conta de um testamento, de seu primeiro Marido, **não estando o com quem estava casada, na terra**, o qual tinha as quitações do dito testamento, com ele por Se ver Solta, destruiu, o Remédio de Seus filhos, para dar dinheiro, ao dito ministro³⁶.

Mateus Pereira de Almeida:

[...] e Anna Gonsalves e a Izabel Fernandez, teve presos na Cadeia, sem culpa, de que lhe **Levou bastante dinheiro** [...]³⁷.

Apesar de não terem apelado para a citação exata das Ordenações régias há referência às vigências delas perceptíveis numa possibilidade de defesa de Anna Gonsalves e de tantas outras mulheres inocentes e condenadas em nome de satisfazer os interesses de um homem que deveria cuidar das vontades do rei e dos da terra³⁸. Afinal de contas, compêndios de regimentos seriam utilizados como guias e não direcionadores exatos das ações de juízes da terra ou de fora, vale lembrar³⁹. Diante da proliferação de sentenças por concubinato, João Vilela do Amaral estava habilitado a prender mulheres sob justificativa da quebra de preceitos concorrentes para uma boa conduta moral. Cobrando papéis de Anna Gonsalves o pleito era totalmente diferente e seu encarceramento só deveria ocorrer mediante finalização do litígio e execução de sentença⁴⁰.

Não se sabe se o marido da dita mulher estava presente em alguma lista assinada em corroboração às informações levantadas naquele termo público, por não se citar seu nome. Mesmo que ele não estivesse presente a oportunidade pode ter servido a ambos os lados, satisfazendo o desejo dos representantes da população em prestar contas com o ouvidor e ao mesmo tempo a vontade de fazer visualizar o que viveu para obter justiça através de um instrumento oficial e jurídico. Outra explicação plausível para o registro daquele caso pode trazer Anna Gonsalves para o centro da análise. Isto é, não se desconsidera que seu falecido marido possa ter gozado de ligações sociais e que ela possa ter conseguido mantê-las a ponto de se fazer presente indiretamente naquela carta.

³⁶ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 35.

³⁷ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722], fl. 43.

³⁸ As Ordenações do reino que se encontravam depositadas em cada câmara municipal da América portuguesa não serviriam apenas como forma de ilustrar o poder que representavam como justiça e agentes permanentes. MAGALHÃES, Op. Cit., 2012.

³⁹ Pelo menos dentro da vigência do paradigma corporativista e até a incisão do individualista representado, sobretudo, com a ascensão de Pombal. HESPANHA. XAVIER. Op. Cit., 1992. HESPANHA. Op. Cit., 1984.

⁴⁰ Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. LXXVI – Dos que podem ser presos por dívidas cíveis, ou crimes, §§ 5 e 6. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 3º Tomo, p. 892.

Sua participação em sociedade existiu e isso é inegável, visto as respostas das testemunhas e a tomada de conhecimento acerca de seu caso. Porém, essa mesma linha de raciocínio requer uma atenção fragmentada. Ora, e se a execução do testamento realmente estivesse com problemas a respeito de incongruências sobre Anna Gonsalves? O marido dela não fora mencionado porque não tinha meios financeiros para fazer representar sua esposa e a si ou porque continuava ausente da terra? Se ele não estava na Vila do Penedo não seria uma alternativa justificante pouco contestável afirmar que as quitações estavam em seu poder e não do de Anna Gonsalves?

Na execução do testamento, caminhos facilitadores, ou considerados em acordo com os costumes jurídicos locais podem ter sido vistos como transgressores por Vilela do Amaral que reclamava de desvios no cofre dos órfãos feitos por juízes da terra. E se os feitos daqueles homens eram suspeitos, os de Anna em dependência deles também não o seriam? Ao “intimar” aquela mulher para visualização dos certificados sobre o pleito, o ouvidor podia ter objetivado retirar do desamparo algumas mulheres, não se importando de prejudicar outras – e se Anna Gonsalves prejudicava diretamente os filhos de outro casamento de seu primeiro esposo? Se Anna Gonsalves havia resolvido tais assuntos de maneiras ilegítimas seria obrigatoriamente defendidas pelos homens da câmara naquele momento. Trata-se de uma vertente que não é passível de ser deixada de lado, visto poder significar a ação de mulheres na Vila de Penedo, Comarca das Alagoas e América portuguesa de acordo, ou em contrário, com os agentes e concepções e letra da justiça do século XVIII.

Diante do cruzamento de hipóteses como essas, é compreensível que a Vila de Penedo tenha focado no desenvolvimento sobre o argumento da ausência do marido de Anna Gonsalves. Qualquer evidência mais direta, detalhista ou formal sobre os procedimentos de Vilela podiam complicar sua forma de justificar a negativa sobre o litígio devidamente fundamentado na Ordenação Filipina que sugeria prisão de qualquer indivíduo, desde que sentenciado. Até mesmo a cobrança para sua soltura era uma vertente em aberto através das cartas de seguro previstas e estipuladas por lei⁴¹. Obviamente não poderemos neste texto firmar quem estava com a razão.

Adentra-se nas linhas da carta escrita em março de 1722 e se ilumina facilmente as percepções acerca do envolvimento do feminino em litígios foi o ponto defensivo exaustivamente manipulado ali. Observe-se que, desta vez, não foi mencionado o nome do marido, apesar de isso não significar que ele não existia. O discurso da Vila de Penedo caminhava na

⁴¹ Ordenações Filipinas: Livro IV, Tít. LXXVI, § 6. Liv. I, Tít. LVIII, § 40. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 3º Tomo, pp.892 e 1º Tomo, p. 409.

direção objetiva de demonstrar que dentro de suas concepções e do que entendia por ordenamento da sociedade e manutenção do equilíbrio e bem comum, competia ao homem da relação toda e qualquer pendência de ordem jurídica que dissesse respeito a ele ou a sua mulher. Era esse o problema questionado constantemente acerca dos pleitos iniciados por João Vilela do Amaral. As falas se apoiaram no reclame sobre a suposta fragilidade feminina ter sido usurpada pela ação do magistrado. Na verdade, não é muito difícil de perceber que o incômodo maior estava no ato de ultrapassar a jurisdição natural do senhor sobre sua casa, do marido sobre sua esposa.

Com exceção de Mateus Pereira de Almeida, todos recorreram ao artifício da ausência masculina. Como súditos que eram, Ana Gonsalves e seu marido, adaptaram-se ou vinham de famílias que se adaptaram às inconstâncias do viver na Comarca das Alagoas, no ultramar. Por motivos variados, homens eram levados a fazer viagens em solos conquistados pela força portuguesa. Em muitos casos a sobrevivência sua, e de sua família, dependia diretamente dessas omissões de suas casas⁴². Suas mulheres eram deixadas a cuidar dos filhos e conviviam com outros parentes ou, simplesmente, com a sociedade e sua prole. Essa circunstância especial advinda das especificidades da vida nas conquistas era apercebida pelos que viveram a época como uma forma de contribuir para o “engrandecimento da monarquia”⁴³. Mesmo que o cônjuge de Ana Gonsalves não estivesse ligado aos ofícios administrativos, de justiça, fazenda e guerra – e provavelmente não estava, pois não foi mencionado – só sua instalação no além-mar era compreendida como o cumprimento de uma tarefa do súdito em relação ao seu monarca. Sob essa perspectiva, quando a câmara e testemunhas de Penedo afirmaram a situação em que se encontrava Ana Gonsalves, a ideia de que fora sentenciada injustamente tornou-se o eixo central de defesa do litígio em que se envolveu a dita mulher.

Por esse motivo, o Capítulo 47 foi posto em consonância com os depoimentos prestados. Assim, o litígio iniciado por João Vilela do Amaral, em algum momento entre 1716 e 1720, foi encarado, sob a narrativa daquelas perspectivas, como uma ação desnecessária, maior do que uma prestação de contas acerca de um testamento resolvido poderia ter sido e mesmo ilegítimo. São afirmativas intrínsecas ao argumento central utilizado para defesa de Anna Gonsalves: se o magistrado tivesse solicitado ao marido da mulher tais quitações, as explicações acerca do pleito seriam solucionadas. E não foi apenas uma carta discorrida e em acordo

⁴² DEL PRIORE. Op. Cit., 2009. SILVA. Op. Cit., 2009. FARIA. Op. Cit., 1998.

⁴³ Expressão utilizada por MACHADO, Op. Cit., 2016, pp. 269, 335. Para designar atitudes dos homens lusos e luso-brasileiros em ambientes de conquista, recortando para o grupo de agentes da Inquisição.

com os principais fundamentos do pensamento político e jurídico sobre a mulher e a sociedade que os rondava.

Diante tal lacuna, a problematização se direciona na hipótese da formação de um Capítulo inteiramente voltado para dar base a justificativa das ações de uma mulher sem o constante auxílio ou aval de um homem. Isso quer dizer, em outras palavras, que dentre a compreensão sobre a necessidade de a mulher ser tutelada por um homem advém também, na concepção daquele escrito, uma consequência posta como inerente a quebra da ordem natural das coisas. Anna Gonsalves não soube lidar com as investidas jurídicas do ouvidor e por isso foi presa, gastou o “Remédio” dos filhos e, obrigatoriamente, fugiu de suas obrigações.

O mecanismo utilizado pode ser visto como uma boa estratégia apelativa. Baseou-se em desmembrar o caso de sua perspectiva litigiosa e avalia-la sobre um ponto de vista basicamente social e moral. O problema era o desrespeito ao homem, fosse ele marido ou agente jurídico ativo na câmara local. As dificuldades de burlar a natural dominação masculina também se fazia visível na constatação do destino de Anna Gonsalves. É dessa forma que se pode compreender que agindo diretamente, ou não, dentro da defesa estabelecida, a posição e percepção das mulheres advinham de uma linha tênue que dividia preceitos de proteção com os que garantiam a manutenção da sobreposição do masculino.

É nesse momento que se debruça sobre a ideia de analisar a relação das mulheres com a Justiça, considerando não apenas seu grau de entendimento ou de suas possibilidades de se manter em contato direto com agentes competentes. Para compreender ou identificar os mecanismos utilizados diante as necessidades da vida é preciso também levar em consideração os detalhes subjetivos que levaram os ouvidores a implicarem-nas, e as câmaras ou populações a se levantarem em seu favor. Não devem ser deixadas de lado as hipóteses de sociabilização e a concepção que todos os indivíduos envolvidos tinham acerca da Justiça. Obviamente as pessoas que estariam sempre em acordo com o texto jurídico eram aquelas que computavam maior poder simbólico, títulos e experiência dentro campo judicial, uma conduta. Assim, mesmo procuradores, maridos ou câmara local podiam não ser as vias exatamente representantes da resolução de determinados episódios, visto que viriam geralmente a responder não apenas de acordo com o interesse das envolvidas.

A vigência de concepções de justiça e de textos de um direito era possível através de suas formas de legitimação de sua execução, nas mãos de homens entendidos do aparelho jurídico. Essas vertentes explicativas deixam uma série de questionamentos sobre a existência de poderes invisíveis que se busca enxergar nos dias atuais. Poderes, a propósito, que os responsáveis pela manutenção da ordenação social objetivava inserir nas concepções dos indiví-

duos, fazendo-os acreditar numa solução jurídica palpável para todos. Na realidade, as aflições e necessidades de grupos subalternizados não estavam garantidos através deles, mas sim a partir de discursos que mantinham a consecução de posições sociais inerentes ao Antigo Regime. Note-se que a defesa apresentada pela Câmara de Penedo a respeito de Anna Gonçalves enxerga suas ações como o monstro construído pelo magistrado. Foi sua capacidade de lidar com o pleito que protagonizou com o papel do vilão, do incoerente, do desnecessário.

4. O contratempo de Ana Gomes: o cavalo e o ouvidor.

Mais de 60 capítulos compunham os autos de devassa e residência tirados pelo desembargador Antônio do Rego e Sá Quintanilha e registrados em 03 de julho de 1726. Seu parecer final sugeria que o “sindicado” em questão fosse punido exemplarmente em nome de que não se repetisse mais tais desserviços a Coroa⁴⁴. Quintanilha referia-se a Manuel de Almeida Matoso que ocupou o lugar de Ouvidor Geral da Comarca das Alagoas, entre os anos de 1720 e 1725⁴⁵. O efeito negativo de seu período de atuação dizia respeito a uma série de conflitos que estimulou ou se envolveu contra João Vilela do Amaral e a população local⁴⁶. Entre as muitas acusações que se contabilizaram a respeito de Almeida Matoso, é possível notar uma série de queixas sobre um comportamento e procedimento semelhante ao de seu antecessor. Dentre elas, ao que parece, o ministro fora acusado de levantar querelas contra mulheres e envolver-se com outras. Apesar de não constar naquele registro do desembargador da Relação da Bahia, os nomes e detalhes dos testemunhos que coletara, é possível seguir a pista básica da afirmação sobre a existência de “libelos [que] ofereceram **várias pessoas contra o sindicante**⁴⁷”. Dentre essas pessoas podem estar procuradores em nome de mulheres que foram mencionadas ao longo dos itens apresentados contra o ouvidor. A ideia que nos norteia e instiga a ter contato com tal vestígio é a possibilidade de analisar o aparecimento ou citação de personagens femininas que tiveram sérios problemas com a atuação do representante da Justiça régia.

⁴⁴ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 16.

⁴⁵ Essa data limite de 1725 pode sofrer alterações, já que diz respeito ao recebimento da autorização de Carlos Pereira Pinto para exercer o ofício do qual foi nomeado (Ouvidor Geral da Comarca das Alagoas) assim que chegasse ao seu destino. Não referência precisa sobre o afastamento de Manuel de Almeida Matoso, que recebeu a mercê do mesmo ofício provavelmente antes de 1720, data em que pede autorização para embarcar para a Comarca das Alagoas donde viria a exercer. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 15 [13 de março de 1720] e Documento 31 [20 de março de 1725].

⁴⁶ Mais detalhes sobre os conflitos e atuação que envolveram Manuel de Almeida Matoso e João Vilela do Amaral podem ser vistos em: CAETANO, Op. Cit., 2010, pp. 81-123 ou **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 14, 15, 16, 20, 21, 22, 25, 27, 31, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 63, 78, 129 e 143.

⁴⁷ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 15.

Ana Gomes foi uma das primeiras mulheres a constar nos Capítulos sobre a residência de Manoel de Almeida Matoso. Ao que tudo indica, suas pendências judiciais foram motivadas por conta de um cavalo que o ouvidor queria pôr em sua casa na ausência de seu marido.

Do Capítulo 42 se depõe por muitas testemunhas que por ordem do sindicato foram uns oficiais de justiça depositar um cavalo em Casa de Brás de Matos, estando este fora da terra, encontrando-se Sua mulher Ana Gomes depositaram o dito cavalo, por ser uma mulher pobre, e não ter aonde o Recolhesse [ilegível] dele tratasse, **mandou o sindicato fazer contra ela um auto de desobediência, e lhe falou culpa**⁴⁸.

Ana Gomes e Brás de Matos, seu esposo, eram moradores na Vila de Porto Calvo. A ausência do homem da casa não impediu Manoel de Almeida Matoso de dar continuidade ao processo que dera início. Adentrando nas possibilidades de defesa ou de justificação que trouxesse um auto por desobediência a ser desconsiderado ou invalidado, recorreu-se ao semelhante artifício utilizado no caso de Anna Gonsalves. Ressaltaram que Brás de Matos não estava na terra, mas além do reforço claro acerca dos raios de ação sobre sua esposa percebe-se vestígios de descaracterização sobre a jurisdição de Manoel de Almeida Matoso. Afinal de contas, Ana Gomes deveria obedecer seu marido, é certo, mas também não devia obediência a figura jurídica do magistrado?

Nesses termos passamos a focar no auto formado contra aquela mulher. Dentro das Ordenações Filipinas, a autuação de Manoel de Almeida Matoso poderia perfeitamente se encaixar no crime de resistência ou desobediência. Como Ouvidor da Comarca das Alagoas deveria ser respeitado e ter seu poder de decisão reconhecido pela população. Na direção do regimento, mesmo as palavras injuriosas sobre o ofício ou coisas de ofícios poderiam ser executadas em degredo para África. Obviamente, dentro dos pormenores das leis, tudo dependeria não só da qualidade das pessoas ofensoras envolvidas, mas também do julgamento do oficial de justiça encarregado. Dentro dessa mesma premissa há conselhos de prisão ou de cobrança pecuniária, cabendo ao administrador da justiça ofendido ir pelo caminho que lhe parecesse mais conveniente e de acordo com o tipo de resistência ou desobediência constatado⁴⁹.

Afronta, ofensa ou injúria teria sido o que levara Manoel de Almeida Matoso a proceder contra Ana Gomes. Por esse motivo, provavelmente, se recorreu aos artifícios lógicos que explicassem as negativas de uma mulher frente a decisão tomada pelo magistrado régio. A alegação sobre a falta de espaço ou de pessoa para tratar do cavalo pode ter se tornado subs-

⁴⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 09v.

⁴⁹ Ordenações Filipinas: Livro V, Tít. XLIX – Dos que resistem, ou desobedecem aos Oficiais da Justiça, ou lhes dizem palavras injuriosas. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, pp.1197-1200.

tancial dentro de linhas defensivas a serem expostas ao desembargador da Relação da Bahia, no ano de 1726. Entende-se, ainda, uma visualização positiva da ação de Ana Gomes que não teria agido em desacordo com a justiça, baseada em fragmentações lógicas dela, em suas concepções e pontos circunstanciais que confirmariam a sua inaptidão para receber o animal em sua casa.

Defender-se de um auto deferido de desobediência, no entanto, requeria experiências práticas adquiridas nos confrontos cotidianos, somadas a capacidade de manipulação de dados, o que viria certamente da atuação de procuradores. Ana Gomes, contudo, era descrita como mulher pobre e apesar da possibilidade de ter sido uma adjetivação utilizada para concretizar um argumento apelativo, considera-se as ações da mulher dentro de um aparelho jurídico que viria a mencionar seus problemas diante do oficial responsável pela contabilização dos feitos do ouvidor em questão. Independente de ter podido contar com o auxílio profissional para constituição de um dos libelos apontados por Antônio Quintanilha, interpreta-se seu movimento referente aos administradores jurídicos locais. Uma hora levantou empecilhos diante da ação de um ouvidor e noutra, justificou sua atitude, em forma apelativa numa revivolta surpreendentemente válida.

Ora, ao passar a responsabilidade de proceder diante das investidas de Manoel de Almeida Matoso para seu marido, Ana Gomes foi de resistente para um indivíduo neutro no litígio. Foi a partir desse mecanismo que se pensou na constituição de um argumento legítimo, fundamentado nos preceitos do que se considerava justo e discordando, mas não negligenciando, a validade do regimento seguido ou inspirador para o magistrado. Aceitar ou não o cavalo estava nas mãos de Brás de Matos e não de sua “mulher pobre” e frágil. Observe-se que a colocação sobre ter “lhe faltado culpa” só seria possível através da descaracterização de sua capacidade de se envolver num pleito como aquele. Ana Gomes, inclusive, pode ter demonstrado de formas diplomáticas ou ásperas que não tinha condições práticas para abrigar o animal a ela levado. Mas justificar tais procedimentos necessariamente implicava desprezar o registro dos pormenores do acontecimento – caso diferente ocorreu com o que viveu Joseph Mendes da Cunha e sua esposa⁵⁰.

Apesar de não ser possível constatar se o Capítulo 42 daquele documento fora inspirado num libelo, suas linhas revelam que qualquer êxito da parte de Ana Gomes só podia ser possível a partir da consideração daqueles elementos doutrinários e jurídicos tidos como carac-

⁵⁰ Na mesma carta sobre notícias da residência tirada por Antônio Quintanilha a Manoel de Almeida Matoso, outros casos, quando preciso, foram destrinchados com detalhes e narrativa cronológica evidente. Para mais detalhes sobre Joseph Mendes da Cunha e sua esposa, rever capítulo 01.

terísticos da mulher. Dessa linha de raciocínio é difícil desvincular a constatação de que o poder em âmbito judicial estava sujeito a um aprisionamento num círculo de ações que garantissem a manutenção da mesma ordem social excludente. Assim, resistir ou desobedecer, para além das atitudes de Ana Gomes, também era previsto e estabelecido no pensamento social e jurídico vigente. Seu objetivo era propagar as diferenças, salientar privilégios e lugares de menor dignidade para criar e recriar, num ciclo infinito, a ideia de legitimidade e naturalidade na função de agentes jurídicos locais, externos e do rei.

5. Uma Justiça, duas formas: o ouvidor e a viúva.

As apelações para a Relação da Bahia eram, teoricamente, uma carta na manga que se podia utilizar desde a sua instalação na América Portuguesa⁵¹. Até que ponto satisfazer um desejo de “justiça” era saldado pelo de “vingança”? O que se sabe é que queixas foram registradas quando do momento exato da sindicância de Manuel de Almeida Matoso. Cabia aquele homem o intermédio entre a população e o monarca e, de certa forma, entre a Comarca das Alagoas e a Relação da Bahia, sobretudo, para aqueles que não possuíssem meios financeiros para proceder viabilizando formas individuais. Sua atuação, em específico, deveria estar a postos para prestar esse tipo de serviço para a população, não significando dizer advogaria por aqueles para quem apelasse para os recursos maiores. Serviria como mediador da transição de um caso iniciado na justiça ordinária, ou mesmo sua que passaria a ser analisada por outro núcleo de agentes de Justiça, sobretudo, se se tratasse de conflitos além de sua jurisdição⁵². Essa função colaboradora que o ouvidor devia fazer sentir nas pessoas de sua jurisdição não deve ter sido apreendida por Antônia Barbosa, moradora da Vila das Alagoas⁵³.

Depõe algumas testemunhas que o sindicado [ilegível] de palavras em uma auditoria a Antônia Barbosa viúva de Manoel da Costa de Andrade, indo fazer um requerimento sendo **uma moça honesta, e recolhida, e por se queixar de sua razão do sindicado, mandou fazer contra ela um auto, e lhe formou culpa**, e por esta causa se ausentou para o Sertão até que veio nesta auditoria. E depõe algumas testemunhas de sua vida que o sindicado solicitava a dita viúva, e por ser **mulher honrada**, e não admitir a pôs [ilegível]⁵⁴.

⁵¹ SCHWARTZ. Op. Cit., 2011.

⁵² Sobre as alçadas do Ouvidor e da Relação da Bahia, ver: WEHLING, Op. Cit., 2004. SALGADO, Op. Cit., 1990. SCHWARTZ, Op. Cit., 2011.

⁵³ “Parece ter sido moradora” pelas mesmas razões da nota 39 sobre a residência de Ana Gomes. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 13v e 14.

⁵⁴ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 14.

Apesar de ilegibilidade de palavras ou expressões substanciais para o lançamento de hipóteses concisas, o Capítulo formado a respeito de Antônia Barbosa não pode passar despercebido. A probabilidade de ter sido um dos libelos recebidos pelo desembargador Antônio Quintanilha é ainda maior diante da identificação de certas colocações. O fato de ter voltado do sertão no ato daquela auditoria para implicar o magistrado, as testemunhas divididas em dois blocos “algumas” e as “de sua vida”. São indícios que também revelam a necessidade que Antônia sentira em obter justiça diante do que lhe ocorrera.

Tudo parece ter começado a partir do momento em que sentiu necessidade de requerer diante do ouvidor, Manoel de Almeida Matoso. Independente do tipo de procedimento jurídico que a viúva de Manoel da Costa de Andrade tenha levado à auditoria, a negativa ou ação que não estivesse em sintonia com sua conduta honesta deve ter sido de grande estranhamento para ela e para a sociedade em que vivia. Lançada fora do alcance de seu estatuto jurídico, a ofensiva do magistrado, Antônia Barbosa não se calou. Suas queixas, contudo, não a tiraram da situação prejudicial. Com culpas formadas se ausentou para o Sertão e os detalhes a respeito das ações do ouvidor que a implicou só viria à tona em julho de 1726.

A defesa de Antônia Barbosa utilizou-se de artifícios que lembravam sua posição social e davam validade e volume à sua voz. Para tal, em primeiro lugar, estabeleceu-se a legitimidade de sua queixa dando coerência a sua fala e se apresentando como indivíduo de estatuto jurídico devidamente reconhecido pelos aparelhos judiciais em vigência na América Portuguesa. Por isso, antes de salientar que questionou a “Razão” do bacharel Manoel de Almeida Matoso, deu razão a sua apelação, registrando o nome de seu marido falecido Manoel da Costa de Andrade, ao lado do seu e negando as características negativas de seu sexo: era moça, mas honesta e recolhida.

A autuação e culpas que foram formadas pelo ouvidor contra a dita viúva, certamente, causaram desconforto em seu cotidiano social e moral dentro da Vila das Alagoas. Porém, há uma clara interrogação: ela foi embora para o sertão por sentença ou consequência do enfrentamento a autoridade do ouvidor? Dentro das duas motivações principais para que Manoel de Almeida Matoso formasse culpa contra Antônia Barbosa – forma pela qual a mulher o procurou para requerer ou a queixa a respeito de sua negativa diante da tentativa de adentrar em pleito – o único auto justificável seria o da desobediência, resistência que facilmente podem ser vistos como desacato. A expulsão da vila pode ter sido uma decisão do magistrado em acordo com as ofensas feitas pela dita mulher, mas também, por fugir em muito das sugestões contidas nas Ordenações Filipinas, pensa-se que Antônia não se foi daquela jurisdição por forças judiciais.

A afirmação que algumas testemunhas conhecedoras de sua vida fizeram leva-nos a outro fio condutor dentro dessa análise. Explique-se que dentro do quadro religioso, “solicitar” é um crime inquisitorial cometidos por homens eclesiásticos no ato da confissão. A utilização da expressão “solicitava a dita viúva” é interpretada aqui, como uma acusação contra Manoel de Almeida Matoso; uma acusação moral e religiosa. Isso porque a fala foi associada a outros vestígios de que se falava de assuntos sexuais, veja-se a indicação de que foi dito o detalhe por depoentes possivelmente mais próximos a Antônia Barbosa e a ressalva acima de se tratar de mulher moça e viúva, mas recolhida⁵⁵. Nesse emaranhado torna-se perceptível que o ouvidor solicitou a viúva de Manoel da Costa de Andrade porque sabia que ela necessitaria se seus serviços para ter acesso à justiça. É uma acusação séria, mas faz entrar em sincronia todos os artifícios anteriormente utilizados.

Para cortar possibilidades de ataques fundamentados no *ser mulher*, a tentativa foi dotar Antônia Barbosa da “virtude” máxima feminina que só adivinha a partir da perda de sua sexualidade. A ideia de que a viuvez tornava a mulher assexuada – logo, menos perigosa para ela e para a sociedade – deveria ser associada a interrupção de sua menstruação. Assim, as mulheres que já haviam sido casadas e que não poderiam mais procriar eram o exemplo dos poucos momentos em que personagens femininas podiam assumir uma posição de relativo poder⁵⁶. Explica-se a honestidade de Antônia Barbosa ressaltando-a duas vezes e escolhendo a palavra “recolhida” para retirar qualquer suspeição que sua mocidade pudesse levantar. Sua saída da Vila das Alagoas passava a fazer mais sentido, pois não só negara as investidas de Manoel de Almeida Matoso como resolveu se recolher mais ainda ficando longe de qualquer possibilidade de corrupção.

Além desses pontos, o que chama mais atenção é a constatação de que mesmo sendo compatível com os condicionamentos impostos ao seu sexo, a jovem viúva só teria solucionadas as suas pendências jurídicas (as que já tinha e as que passou a ter) se cedesse ao bacharel habilitado. Sob sua perspectiva e considerando a posição social vantajosa que devia ocupar, Antônia Barbosa não viu o sexo como um meio para um fim. Rejeitou o ouvidor e por isso teria sido autuada. Pode-se dizer que de seu ponto de vista havia muito a se perder, mas dependendo dos processos jurídicos que pretendia resolver, Antônia Barbosa não teria algo a

⁵⁵ Utilizo a conceitualização de “recolhida” a partir das leituras de ALMEIDA. Op. Cit., 2005.

⁵⁶ DAUPHIN, Cécile. FARGE, Arlete. FRAISSE, Geneviève. KLAPISCH-ZUBER, Christiane. LAGRAVE, Marie. PERROT, Michelle. PÉZARAT, Piarrette. RIPA, Yannick. SCHMITT-PANILL, Pauline. VOLDMAN, Danièle. Traduzido por Rachel Soihet, Rosana M. Alves Soares e Suely Gomes Costa. “A História das Mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia”. **Gênero**. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. Vol. 2, nº 1. Niterói: EDUFF, 2000, pp. 7-30.

ganhar? Sua fala expressa respeito à religião e ao seu estatuto jurídico, mas também aversão ao magistrado régio.

Se a viúva de Manoel de Andrade pôde dizer não, problematiza-se para tantas outras que pode ter passado por circunstâncias semelhantes em situações diferentes. Outro aspecto necessário à análise gira em torno de questões mais abrangentes sobre a relação das mulheres com a justiça. Não se pode dizer que as “solicitações” de Manoel de Almeida Matoso estivessem desrespeitando regimentos, diante de um parâmetro doutrinal, teológico e jurídico que subjugava o feminino constantemente. Pergunta-se, ainda, sobre os efeitos da justiça diante de sua execução quando se tratava de mulheres e de indivíduos outros de grupos subalternizados. As atitudes do ouvidor das Alagoas associava-se a um problema de ordem tradicional e costumeiro que associava a mulher ao seu sexo e que na maioria das vezes a substituía por ele.

6. A escrava e o Ouvidor das Alagoas: o pleito e as sevícias.

Assim, registrou-se o caso de Josefa de Amorim como uma das mulheres que surgiram nos depoimentos e pontos de vista ouvidos e levantados contra Manuel de Almeida Matoso. O que se sabe a seu respeito é que teve uma negra escrava levada pelo corregedor, entre os anos de 1720 e 1725. A senhora era moradora na Vila das Alagoas e o que lhe aconteceu foi registrado com direito a detalhes na notícia sobre a residência tirada a respeito do homem que havia a prejudicado.

Depõe também por todas as testemunhas que tendo Josefa de Amorim, moradora na Vila das Alagoas, **uma negra sua escrava de boas partes**, o sindicado **lhe induziu a dita negra e a meteu em sua casa, aonde teve publicamente amancebado dela contra a vontade da dita sua escrava** e depois para com este excesso **formou um processo em nome da mesma negra com o juiz ordinário da dita vila seu parcial, justificando que sua senhora lhe fazia Sevícias** o dito juiz **a julgou por Livre**, sendo notório que tais sevícias não devia, e o sindicado mandou depositar cento e vinte mil réis pelo preço da liberdade da dita negra em mão de Lourenço Cardozo, morador da mesma vila⁵⁷.

Enquanto Vilela do Amaral condenava sem compaixão os concubinários, independente de suas posições no meio social, o seu substituto em algum momento tratou de agir de acordo com o interesse que passou a nutrir pela escrava de Josefa de Amorim. A “indução” que fizera a dita negra pode ser reveladora de uma participação da escrava mais ativa do que

⁵⁷ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 12v e 13.

se quer fazer acreditar. Obviamente não é possível identificar quais relações, entre a negra e o ouvidor, preestabeleceram aquela situação. Mas a clara contradição entre uma consciência induzida e a alegação do desenvolvimento de uma relação ilícita forçada pode ser visualizada como alguns pontos argumentativos em favor de Josefa. As análises desenvolvem-se a partir das possibilidades de interpretação advindas da utilização das expressões “induziu”, relativa a retirada da negra da posse de Josefa e; “contra a sua vontade” quando se tratou de justificar o amancebamento.

Primeiro, não se tratava mais de levantamento de culpas por concubinato, ou quaisquer crimes de ordem unicamente moral que poderia vetar uma série de argumentos defensivos. A senhora Amorim, sem sua escrava, encontrava-se em grande prejuízo, tendo seu direito de propriedade sido ultrapassado e seus bolsos atacados. Diante desse problema a possibilidade de apelação estava em aberto, pois se tratava de um procedimento acessível e válido, desde que contasse com os meios viáveis para tal realização⁵⁸. Com a indicação do envolvimento de um indivíduo influenciável, o que aquelas poucas linhas querem dizer é que foi aquela mulher escravizada quem trouxe os problemas para sua senhora.

Segundo, de maneira indireta, ou não, reafirmava-se a necessidade da jurisdição do senhor sobre seus escravos, propensos a atitudes negativas, tendenciosos a serem induzidos, visto sua condição e qualidade⁵⁹. Além de se tratar de uma personagem (cujo nome sequer foi considerado importante mencionar) advinda da camada **escravizada** da sociedade, se tratava de uma **mulher e negra**. Somem-se as perspectivas restritivas a uma e outra circunstância e pode-se ter acesso a uma linha de pensamento introdutória significativa para a defesa sobre a linha tênue entre o que poderia ser considerado sevícias e castigo exemplar⁶⁰. Isto porque tal ressalva pode parecer fiel a verdade, – “depõe todas as testemunhas” – mas tira qualquer culpa que se pretendesse computar a dita dona da “manceba” em relação a ser conivente com esse tipo de pensamento pecaminoso, em desacordo com a religião católica e com o regimento

⁵⁸ Preveem-se as apelações de sentenças definitivas e pré-definitivas (ou interlocutórias), todas salientadas pela presença do Procurador e Juiz de apelação, personagens necessários para tais procedimentos. Ordenações Filipinas: Liv. III, Tít. LXVIII – Da ordem, que se terá nas apelações das sentenças interlocutórias e definitivas. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 2º Tomo, p. 672-674.

⁵⁹ Para detalhes sobre a responsabilidade do senhor no trato religioso, moral e jurídico diante de seus escravos, ver: LARA, Sílvia Hunold. **Campos da Violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 29-96, 123. VAINFAS, Op. Cit., 1986. BOXER, Charles R. **A Ida-de do Ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000, pp. 27-51.

⁶⁰ LARA, Op. Cit., 1988, pp. 57-96.

do reino⁶¹. Conseqüentemente, esta única palavra, associada ao amancebamento imposto, concede a toda a colocação a impressão de que Josefa de Amorim era uma mulher temente às leis divinas e régias que educava sua escravaria e não a torturava.

O terceiro ponto defensivo para Josefa de Amorim encontra-se na capacidade do ouvidor em convencer a negra a agir conforme seus interesses. Se o magistrado pôde fazer com que ela se voltasse contra a sua dona, fugindo de seu domínio e proteção, poderia, da mesma forma imputar na escrava a vontade de agir judicialmente contra ela. A defesa volta-se em forma de acusação, mas não culpa a escrava, apesar de duvidar de sua índole. Pôs-se em evidência os serviços prestados por Manoel de Almeida Matoso e sua inspiração, contra o direito e o bem comum, advinda do interesse individual que nutria pela mulher negra manipulável “de boas partes”. Sua real função fora negada várias vezes – desde o ato de ter induzido uma escrava a se levantar contra quem lhe proporcionava a vida, até o forjar um processo jurídico, em nome da negra, valendo-se de parcialidades com o juiz da terra e automaticamente amputando possibilidades de apelação por via da ouvidoria diante da alta sentença⁶².

Isso sem contar no trato ilícito que desenvolveu com a escrava. O interessante de perceber é que a vulnerabilidade da propriedade de Josefa de Amorim é descrita quase que instigando uma interpretação de inocência, a não ser pelo fato de ter se deixado “induzir”. O castigo para sua escrava já havia sido executado como que por providência divina, já que se encontrava amancebada com o ouvidor mesmo contra sua vontade. Essa afirmação, contudo, não diz respeito unicamente as conseqüências da atitude ingrata da escrava: pode mesmo ter tido a intenção de insinuar-se que o ouvidor Manoel de Almeida Matoso também poderia se encaixar no crime de estupro, caracterizado como um homem que dorme com uma mulher a força⁶³.

As informações sobre o caso foram retiradas de uma notícia sobre os autos da devassa de residência do ouvidor Manoel de Almeida Matoso que serviu entre 1720 e 1725. Não trata-se diretamente do libelo formado por Josefa de Amorim, mas pode ser problematizada a pos-

⁶¹ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. I, Tít. II – Como são obrigados os pais, mestres, amos e senhores a ensinar ou fazer ensinar a doutrina cristã aos filhos, discípulos, criados e escravos. VIDE, Op. Cit., 2010, pp. 126-127.

⁶² Diante da impossibilidade de enumerar as etapas do procedimento que Manoel de Almeida Matoso poderia ter forjado (sobre como tomara conhecimento do que ocorria, sobre as testemunhas que contabilizou e se estavam de acordo com os preceitos previsto na legislação, se permitiu Josefa de Amorim utilizar seu direito de apelação, entre outros), as linhas expostas direcionam o olhar para pelo menos dois delitos incontestáveis cometidos pelo ouvidor, sendo eles, o concubinato e a parcialidade com gente da terra, concretizada nas pessoas do Juiz Ordinário e de Lourenço Cardozo.

⁶³ ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. MOURA, André Almoêdo. “Violência contra a mulher no Brasil – um estudo de longa duração”. In: ALMEIDA, Suely C. Cordeiro. **Histórias do Mundo Atlântico**: Ibéria, América e África: entre as margens do XVI ao XXI. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, pp. 87-95.

sibilidade de ter se apresentado dentre os processos judiciais que chegara a suas mãos, dentre os papéis que lhe foram entregues com o objetivo de citar juridicamente o ouvidor em questão⁶⁴. É provável que nem todos os indivíduos prejudicados tenham podido levar para as mãos do desembargador suas lamentações na forma de querela. Porém, o acontecido com Josefa foi devidamente considerado na constituição das perguntas que o desembargador da Relação da Bahia fizera a população para tomar conhecimento dos atos do ouvidor do rei.

Testemunhos ou procuradores, aqueles que afirmaram o procedimento de Manuel de Almeida Matoso como contra a Justiça, certamente, defendiam o direito à propriedade. Faziam parte de uma sociedade escravista, sendo, inclusive, possível que o ouvidor tenha agido realmente contra a vontade da dita negra no sentido de ter se amancebado com ela. A estratégia para montar um capítulo de denúncia ou libelo que implicasse o magistrado em questão utilizou-se de um crime caro às mulheres no geral. E era uma mulher, mesmo que através de outras vozes, quem levantava essa questão e dessa vez, observe-se, afirmando que a atitude criminosa e pecadora não tinha origem na outra mulher negra escravizada, tão apontada e degradada sexualmente⁶⁵, mas sim na mente perversa de um ouvidor que sentenciou sugestivamente em favor dela ou de seus desejos.

Partindo para o conflito propriamente dito, não podemos deixar de considerar as três perspectivas principais presentes naquelas linhas registradas ao monarca e ao seu Conselho Ultramarino em 1726. Afinal de contas, foi um choque de forças que contou com o envolvimento de pelo menos 05 pessoas: Josefa de Amorim, sua escrava, Manoel de Almeida Matoso, o Juiz ordinário da Vila das Alagoas e Lourenço Cardozo. Entre seus protagonistas, o bacharel Manoel de Almeida Matoso também pode ter suas ações analisadas. O amancebamento, de seu ponto de vista, podia ser o único “crime” que logo tornava-se relativo, pois já foi visto que às mulheres negras escravizadas não implicava necessariamente um delito viver de portas adentro com homens devidamente eclesiásticos, quiçá solteiros⁶⁶.

Nessa perspectiva o acontecimento teve início quando Manuel de Almeida Matoso resolveu adentrar com um litígio e “citar” em querela a senhora Amorim. Com a escrava já sob seu domínio ativou o processo em juízo local no nome da própria negra. Apesar de ter sido apontada a parcialidade do ouvidor com o Juiz ordinário é curioso que o magistrado, apontado como um homem que agia contra seu regimento e as ordenações, tenha se preocupado em obedecer algum ponto relativo à sua alçada judicial que impedisse sua ação direta, ou com o

⁶⁴ Sobre Citações:

⁶⁵ PAIVA. Op. Cit., 1995, pp. 103-144. FURTADO. Op. Cit., 2003. LARA. Op. Cit., 1988. VAINFAS. Op. Cit., 2010.

⁶⁶ Cf. Ordenações Filipinas: Tít. XXX. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo. Ver as discussões do capítulo 02.

impedimento de sentenciar por pessoas que lhes eram próximas, proibidos por lei⁶⁷. Como homem, bacharel e Ouvidor da Comarca das Alagoas seu poder prático e simbólico seria importante de se considerar, fosse o juiz local seu parcial ou não. É nesse empecilho que o sexo de Josefa de Amorim pode ter direcionado as ações da rede formada por Almeida Matoso, o juiz das Alagoas e Lourenço Cardozo.

Outras mulheres foram citadas nas informações que Antônio Quintanilha enviou ao rei sobre seu oficial designado. Para todas elas, julgou-se importante registrar seus “estados”, sendo: 01 donzela, 02 casadas e 01 viúva⁶⁸. Sobre Josefa de Amorim nada foi dito. O ponto em comum entre as mulheres prejudicadas pelas ações de Matoso era o fato de que elas não possuíam linha direta de proteção com um homem⁶⁹, estando praticamente desprotegidas da jurisdição masculina, ficando a mercê dos feitos jurídicos do ouvidor. A partir daí pensa-se se Josefa era uma mulher solteira de uma idade avançada que não imputaria a adjetivação de “donzela” para justificar a falta de designação sobre seu “estado”. Independente disso (não desconsiderando a importância dessa informação), como mulher, sua fragilidade jurídica andava numa via de mão dupla.

Entende-se que a maioria das linhas contidas nas Ordenações Filipinas ou em outros códigos para proteção da mulher podiam ser, facilmente, suplantadas por elementos que lhes eram internos e externos. Por internos, compreende-se a própria legislação portuguesa que designava uma série de títulos e alvarás especiais à circunstância do sexo feminino que não substituiriam as regras gerais aplicados a homens e mulheres⁷⁰. Isso não significa dizer que um quadro legislativo distinto seria mais eficiente ou destituído das cargas negativas que pesavam sobre a mulher, veja-se a tentativa de forjar os privilégios femininos por Rui Gonçalves, em 1557⁷¹. Quer se dizer que a existência de leis particulares envoltas num regimento

⁶⁷ Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. XX – Do oficial del-Rey, que dorme com mulher que perante ele requer. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º tomo, pp. 1171-1172.

⁶⁸ “Uma moça donzela grave”, presa pelo ouvidor a pedido de seu criado, Sebastião Nunes; Ana Gomes, mulher casada que tinha o marido fora de casa quando Almeida Matoso fez uma visita judicial que acabou prejudicando-a; a Senhora Joseph Mendes da Cunha, analisada no capítulo 01 e; Antônia Barbosa, viúva de Manoel da Costa de Andrade que sofreu litígio do magistrado. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 09v, 11, 14.

⁶⁹ Mesmo a “donzela grave” parece não ter podido contar com uma linha direta de apoio jurídico. Pelo menos não se manifestou diante das ações da residência de Manoel de Almeida Matoso. Isso não anula a possibilidade de ter agido diretamente pela alçada da Relação da Bahia, mas a falta de indicação de processos pendentes e mesmo de seu nome faz duvidar de tal procedimento.

⁷⁰ HESPANHA, Op. Cit., 2010, pp. 101-103.

⁷¹ Em sua obra, tentou, como já dito anteriormente, contabilizar as vantagens e privilégios do sexo feminino dentro da legislação portuguesa. O trabalho adquire conotação ambígua quando o advogado Rui Gonçalves o faz, não abrindo mão de exemplificar mulheres exemplares. A circunstância da proteção era a essência da dominação masculina não abandonada naquelas linhas. GONSALVES, Op. Cit., 1992.

maior que definia pontos a serem seguidos pelos dois sexos significou a abertura de possibilidades para os dois lados, mas em maior vantagem para a manutenção do domínio masculino.

Nessa linha de raciocínio podemos adentrar no que se quer dizer por elementos externos que poderiam representar sérios obstáculos aos litígios protagonizados por mulheres, independentes de terem podido contar com auxílio jurídico masculino. Sendo eles o *corpus* regimental e a atuação de agentes, as influências do meio e a constatação da circulação de interesses alheios em todo esse arcabouço. Além disso, a substância mista que compõe empecilhos impostos a agentes subalternizados como as mulheres, se encontra na própria formação das leis e das noções de Justiça, fundamentadas em preceitos religiosos e de direito comum tido por natural⁷². Essa substância era nociva em níveis alarmantes para as mulheres, por isso Josefa de Amorim pode ter sido uma agressora ou vítima, não contou com colaborações judiciais ou de relações sociais para defender seu direito de propriedade no ato dos procedimentos; não conseguiu enfrentar a rede masculina de justiça que vinha ao seu encalço.

Mais latente, contudo, é a percepção de que, como mulher, ela pode ter se prejudicado sob o ponto de vista de colaboradores práticos ou simbólicos em potencial, devido as cargas negativas constantemente enviadas ao sexo feminino. Seria surpreendente a escrava ter sido induzida se estava sob os cuidados de uma mulher, “naturalmente” pouco aconselhada a exercer funções de mando? Teria sido a ressalva sobre o amancebamento forçado uma necessidade de retirar qualquer peso de culpa que pudesse ser imposto as suspeitas que girariam sob o sexo de Josefa? Como uma pessoa considerada, por seu sexo, tão próxima dos caminhos do diabo e de uma série de características que lançavam aspectos de maldade à sua essência, as sevícias foram consideradas verdadeiras no litígio, no aparelho jurídico da Vila das Alagoas, nos boatos?

Estabelecer esses argumentos aponta na direção de se considerar gravemente também a posição da outra personagem feminina envolvida. Como escravizada e negra, não deixava de ser mulher e se sua sexualidade não foi contestada negativamente pela culpa da mancebia, não deixou-se de apresentar tais linhas de pensamento vigentes sobre sua condição e qualidade, apontando-se que se tratava de uma escrava de “boas partes”. Partindo para a análise sobre os acessos a justiça por parte daquela mulher e no objetivo de problematizar sobre sua perspectiva dentro da ação jurídica também se parte da indicação acerca de sua indução. Se foi levada a se levantar contra sua senhora ou se levou o ouvidor a fazê-lo são duas maneiras distintas de enxergar o litígio.

⁷² Sobre direito comum, natural e as influências da igreja, ver: HESPANHA. Op. Cit., 1992. HESPANHA. Op. Cit., 2010. HESPANHA. Op. Cit., 2003.

Se sairmos das linhas que Josefa de Amorim ou seus representantes oficiais pretendiam imputar, é possível contabilizar a participação daquela escrava como ativa pelo simples ato de ter decidido seguir o magistrado. Imaginam-se as possibilidades que o interesse do ouvidor a respeito dela pode ter representado. O alcance de sua liberdade seria perfeitamente estimulado através do significado de possibilidades de justiça práticas e simbólicas que a presença daquele agente jurídico reforçava naquela região. Se ser livre era seu objetivo principal, quando adentrou na casa de Manoel de Almeida Matoso, os abusos como causa (sevícias) ou consequência (amancebada) desse desejo, dentro de todas as perspectivas, levam a uma “liberdade” relativamente conquistada. Assim, uma mulher advinda de um grupo subalternizado não é considerada como destituída de noções da justiça e do direito.

A probabilidade de o pleito ter se iniciado por sua vontade própria no juízo ordinário, inclusive, proporciona questionamentos a respeito do tipo de problema que incitou contra Josefa de Amorim. Viu-se as atitudes de João Vilela do Amaral perpassando toda a Comarca das Alagoas, independente do estatuto social e jurídico das pessoas que se colocavam em seu caminho. Manoel de Almeida Matoso era acusado de proliferar devassas de morte, de ter impedido juízes ordinários eleitos legalmente para nomear específica e especialmente os que lhes garantissem a consecução de seus interesses. Mas não era só isso. Um dos mais relevantes pontos ressaltados por Antônio Quintanilha apontava que aquele mesmo ouvidor e sua rede, para “fazer as injustiças que quisessem”, contava com o auxílio de Tomé Francisco Souto “que sabia fingir letras, e furta Sinais”; e de Felipe Roiz, Tabelião de maus procedimentos que ficava com a responsabilidade de reconhecer letras anteriormente forjadas⁷³. Levando em conta tais afirmações, por que motivo Manoel de Almeida Matoso alegaria sevícias ao invés de utilizar toda uma rede forjada de poder considerável capaz de quebrar com os princípios jurídicos e regimentais sem deixar rastros oficiais? É daí que a escrava pode ser visualizada como agente ativa naquela situação. Afinal de contas, as sevícias não era uma das poucas aberturas geralmente utilizada por escravos⁷⁴?

Sevícias verdadeiras ou não, é certo que sem o auxílio de Manoel de Almeida Matoso seria difícil conseguir ser julgada “Livre” e mesmo imputar o prejuízo de 120 mil réis para Josefa. Nessa encruzilhada, Lourenço Cardozo pode ter recebido o dinheiro por ter de alguma forma contribuído nos encaminhamentos do litígio. Uma pessoa induzida, manipulável, não poderia ser vista como alguém em que se poderia confiar dentro de um pleito. Haveria de con-

⁷³ Ordenações Filipinas: Tít. LII – Dos que falsificam sinal, ou selo del-Rey ou outros sinais autênticos, ou selos. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, p. 1202.

⁷⁴ REGINALDO. Op. Cit., 2001. LARA. Op. Cit., 1988.

tar com testemunhas, por exemplo. É importante perceber as possibilidades de ação daquela escrava, dentro do desenvolvimento de relações sociais ou sexuais com agentes de justiça externos. Fica difícil amputar o fato de que, certamente, acreditara numa justiça capaz de libertá-la da escravidão (ou dos maus tratos de Josefa) seja das hipóteses lançadas ou mesmo de acordo com as linhas interpretativas mais óbvias que o capítulo que protagoniza propõe. Não se sabe se a escrava trocou seis por meia dúzia, ou seja, se foi levada a acreditar que a Justiça de Manuel de Almeida Matoso viria sem grandes preços a se pagar. Contudo, ainda sob sua perspectiva, mesmo a alegação de um concubinato forçado – detalhe que só se saberia a partir da escrava de Josefa – serviria como um bom argumento para se livrar de castigos que pudessem vir se sua senhora a recuperasse.

Ora, é provável que algumas interpretações vejam a escrava como resistente, pois há a possibilidade de ter usado o sexo ou o interesse de Matoso para conseguir sua liberdade⁷⁵. Essa linha de raciocínio pode ser reforçada porque quem diz que a escrava foi “induzida” e que estava em concubinato “contra sua vontade” é Josefa ou as testemunhas através do sindicante Quintanilha. Logo, uma disputa de interesses que somente o historiador pode dar um ponto final, a partir de seu juízo de valor⁷⁶. Contudo, vamos pensar um pouco. A escrava, então, “Livre”, teria que lidar com a ausência de Manoel de Almeida Matoso mais cedo ou mais tarde, já que como ouvidor da Comarca das Alagoas, o oficial tinha o prazo de validade de seus serviços por apenas 03 anos. Sendo uma escrava de “boas partes” e ao que tudo indica, valendo por volta de 120 mil réis, quem garantiria que os parciais de Matoso continuariam colaborando para a manutenção da liberdade daquela mulher negra? Até porque ela era livre porque possuía uma utilidade prática: a mancebia com Matoso. Ela não era inteiramente livre por questões jurídicas e isso é uma encruzilhada na análise. Não esqueçamos que o acesso ao caso advém de uma provável tentativa de recuperação daquela propriedade por parte de Josefa. Que os processos judiciais estavam, ali, sendo considerados ilegais. E além de tudo isso, que os vestígios históricos e legislativos da época garantiam que ela poderia ser reescravizada a qualquer momento⁷⁷.

Numa conclusão prévia para encerrar a análise desse caso, pode ser percebida a existência de um campo jurídico, desde o século XVIII, sendo propagado com linguagem e modos de operar que lhes eram próprios. Reutilizava-se palavras, expressões e noções básicas sobre

⁷⁵ SOARES, Márcio de Sousa. “A promessa da alforria e os alicerces da escravidão na América portuguesa”. In: GUEDES, Roberto. **Dinâmica imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes**, legados: Séc. XVII-XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, pp. 35-65. PAIVA. Op. Cit., 1995.

⁷⁶ BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, O ofício de historiador. / tradução André Telles. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

⁷⁷ LARA. Op. Cit., 1988. VAINFAS. Op. Cit., 2010. SOARES. Op. Cit., 2011.

as visualizações de mundo para dar sentido e legitimação às normas e às ações de agentes internos. Esses pormenores não podiam ser notados na época, porque a proteção e os privilégios, na verdade, voltavam-se para resguardar dentro de sua inacessibilidade, sua naturalidade. Não se sabe até que ponto a quebra de imparcialidade, um dos principais condicionamentos aos administradores da Justiça, eram penalizadas ou reconsideradas diante do prejuízo de dependentes de decisões jurídicas. Para o caso de mulheres, fossem brancas, tendo disponível 120 mil réis, ou escravas negras, utilizando o sexo como moeda de troca (de nenhuma maneira isto é considerado aqui como resistência), se não estivessem de acordo com os preceitos que o ordenamento da sociedade lhes impunham, seus destinos ficariam a mercê da vontade de homens da justiça falsamente limitados.

7. Conclusão.

As maiores dificuldades que encontravam pelo caminho, geralmente, estavam associadas a ausência de seus maridos, de procuradores ou mesmo de seu silêncio frente a “injustiças” que sofreram. Em alguns momentos assumindo o lugar de vítima, em outros o de acusada, o que se faz mais perceptível na identificação dos casos destrinchados aqui é o fato de que suas relações com a Justiça ou sua representação pela via do Direito podia trocar os lugares que *a priori* pareciam ocupar. Como sujeitos indeterminados, os homens que serviram de procuradores, representantes oficiais ou, simplesmente, escreveram os requerimentos daquelas mulheres de grupos subalternizados tornam-se um dos focos de análise para a colaboração na compreensão das relações daquelas mulheres com a Justiça. Incumbido de considerável poder simbólico, caberia refletir sobre os ideais e valores daqueles que ficaram responsáveis por solucionar problemas de indivíduos que considerava como “inferiores”. As tomadas de decisões, as escolhas de determinadas palavras, orações e frases para constituir um discurso defensivo ou acusador podem ser essenciais de se observar para entender com quais tipos de agentes sociais aquelas mulheres teriam que lidar. A resolução de seus problemas estava intimamente ligada à questões individuais de seus procuradores, sobretudo, quando não eram seus maridos, que, muitas vezes, pode ter sido ignoradas.

Os episódios que tomaram forma através dos registros utilizados para a construção desse trabalho demonstram essa relação de dependência da mulher com o meio e com agentes jurídicos. As opções que lhes restaram se baseavam na estabilização e consecução de uma conduta que pudesse ocasionar som as suas vozes e aos seus reclames. Em contrapartida, para mulheres distanciadas desses preceitos, era o “estado” de casada ou mesmo a religião que serviria

mais oficialmente em litígios. Pois, mesmo podendo contar com as redes sociais que tiveram a capacidade de desenvolver, sabe-se que a formalidade da Justiça, do Direito e as visões de mundo essencialmente excludentes podia esbarrar essas alternativas.

Se sempre se podia supor o feminino como “digno” de proteção, saliente-se que sempre, em contrapartida, se suspeitava de personagens consideradas inferiores. Essa suspeição não era vista só em partes superiores do aparelho jurídico (ouvidoria), mas em todas as suas partes. Em outras palavras, mediante a necessidade de defender-se ou de adentrar em campo jurídico, não só as mulheres, mas todos os advindos de grupos desprovidos da gravidade dos privilégios precisariam de muito mais para mostrar-se adaptado ao mundo excludente e penalizador das diferenças. Essa afirmação não enxerga como menos violenta essa flexibilidade adotada em determinadas circunstâncias. Compreender-se como menor, como menos digno era fundamental para obter êxito. Contudo, em casos como estes é possível notar tais subordinações aos raios de ação alheios, não significava automática e conseqüentemente gozar das aberturas da justiça.

O emaranhado de agentes envolvidos no campo jurídico, bem como as manipulações de seus preceitos e o fechamento em si não representou uma gama de possibilidades fragmentadas. Tomavam forma de uma série de empecilhos a serem ultrapassados para ter a chance de poder exaltar concepções comuns, costumeiras e naturais, diante do monarca e do avanço de uma justiça que passava a querer desconsiderar tais argumentações.

CAPÍTULO 04: O sangue e os crimes.

O estudo das relações das mulheres com a justiça e o direito do século XVIII, na América Portuguesa, é substancial para compreender personagens femininas adentrando em âmbitos formais para resolver suas pendências ou apaziguar conflitos vividos. Na Comarca das Alagoas desse período, encontraram-se evidências desses momentos e das faces que o poder assumia em mãos femininas¹. Para basear um requerimento nos princípios regimentais específicos ao seu sexo, as condições solicitadas foram capazes de por em suspeita a sua conduta, de fazer menor as suas causas e de deslegitimar sua consciência jurídica. A impressão da qual não se pode fugir é a de que uma mulher só se envolveria diretamente num litígio se fosse possuidora de meios oficiais, sociais e financeiros para tentar lutar com os obstáculos que lhe seria impostos. Ser solteira, casada ou viúva possuía significado dentro de um pleito em andamento, mas era a honestidade o maior fator requisitado – apesar de que a afirmação do mesmo não significaria êxito facilitado. Diz-se isso porque é, realmente, difícil desvincular a qualidade das requerentes que mais adiante serão analisadas, dos rumos que suas causas tomaram. Contudo, é interessante salientar que não foi proposital associar mulheres de cor a temática da violência e procedimentos jurídicos daí derivados. Não há mulheres brancas alegando sofrer dos crimes que aqui serão analisados. Contudo, o assassinato apareceu algumas poucas vezes para mulheres brancas e de cor.

Por não estarem destituídas de protagonizarem pendências judiciais fosse ele de ordem moral, civil ou criminal, nesse momento, o objetivo é visualizar as soluções que buscaram diante das agressões que viveram. Assim como todas as outras personagens vistas até agora, os casos vividos por mulheres escravizadas, forras e mestiças, ajudam a complexificar o leque de possibilidades de inserção feminina naquela sociedade através da vivência cotidiana e do desenvolvimento de redes sociais². Não fugindo das semelhanças, as pendências jurídicas em que se envolveram trataram de impor os mesmos empecilhos. Nas páginas que se seguem busca-se problematizar a especificidade de suas qualidades para lidar com o aparelho jurídico e os caminhos distintos que percorreram.

¹ Ver Capítulos anteriores.

² Para outros exemplos da inserção de mulheres e homens de cor na sociedade colonial, ver: ALMEIDA, Op. Cit., 2012, pp. 37-60. CASTRO, Op. Cit., 2001, pp. 101-136. CASTRO, Op. Cit., 1998, pp. 289-354. FURTADO, Op. Cit., 2003. LARA, Op. Cit., 2007, pp. 79-172. MACHADO, Op. Cit., 2008, pp. 81-140. MOTT, Op. Cit., 137-158. PAIVA, Op. Cit., 1995, pp. 103-144.

1. Luiza Furtado de Mendonça, mestiça e mulher.

O alferes Bento Rebello Pereira foi condenado, entre os meses de agosto e novembro de 1725, por sentença final da Relação da Bahia. O seu crime fora a agressão feita a Luiza Furtado de Mendonça. A saber, a mulher foi acertada com uma navalhada no rosto. Já era de se esperar que o oficial não aceitasse uma penalização como a que recebera. Foi estipulado que pagaria o valor de 03 mil cruzados (1:440\$000 réis)³, mais o degredo para Angola pelo tempo de 05 anos e sofreria com o baraço pregão pelas ruas públicas. Contudo, os altos valores, perda de bens e desterro não sintetizavam os problemas do oficial. Apelara porque se dizia inocente, tendo sido prejudicado por um pleito iniciado e forjado por um ouvidor reconhecidamente seu inimigo. O detalhe que levou ao conhecimento do monarca tratou de registrar precisamente os seus pontos de vista. A narrativa a respeito de sua falta de culpas, porém, revelam mais do que particularidades sobre Bento⁴.

Seu caso foi escolhido para análise por trazer em suas entrelinhas as formas de aplicação da justiça do rei e local, bem como vias de seu acesso quando de tratava de uma mulher que não era branca. O nome de Luiza Furtado de Mendonça, mulher mestiça, tomou forma e apesar de ter se tratado do instrumento jurídico em favor de Bento Rebello é possível adentrar na identificação e limites que a ação jurídica de um homem impunha para ela. Da mesma forma, podem-se apontar algumas possibilidades de defesa de sua parte. Afinal de contas, fala-se de um caso que se iniciou no juizado ordinário, passou para a jurisdição da ouvidoria e que foi solucionado pelo Tribunal Superior da Relação da Bahia, por apelação da parte ofendida. Esses degraus galgados por Luiza Furtado requer um entendimento a respeito de sua qualidade e sua relação com os meios jurídicos disponíveis na Vila das Alagoas, enfatizada pelo acusado em suas linhas narrativas.

1.1. A relevância jurídica da qualidade de Luiza.

Produto do Antigo Regime português, a América lusitana tornou-se parte daquele Império Marítimo e possuía visões de mundo advindas de tradições e costumes lusos⁵. As expan-

³ RUSSELL-WOOD. Op. Cit., 1981, p. 302.

⁴ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 45 [19 de maio de 1727].

⁵ O entendimento de um Antigo Regime nos Trópicos apresenta aspectos impostos de uma realidade vivida em Portugal, entre eles a ocidentalização católica como a mais evidente FRAGOSO. BICALHO. GOUVÊA, Op. Cit., 2001, pp. 11-25; FRAGOSO. GOUVÊA, Op. Cit., 2010, pp. 12-40. GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes**

sões ultramarinas contribuíram consideravelmente para a formação de um mundo atlântico, onde contatos sociáveis e de dominação⁶ levaram europeus, indígenas e africanos a proporcionarem o aparecimento da mestiçagem⁷. Esse elemento acabou contribuindo, em territórios como a América portuguesa, para a construção de uma estrutura política, econômica e social, relativamente distinta da peninsular. No decorrer dos séculos XVII e XVIII, a cor começou a ser associada à diferenciação dos indivíduos da América lusa⁸, mas só atingiu seu ápice dentro das concepções de hierarquização social na segunda metade do século XIX. Nas conquistas ultramarinas dos Setecentos a descendência híbrida era colocada perante circunstâncias biológicas e culturais (sangue e religião)⁹. O termo “mestiço”, em geral, era utilizado para realçar cargas negativas¹⁰.

Quando Bento Rebello Pereira tentou deliberação sobre sua sentença, em 1725, a utilização do termo “mestiço” para designar Luiza Furtado de Mendonça não apareceu sozinho. Ao defender-se, narrando sua versão do acontecimento, fez questão de atribuir à vítima o que dá a entender ser a carga de sua qualidade:

[...] sucedendo em uma das noites do mês de junho do ano de 1721 ao dar-se ali, uma navalhada pela cara a **uma mestiça de muito má língua e pior procedimento**, por nome Luiza Furtado de Mendonça, **casada com um Mathias Bicudo [de Mendonça] gente de pouca consideração [...]**¹¹.

Dentro dessa linha de raciocínio, crê-se não ser equivocado afirmar que a denominação de “mestiça” possuía, naquela colocação, um sentido pejorativo. Para encaixar Luiza Furtado de Mendonça no quadro temporal ao qual fazia parte, deve-se primeiramente levar em

do mundo. História de uma mundialização. Belo Horizonte, Editora UFMG; São Paulo, Edusp, 2014, pp. 27-284.

⁶ Sabe-se que houve momentos em que existiram políticas coloniais instigadoras da procriação entre diferentes etnias em prol do povoamento das terras de além-mar e da consequente efetivação da conquista. BOXER, Op. Cit., 1975, pp. 43-78. O aparecimento do elemento mestiço foi proporcionado pela escassez de mulheres brancas que elevava o nível de miscigenação da sociedade brasileira, bem como a vigência de uma economia de ordem patriarcal baseada na escravidão. FREYRE, Op. Cit., 2006, pp. 366-497. Relações de cunho dominante também foram fundamentadoras desse novo universo. Explicam, sobretudo, o aparecimento de misturas étnicas entre europeus e africanos: VAINFAS, Op. Cit., 2010.

⁷ Mestiço não é um termo empregado aqui sob um sentido estático e preso a elementos biológicos, mas uma mistura biológico-culturais que dão sentido a uma verdadeira “dinâmica de mestiçagens”. PAIVA, Op. Cit., 2015. GRUZINSKI, Op. Cit., 2014. SÁ, Op. Cit., 2013.

⁸ RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do novo mundo:** Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015, pp. 133-239. RUSSELL-WOOD, Op. Cit., 2005, pp. 53-81. VIANNA, Op. Cit., 2007, pp. 47-96.

⁹ O “estigma da impureza”, contudo era associado, geralmente, a descendência africana, sendo os mouros e judeus, em Portugal, considerados inimigos legítimos pela palavra da religião. VIANNA, Larissa. Op. Cit., 2007, pp. 52-53.

¹⁰ LARA, Op. Cit., 1988, pp. 136-137.

¹¹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 17.

conta que segundo Rafael Bluteau “mestiços” seriam todos aqueles filhos de português com indígena¹². Apesar das inconstâncias dos termos utilizados para definir a qualidade de personagens que não eram brancos¹³, considera-se que Bento Rebello Pereira falava de uma mulher mestiça, dentro das concepções estabelecidas por Bluteau. Essa linha interpretativa leva em conta que se tratava de uma apelação acerca da decisão de uma sentença estabelecida pela Relação da Bahia, logo, qualquer indício de aproximação de Luiza com a descendência africana provavelmente não seria ignorado pela superficial denominação de “mestiça”.

Não se encontram leis destinadas exclusivamente a personagens mestiços¹⁴. Juridicamente falando, a vigência das Ordenações Filipinas seriam passíveis de adaptação em território americano para a execução e aplicação da justiça¹⁵. Assim, considera-se que ao indivíduo categorizado, o regimento serviria da mesma forma que para a mulher, passível de flexibilização de acordo com o arbítrio de juízes e magistrados envolvidos na resolução de pleitos. Distante da “impureza” africana e uma vez casada com um homem possivelmente branco, as chances de um convívio tranquilo com os membros daquela sociedade eram maiores do que lhe proporcionaria o casamento com alguém de sua mesma qualidade¹⁶. O matrimônio dentro dos princípios do catolicismo representava, para a mulher, legar-se qualidade e condição¹⁷ do homem ao qual se conectaria¹⁸.

¹² BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português & latino**. (Volume 05, Letras K-N). Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Majestade: 1716, p. 455.

¹³ O “pardo”, “crioulo” ou “mestiço” eram termos recorrentemente utilizados na documentação oficial, mas é importante ressaltar que sofriram alterações de significados substanciais dependendo da região e período histórico em que estiveram inseridos. PAIVA, Op. Cit., 2015. SÁ, Op. Cit., 2013.

¹⁴ ao “mestiço” de qualquer ordem pode ser sabido de suas limitações: era vetado o acesso a ofícios ligados diretamente a administração¹⁴ e utilização de certos trajes e armas. O contexto da conquista gerou flexibilidades e adaptações e a cor da pele bem como outras determinações físicas passaram a ser inseridas na “linguagem visual das hierarquias sociais”. O maior número da população negra e parda evidenciado por visitantes e estatísticas nos leva a compreender que a condição das Conquistas Ultramarinas e o elemento da escravidão proporcionaram uma série de novas normatizações a respeito dessa nova “camada” a fim de apreender a hierarquização daquela sociedade. LARA, Op. Cit., pp. 126-172. Para mais detalhes, sobretudo, a respeito da relatividade de “ascensão” que tais personagens viveram, ver: RAMINELI, Op. Cit., 2015.

¹⁵ Sobre o processo de adaptação das leis na América Portuguesa ver: WEHLING, Arno e Maria José. “Sem embargo da ordenação em contrário: a adaptação da norma portuguesa à circunstância colonial”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; e CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Administrando Impérios**. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte, Fino Traço Editora: 2012, pp. 45-70.

¹⁶ Sobre a perspectiva de vantagens para Luiza. No geral, aconselhava-se pela semelhança na escolha do conju-gê. VAINFAS, Op. Cit., 2010. NIZZA, Op. Cit., 1984. LIMA, Lana Lage da Gama. “A boa esposa e a mulher entendida”. In: LIMA, Lana Lage da Gama (org.). **Mulheres, adúlteros e padres: História e moral na sociedade brasileira**. – Rio de Janeiro: Dois Pontos Editores, 1987, pp. 21-22.

¹⁷ Sobre qualidades e condições, compreenda-se como qualidade a questão da cor/sangue. Por condição, diz-se respeito ao estatuto de livre, forra ou escravizado. PAIVA, Op. Cit., 2015.

¹⁸ A ênfase na associação automática das características sociais do homem para a mulher que se casava foi uma importante informação coletada no I Encontro África Brasil, na mesa “Sociedade e Cotidiano escravista no Brasil Colonial e imperial”, especialmente na fala de Roberto Guedes Ferreira (UFRJ). O evento foi de iniciativa do Núcleo de Estudos Sociedade, Escravidão e Mestiçagens – Séculos XVI-XIX (UFAL) coordenado pelo Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva. Sobre comprovações desta feita na historiografia, ver: NIZZA, Op. Cit., 1984. CASTRO, Op. Cit., 1998.

O fato de Bento Rebello Pereira ter apontado o casal Mendonça como sendo “gente de pouca consideração”, realça questionamentos sobre até que ponto as mulheres mestiças ou mesmo pretas, puderam usufruir de uma melhor posição jurídica mesmo quando homens brancos eram suas “cabeças”¹⁹. Ora, o alferes pôs em suspeita os costumes e procedimentos dos dois personagens: da vítima e de seu esposo. Não se fundamentou na qualidade de Mathias Bicudo de Mendonça (ou nos estados que possuía). Informações sobre a mesma foram totalmente ignoradas de modo que foi a qualidade da mulher mestiça que sobrepôs-se à identidade do esposo. As ofensas contabilizadas à pessoa de Mathias faziam parte de uma estratégia apelativa e demonstra experiência em argumentação jurídica por parte do oficial condenado. Descaracterizar os protagonistas do pleito não significaria atingir unicamente a mulher, mas direcionar o leitor, que julgaria seu pedido, à compreensão de que a pessoa responsável pela correção e proteção de Luiza era menos digna, distante dos princípios da justiça moral; errado desde o começo. Daí, Mathias Bicudo de Mendonça, possível representante jurídico de sua esposa, era retirado de sua razão diante do início do litígio, já que todo o arcabouço montado por Bento Rebello justificaria, inclusive, a agressão que Luiza sofrera.

Dentro do comportamento e da conduta esperada de uma mulher²⁰, aquele discurso, certamente, instigaria o leitor da época a interpretar a “má língua”, o “pior procedimento” e a “pouca consideração” como uma receita ideal para conflitos. A adjetivação pode ser associada não só as concepções individuais de justiça que a população da Vila das Alagoas possuía. Na verdade, é preciso considerar o estabelecimento de normas costumeiras tão rígidas quanto os regimentos do reino. Assim, a função daquelas colocações não era demonstrar raiva ou incredibilidade a respeito da força jurídica. O artifício foi utilizado para esboçar que no ponto de vista de Bento Rebello as desavenças, conflitos e injúrias que aquelas características podiam causar, por si só, deslegitimavam o fato do casal ter recorrido a instâncias jurídicas. Em outras palavras, Luiza Furtado de Mendonça parecia ter provocado toda a situação com o aval de seu marido que não tomava as rédeas de sua casa.

1.2. O componente externo: intrigas e injustiça.

Voltando um pouco no tempo, constata-se a presença de Bento Rebello Pereira no aparelho jurídico em busca de soluções às suas pendências que lhes eram prejudiciais, pelo me-

¹⁹ FURTADO, Op. Cit., 2003.

²⁰ Sobre a conduta feminina, ver, em especial, os capítulos 1 e 2 dessa dissertação de mestrado, somando-se as respectivas referências Bibliográficas citadas nas notas de rodapé.

nos desde 1721²¹, quando tentou resolver suas desavenças com o ouvidor geral da comarca das Alagoas, João Vilela do Amaral. Os problemas judiciais começaram a bater às portas de Bento Rebello logo após de ter recebido mercê do ofício de Escrivão da Correição da Ouvidoria da Vila das Alagoas²², em 1720. Desde a tomada de sua posse, em abril de 1721, percebera que o oficial régio não fazia gosto de sua atuação, visto que a decisão régia se apresentava como um empecilho para a consecução do posto de escrivão da correição nas mãos de um “particular amigo e sócio nos seus negócios²³”. Sua suspensão foi uma consequência do “me-ro ódio que lhe tomou” por não aceitar em seu escritório Julião Guterres, o dito sócio²⁴.

A partir de então, o destino de Bento Rebello pareceu começar a descer ladeira abaixo. Soube que um terceiro conseguira provisão do Governador de Pernambuco para tomar seu lugar. O embargo àquela concessão foi devidamente requisitado por Bento, visto seu ano de exercício no ofício, concedido pelo monarca, não ter sido concluído: “o não servira mais que 04 meses²⁵”. A eficiência argumentativa jurídica presente nos discursos de Bento Rebello Pereira podiam ser derivadas de suas atividades e experiências delas acumuladas, mas não se pode deixar de ressaltar que contou com o auxílio de pelo menos 03 procuradores naquela época – a saber, os licenciados Pedro Silva Durão, Pedro Serrão de Oliveira e João Lopes Pereira²⁶.

Tais fatos não foram deixados de lado quando se viu acusado e condenado por um crime com uma pena tão rígida. Seguindo sua narrativa (1725) apelativa, após associar Luiza e Mathias a atitudes e vivência não honrosa, Bento Rebello, finalmente, passou a discorrer a respeito daquelas que teriam sido as verdadeiras causas de ter saído culpado, apontando nomes dos culpados e voltando suas acusações para o ouvidor João Vilela do Amaral:

[...] foram queixar-se ao dito Ouvidor [João Vilela do Amaral] de um clérigo chamado Alexandre de Abreu, dizendo-lhe que por sua ordem

²¹ Para evitar a confusão de datas vale dizer que o caso de Luiza Furtado de Mendonça (1721) possivelmente estava já em andamento, mas não há menção a ele antes de 1725 no *corpus* documental ao qual me debruço. É importante ressaltar a lentidão da execução de processos jurídicos para esclarecer ao leitor que o requerimento de Bento Rebello Pereira acerca de seu ofício (1722-1724) não mostra em momento algum a acusação da navalhada pendente ao alferes. Ignorar propositalmente a acusação de Luiza está fora de cogitação, pois a fonte do processo referente ao ofício de escrivão da ouvidoria da comarca das Alagoas conta com acusações e defesas de ambos os lados (Ouvidor da Comarca e Bento Rebello), logo não faria sentido desprezar o litígio por parte de João Vilela do Amaral.

²² Cópia da Provisão Régia de 08 de junho 1720: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 25 [20 de dezembro de 1723], fl. 16 e 16v.

²³ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 25 [20 de dezembro de 1723], fl. 02.

²⁴ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 25 [20 de dezembro de 1723], fl. 01-02.

²⁵ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 25 [20 de dezembro de 1723], fl. 01.

²⁶ Procuração de Bento Rebello Pereira passada na Vila das Alagoas, em 19 de janeiro de 1722: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 25 [20 de dezembro de 1723], fl. 05.

um seu escravo lhe dera a dita navalhada, e devendo na devassa que se tirou do caso serem perguntadas as testemunhas pelo conteúdo da dita queixa, o Referido Ouvidor por se lhe oferecer então ocasião de se vingar do suplicante agenciou por sua indústria pessoas de sua satisfação para que jurassem contra ele de sorte que nela saiu culpado, estando inocente²⁷.

Dentro desse quadro, a versão de Bento de 1725, é a de que João Vilela do Amaral tomou conta de defender a “mestiça” com unhas e dentes, sobretudo, para se vingar, tendo procedido contra ele a partir de sua própria indústria e habilitação, como Ouvidor da Comarca das Alagoas. Nesse ponto, a análise pede a consideração da parte de Luiza Furtado de Mendonça e das possibilidades que o texto jurídico e as concepções de justiça ofereciam diante de sua causa. A resolução do atentado contra Luiza Furtado de Mendonça teria sido um rearranjo das normas existentes para a execução da justiça em solo americano? Teria o fato de ser mulher se sobreposto a sua qualidade mestiça? Ou melhor, a Relação da Bahia representou para Luiza uma chance²⁸ que podia não ter tido se o assunto tivesse permanecido na jurisdição do juizado local?

Quando em seu requerimento, Bento Rebello afirmou que a execução do crime se deu pelas mãos de um escravo alheio, suspeitas surgem ao seu respeito. O escravo pode ter sido um agente tão ativo quanto todos os outros envolvidos; pode ter agido em acordo com o alferes. Veja-se a posição de Alexandre Abreu. Independente do escravo do clérigo ter sido coagido, indicar outra pessoa como autor do crime daria uma vantagem considerável ao oficial condenado. Como pessoa eclesiástica, o clérigo complexificaria a resolução do problema. A isenção de homens da igreja fosse sacerdotes ou apenas imbuídos da chamada “primeira tonsura”, era reconhecida juridicamente pela coroa portuguesa²⁹. O respeito à jurisdição da Igreja pode ter servido de respaldo para a entrada desses dois personagens na trama. Considera-se a possibilidade de manipulação de dados que seriam capazes de atrasar ou desviar a verificação da culpa de Bento.

1.3. As possibilidades jurídicas para a mulher mestiça do licenciado.

Quando se tratava de um ferimento causado a alguém, a ordenação direcionava às circunstâncias do ataque – se foi de dia ou de noite, no rosto ou em outra parte do corpo, se deixou marcas roxas ou desferiu sangue, se foi contra homem ou mulher. Às mulheres era reser-

²⁷ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 17.

²⁸ SCHWARTZ, Op. Cit., 2011.

²⁹ A isenção da justiça secular mesmo para pessoas “ordenadas na primeira tonsura” é garantida: *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Livro I, Tít. L. VIDE*, Op. Cit., 2010, pp. 217-218.

vado uma série de pontos do regimento lusitano, inclusive a prevenção de agressões e de como juízes deveriam agir diante de tais episódios³⁰. Não foi exagerado o casal Mendonça ter ido queixar-se no momento do acontecimento aos agentes de justiça presentes na região. Era necessário apontar provas e obter testemunhas e a maneira mais fácil de fazê-lo era exatamente explicitar a ferida pelas ruas, gritando, segundo a letra da lei “*Fere-me foão ou isto me fez*”³¹. O conhecimento de Luiza Furtado sobre a necessidade de “encenar”³² pelas ruas da vila pode ser uma evidência de sua consciência como indivíduo jurídico, já que compreendia as atitudes a serem tomadas.

A qualidade do delito, por si só, dava razão à implicação de Bento: fala-se de uma navalha, desferida durante a noite, vitimando uma mulher, “naturalmente” frágil e indefesa. Aqueles que feriam outras pessoas corriam o risco de perder todos os bens para a Coroa e de sofrer degredo. Poderia ser julgado não só pelo ferimento, mas também pela injúria do ato de acordo com sua qualidade. Os denunciante de tais atos receberiam parte do pecúlio estipulado em sentença³³. Bento Rebello, contudo, alcançou uma Carta de Seguro por preço estipulado pelo juízo ordinário da Vila das Alagoas. Apesar da alegação sobre a vontade de vingança de João Vilela do Amaral, pensa-se até que ponto o próprio Mathias Bicudo de Mendonça não teria apelado junto ao ouvidor insatisfeito com os rumos que o delito acabara tomando.

Pistas deixadas em requerimentos anteriores de Bento sobre seu ofício de escrivão (1722-1724) permitem ligar Mathias Bicudo de Mendonça diretamente a Bento Rebello e João Vilela do Amaral. Quando da suspensão do alferes do posto, Ambrozio de Lima foi a pessoa que ocupara seu lugar, provido pelo governador de Pernambuco, D. Francisco de Souza³⁴. O marido de Luiza Furtado de Mendonça era um homem licenciado e fora procurador de Ambrozio Lima³⁵. Visto que Ambrozio contou com a ajuda e defesa do bacharel Vilela do

³⁰ No título sobre casos onde juízes ordinários e de fora poderiam querelar há a informação sobre como aqueles agentes deveriam proceder diante de ataques e ferimentos causados por brigas: Ordenações Filipinas: Livro I, Tít. LVX, § 37. Sobre as especificidades de agressões a mulheres ver o título que resguarda as formas de provar ferimentos causados por homens: Ordenações, Filipinas: Livro V, tít. CXXXIV – Como se provaram os ferimentos de homens ou forças de mulheres, que se fizerem de noite, ou no ermo. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 1º Tomo e 4º Tomo, pp. 134-144 e pp. 1310-1311.

³¹ Ordenações Filipinas, Liv. V, tít. CXXXIV, § 2. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, pp. 1310-1311.

³² Para entender a utilização do termo “encenação” é preciso ressaltar a sociedade barroca para José Antonio Maravall. O estudioso buscou compreender o Barroco para além de uma categorização artística, vendo como um período vivido em sociedades ibéricas, Maravall aponta a semelhança de atos e constituições políticas e socioeconômicas com o mundo teatral, típico do período ao qual estamos tratando aqui. MARAVALL, Op. Cit., 1997.

³³ Ordenações Filipinas: Livro V, Tít. XXXV – Dos que matam, ou ferem, ou tiram com Arcabuz, ou Besta, § 7. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, pp. 1186-1187.

³⁴ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 25 [20 de dezembro de 1723], fl. 05v.

³⁵ Procuração de Ambrozio Lima passada na Vila das Alagoas, em 21 de janeiro de 1722: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 25 [20 de dezembro de 1723], fl. 09.

Amaral, pode-se pensar numa associação de ambos a Mathias Bicudo de Mendonça³⁶. Se, à primeira vista, Bicudo e Luiza foram apresentados como meios para um fim, a informação adicionada requer a consideração daquelas pessoas ativamente envolvidas num processo jurídico que chegou aos ouvidos do rei.

Mathias Bicudo de Mendonça, companheiro de Luiza, era um personagem importante desde o início da trama, possivelmente conectado a relações ou redes políticas e/ou econômicas com Ambrozio de Lima e João Vilela do Amaral. Dentro dessa concepção, a união daqueles homens quando da defesa de Ambrozio – mesmo que em âmbito profissional – foi o que ocasionou a agressão? Se sim, o alferes pode voltar-se para o lugar de culpado pelo crime. Outra pergunta que não pode deixar de constar é: se o ferimento de Luiza Furtado de Mendonça tiver sido causado realmente por mando do clérigo Alexandre de Abreu – e desconsiderando associação deste com Bento – seria plausível pensar que a “mestiça” e seu marido abriam mão da investida no aparelho jurídico, fundamentada naquilo que realmente acontecera, para condenar injustamente um indivíduo que possuía pendengas com o Ouvidor João Vilela do Amaral?

Os vestígios que sobraram indicam Bento Rebello Pereira como culpado pelo juízo ordinário, pela ouvidoria e também pela Relação da Bahia. Suas pendências com Ambrozio o aproximam consideravelmente de Mathias Bicudo e, como um investigador criminal diria, dentro de todo esse arcabouço, tem-se “um motivo” aceitável para a agressão. A relação que desenvolvera com Manuel de Almeida Matoso atinge o lugar de mais uma circunstância prejudicial³⁷. Foi através do bacharel que o monarca parece ter tomado conhecimento do caso de acordo com carta de 31 de março de 1726, onde pede notícias sobre acusações levantadas pelo então ouvidor da Comarca das Alagoas contra seu antecessor.

Vendo-se o que me informou o Ouvidor Geral das Alagoas, Manoel de Almeida Matoso, sobre o procedimento que seu antecessor João Vilela do Amaral teve contra o alferes Bento Rebello Pereira, Representando-

³⁶ Idem.

³⁷ Segundo o desembargador da Relação da Bahia, Antonio do Rego e Sá Quintanilha, Bento aliou-se em determinado momento com Manuel de Almeida Matoso para prejudicar João Vilela do Amaral: “[...] induziu [Manuel de Almeida Matoso] ao alferes Bento Rebello Pereira a que fizesse este requerimento, por ser inimigo capital de seu antecessor João Vilela do Amaral [...]”. Consta ainda a evidência de testemunhos a respeito da suspensão de Bento e de sua possível conduta: “[...] ouvi dizer na Vila das Alagoas que o suspendera por erros do ofício e ser homem de maus procedimentos [...]”. Segundo Manuel de Almeida Matoso, Antonio do Rego e Sá Quintanilha é seu inimigo capital e possivelmente associado a João Vilela do Amaral. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 45 e 46. Sobre a relação entre agentes de justiça a qual Maria de Fátima S. Gouvêa denomina por “conexões imperiais” ver: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730)”. In: BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX**. – São Paulo: Alameda, 2005.

me o excesso, e menos justificada causa, com que procedera contra ele formando-lhe culpas acertadas, falsificando papeis para o Sentenciar, depois de ter acabado o seu lugar. Fui servido mandar remeter ao Desembargador Antônio do Rego de Sá e Quintanilha a dita informação com os ditos das testemunhas, que enviou o dito Manoel de Almeida Matoso para que se faça exame dos autos [...]³⁸.

Em 28 de junho de 1726, o desembargador da Bahia respondia seu rei, dando notícias sobre a residência de Manoel de Almeida Matoso e das sérias acusações contra Vilela do Amaral que por ele foram levantadas. A resposta do magistrado do tribunal superior não é nem de longe vantajosa para Bento Rebello Pereira. Além do já conhecido despacho de Antônio Quintanilha a respeito de Matoso, informações a respeito de Bento Rebello colocariam em suspeição sua qualidade e honra.

No que respeita a suspensão que João Vilela do Amaral fez ao **alferes Bento Rebello Pereira** não tenho individual notícia, geralmente ouvi dizer na Vila das Alagoas que o **suspendera por erros do ofício, e ser homem de maus procedimentos**, e me consta que na acusação que o dito alferes fez, Mathias Bicudo de Mendonça **pelo ferimento feito no rosto** a Sua mulher Luiza Furtado, **foi condenado por final Sentença desta Relação** [...]³⁹.

Sob tal perspectiva, Luiza pode ser vista como uma mulher casada com um homem licenciado possivelmente atuante nos auditórios da vila fosse como advogado ou não – fator certamente capaz de exercer um poder prático e simbólico que o inseriria em redes sociais e de poder⁴⁰. A experiência de seu marido o levaria a prosseguir com a queixa a partir de métodos mais eficazes para alcançar justiça. Sua possível ligação com João Vilela do Amaral representaria as amarras de uma rede clientelar funcionando de modo a deixar mais de um dos envolvidos inteiramente satisfeito⁴¹. Com a colaboração do ouvidor tinha-se um crime de nível suficiente para depreciar a imagem de Bento Rebello, excluindo quando e/ou se fosse necessário a descendência indígena da vítima⁴².

³⁸ Carta de D. João ao Vice Rei e Capitão General do mar e terra do Estado do Brasil (31 de março de 1726): **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 09.

³⁹ Cópia da Resposta do Desembargador Ouvidor Geral do Crime: 28 de junho de 1726: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 05-06.

⁴⁰ BOURDIEU, Op. Cit., 2012, pp. 84-85.

⁴¹ GOUVÊA, Op. Cit., 2005.

⁴² Berta Queija, em estudo sobre mestiços na América espanhola aponta para as possibilidades daqueles que passaram a ser categorizados como mestiços. De acordo com o girar da roda e alteração de seus interesses aqueles indivíduos poderiam se valer de sua descendência indígena ou realçar o sangue europeu latente em suas veias. QUEIJA, Berta Ares. “Las categorías del mestizaje: desafíos a los constreñimientos de um modelo social em el Perú colonial temprano”. HISTORICA. Pontificia Universidad Católica del Perú. Lima, v. XXVIII, nº 1, 2004, pp. 193-218.

Essa “flexibilidade” judicial perante a sobreposição dos indivíduos pode ser associada diretamente às relações sociais que o casal desenvolvera na Vila das Alagoas, onde residiam. Mas também não podem ser desconectados de uma provável situação financeira vantajosa por parte de Mathias Bicudo de Mendonça nem da utilidade que as intrigas entre Vilela e Bento representariam se fossem reais. Podiam estar associada política e juridicamente a outros personagens importantes do cenário ao qual pertenciam ou ainda terem sido beneficiados pela proximidade que a sede da comarca ofereceria ao desenvolvimento de seu litígio. É importante ressaltar, porém, que o êxito momentâneo advinha da jurisdição de Mathias Bicudo de Mendonça sobre sua esposa. Ele, como representante e responsável por sua mulher pode ter sido substancialmente ativo em confrarias ou meios econômicos pelos quais o casal se utilizava para garantia da subsistência⁴³.

1.4. O confronto entre as vantagens de Bento Rebello e de Luiza Furtado.

Apesar do parecer negativo de Antônio Quintanilha, enviado ao rei em junho de 1726, a carta/requerimento de Bento Rebello Pereira, escrita em 1725 só recebeu despacho final em maio de 1727, assinado pelo Conselho Ultramarino. Outros trâmites protagonizados pelo alferes continuavam pendentes mesmo após as informações levadas pelo desembargador da Bahia. A alta quantidade de petições, requerimentos e outros procedimentos iniciados por Bento Rebello Pereira, compõe um emaranhado de documentos que pode confundir em sua leitura. A narrativa de Bento, esporadicamente analisada até agora, possui despachos datados de 1725 – um “Haja vista o procurador da Coroa de 12 de agosto” e uma autorização para lhe passar Alvará de Fiança, de 30 daquele mesmo mês. Na carta/requerimento do alferes fez-se menção à “última sentença” da Relação da Bahia ter sido “publicada em 15 de novembro do ano passado”. Considera-se que o ano passado referido ali era 1724. Isso não invalida a afirmação de Quintanilha, de 1726, sobre em agosto de 1725 ter sido proferida a Sentença Final do caso, visto a distância do significado de uma sentença última para uma final.

⁴³ A questão econômica na Vila das Alagoas é delicada. Como era a vila mais complexa, muitas atividades existiam. O açúcar teve sua importância, bem como o tabaco. Apesar do gado ser muito citado para Penedo, a Vila das Alagoas também tinha seus currais e fazia parte da dinâmica pastoril do território. Como atividades extrativas e de consumo interno, o plantio de mandioca e a pesca foram, por conseguinte, culturas de suma importância na formação socioeconômica da população ali residente. Para o açúcar, gado e tabaco, DIÉGUES Jr. Manuel. **O banguê nas alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. – 3ª ed.; prefácio de Gilberto Freyre; capas e vinhetas de Santa Rosa. – Maceió, EDUFAL, 2006. Para mandioca e atividades extrativas, AZEVEDO, José Ferreira. “Formação sócio-econômica de Alagoas, o período holandês (1630-1654): uma mudança de rumo”. In: CAETANO (org.). Op. Cit., 2012. Para pesca, CURVELO. Op. Cit., 2012.

A execução da justiça numa sociedade de Antigo Regime, mesmo que nos Trópicos, e levando-se em conta suas especificidades, passava por uma hierarquização que era considerada. O âmbito jurídico legitimava a ordem das coisas – o rei e seus administradores de justiça estavam incumbidos na missão de salvaguardar a ordem natural⁴⁴. Hipóteses foram lançadas de forma a respaldar pontos que podem ser interpretados como êxito judicial da mestiça Luíza, sobretudo, diante da alta sentença estipulada. Nesse interim é preciso interpretar as novas categorizações (desenvolvidas ou em desenvolvimento) dentro das perspectivas cotidianas, mas também nas formais. Os personagens considerados mestiços não estavam vetados de adentrar em redes de socialização do dia a dia. Estabeleciam contatos e se gozassem de relacionamentos amistosos com indivíduos advindos de camadas privilegiadas da sociedade podem ter, efetivamente, conseguido fazer a manutenção de interesses ou de sua sobrevivência num meio que excluía a diferença.

Apesar disso, não deve ser ignorada a vigência de um pensamento político e jurídico que desvalidaria facilmente estratégias informais e mesmo formais de acesso ao aparelho judicial, fundamentada na legitimidade de uma sociedade em que a população se dividia em camadas sobrepostas. Tal sobreposição era consideravelmente direcionadora acerca dos direitos, privilégios, deveres e atribuições de cada indivíduo e podiam fazer frente na ação de magistrados e juízes externos constantemente enviados do reino. Legitimadas e naturalizadas por regras apoiadas em direito comum e oficial, aparência e conduta eram passíveis da contenção de excessos⁴⁵. Os indícios de que Bento Rebello e seus advogados utilizaram esses argumentos como um degrau para o estabelecimento de seus pontos defensivos não foram evidenciados apenas na vez que as qualidades e comportamento dos envolvidos tomaram posição central em suas afirmações (ver início da análise).

O requerimento de Bento Rebello Pereira sintetizava a sua história, fundamentava-se na utilização de argumentos tidos por verdadeiros e, nesse ponto, o auxílio de procuradores era substancial. A experiência daqueles homens seria eficiente na uniformização da narrativa dentro dos padrões considerados aceitáveis e formais. Contudo, não deixava de caracterizar-se como uma conversa pessoal entre o alferes e o monarca. Demonstrava, e não apenas dizia, as circunstâncias de um homem condenado e o emaranhado de pensamentos e sentimentos a respeito dos caminhos da justiça. Partindo desta deixa, adentra-se nos principais pontos rebatidos diante da sentença proferida. Da mesma maneira que os procedimentos jurídicos de Luí-

⁴⁴ HESPANHA, Op. Cit., 1984, pp. 66.

⁴⁵ Sobre hierarquização, ver: LARA, Op. Cit., 2007, pp. 79-125. RUSSELL-WOOD. Op. Cit., 2005, p. 47. HESPANHA, Op. Cit., 2005, pp. 56-65.

za Furtado de Mendonça devem ter utilizado do estatuto jurídico feminino e do pensamento doutrinal teológico e judicial que ele gozava, Bento e seus agentes tirariam vantagem dos regimentos sempre os aproximando de questões de ordem moral.

Nessa deixa, passemos a enumerar as objeções apresentadas, em pelo menos 04 pontos. Neles estratégias são manifestadas de acordo com suas necessidades – sendo elas: apelar da sentença que lhe fora proferida e demonstrar inocência. A recorrente afirmativa a respeito da manutenção da estabilidade local e da paz, por si só, demonstravam a utilização de uma linguagem adequada que reconhecia a soberania do regimento vigente e do poder do monarca. Tais elementos precisam ser interpretados além da constatação de que formavam uma contextualização a respeito da perspectiva de Bento e de seus procuradores naqueles anos entre 1724 e 1725, mas também realçariam a inserção do alferes como súdito português ativo, tendo trabalhado para o “engrandecimento da monarquia” a partir de seus serviços prestados⁴⁶.

Ponto 01: A justiça como deveria ser para um homem nobre.

E porque não é justo que o suplicante padeça **inocentemente** e o **excessivo rigor da dita sentença proferida**, e nascida de uma **devassa tirada por um Ministro que conhecidamente é seu inimigo Capital, que por direito é nula**, executando-se contra ele **uma pena vil**, sendo o suplicante um **homem muito nobre**, de bons parentes, e bom cargo na milícia, que o exame de tal pena (negado a postura merecer, e que fora cúmplice no tal delito, que arditosamente se lhe quis imputar)⁴⁷.

Ponto 02: A invalidade de acordo com o Direito.

E para se poder evitar um tão **grande absurdo**, que segue de **punir um inocente**, e **ficaram livres os culpados**, pestando[?] o suplicante que Vossa Majestade a sua custa seja servido mandar proceder a **Nova [devassa] por Ministro daquele Estado de toda a inteireza e retidão**, pela qual há de constar de **grande inimizade, que ao suplicante tinha, e tem o dito Ouvidor** que tirou a dita devassa, e do **induzimento e persuasão que foi as testemunhas**; que nela juraram⁴⁸.

Ponto 03: Ausência da razão e de motivos.

Como também que a **pessoa que cometeu o tal crime foi o mesmo escravo, de quem a queixosa e seu marido se queixaram**, pois entre eles, e o suplicante **não houve razão só diferença alguma, que o pudesse obrigar a um**

⁴⁶ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 17 [06 de maio de 1670], fl. 16 e 16v.

⁴⁷ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 17.

⁴⁸ *Idem*.

tal excesso, e se fez o Suplicante morador desta graça além da muita justiça e **razão que nesta súplica lhe assiste**, e com mais **razão pelo bom que bem servido a Vossa Majestade pelo decurso dos muitos anos** que ali assiste, e em defesa daquela terra com ponderação e **despesa de sua fazenda**⁴⁹.

Ponto 04: A graça de Deus e a do rei.

[...] porém nos termos em que se acha não pode deixar de apresentar de novo que ficando ele **retido na prisão** pelas demoras do tempo e distância daquela terra é sem dúvida de que antes que aparece o que pertende **lhe poderá mui facilmente faltar a vida, considerando na sua desgraça** vendo-se ali **casado com a obrigação de muita família**, que **ao menos nesta** parte lhe permita Vossa Majestade de ter fiança **que se obrigue a repararem-no na cadeia todas as vezes que foi necessário a vista da sentença que sento tão má e injusta para ele**, não é, toda via o que [ilegível] **a morte para haver de seu ausentar do castigo no caso** [...] ⁵⁰.

Seguindo a lógica e conexão dos parágrafos enviados ao rei, não é difícil problematizar o peso do significado de repetições a respeito de concepções de justiça, da inocência do condenado e dos estados⁵¹ distintos dos principais envolvidos. Do Ponto 01, a discussão a desproporção e “excessivo rigor da dita sentença”, justifica-se por duas vertentes de interpretação do regimento vigente. Primeiramente, o objetivo era colocar como um empecilho à execução da justiça considerar uma devassa que teve início nas mãos de João Vilela do Amaral. O magistrado era “reconhecidamente um inimigo Capital” do suplicante, logo, os rumos que a querela havia tomado eram divergentes com as prevenções estipuladas nas Ordenações Filipinas sobre o envolvimento de inimigos em litígios⁵².

Em segundo lugar, a nobreza de Bento Rebello Pereira destoava frente ao castigo que foi estipulado. Em teoria, penas vis, como o degredo e baraço público, ambas aplicadas ao alferes, não deveriam ser executadas quando o indivíduo fosse de linhagem nobre, juiz, vereador ou procurador – entre outros lugares que dizem respeito ao contexto da corte. O aparecimento do termo “pena vil” e o apelo acerca da mesma, visto que nas leis portuguesas “homens nobres” estariam livres de tanta rigidez na sentença⁵³ é um contraponto, visto que girava

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 17-17v.

⁵¹ Nesse momento falar-se em qualidade e condição pode não dar conta de esboçar que Bento Rebello não estava só falando sobre condição (livre, liberto, forro) ou de qualidade, mas de uma conduta. HESPANHA, Op. Cit., 2005, pp. 41-65.

⁵² Ordenações Filipinas: Livro III, Tít. LVI – Que pessoas não podem ser testemunhas, § 7. Livro V, Tít. CXVII – Em que casos se devem receber querela, § 2. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 2º Tomo, 4º Tomo p. 648 e 1274, respectivamente.

⁵³ Em teoria, penas vis, como o degredo e baraço público, ambas aplicadas ao alferes, não deveriam ser executadas quando o indivíduo fosse de linhagem nobre, juiz, vereador ou procurador – entre outros lugares que dizem

em torno da falta de ressalvas a respeito de administradores de justiça no geral, como o ofício de escrivão da ouvidoria, que Bento havia sido servido. O problema da identificação sobre a que tipo de nobreza Bento provavelmente estava ligado⁵⁴ (da perspectiva de Vilela do Amaral) não desvalida a utilização de um argumento que reflete a oposição da posição social gozada por Bento Rebello em contraponto com o modo de vida de Luiza, sua qualidade mestiça, seus “piores procedimentos” capaz de comprometer mesmo a seu marido.

É interessante pensar até que ponto João Vilela do Amaral agiu de acordo com seus arbítrios, tenha objetivado prejudicar Bento ou não. As possibilidades de acusação por parte de Luiza pode ter sido baseado em sua feminilidade e/ou proveniência indígena, como salientado anteriormente⁵⁵. Inegável é a manipulação de preceitos jurídicos, contidos nos códigos vigentes. Afirmar a vulnerabilidade dos textos regimentais é possível e legitimada pelo vigor de um código que guiaria as demandas a partir de concepções jurídicas doutrinárias⁵⁶. Há questionamentos sobre a percepção da hierarquia para o contexto da “Alagoas Colonial⁵⁷” de 1721. Levando em conta a não identificação de seu ofício como parte das ressalvas do código filipino, bem como a circunstância colonial a qual pertencia, pode-se refletir sobre seu discurso a partir do ponto de vista de que se fazia por uma via mesclada de direito luso com especificidades da América portuguesa ou de um direito local.

No discurso de Bento Rebello a preocupação básica não era apenas seu destino injusto, mas a consecução de um crime sem solução. No Ponto 02 essa preocupação foi salientada através da sugestiva indicação dos benefícios à manutenção da eficiência do aparelho jurídico se fosse refeita toda a devassa. A súplica por um “Ministro de inteireza e retidão” para resolução daquela querela confirmava que não era o quadro judicial colocado em dúvida pelo oficial, mas sim a contaminação, inclusive da inquirição às testemunhas, por parte da inimizade de João Vilela do Amaral – pela segunda vez realçada.

respeito ao contexto da corte: Ordenações Filipinas: Livro V, Tít. CXXXVIII – Das pessoas que estão escusas de haver pena vil. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo pp. 1274 e 1315-1316.

⁵⁴ Bento Rebelo Pereira se autoproclama “homem muito nobre”. Possivelmente não era “nobre” de sangue, ou de algum título de distinção do Reino de Portugal, mas pode-se pensar em uma “nobreza da terra”, advinda de atividades políticas em prol da Monarquia e do que era designado por “bem comum” naquela sociedade. Ao se portar “na lei da nobreza”, o alferes considera-se conseqüentemente nobre por conta de seu procedimento e cargo de Milícia, expondo, dessa maneira, um completo distanciamento do casal Mendonça. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

⁵⁵ QUEIJA, Berta Ares. “Las categorías del mestizaje: desafíos a los constreñimientos de un modelo social em el Perú colonial temprano”. **HISTORICA**. Pontifica Universidad Católica del Perú. Lima, v. XXVIII, nº 1, 2004.

⁵⁶ HESPANHA, Op. Cit., 1984.

⁵⁷ CAETANO, A. Filipe P. “Existe uma Alagoas Colonial? Notas preliminares sobre os conceitos de uma conquista ultramarina”. **Revista Crítica Histórica**. Maceió, Ano I, nº 1, Junho 2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/>> Acesso em: 10 mai. 2015; 14hs.

Nesse momento, é crucial visualizar que sujeitos indeterminados seriam implicados nas afirmações contidas no requerimento de 1725. Testemunhas falsas também deveriam ser impedidas de proceder, frente processos litigiosos. Porém, não eram só aquelas pessoas depoentes e o juiz de vara branca colocados na berlinda. Isso fica mais latente no Ponto 03, quando as acusações exclusivamente ao escravo e ao ouvidor poderia ter tido a função essencial para apagar as linhas anteriormente expostas sobre a clara inimizade que também existia entre o homem condenado e Mathias Bicudo de Mendonça, marido da vítima. A preocupação com a constatação do verdadeiro culpado serviu de alicerce para serem desconsideradas as colocações negativas a respeito do casal. Tais indícios colocariam Bento Rebello sob suspeita, além de ser incoerente com seu argumento sobre falta de razão para tal agressão. Afastar-se de Luíza e Mathias também distinguiria seus costumes dos concorrentes envolvidos. O alferes clamava pelo remédio régio por ser homem reconhecidamente servidor à monarquia. Ajudou no decurso de muitos anos, defendendo aquelas terras à custa de sua fazenda. Sua lealdade, inclusive, já havia sido confirmada pelo rei quando lhe foi feita mercê do ofício de escrivão de correição da Vila das Alagoas, em 1720⁵⁸.

Assim, via-se como a verdadeira vítima de toda a história relatada. Vitimado por João Vilela do Amaral, desde a suspensão de seu ofício e por estar retido na prisão. O Ponto 04 terminava com uma argumentação defensiva de apelação não denotando apenas a ideia de “amolecer” o coração do leitor do pedido que viria a seguir⁵⁹. Apresentava sua situação como reversa as suas funções como homem e como fiel súdito ultramarino. Ressaltava a dificuldade de viver em “desgraça” por conta de uma sentença “tão má e injusta”. Suas obrigações para com sua esposa e família deveriam ser continuadas e estava nas mãos do monarca reconsiderar as decisões tomadas por seu tribunal superior, sob a pena de a morte antecipar o juízo divino frente a eficiência da justiça do reino português.

Os ataques de Bento Rebello foi suficientemente forte para engajar no pedido que viria a seguir:

Pede a Vossa Majestade **em atenção do que fica referido e circunstância que se encontram na pessoa do suplicante** lhe faça mercê **mandar tirar a sua custa uma Nova e exata devassa** por Ministro de toda a inteireza e suficiência daquele Estado, **e tirada que seja e Remeta a Relação desta Corte** para por ela se averiguar toda a verdade, e inocência do suplicante **sus-**

⁵⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 17 [06 de maio de 1670].

⁵⁹ Aqui, além das leituras dos discursos barrocos, bem trabalhados por Maravall, entende-se que a ficção criada pela narrativa tinha o poder de torna-la uma verdade incontestável, tal como assinalou Zemon Davis para situações jurídicas que aconteceram na França no século XVIII, cf. DAVIS, Op. Cit., 2001. Importante ressaltar que o título do livro em inglês é “Fiction in the Archives”.

pendendo-se, no entanto, na execução da referida sentença como já está mandado e **sendo o suplicante o posto na sua liberdade**, com aquela cautela e segurança, que for servido, **visto se haver metido na cadeia espontaneamente sem a isso ser constrangido, o que se deve considerar, e a não ser o crime daquela qualidade que necessita de semelhante cautela e castigo**, porque de outra sorte não só poderá a vida metido em uma prisão injustamente, mas ficará sua mulher e família em sumo desamparo, ao que se deve atender. Espera Real Mercê⁶⁰.

Nessas circunstâncias, diga-se que a análise sobre sua fala é diretamente importante na observação das relações com a Justiça e com o direito sob a perspectiva de Luiza. A diferença dos dois pontos é básica quando percebemos a vulnerabilidade do texto jurídico às noções que serviam de apoio a criação do mesmo. O que isso quer dizer que efetivamente: 1) o discurso moral se sobreponha ao estatuto jurídico do indivíduo; 2) que isso era possível pela vigência de uma divisão social que preconcebiam efeitos negativos às pessoas de acordo com a sua categorização⁶¹; 3) que se tratava não de uma questão unicamente religiosa, mas de poder e de dominação, porque um homem branco que gastara suas fazendas para o engrandecimento de seu rei acreditava que uma mulher mestiça não deveria receber 03 mil⁶² cruzados por uma navalhada em seu rosto.

É difícil desconsiderar totalmente alguns pontos que competem dúvidas sobre sua real inocência. Além de uma possível rinha entre Mathias e Bento – circunstância importante para questionar – tem-se a conseqüente desqualificação do casal fisicamente ofendido, como indícios da consecução de uma inimizade. O discurso de Bento Rebello preferiu dar ênfase ao rigor da pena, se atendo pouco a respeito do verdadeiro culpado. O “excessivo rigor da pena” constou no ponto 01, no ponto 04, quando disse se tratar de uma sentença “má e injusta” e em seu pedido a partir da afirmação de “não ser o crime daquela qualidade que necessita de tamanha cautela e castigo”.

Independente de culpado ou inocente (não desconsiderando o peso que a constatação da dúvida teria sob as avaliações aqui contidas) a apelação se fundamentou na invocação do poder régio comparado ao juízo final e posto assim em relatividade: será que a só “a morte para

⁶⁰ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 17v

⁶¹ HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 166-167.

⁶² “[...] foi condenado por final Sentença desta Relação em Agosto do ano passado em cinco anos de degredo para um dos Lugares de África **com Pena pecuniária para a parte [...]**”. Cópia da resposta do Desembargador Ouvidor geral do Crime: 28 de junho de 1726. “[...] última sentença saiu **condenado em 03 mil cruzados para a queixosa**, 05 anos de degredo para Angola, e a baração pregão pelas ruas públicas [...]”. Requerimento de Bento Rebello Pereira: Despachos de 1725. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 06 e 17.

haver de se ausentar do castigo⁶³”? E esse ponto não é compatível de uma necessidade de se fazer considerar seus feitos e bons costumes frente à perversidade de Luiza e de seu marido permissivo? E o discurso não existia porque o meio social e jurídico do Antigo Regime português e nos Trópicos dava abertura para tais argumentações?

Apesar das complicações que o alferes viria a sofrer ainda – passou mais de quarenta dias preso e teve alvarás de fiança desviados por “inimigos” – o livramento viria, já que ao que parece dinheiro não era problema para ele (o alvará de fiança custou 400\$000 réis)⁶⁴. O que cabe aqui é observar em um primeiro momento Luiza e suas possibilidades vantajosas a partir das linhas do direito e de concepções fragilizadas que seu sexo proporcionaria. No segundo momento, sua qualidade associadas a sua feminilidade adquiriu tanto peso para a defesa de Bento quanto os rumores de maus procedimentos do ouvidor. Os obstáculos que aparecem antes, durante ou depois de iniciado o processo explicitam ainda que muito possivelmente a descendência, não exclusivamente europeia, estivessem relacionadas intimamente com essas barreiras que lhes eram impostas. Nessas ocasiões seus estatutos baseavam-se nas concepções que se tinha sobre eles e na avaliação sobre adequação ao comportamento esperado.

O sangue mestiço que corria nas veias de Luiza Furtado de Mendonça não se apagou pelo matrimônio com um homem licenciado. Como mulher, sua maldade natural foi usada como apoio nas colocações defensivas de um indivíduo advindo da nobreza. O objetivo em refletir sobre essas vertentes não é destituí-la da consciência do que lhe acontecia, mas sim realçar que mesmo nos “confins da Vila das Alagoas”⁶⁵ e com as flexibilizações que o contexto ultramarino proporcionaria, havia sérios limites para “inserção” de mulheres no campo jurídico e na sociedade. Independente de êxito econômico ou de uma vida religiosa assídua, o que quer se dizer aqui é a ausência de uma verdadeira “mobilidade social”⁶⁶.

⁶³ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 17v.

⁶⁴ O rei enviou carta aos seus conselheiros ultramarinos em março de 1726. Claramente o objetivo central é investigar o choque das autoridades reais. O Conselho Ultramarino manda que se passe alvará de fiança para Bento Rebelo Pereira antes disso, em setembro de 1725. Em julho de 1727, o Conselho Ultramarino prorroga o prazo para o pagamento do dito alvará, visto as queixas de Bento sobre se desaparecerem com seus documentos. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 45 [19 de maio de 1727], fls. 04, 21 e 28.

⁶⁵ Utiliza-se a expressão “confins” em duplo sentido. O primeiro é o geográfico: Luiza poderia não ser uma morada do centro da Vila. O segundo, social: como uma “mestiça”, estava estigmatizada pela sociedade, não sendo bem aceita por todos, mesmo estando casada com um homem pertencente a uma categoria de oficiais de justiça (procurador).

⁶⁶ É Eduardo França Paiva quem menciona a expressão em texto de 1995, onde através do estudo de testamentos deixados por mulheres negras, o historiador afirma a possibilidade de uma “mobilidade social”. Outrora, o mesmo estudioso enfatiza o lugar que ocuparam na sociedade: eternamente distantes das “donas” brancas, aquelas mulheres por mais que alcançassem ascensão econômica não representavam o que ser uma mulher de outras “qualidades” significaria. PAIVA, Op. Cit., 1995. Para Antônio Manuel Hespanha, a “mobilidade social”, em um contexto de Antigo Regime, tinha que obedecer aos preceitos de “ordem natural das coisas” e “harmonia”. O que não acontecia (fosse pelas obras no decorrer da vida ou pelo “milagre” da mercê) era a modificação de Estado do indivíduo ou a sua passagem de um estrato social para o outro. De acordo com o pesquisador português, a

2. Cosma da Silva, preta, forra e mulher.

Na mesma linha interpretativa, podemos analisar o caso de uma mulher preta e forra, e de sua filha: Cosma da Silva e Luiza. Trata-se, ainda, da consulta diretamente ligada às denúncias que Manuel de Almeida Matoso fizera ao seu antecessor. O episódio foi apresentado, claramente em nome de averiguar a veracidade das trocas de acusações entre dois ministros que exerceram a administração e aplicação da Justiça em solo “alagoano”. Manoel de Almeida Matoso reclamava da resolução de um crime efetivada por João Vilela do Amaral depois de suspenso do ofício de Ouvidor da Comarca das Alagoas (1721-1722). Teriam sido feitos “autos de livramento” do Réu, João de Souza Salazar pelo crime de Cárcere Privado. Claramente, o requerimento do novo ouvidor não dizia respeito a defesa de Cosma da Silva e sua filha Luiza, as vítimas do encarceramento. Antes dava notícias em defesa de seu posto e de sua autoridade.

[...] por uma carta, que o Bacharel João Vilela do Amaral seu antecessor [diz, Manuel de Almeida Matoso], se deixava ficar no dito lugar depois de suspenso e sindicado continuando a despachar autos como se fosse ministro, como foram **uns autos de livramento de João de Souza Salazar de Crime de Cárcere privado em que ficou culpado os quais sentenciou muito tempo depois de findo o lugar** que fez de ministro e lhe mandou fazer os direitos por Julião Guterres do tempo que este tinha servido de escrivão [...]Pede [para o rei tomar posse dos] inventários das entregas do cartório da correição do dito tempo para melhor averiguação do que o suplicante sentenciou a João de Souza Salazar depois de não ser ministro⁶⁷.

Mesmo assim, analisemos a fonte a partir dos elementos que podem dizer sobre o envolvimento de Cosma da Silva, mulher preta forra com um pleito vivido na Vila de Porto Calvo. Segundo Antônio do Rego e Sá Quintanilha, o caso alcançou resolução em 1719, período de atuação de João Vilela do Amaral. Em 28 de junho de 1726, o desembargador escrevia em defesa do magistrado, afirmando ter tomado conhecimento do processo que autou o agressor de Cosma e Luiza⁶⁸. Os meios pelos quais o processo foi ativado, devassado, julgado e sentenciado são correspondentes a questão mais importante que se quer perceber aqui: as formas que Cosma da Silva foi esteve relacionada com a Justiça daquela Vila de Porto Calvo. Obviamente não está sendo ignorada nenhuma dificuldade de se problematizar, dentro desses

“mobilidade social” seria, grosso modo, a reafirmação de sua condição social de maneira “melhorada” frente aos outros corpos que compunham a mesma categoria. HESPANHA, Antônio Manuel. “A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime”. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, nº 21, volume 11, julho de 2006.

⁶⁷ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 21 [17 de outubro de 1721], fl. 12 e 14.

⁶⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 44 [12 de maio de 1727], fl. 08v e 09.

aspectos, um caso que tomou forma apenas de entrelinhas que dizem tão pouco a seu respeito. A motivação maior dessas investidas de análises advém do interesse em se observar uma mulher preta forra em suas relações com o texto do direito e as concepções de justiça, suas possibilidades e limites de ação. Em nome de preencher o máximo de lacunas possíveis, casos como esses tornam-se interessante de ser destrinchados nesse texto.

Diante dos conflitos com a justiça masculina, da terra e do rei, e perante as complexidades que tiveram que superar ou driblar quando o seu simples existir era sinônimo de estigmatização social⁶⁹, observa-se hipóteses para compreender o que acontecera com Cosma e sua filha. Já do ponto de partida que inicializou a abertura do processo, duas perspectivas se apresentam diante das análises que aqui são propostas. O regimento de João Vilela do Amaral guiava sua atuação automática ao tomar conhecimento da consecução de tal delito. Assim, poderia ativar o pleito jurídico em nome de devassar os suspeitos ou acusados devidos. Poderia ter atendido a um requerimento por representante judicial da própria Cosma⁷⁰. O constante olhar da vizinha poderia acarretar boatos ou denúncias que uma vez chegadas aos ouvidos daquele magistrado régio ficaria passível de ser formalizado⁷¹.

Foi dito que Vilela do Amaral tinha o costume de fazer proliferar litígios em nome de encher seus bolsos de dinheiro ou de tornar menos passiva sua atuação na Comarca das Alagoas. Além disso, não se descarta a possibilidade de o caso de Cosma da Silva ter tomado forma como uma maneira de estabelecer contatos ou pequenas conexões que podiam ser essenciais quando da tomada de sua residência. Assim, para se mostrar ministro “com muita retidão da justiça e limpeza de mãos, e zelo do bem comum [...] favorecedor da pobreza” certamente o episódio vivenciado por uma mulher preta forra e sua filha ilustrariam a imagem exata do que queria passar⁷². Não nos prendamos unicamente as falas das câmaras⁷³ anteriormente analisadas.

⁶⁹ Sobre a incapacidade de escravos se regerem e a conseqüente dificuldade em lidar com alforrias: HESPANHA, Op. Cit., 2005, pp. 56-59. SOARES, Márcio de Sousa. “A promessa da alforria e os alicerces da escravidão na América portuguesa”. In: GUEDES, Roberto. **Dinâmica imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: Séc. XVII-XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, pp. 35-65. LARA, Op. Cit., 1988, pp. 264-268. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A cultura explícita”. In: MAURO, Frédéric (coord.). **Nova história da expansão portuguesa: o império luso-brasileiro, 1620-1750**. Direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. – Lisboa: Editorial Estampa, 1991, pp. 304-306.

⁷⁰ Sobre a necessidade de procurador, ver: HESPANHA, Op. Cit., 2010, pp. 105-112.

⁷¹ SALGADO, Op. Cit., 1990. “E se o julgador souber que alguém cometeo carcere privado, e não proceder contra ele por inquirição e acusação, perca o ofício que de Nós tiver”. Livro V, Tít. XCV, § 5. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, pp. 1245-1246.

⁷² “Pello que juraram todas as testemunhas da devassa inclusa consta ter procedido o dito João Vilela do Amaral o dito cargo com muita retidão da justiça e limpeza de mãos, e zelo do bem comum, que era favorecedor da pobreza, ouvia as pessoas com agrado, e despachava os feitos com providencia e também me constou por informações particulares ser bem costumado, e ter todas as partes de bom ministro”. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento44 [12 de maio de 1727], fl. 11.

Interrogativas giram em torno de quem teria sido Cosma da Silva. Ser forra não significava ascender economicamente. Mesmo as que emergiram e puderam deixar herdeiros oficiais, por exemplo, estiveram legadas a uma condição muito distante das “donas” brancas⁷⁴. Apesar de se autogovernarem no dia-a-dia é interessante questionar como alcançariam resoluções de problemas mais complexos. Cosma da Silva andou e viveu pela vila de Porto Calvo de 1719. É muito provável que a lei que coibia mulheres de serem suas próprias procuradoras lhe coubesse também. Sabendo da tendência açucareira da vila a qual pertencera e da existência de atividades pesqueiras na região⁷⁵, pode-se supor Cosma trabalhando, assim como as mulheres da praça de Recife, com tabuleiros ou na venda/trato de peixe⁷⁶. Levar em conta a possibilidade de seu envolvimento nessas atividades mercantis⁷⁷ permite observá-la sob a perspectiva dos meios que usufruía para garantia de sua subsistência ao mesmo tempo em que conquistava relações sociais de uma possível clientela. Daí poderia conhecer e se relacionar com as pessoas certas. Juridicamente falando, por ser primeiramente mulher e preta forra precisava se submeter a determinadas circunstâncias para tentar viver em harmonia e subordinação aqueles que a confortaria/defenderia em um momento como aquele. Em outras palavras, era preciso adaptar-se aos jogos sociais da época – ao que parece as camadas consideradas inferiores do Antigo Regime nos Trópicos era levada a apreender isso⁷⁸.

Isso também implica reafirmar que tanto o pensamento político e jurídico da primeira metade do século XVIII quanto duas derivações na forma de noções básicas de justiça eram latentes em apontar caminhos ideais para adentrar no campo judicial. Aos indivíduos menos dignos cabia reconhecer a fragilidade de seu estatuto. Essa forma de dominação formal ultrapassava os limites das ordenações régias e de outros *corpus* normativos. Tal perspectiva bate de frente com a ideia de que, apesar de não terem tido as funções que passaram a ter na segunda metade do século XVIII, o regimento em vigência era sim a representação de jogos de

⁷³ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 22 [14 de março de 1722].

⁷⁴ PAIVA, Op. Cit., 1995. FARIA, Op. Cit., 2008.

⁷⁵ Sobre o caráter agrário e açucareiro da vila de Porto Calvo ver: CURVELO, Arthur A. S. de Carvalho. “Os conselhos da comarca: constituições e especificidades administrativas das câmaras municipais da comarca das Alagoas (Século XVIII)”. In: CAETANO, Op. Cit., 2010, pp. 58-59. Um pouco sobre as atividades pesqueiras porto-calvenses em seu âmbito político-administrativo: CURVELO, Arthur A. S. de Carvalho. “Pescaria e Bem Comum: Pesca e Poder Local em Porto Calvo e Alagoas do Sul (séculos XVII-XVIII)”. In: CAETANO, Op. Cit., 2012, pp. 41-86.

⁷⁶ PAIVA, Op. Cit., 1995. FARIA, Op. Cit., 2008. ALMEIDA, Op. Cit., 2012.

⁷⁷ Outras atividades mercantis foram visualizadas em: FARIA, Op. Cit., 2001, pp. 101-136. PAIVA, Op. Cit., 1995, pp. 105-144. FARIA, Op. Cit., 2008. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, pp. 37-60.

⁷⁸ Exemplificando o caso da França absolutista, Bourdieu afirma que “estar no jogo social” implica adaptação ao meio em prol de proteger a posição que se ocupa, criação de mecanismos para melhorá-la e desprezo aos que ocupam lugares inferiores. BOURDIEU, Pierre. “Le mort saisit le vif. As relações entre a história reificada e a incorporada”. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012, pp. 84-85.

poder⁷⁹. Esboçava partes fundamentais sobre como aquelas sociedades se viam e como impunham a determinados grupos a se conceberem frágeis e compreenderem que necessitavam de sua existência e proteção (direcionamento, governo, comando) frente sua fraqueza.

O *ser mulher* podia ser como uma carta na manga na hora da alforria – fosse cedida pelo senhor ou comprada. Quando libertas, essas mesmas mulheres eram geralmente mais aperfeiçoadoras de métodos para garantia de sua sobrevivência⁸⁰. Entendendo essas relações como essenciais para um convívio possível em solo americano, fica menos difícil identificar a mulher negra como mais passível de obter êxito frente a homens de sua qualidade⁸¹. Cosma da Silva, moradora da vila de Porto Calvo, teve que superar o empecilho de ter sido mantida em cárcere privado junto com sua filha Luiza [da Silva]⁸² para desfrutar (ou continuar desfrutando) de sua alforria.

Há de se levar em conta a probabilidade de intervenção de antigos donos ou de pessoas daquela localidade com as quais a dita mulher possa ter desenvolvido algum tipo de afinidade. Laços de parentesco podem ter sido o elo forte da circunstância em questão – um possível marido e/ou pai de Luiza da Silva; talvez ainda padrinhos. O interessante é perceber por que meios pôde proceder juridicamente para a garantia de sua “liberdade”. Dentre as possibilidades de respostas a essa pergunta, tanto o ponto de vista de que Cosma teria sido escrava do próprio João de Sousa Salazar quanto ter sido propriedade de outros donos ou advirem de outra região, levam a problematizações semelhantes. A motivação daquele homem para manter presas aquelas mulheres, pode ter sido derivada de uma ideia latente de dificuldade de aceitação do indivíduo anteriormente escravizado vivendo em sociedade como um ser livre⁸³.

A princípio, o Código filipino renegava a consecução do crime do qual João Salazar foi acusado, desde que fosse considerado o espaço de tempo necessário para se contabilizar a “prisão” como cárcere privado, e que não estivesse se tratando de castigos impostos a filhos ou esposas devido as suas “**manhas** e maus costumes”. As penas eram estipuladas de acordo com as qualidades dos agressores apesar de ser afirmado que o delito não deveria tomar forma independente das mesmas qualidades da vítima ou autor do crime. Do açoite ao degredo, a

⁷⁹ THOMPSON, Senhores e caçadores.

⁸⁰ CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo – Recife, 1822-1850. Recife: 2001, pp. 213-324. MACHADO, Op. Cit., 2008.

⁸¹ LARA, Op. Cit., 1988. SILVA, Op. Cit., 1991, pp. 304-306.

⁸² O sobrenome da filha de Cosma da Silva não aparece e a suposição de Luiza ter herdado o nome da mãe é utilizada para que não se confunda com Luiza Furtado de Mendonça. Contudo, vale lembrar que muitas vezes os nomes dos filhos não seguem os dos pais.

⁸³ E isso pode ser visto na longa duração mesmo após mudanças consideráveis no sistema judiciário e político da América Portuguesa ao Império Brasileiro: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros**: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Global, 2006, pp. 33-130. CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo – Recife, 1822-1850. Recife: 2001, pp. 213-324.

ação tinha característica de ser avaliado sob alçada criminal. Devassas e inquirições deveriam ser realizadas para, a partir das informações ou comprovações apreendidas, sentenças serem proferidas. Teoricamente, a lei sobre o crime seguia todo um princípio básico que caracterizavam aqueles regimentos de acordo com sua natureza doutrinal jurídica⁸⁴.

Não é difícil identificar a manutenção domínio de sujeitos privilegiados. Além da ressalva e estipulação de consideração necessária a respeito do lugar ocupado na sociedade por agressor e vítima há uma abertura, definitivamente, manipulável para o lado mais forte. Se os filhos, esposas e escravos não deviam proceder diante aos castigos que lhes eram imputados, cabe visualizar que afirmar o que era “manha” ou “maus costumes” estava ligado a índole do agente ativo na execução do castigo. Mas não era só isso, dependeria, ainda, da força social que gozasse em sua comunidade e possibilidades que o auxílio jurídico de um procurador podia lhes reservar.

Em se tratando de uma mulher preta e forra, a complexidade do caso pendia ainda mais para um resultado que lhe sairia negativo. Como mulher a falta de capacidade de autogoverno não deixava de pesar contra si. Ser preta podia indicar descendência próxima de africanos escravizados e a situação era diferente e certamente a mais complicada, pois a todo indivíduo que possuía o sangue de África era rondado pela ideia da “impureza” de maneira muito mais rígida⁸⁵. Some-se a ideologia escravista⁸⁶ às dificuldades de aceitação da liberdade de ex-escravos e já tem-se uma receita perfeita para o desastre.

As concepções desvantajosas não terminariam por aí. Visto todo esse arcabouço que possibilita um encaixe social inconveniente ao êxito judicial de Cosma, tem-se uma tênue linha entre castigo e crime, entre alforria e a senzala⁸⁷. Como mulher preta e forra Cosma da Silva poderia ser subjugada triplamente, como visto anteriormente. A necessidade de dar continuidade a subordinação de um antigo dono abriria a possibilidade de Cosma da Silva ser direcionada de volta à escravidão. Da mesma maneira que as sevícias⁸⁸ concretizavam um crime palpável de defesa para o senhor, a “ingratidão” como escusa para a consecução da li-

⁸⁴ Ordenações Filipinas: Liv. V, Tít. XCV – Dos que fazem Cárcere Privado. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, pp. 1245-1246.

⁸⁵ VIANA, Op. Cit., 2007. LARA, Op. Cit., 2007. HESPANHA, Op. Cit., 2005.

⁸⁶ VAINFAS, Op. Cit., 1986. HESPANHA, Op. Cit., 2005.

⁸⁷ FILHO, Roque Felipe de Oliveira. **Crimes e perdões na Ordem jurídica Colonial**. Bahia (1750-1808). Tese de Doutorado. PPGH Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, 2009.

⁸⁸ Sobre a relevância da execução da justiça perante as denúncias de sevícias ou maus tratos: LARA, Op. Cit., 1988. SOARES, Op. Cit., 2011. BOXER, Charles R. **A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 33-35. MAESTRI, Mário. “Como era Gostoso ser Escravo no Brasil: a apologia da Servidão Voluntária de Kátia de Queirós Mattoso”. **Revista Crítica Histórica**. Ano VI, nº 12, Dezembro/2015, pp. 01-31.

berdade de um ex escravizado, por lógica jurídica do sistema escravista do século XVIII, adquiriria sentidos a respeito da concepção de justiça geral e dos indivíduos envolvidos.

Vendo-se, de certa forma, escravizada novamente, Cosma da Silva recebeu a atenção da justiça do rei, pelas vias da ouvidoria daquela comarca. Aí, crê-se que as redes de socialização as quais pertencia podem ter sido essenciais para tornar aquele delito evidente⁸⁹. Entende-se que aquela mulher preta e forra pode ter usufruído de poderes informais – e lembre-se que em nenhum momento a existência deles é negada nesse estudo – fazendo passar as informações sobre seu aprisionamento para fora do ambiente carcerário em que se encontrava. Essa circulação de informações que se dava entre senzalas e o ambiente externo alimentavam essas forças invisíveis, mas também pode significar que conseguira ativar juridicamente por si só, processo contra seu agressor, desde que contasse com cabedal suficiente.

Obstruída do pleito, as hipóteses que se seguem não consideram apenas a vitimização das duas mulheres para concorrerem no ato do cárcere. O “juizado da vedoria” pode ter tido um motivo plausível para mandar encarcerá-las e aquém das premissas aqui discutidas – sobre castigos e gratidão.

Pello que juraram todas as testemunhas da devassa inclusa consta ter procedido o dito João Vilela do Amaral o dito cargo com muita retidão da justiça e limpeza de mãos, e zelo do bem comum, que era favorecedor da pobreza, ouvia as pessoas com agrado, e despachava os feitos com providencia e também me constou por informações particulares ser bem costumado, e ter todas as partes de bom ministro [...] examinei os autos crimes em que foi Autora a justiça o Reo João de Souza Salazar, morador na Vila de Porto Calvo, desta Comarca, de que deram conta a Vossa Majestade nas cartas juntas aos autos de residência o Capitão Mor da Vila das Alagoas Bento da Rocha Mauricio, e o dito Manuel de Almeida Matoso, que havia sentenciado o sindicado João Vilela depois de ter acabado de ouvidores proferindo sentença com antidata, sem apelar por parte da justiça dos ditos autos consta ser acusado o réi **João Souza Salazar por fazer cárcere privado em sua casa a Cosma da mulher preta forra, e uma sua filha chamada Luiza, e serem sentenciados pelo dito João Vilela, em 20 de novembro de 1719**, tempo em que servia de ouvidor, e suposto **nos mesmos autos se acha assentada da inquirição das testemunhas da defesa do dito reu feita em dia posterior ao da data da sentença parece me que foi equivocação do escrivão Julião Guterres**, por ser um homem velho, e lhe achar em outros autos semelhantes erros, e não apelar o dito João Vilela **esta sentença por parte da justiça absolvendo com o fundamento de se provar que as prisões foram feitas por ordem do juiz daquela vedoria**⁹⁰.

⁸⁹ Sobre as redes sociais de mulheres alforriadas, ver o caso da Capitania de Pernambuco e o acórdão que estabeleceram com a Câmara de Recife: ALMEIDA, Suely C. de. “História de gente sem qualidade: mulheres de cor na Capitania de Pernambuco no século XVIII”. In: CABRAL, Flávio José Gomes. COSTA, Robson. **História da Escravidão em Pernambuco**. Recife: UFPE, 2012, pp. 37-60.

⁹⁰ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 44 [12 de maio de 1727], fl. 08-09.

O que importa observar é justamente a ativação do pleito como um indício de consciência a respeito da justiça que pode ser identificado na camada escravizada da sociedade⁹¹. Observa-se a possibilidade de um requerimento feito a João Vilela do Amaral; de uma denúncia em forma de Citação através de representante habilitado; de uso de uma rede social para acessar o ouvidor. Pode ter sido uma espécie de apelação a alguma decisão tomada a respeito de concorrência comercial que algumas mulheres de cor representaram em determinadas praças da Capitania de Pernambuco⁹² ou como meio de alcançar algum pagamento de dívida. Pensa-se sobre Luiza e se gozava do mesmo estatuto da mãe quando do encarceramento e se todo o acontecimento não teria sido consequência da vontade da mãe em ver sua filha também livre das amarras da escravidão⁹³. Todos estes pontos ocorrem como uma resistência subalter-nizada, já que estava sujeita a uma série de fatores para validação de seu pleito. Mesmo assim é um embate, um choque e um conflito considerável advindo de uma mulher, preta e forra.

Analisar a interrupção do litígio é mais eficientemente demonstrativo da relatividade de ações como estas nas mãos de tais indivíduos (mulheres, pretos, libertos). As hipóteses sobre a contabilização de denúncias contra João de Souza Salazar devem ser pensadas tanto sobre as relações sociais de que gozava Cosma da Silva, quanto nas que o réu pode ter sido prejudicado. Apesar na letra da lei não se ouvir testemunhas quando estas são inimigas declaradas de acusados, não se pode afirmar com certeza até que ponto não se consideraria depoimentos negativos serem constituídos a partir das falas de inimizades dos implicados. O que significa dizer que num primeiro momento Cosma pode ter contado com um auxílio tão frágil quanto sua posição diante da maioria dos olhares. O certo é que João de Souza Salazar também possuía suas testemunhas e pela via de tais, foi absolvido em 20 de novembro de 1719.

A justiça, para Cosma da Silva e sua filha, representava um poder sem condições necessárias para a robustez. Eram os obstáculos e os requisitos para seu acesso ao campo jurídico os principais meios deslegitimadoras de suas ações. Afinal, de que adiantava ter contatos sociais e cabedal se sua força podia se esvaír, sem grandes esforços da parte oposta, em comparação com a de outros agentes? Como dar consecução aos seus interesses se não podia fazer-se ouvir? Lidar com um aparelho jurídico que desenvolvia-se como natural e necessário à manutenção do ordenamento e paz social, certamente, não era a mesma coisa para homens e

⁹¹ LARA, Op. Cit., 1988, pp. 250-251.

⁹² ALMEIDA, Op. Cit., 2012.

⁹³ Eduardo França Paiva encontrou exemplos sobre alforrias que eram feitas só às mães ou só aos filhos: PAIVA, Op. Cit., 1995.

mulheres, para brancos, crioulos, pardos ou mestiços⁹⁴. Além disso, não se pode deixar de considerar a vigência de um campo judicial que se fazia mover pela constante investida de agentes que tomavam decisões segundo seus arbítrios e proporcionavam justiça aqueles que lhes correspondessem.

3. Francisca, parda, escrava e mulher.

Nessa linha de raciocínio adentremos em um caso semelhante, protagonizado por duas mulheres, uma forra e outra escrava. Certamente o Ouvidor da Comarca das Alagoas foi informado sobre o requerimento de Joana do Rosário, segundo o que consta no despacho datado de 16 de fevereiro de 1756. Moradora na Vila das Alagoas, ela se queixava ao rei sobre os procedimentos de três homens daquela terra que a prejudicavam. Clamava que, pelo direito, deveria obter a liberdade da escrava parda Francisca, já que Úrsula de Brito, dona da cativa, havia deixado sua Carta de Manumissão antes de falecer. O problema teve início justamente pelo documento ter sido deixado sob os cuidados de Simão Luís, marido de Úrsula. Este, com o falecimento de sua esposa, alegava ter perdido o registro oficial, enquanto Joana afirmava o ocultamento do mesmo como estratégia utilizada por aquele homem, em nome de manter seu domínio sob Francisca⁹⁵.

Não era a toa que Joana do Rosário estava interessada no caso: ela era uma mulher preta forra e pretendia alcançar a liberdade de sua filha Francisca, mulher parda e, também, de seu neto. A fonte em que seu caso é destrinchado, apesar de muito corroída, possibilitou a identificação, no corpo do texto, que tentava ativar a justiça da Relação da Bahia em nome de resolver suas pendências⁹⁶. Essa sua intenção pode, inclusive, ser observada como motivação para terem sido realizadas tentativas de pacificação naquele caso, na primeira vez que veio a tona. Como o “Ministro”, na época, não quis aceitar um pedido de ativação do pleito, a alternativa foi confiar em Antônio Nogueira Pinto e ceder a um acordo que, já de início, pode ser notado como desvantajoso e indicativo do que estaria por vir.

A impossibilidade de dimensionar uma localização temporal daqueles fatos torna-se um empecilho para situar os cinco momentos cruciais do caso como um todo – 1) quando da

⁹⁴ Sobretudo, a partir do desenvolvimento do paradigma individualista. HESPANHA, António Manuel. XAVIER, Ângela Barreto. “A representação da sociedade e do Poder”. In. HESPANHA, António Manuel (coord.). História de Portugal, o antigo regime (vol. IV). Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992, pp. 121-145.

⁹⁵ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 155 [16 de fevereiro de 1756].

⁹⁶ Sobre a ideia de imparcialidade da Relação e da possibilidade de reaver pleitos em favor das camadas consideradas inferiores, ver: SHWARTZ, Op. Cit. 2011, pp. 148-159. Em pesquisas pessoais, constatei que existiam muitos alvarás de citação e resolução de conflitos por parte de pessoas pretas, pardas e mulatas. Apesar de a grande maioria ser da Bahia, não se descarta a existência de outras Capitânias.

morte de Úrsula, 2) da resistência de seu marido em entregar a escrava, 3) do momento em que foi renegada por um agente de justiça, 4) da contabilização de sua filha como parte de um inventário e disponibilizada para remate e rematação e 5) da circunstância máxima que levara ao pedido em questão. Sabe-se que pelo menos três anos se passaram, desde que Francisca foi comprada, junto com o neto da suplicante, visto as afirmações de que a escrava já tinha tido três filhos desde que a transição de donos foi realizada. Joana teria esperado, ou investido por outras vias, para dar vida aquele requerimento⁹⁷.

As relações de Úrsula de Brito com Joana do Rosário podem ter sido decisivas para a segunda afirmar a existência de uma carta de manumissão para sua filha. Logo de início, quando é dito que Francisca “ainda se achava no domínio de sua Senhora”, a possibilidade de Joana ter sido parte da escravaria do mesmo núcleo familiar parece plausível. Se foi escrava de Úrsula, a suplicante pode ter servido por diversas atividades que a capacitariam a alcançar sua alforria⁹⁸. Além da compra, mesmo que “a prazo”, não se pode ignorar a interpretação de que sua senhora tenha lhe concedido ambas as alforrias. Essa vertente de análise não deve ser deixada de lado, visto a compra de sua própria liberdade, mais a de sua filha, poderem servir como argumento fundamental no questionamento da consecução da escravidão da parda Francisca. Contudo, em nenhum momento, no pedido que Joana do Rosário enviou ao Conselho Ultramarino, foi exposto informações a respeito da compra da carta de manumissão de Francisca, o que poderia ter sido crucial no atendimento de sua súplica. Dessa maneira, a hipótese mais concreta a ser aviltada é a de que algum acordo outro, ou negociação, foi feita entre as mulheres de distintas posições sociais em nome de libertar pelo menos a filha da subalternizada delas.

É aí que os desentendimentos com Simão Luiz podem ser elucidativos de relações ou experiências já antigas e não amistosas entre a escrava e o senhor. Além da óbvia possibilidade de Joana ter servido sexualmente a Simão (contra sua vontade ou não), e mesmo diante da probabilidade de Francisca, “parda”, ser filha daquele homem, Úrsula de Brito pode ser vista como uma mulher que em afronta ao marido⁹⁹, e pelos mesmos motivos apresentados, tenha libertado mãe e filha do domínio daquela casa. Mesmo uma decisão de venda das duas escla-

⁹⁷ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 155 [16 de fevereiro de 1756], Fl. 01 e 01v.

⁹⁸ Como escrava de ganho, por exemplo, Joana pode ter conseguido levantar quantia necessária para alcançar sua liberdade. Ressalte-se que juntar dinheiro suficiente para pagar seu valor não era significativo automático de alforria, pois se deveria contar também com a vontade do senhor em ceder a graça da liberdade. FARIA, Op. Cit., 2001, pp. 101-136. Outras possibilidades, ver: PAIVA, Op. Cit., 1995. SOARES, Op. Cit., 2011. LARA, Op. Cit., 1988.

⁹⁹ Testamentos de mulheres que libertavam escravos podiam ser contestados por herdeiros ou pelo marido. Mesmo após a morte, as mulheres estariam subjugadas aos interesses e jurisdições de seus maridos ou filhos para a tomada de tais decisões como a de alforriar. LARA, Op. Cit., 1988.

vas tomada diretamente pela esposa de Simão pode ter servido de válvula de escape que instigou o homem a servir como um verdadeiro obstáculo à desagregação de Francisca de suas posses. Simão pode ter resistido em entregar à liberdade a escrava por variáveis motivos. Inclusive, Joana pode ter sido escrava de outro núcleo familiar e Francisca, na verdade, ter a real protagonista de abusos ou das investidas sexuais¹⁰⁰ do marido de Úrsula, que furioso com a decisão de sua esposa negava a existência da carta de manumissão – ou ocultava seu paradeiro.

Perante esse empecilho, a ex escrava vira sua filha ser atribuída ao inventário de Úrsula de Brito que não deixou herdeiros. O segundo homem com quem entrou em conflito era, provavelmente, um agente de justiça vindo de fora. Foi designado como “o Ministro que então servia”. É a denominação de “ministro” que faz crer se tratar de um oficial reinol em território luso-americano. Outro elemento que gera dúvidas, devido a corrosão do documento, diz respeito a argumentação sobre a falta de herdeiros. Não se pode delinear com precisão se Simão Luiz do mesmo modo havia morrido quando Joana do Rosário tentou proceder com os primeiros movimentos, quase oficiais, para a recuperação de Francisca. Mesmo com essa incerteza, a análise pode ser seguida, sobretudo, porque o ponto mais importante a ser evidenciado é o fato de que foi a mulher parda e escrava quem “protestou” pela sua liberdade, tendo como resposta uma negativa do dito ministro que “não quis ademitir a filha da suplicante em juízo”¹⁰¹.

Foi esse não consentimento de Francisca, em juízo, que teria ocasionado e proporcionado as justificativas de Antônio Nogueira Pinto. Apesar de ser mencionado de maneira superficial e rápida – mas nunca neutra – essa nulidade interpretada pela via da justiça no momento em que aquelas mulheres reagiram a prossecução do testamento de Úrsula (e em outra vertente de Úrsula e Simão), por si, só concede-nos pistas para a observação dos vínculos ou enlaces das mulheres com a justiça e seus agentes no âmbito colonial português. Se no *corpus* jurídico toda lei ou norma estava constituída para homens e mulheres, a não ser em casos de exceção devidamente indicadas¹⁰², questionamentos a respeito desse mesmo aparato judicial vem à tona quando o problema que se apresenta envolve uma mulher parda, escrava e em confronto com seu senhor e/ou com um juiz competente. A primeira resposta que se procura diz respeito a esse arcabouço de leis perante indivíduos de camadas consideradas inferiores. Ambas as formas de justiça, fosse ela secular ou eclesiástica, partiam da prerrogativa principal

¹⁰⁰ Sobre a dominação sexual do senhor ao escravo, ver: VAINFAS, Op. Cit., 2010. FREYRE, Op. Cit., 2006. PAIVA, Op. Cit., 1995.

¹⁰¹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 155 [16 de fevereiro de 1756], Fl. 01.

¹⁰² HESPANHA, Op. Cit., 2010, pp. 101-137.

sobre a categorização social dos indivíduos envolvidos em pleitos. Isso significa dizer que tanto criminosos quanto vítimas eram observadas em processos jurídicos, protegidos por privilégios de nascença ou punidos mais rigidamente, tudo de acordo com as funções que ocupavam no todo que era a sociedade de Antigo Regime¹⁰³.

A respeito da Justiça de ordem civil, ao qual parece se encaixar melhor o que Francisca e sua mãe viveram, as interrogativas tornam-se mais incisivas. O “ministro” que servia na Comarca das Alagoas teria renegado a mulher parda e escravizada em juízo por quais motivos? Como a resposta não consta no documento enviado por volta de 1755, cabe identificar as possibilidades que giram em torno de uma única ação. Fosse o oficial de justiça local ou temporário, é certo que o estigma social¹⁰⁴ de Francisca, por si só, se apresentaria como um empecilho substancial. Apesar de residir na sede da comarca, e que isso tenha significado de que a vila estivesse em maior sintonia com as formas da Justiça¹⁰⁵, a localização social daquela mulher parda infringiria peso considerável na consideração da potência de sua voz, subordinada, ainda, a avaliação de seu comportamento e conduta.

É claro que há a possibilidade de que tenha lhe sido negada qualquer tipo de atitude judicial que implicasse seu dono, por se tratar de um homem branco e possuidor de um estatuto moral e jurídico que o permitia adentrar nas mais variadas redes clientelares locais. Momentos como este são decisivos para se compreender que as relações cotidianas que tantos indivíduos pardos ou pretos libertos, mesmo mulheres, puderam desenvolver, não necessariamente significavam automáticos êxitos, para além de circunstâncias corriqueiras de sobrevivência¹⁰⁶. Por mais complexo que possa ser, o historiador, bem como o leitor de História, deve procurar se transportar, temporalmente, para a situação da qual esta se falando e era mais ou menos a década de 1750. Não quer se dizer que naquele momento histórico, esses personagens não tenham conseguido relacionar-se com outros, advindos de camadas sociais adversas as suas. Mas é certo que nenhuma amizade, ou variados tipos de ligações amistosas que podem ter sido forjadas, entre brancos e não brancos levou a alteração da visão de mundo estabelecida naquele local histórico em que se encontrava Joana do Rosário. Uma ordem “legitimada” porque era “natural”, dificulta qualquer visualização otimista sobre essas relações, concretizadas entre agentes de lugares diferentes, dentro de uma vila como a de Alagoas, terem atingidos patamares sempre ou geralmente positivos em perspectivas mais formais.

¹⁰³ Ver: ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4 Tomos. VIDE, Op. Cit., 2010.

¹⁰⁴ HESPANHA, Op. Cit., 2005, pp. 57-58. SOARES, Márcio de Sousa. “A promessa da alforria e os alicerces da escravidão na América portuguesa”. In: GUEDES, Op. Cit., 2011, pp. 35-65. LARA, Op. Cit., 1988, pp. 264-268. SILVA, Op. Cit., 1991, pp. 304-306.

¹⁰⁵ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Documento 10 [26 de maio de 1712].

¹⁰⁶ PAIVA, Op. Cit., 1995. HESPANHA, Op. Cit., 2010.

Joana e Francisca contaram com relativo apoio de Úrsula de Brito, segundo consta em seu discurso. Essa ajuda da senhora é estipulada porque nenhum dono de escravo era obrigado a aceitar o valor de mercado para dar a liberdade a seus escravos¹⁰⁷. Assim, num primeiro momento, e por motivos que se desconhece, as duas mulheres afirmaram ter conseguido carta de manumissão da esposa de Simão. Após conflitos ou desentendimentos com o novo definidor do destino de Francisca, a Justiça local abriu mão de oficializar obstáculos aos seus interesses e/ou aos de Simão Luiz. Essa decisão, tomada na via judicial, pode ter sido fundamentada em conexões daqueles oficiais entre si – se os herdeiros são descritos para identificar a morte de Simão – ou com o esposo de Úrsula. Vertente sempre em aberto para casos jurídicos ultramarinos, esta forma de análise é capaz de enfatizar o questionamento chave que se quer propor. Em se tratando de acórdãos entre juízes, amizades ou representações de Francisca e sua mãe pela voz de outros indivíduos brancos daquela vila, alternariam o objetivo de manutenção das prerrogativas daqueles homens da Justiça? E se o desprezo às causas de duas mulheres negras foi baseado na posição de Simão Luiz, o pacto com as mesmas pessoas ou com a esposa falecida de Simão penderam a balança em favor do lado mais frágil do conflito?

Como a meta aqui não é precisamente apresentar todas as opções interpretativas possíveis, a direta investida, já na resposta a essas perguntas é compreendida como vetor chave para a observação da relação das mulheres com a justiça, e para a consecução da análise do caso abordando o ponto seguinte. Não foi importante para quem escreveu ou requereu, em nome de Joana do Rosário, apontar conexões com outros indivíduos além da falecida senhora Úrsula de Brito. Assim, a única relação mais ou menos “amistosa” desenvolvida por Joana e sua filha não foi capaz de fazer frente aos interesses de terceiros em contatar a mulher parda como escrava disponível ao remate. Foi aí que surgiu Antônio Nogueira Pinto com a possibilidade de reverter a situação desastrosa em que aquelas mulheres se encontravam, a partir de uma solução que o levava a posição de um quase benfeitor para a família de Joana.

O requerimento da preta forra em questão deu conta de enfatizar, quantas vezes foram necessárias, sobre a promessa que Nogueira Pinto lhe fizera. A um passo do remate, a única cartada que restou foi estabelecer outro acordo com um indivíduo externo ao conflito. Antônio Nogueira afirmou que remataria não apenas Francisca, mas também seu filho, Francisco, por suas próprias fazendas. Com essa proposta, Joana do Rosário pareceu ter ficado satisfeita. No entanto, o pormenor do mais novo contato social da ex escrava, era o de que compraria os

¹⁰⁷ JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da Silva. **A Escravidão e a Lei: gênese e conformação da tradição legal castelhana e portuguesa sobre a escravidão negra na América, séculos XVI-XVIII**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, pp. 56-60. PAIVA, Op. Cit., 1995. FARIA, Op. Cit., 2001, pp. 101-136. LARA, Op. Cit., 1988.

cativos para “em pouco tempo” lhe conceder carta de manumissão. Esse pacto foi feito, então, sob um terreno senão movediço, substancialmente desvantajoso, visto que o ato de Úrsula ainda era ignorado e Francisca e seu filho ainda permaneceriam escravizados¹⁰⁸.

Tais acontecimentos poderiam ser comuns na América portuguesa. Mesmo apesar de no início ter um ar romântico como em contos de ficção, em que um senhor bondoso daria sua palavra de honra¹⁰⁹ para promover a liberdade de toda uma família escrava. A “desonestidade” do senhor (e, aqui, se toma o juízo de valor a partir do ponto de vista de Francisca) era, naqueles idos de século, uma possível cultura comum nos relacionamentos entre senhores e escravos, em que as alforrias foram utilizadas tanto em atos de piedade cristã no momento da morte, bem como ferramentas de manutenção da ordem escravista¹¹⁰. Apesar de terem existido homens e mulheres escravos que tivessem noções sobre a justiça e da existência do direito, diante o acordo verbal que pouco valeria naquela situação, não se pode deixar de emitir outro juízo de valor ao categorizarmos Francisca de “ingênuo”. Todavia, sua obstinação em ter um caso analisado pelo Conselho Ultramarino serve para demonstrar que aquele tipo de atitude ficava no mundo ambíguo dos acordos verbais.

A hipótese sobre Joana ou Francisca terem sentido o desejo de apelar para outras instâncias, como o Tribunal Superior da Bahia, naquele momento, advém da existência ou discurso em que nos é passada a ideia do acordo que por fim foi selado, bem como do requerimento, como a realização do mesmo. Nessa linha de raciocínio considera-se que as mulheres tenham, pelo menos, apontado por argumentos, atitudes ou outras formas, sobre a possibilidade de clamar esses poderes superiores mesmo ao do “ministro”. Observe-se que evitar qualquer tipo de empecilho por parte de mãe ou filha seria essencial para dar prosseguimento a execução da rematação. Bens litigiosos não deveriam ser vendidos, sendo, por lei, estagnados até a resolução dos conflitos jurídicos que o qualificam de tal forma¹¹¹. Assim, Antônio Nogueira estaria não apenas de acordo com seus interesses, mas também com os dos outros personagens protagonistas envolvidos na trama, sob seu ponto de vista. Sujeitando-se a negocia-

¹⁰⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 155 [16 de fevereiro de 1756], Fl. 01 e 01v.

¹⁰⁹ MELLO. Op. Cit., 2000, p. 27.

¹¹⁰ PAIVA, Op. Cit., 1995. FARIA, Op. Cit., 1998, pp. 289-354. FARIA, Op. Cit., 2001, pp. 101-136. MACHADO, Op. Cit., 2008, pp. 81-140. SOARES, Op. Cit., 2011. LARA, Op. Cit., 1988.

¹¹¹ De acordo com um suplicante Antonio de Araújo Barbosa, na Vila das Alagoas que clamou, em 1776, resolução de seus conflitos advindos da venda de um bem que herdou, por sua tia, que estava em pendências judiciais, devido sua investida na Relação da Bahia. Fundamentou-se, como licenciado, nas próprias Ordenações do Reino, quando citou “que tal venda foi nula por ser feita de cousa litigiosa contra a expressa disposição da Ordenação, Livro 4º, Título 70, parágrafo 3º”. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 209 [23 de fevereiro de 1776], Fl. 01. O regimento mencionado pelo licenciado Antonio Barbosa, no entanto, diz respeito a seu caso específico, envolvendo bens de herança. Para aís detalhes sobre bens litigiosos, no geral, ver: Ordenações Filipinas: Liv. IV, Tít. X – Das vendas e alheações, que se fazem, de cousas litigiosas. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 3º Tomo, pp. 787-789.

ção com a mãe de Francisca, foi capaz de convencê-la e dar continuidade aos processos que fariam da filha de Joana sua mais nova escrava.

Pelo menos três anos depois da dita rematação de Francisca (filha) e Francisco (neto), a mãe e avó, Joana do Rosário representou ao Conselho Ultramarino acusações de ordem criminal e civil para tentar resolver suas pendências. O motivo que levou a mulher preta forra a pedir interferência do rei em seu caso foi, claramente, como se evidencia em todo o requerimento, a vontade de obter a libertação de sua família. Após apresentar uma série de argumentos sobre promessas e acórdãos que havia estabelecido com mulher e homens de poder social e simbólico na Vila das Alagoas, Joana do Rosário fez questão de enfatizar o quão ela e sua filha estavam de acordo com os princípios básicos do Antigo Regime português.

Ocidentalizar-se¹¹² era o ideal de liberdade para um indivíduo forro¹¹³; esta alternativa asseguraria um melhor acesso ao meio social. Identifica-se uma série de formas de conviver improvisadas por escravos e “pretos forros”. O apadrinhamento batismal, organizações sociais representavam a possibilidade de aliviar sentenças e decisões em alguns processos jurídicos, numa América portuguesa parte de um império essencialmente católico¹¹⁴ e o casamento serviram de vias para alguns daqueles indivíduos conseguirem se manter como agregados em determinadas residências ou mesmo para facilitar o dia-a-dia numa sociedade que dificultava a sobrevivência social de descendentes da África¹¹⁵. Hipóteses de relações sociais, que mulheres forras e pretas poderiam possuir para fazer ouvir seus clamores, são as mais plausíveis para compreender o êxito de suas demandas.

Os anos que se passaram, desde que Antônio Nogueira arrematou Francisca, são estipulados nas mesmas denúncias levantadas por Joana do Rosário. Segundo o requerimento, sob domínio do mesmo homem, a filha da suplicante já havia tido pelo menos três filhos do novo dono. O concubinato foi apontado por Joana como pecado e crime, logo, foi nesse delito moral, de ordem religiosa e secular, que a mulher preta se fundamentou, por seu intermediário

¹¹² GRUZINSKI, Op. Cit., 2014. SÁ, Op. Cit., 2013, pp. 151-270.

¹¹³ O ideal de salvaguardar “o direito de ir e vir” não parece ter sido a essência significativa de uma boa vida para escravos de Pernambuco. Para sociedades de Antigo Regime este individualismo que nos é contemporâneo é inviável. Sob a perspectiva de “inserção numa sociedade” como base para a concepção de liberdade de 1822 e de antes disso, tem-se, por exemplo, o uso de pecúlio extra, em formas de lazer como uma maneira de se fazer “livre” ou parte de algum grupo. CARVALHO, Op. Cit., 2001. Para Minas Gerais, cf. FURTADO. Op. Cit., 2003.

¹¹⁴ REGINALDO, Op. Cit., 2001, pp. 27-163.

¹¹⁵ FARIA, Op. Cit., 1998, pp. 289-354. Cf. FRAGOSO, João. “Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741”. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**: volume 3 (ca. 1720- ca.1821). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

representante, para estabelecer seu pedido¹¹⁶. A partir dessa estratégia argumentativa, Francisca foi apresentada como mulher justa que “catolicamente não quer[ia] satisfazer” os “apetites” de seu senhor. Outra acusação latente, complementar aos abusos ou investidas sexuais, tomou forma quando foi afirmado que as respostas negativas e fiéis aos princípios divinos, dadas por Francisca ao seu dono lhe geravam muitos castigos¹¹⁷.

Enfatizar a devoção daquela mulher parda escravizada era tão importante quanto acusar Antônio Nogueira de maus tratos. A estigmatização de mulheres que não eram brancas foi latente no Antigo Regime nos Trópicos e, sobretudo, no quesito de terem sido interpretadas como uma espécie de encarnação de tudo o que o feminino concorrente no mercado matrimonial não deveria ser¹¹⁸. A forma com a qual Francisca foi apontada lembra a mesma estratégia utilizada por Josefa do Amorim que reivindicava a posse de sua escrava¹¹⁹. No requerimento de Joana do Rosário – que pretendia ou alimentava a esperança de ser ouvida pelo rei, seus conselheiros, agentes de justiça e tribunal superior – foi necessário se valer de artifícios para além da cobrança do cumprimento da teórica promessa de alforria ocorrida há pelo menos três anos. As ressalvas sobre o modo de viver e proceder de Antônio Nogueira em relação a sua escrava Francisca foi justificativa básica para aquela solicitação de intermédio e envolvimento de forças maiores de justiça num caso que dizia respeito a um bem privado¹²⁰.

Com um argumento ambíguo como a denúncia de concubinato, era preciso não apenas dar conta a respeito de maus costumes de Antônio, mas também retirar Francisca da sombra que sua qualidade e condição a envolviam em relações ilícitas como aquelas. Assim, a mulher parda assumiu o papel de uma personagem vítima de sua posição e de uma circunstância em desacordo com o que havia sido acordado anteriormente. Do âmbito moral, certamente foram estratégias bem utilizadas ou as únicas disponíveis, sobretudo, a indicação do sofrimento físico que a filha de Joana sofria todas as vezes que se negava a ceder “serviços” sexuais ao seu

¹¹⁶ Ordenações Filipinas: Liv. II. Tít. IX. ALMEIDA, Op. Cit., 2012, 4º Tomo, pp. 428-429. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. V, Tít. XXII – Do Concubinato, § 988. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 491. TORRES-LONDOÑO, Fernando. **A outra família**: concubinato, igreja e escândalo na colônia. – São Paulo: Edições Loyola, 1999. FARIA, Op. Cit., 1998. SILVA, Op. Cit., 1984. VAINFAS, Op. Cit., 2010.

¹¹⁷ “[...] O castigo ficava restrito à esfera de atuação doméstica dos senhores. As intervenções de Estado nesse sentido se limitaram à edição de medidas esparsas com vistas a atalhar os excessos cometidos [...]”. JÚNIOR, Op. Cit., 2009, p. 98.

¹¹⁸ Os lugares opostos podem ser visualizados em: VAINFAS, Op. Cit., 2010. FREYRE, Op. Cit., 2006. SILVA, Op. Cit., 1984.

¹¹⁹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 45 [19 de maio de 1727], fl. 15. Ver, capítulo três dessa Dissertação.

¹²⁰ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 155 [16 de fevereiro de 1756], Fl. 01 e 01v. JÚNIOR, Op. Cit., 2009, p. 98. LARA, Op. Cit., 1988. SOARES, Op. Cit., 2011.

senhor¹²¹. Contudo, apesar de todos os obstáculos que aquela mãe forra deve ter precisado superar para compor aquele pedido, existiam ainda elementos essenciais não precisamente explicados ou destrinchados. O discurso é tão frágil quanto preciso. Isso se torna visível quando nos fazemos a pergunta básica sobre a carta de manumissão e promessa de Antônio Nogueira. Esses pactos ou acórdãos realmente existiram?

Mesmo que o texto daquele requerimento demonstrasse ou comprovasse a devoção de Francisca e os maus costumes de Antônio Pinto, fica-nos evidente que existia uma dependência pela parte de cada indivíduo à sua função social designada. Forças invisíveis, mas concretas, violentas e excludentes eram forjadas como “naturais” mesmo aos animais e legítima por estar de acordo com o que Deus desejava. Assim, por mais que seja complexo de se refletir até que ponto Joana do Rosário era uma mulher vista realmente dentro dos princípios fundamentais católicos e portugueses, essa é uma linha de raciocínio que não pode ser deixada de lado. Lá estava a mulher preta, forra, mas nada satisfeita. Lutava com os meios que lhe estavam disponíveis para se manter junta à sua família, para libertar sua filha e seu neto. Através de associação em irmandades religiosas ou de ativação de redes de sociabilização que lhe podem ter sido abertas por uma série de atividades que estava habilitada a realizar naquela Vila das Alagoas, Joana do Rosário conseguiu ultrapassar a justiça ordinária com seu requerimento¹²². Queria mais do que o que um juiz local poderia oferecer em sua alçada, clamava o auxílio devido do ouvidor da comarca para ativação de seu pleito pela Relação da Bahia, como julgava de seu direito¹²³.

É provável que seu representante tenha tido a noção da relevância ou complexidade do caso, e que, por isso, tenha almejado o envolvimento do episódio em outras instâncias. Outros simples objetivos podem ser citados como motivadores da ação jurídica. Para evitar qualquer desvantagem que pudesse vir a sofrer diante da posição social de Antônio Nogueira Pinto, a opção mais indicada seria, justamente, diante daquela perspectiva, o apelo para outros âmbitos judiciais considerados mais imparciais e mais certos¹²⁴. O receio da concorrência da Justiça com as redes clientelares de Antônio Nogueira, foi explicitado pela via de um discurso, no

¹²¹ A atitude de Antônio Pinto está até na simples norma a respeito da obrigação dos donos em transpassar a vida cristã aos seus escravos. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Liv. I, Tít. II – Como são obrigados os pais, mestres, amos e senhores a ensinar ou fazer ensinar a doutrina cristã aos filhos, discípulos, criados e escravos. VIDE, Op. Cit., 2010, pp. 126-127. VAINFAS, Op. Cit., 2010. FREYRE, Op. Cit., 2006. FURTADO, Op. Cit., 2003.

¹²² A ajuda das Irmandades foi estipulada em trabalhos como: REGINALDO, Op. Cit., 2001. VIANA, Op. Cit., 2007.

¹²³ “[...] alegando ser verdade o que alega, remeta o próprio sumario a Relação da Bahia para se julgar que for justiça [...]” **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 155 [16 de fevereiro de 1756], fl. 01v.

¹²⁴ SCHWARTZ, Op. Cit., 2011. CAMARINHAS, Op. Cit., 2010.

mínimo, desafiador da lei. O dono da parda Francisca, e pai de três de seus filhos, não se tratava apenas de um “homem poderoso naquela vila” ele era “e ainda temido das justiças”. Seus mecanismos para fazer manutenção de interesses foram colocados com a potência máxima de aterrorizar a execução do Direito na região ao qual pertencia¹²⁵.

As falhas ou pontos frágeis do instrumento oficial produzido em nome de Joana do Rosário serão apontadas devidamente quando for oportuno o momento. Por hora, diga-se que o maior empecilho existente e dificulto para análise intensa deste documento está relacionado com o fato de não se haver um despacho conclusivo. Nunca poderemos saber no que deu aquele pedido, como foi avaliado, sobre pareceres ou informações concedidas pelo ouvidor competente que deve ter sido consultado caso o documento tenha chegado em suas mãos. Mesmo que o ministro régio tenha sido devidamente solicitado a resolver o caso, ou a tirar devassas e querelar com Antônio Nogueira, é difícil considerar uma vitória da família escravizada. A não visualização ou consideração de que aquele requerimento tenha tido resultados vantajosos para Joana do Rosário, não advém unicamente do fator mais evidente de um direito de propriedade estar sendo contestado. As acusações apontavam para uma promessa não registrada oficialmente, enfatizava uma carta de manumissão que foi perdida e que talvez até mesmo anulada, depois de concretizada a negociação de Joana com Antônio. O que se propõe a observar aqui é a posição social dos que estiveram envolvidos no pleito. É apenas uma questão de se perceber que em 1756, na Vila das Alagoas, região afastada do centro jurídico oficial da América portuguesa, toda tentativa de interpretar o processo de Joana com as fragilidades predeterminadas como passível de êxito anulam as possibilidades existentes para o lado dominante da situação.

Joana do Rosário queria livrar sua filha e neto de um homem branco ou de poder reconhecido localmente. Para tais feitos, se valeu da representação através de outro indivíduo masculino o qual não se pode afirmar as verdadeiras motivações de colaboração no pleito. Partindo dessa linha de raciocínio observa-se que seria essencial poder responder se o requerente que escreveu por Joana estava interessado apenas no que viria receber, financeiramente falando, ou se se tratava mesmo de um contato de amizade ou rede de sociabilização outras. Sua posição e capacidade de falar em juízo, diferente de Joana e Francisca, por suas posições, mas também por seu sexo poderia ser superior a de Antônio Nogueira, mas há de se considerar que da mesma maneira que as mulheres subalternizadas não estavam sozinhas, o dono da parda contaria com seus círculos de poder com maior ou menor intensidade.

¹²⁵ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 155 [16 de fevereiro de 1756], fl. 01v.

Um questionamento básico e quase ingênuo, devido a complexidade de sua incisão, pode ser levantado para a análise de casos como o de Joana do Rosário. Estaria, em 1756, a população masculina detentora de posição majoritária, como receptáculo das mais variadas formas de Justiça, na Vila das Alagoas, disposta a aceitar indivíduos advindos de camadas “inferiores” em âmbitos jurídicos? E mais, estariam abertos a solicitações de homens e mulheres pretas que implicavam gente “poderosa” da terra e “temida” pela justiça? Essas perguntas básicas devem ser feitas para analisar a relação de mulheres com a justiça e o direito português, mais precisamente, para estudar as vertentes que lhes estiveram possíveis quando além de subestimadas por seu sexo foram reféns de qualidades e condições que sintetizavam a ideia básica do que era Justiça para aquele momento histórico. Uma comprovação de que perante situações como essas, os grupos mais bem posicionados ainda resistiam em aceitar novas “condições” impostas a gente de “qualidade” inferior, pode ser vista na própria ideia da consecução de elementos dominantes sob indivíduos que haviam sido escravizados. Essa sujeição servia como uma espécie de manutenção de um laço senhor-escravo¹²⁶ que não existia mais apenas no âmbito formal.

A identificação desses elementos desmascara a ideia de naturalização das coisas e seres humanos no grosso do pensamento jurídico e teológico português do Antigo Regime. Estratégias, mecanismos informais de poder e maneiras de lidar estavam disponíveis em níveis diferentes, pois também dependeria dos fatores extras para além do que o cotidiano podia ocasionar. Não se pretende transpassar nenhuma concepção extremamente rígida de uma Justiça do rei ou local nas possessões portuguesas ultramarinas. Apenas é preciso analisar com mais profundidade o aparecimento de personagens como Joana do Rosário em pleitos contra indivíduos tidos por “mais dignos”, fosse pelo sexo ou pela posição dentro daquele mundo lusitano católico. Em busca de não apresentar ambos os casos como desprovidos de atitudes de poder advindos daquelas mulheres pretas forras da Comarca das Alagoas, é preciso ressaltar que mesmo a computação de hipóteses que as troquem do lugar de vítimas, demonstra o caráter de um Direito e Justiça que prezam a manutenção da propriedade e moral de homens privilegiados.

Joana do Rosário, em seu requerimento, afirmava a existência de uma Carta de Manumissão para sua filha, concedida pela dona, Úrsula de Brito, porém, a perda ou ausência do documento indicado em todo o pleito instiga o historiador a se questionar sobre até que ponto

¹²⁶ CARVALHO, Op. Cit., 2001, pp. 213-324. JÚNIOR, Op. Cit., 2009. 2011, pp. 35-65. LARA, Op. Cit., 1988.

aquele comprovante realmente existiu. No século XVIII muitas pessoas eram analfabetas¹²⁷, daí o forte apego e apelação para estabelecer uma série de aspectos visuais no Direito e Religião¹²⁸. Como mulher preta e forra, a probabilidade de que soubesse ler ou reconhecer uma real carta de alforria é muito baixa. Dependendo da forma que Úrsula conferiu a libertação de Francisca, pode ser que Joana tenha sido enganada não apenas por Simão Luiz, mas desde o “benefício” prestado por sua esposa. Informações como esta seriam capazes de responder se tal carta chegou a ser escrita e registrada¹²⁹, se um documento real foi visto por Joana (que certamente não o saberia discernir) ou se tratou apenas de um acordo “de boca” entre aquelas duas mulheres.

Serviços prestados ou adaptação a situação degradante que era a escravidão, podem ter sido os únicos mecanismos possíveis de serem utilizados por escravos e escravas, em nome de com a comoção ou morte do dono(a) conseguir alforria, por compra ou concessão, ambas as maneiras consideradas “graças”. Assim, a relação que Francisca e sua mãe mantiveram com Úrsula de Brito pode ter fundamentado, senão o registro da alforria propriamente dito, ao menos uma promessa cobrada. Além dessas opções, Joana do Rosário pode ter simplesmente forjado a “dádiva” ou “juramento” da esposa de Simão, sobretudo, baseada na argumentação da ausência de herdeiros do casal e numa ligação reconhecidamente não conflituosa entre senhora e escrava. A morte de um senhor era uma oportunidade utilizada por escravos para tentar se livrar da servidão¹³⁰.

É possível que Simão Luiz sequer soubesse da existência da carta ou da “amizade” ou “negociação” entre aquelas mulheres. Se a escrava pertencesse a sua esposa é possível que tenha se valido do direito para conceder a liberdade a uma propriedade sua sem o intermédio do marido. Mas dentre essas alternativas a mais interessante e que não há como se negar é que o “ministro”, provavelmente, não aceitou a querela justamente pela ausência da “prova” que daria sustância a todo o pleito. Ora, a própria Joana do Rosário alertou sobre esse documento não ter sido localizado, dessa feita, um oficial da Justiça não poderia, nem procederia – mesmo que não tivesse objeções, pelo regimento e seus ideais – com uma querela ou “citação”, advinda de uma mulher preta forra que tinha como principal objetivo excluir ou relativizar o direito de propriedade de um homem branco, senhor provavelmente influente dentro daquele meio, ou ao menos com conduta e imagem de honrado.

¹²⁷ Sobre índices de analfabetismo, ver: LARA, Op. Cit., 2007, pp. 79-172. VILLALTA, Luiz C. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: NOVAIS, Fernando A. SOUSA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹²⁸ MARAVALL, Op. Cit., 2009.

¹²⁹ Sobre a necessidade de registro por Tabelião, ver: LARA, Op. Cit., 1988.

¹³⁰ SOARES, Op. Cit., 2011. LARA, Op. Cit., 1988.

Nessa perspectiva, a existência ou afirmação de que uma promessa foi estabelecida entre Joana e Antônio Nogueira, pode demonstrar apenas o interesse daquele homem em Francisca, que o teria levado a sanar possibilidades de apelação para poder realizar seu investimento sem grandes problemas. Essa jogada por parte de Nogueira Pinto é destrinchada a cargo de identificar explicações dentro da hipótese de que a carta de manumissão pode nunca ter existido, mas representado verdadeiro atraso na resolução do inventário de Úrsula, se alcançasse instâncias distantes e superiores. Há de se considerar, para todos os fins, que até mesmo aquele acórdão se tornaria duvidoso e apresenta-se como mais um fator frágil nos argumentos registrados naquele requerimento.

Até mesmo o concubinato descrito por Joana e possível de ser comprovado, segundo ela, pela existência de três filhos de Antônio Nogueira com sua escrava, pode ter tido peso de uma “faca de dois gumes”. Ainda estava se falando de uma mulher parda e escravizada, tendo considerável carga de desvantagem para Francisca. Não podemos esquecer que à mulher o crime sempre recebeu maior repressão, já que se tratava apenas de uma característica natural do feminino que não havia sido totalmente controlada¹³¹. Apesar de “católica”, Francisca teria poucas chances em acusar seu senhor, em nome de obter liberdade por conta da “expansão do domínio a posse sexual”¹³². Lembre-se que como servente na casa a qual pertencia, podia ser contabilizada como essencial ao andamento doméstico da residência, logo, livrava seu dono de quaisquer penalizações mesmo que fosse uma espécie de receptáculo para o adultério afirmado pela própria Igreja¹³³.

Uma arma que se considera pouco representativa de “resistência” é a apelação para o sexo. Aconselhada pela mãe, ou por sua própria cabeça, Francisca muito bem poderia ter compactuado com as investidas de seu dono ou mesmo as incitado, visto a “promessa” existente sobre sua liberdade e uma pressa em se juntar de vez com sua família. Conceber três filhos de seu senhor não necessariamente significaria que caíra nas graças do dono¹³⁴, contudo, é viável a interpretação destes atos como adaptações às circunstâncias e manipulação, e constituição de poderes informais com o objetivo chave de ser liberta. A relutância em se considerar que essa via possa ser significativa de alguma espécie de “rebeldia” disfarçada não retira dessas determinadas atitudes as características de terem sido o ponto de partida para êxitos cotidianos da parte, sobretudo, de mulheres escravizadas, pretas e subestimadas por

¹³¹ Ver Capítulo 2.

¹³² VAINFAS, Op. Cit., 2010.

¹³³ Constituições do Arcebispo da Bahia: Liv. V, Tít. XXII, § 988. VIDE, Op. Cit., 2010, p. 491.

¹³⁴ PAIVA, Op. Cit., 1995.

questões religiosas e sociais¹³⁵. Apenas aponta-se para uma melhor visualização dos fatos, da situação e meio em que ocorreram e das verdadeiras motivações por traz dessa ultrapassagem dificultosa.

É possível delinear o sexo ou artifícios da sexualidade feminina como via decisiva ou substancial para a consecução da sobrevivência de mulheres pretas, escravas ou forras. É necessário, contudo, buscar interpretações que possam ir além da identificação com determinadas teorias sobre a estratificação do poder¹³⁶. Observar aquelas atitudes mais profundamente não implica em negar essas vertentes de análise, muito menos a capacidade que as mulheres tiveram para forjar essas situações em benefício próprio. Porém, colabora em desmistificar a ideia que essas informações podem passar sobre ser sempre o sexo, à mulher, a via mais possível, bem como outras estratégias que a remetem as mesmas características estipuladas, desde Aristóteles, até as interpretações mais perigosas, realizadas pelo grupo intelectual dominante que fora a Igreja Católica em Portugal¹³⁷. Para enxergar a pluralidade do feminino realmente é aconselhável não legá-la unicamente ao lugar de vítima, mas o olhar voltado para um setor escravizado de uma sociedade inserida num amplo e complexo contexto de Antigo Regime requer cautela na associação do sexo diretamente à “astúcia” das mulheres.

Dito isso, a argumentação do concubinato em mescla com a afirmação da devoção e religiosidade de Francisca são pontos que podem ser alterados de perspectiva quando se considera a linha interpretativa de que Joana e sua filha estavam dispostas a unir sua família a qualquer custo. A sedução¹³⁸ e concepção de três filhos com Antônio Nogueira que parece não ter servido para lhe render a alforria pode, sem grandes dificuldades, ter assumido a posição inversa quando da montagem de acusações contra o senhor de escravos. Chamá-lo de concubinário e se retirar da culpa pode ter sido a melhor estratégia utilizada dentro das fragilidades outras daquele requerimento.

Se o caso tiver sido ativado na Relação da Bahia ainda devem-se considerar as inquirições que seriam realizadas, bem como as argumentações de defesa que não deixariam de vir do lado de Nogueira Pinto. As inconstâncias dos pontos questionados e mesmo o concubinato, utilizados como eixos centrais daquele discurso serviriam como entraves sob a manipulação de uma arguição defensiva pelo dono de Francisca ou algum agente seu representante. Mesmo tendo consciência da existência da Justiça e a afirmando em palavras, a exatidão de seus “di-

¹³⁵ FURTADO, Op. Cit., 2003.

¹³⁶ MENDONÇA, Op. Cit., 2012.

¹³⁷ HESPANHA, Op. Cit., 2010. PRIORE, Op. Cit., 2009.

¹³⁸ ARAÚJO, Emanuel. “A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). PINKSY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. – São Paulo: Contexto, 2013.

reitos” não é, de todo, certo que viesse a conseguir a tão almejada liberdade. Esses empecilhos eram concretos por suas “qualidades”, “condições” e sexo. Ora, quem pode garantir que a pessoa responsável em enviar aquele pedido ao rei acreditava no que estava escrevendo? Jamais se poderá afirmar, nem se podia, sobre as reais intenções do procurador de Joana do Rosário. Certamente, pouquíssimos homens estariam dispostos a comprar briga com aquele que era “poderoso na terra” e “temido pelas justiças”¹³⁹. Os obstáculos que o próprio documento apresenta são passíveis de ter sido o resultado de sua produção pelas mãos de alguém que não concebia os direitos que clamava.

4. Conclusão.

Diante a dominação dos meios jurídicos por homens e da fragilidade populacional perante assuntos que pertenciam a uma linguagem que os era própria, mulheres como, Luiza Furtado de Mendonça, Joana do Rosário e Cosma da Silva acreditaram que seus clamores valeriam a pena. Tenha sido exclusivamente por suas qualidades ou por elas somadas aos seus sexos, o que se percebe é que a relação de indivíduos não advindos de camadas superiores daquela sociedade com a Justiça era conflituosa e desigual. As diferenças serviam como artifício condutor de toda uma doutrina jurídica e teológica que servia para mulheres, pobres e escravos, unicamente com o objetivo de dar-lhes a leve impressão de que diziam respeito a eles. Na realidade, os descreviam e levavam a se defender ou constituir suas queixas em enormes áreas minadas, onde o menor argumento utilizado de sua parte poderia ser completamente destituído da carga da qual originalmente havia sido invocado, em nome de manter o equilíbrio e a consecução do “bem comum”. “Bem comum” que parecia significar, exclusivamente, a continuidade do bem comum em determinados núcleos familiares de poder e de agentes sociais masculinos, em suas posições de honras quase que inabaláveis, enquanto à mulher e outros personagens às margens restava poucas linhas que forjadas supostamente em seu favor, não possuía capacidade sequer de apreender suas mais superficiais circunstâncias.

¹³⁹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos: Documento 155 [16 de fevereiro de 1756].

CONCLUSÃO

O começo dessa pesquisa deparou-se com a possibilidade de mapear e problematizar poderes informais que mulheres puderam ativar diante do campo jurídico luso-brasileiro. A ideia de contabilizar mais as possibilidades e menos os limites que podiam lhes ser exposto advinha de uma série de fatores – desde a leitura parcial da documentação até o contato com obras historiográficas sobre a temática. Ao longo das problematizações, no entanto, uma série de pontos não tão vantajosos começou a se mostrar presentes a partir do acesso aos despachos ou dos cruzamentos das fontes. Isso levou a questionamentos sobre o estatuto jurídico feminino e sobre os poderes que se derivavam dele.

Os casos analisados revelaram que as mulheres da Comarca das Alagoas não estiveram privadas do acesso a justiça. Porém, suas estratégias ou mecanismos de defesa e acusação giravam em torno dos mesmos preceitos estabelecidos por um estatuto social que não dizia quem elas eram, mas estimulavam-lhes um tipo específico de conduta para se contrapor a agentes masculinos. A violência simbólica de tal enquadramento foi destrinchada na explanação dos casos de mulheres brancas, pretas e de uma mestiça. Em outras palavras, os requisitos para êxitos e acesso à justiça foram sintetizados como vestígios de uma dominação masculina que não se deixava de fazer presente, fosse a mulher viúva, administradora das filhas, nobre, grave, casada, preta, mestiça, parda, livre, escrava ou branca.

A perspectiva final que se quer deixar ao leitor é a de que as ações que podem ser contabilizadas como resistência tem como uma de suas facetas a adequação aos objetivos do poder. Poder este estabilizado e centralizado nas mãos de agentes masculinos que iam desde o marido até o rei. Escolheu-se expor estes casos por suas continuações problemáticas. Isso não anula o fato de que, certamente, mulheres de outras partes ou mesmo da Comarca das Alagoas, puderam fazer seus interesses valer dentro do âmbito judicial. A ideia é realçar a necessidade de voltarmos nossa atenção para as circunstâncias de um poder subalternizado. Espera-se que o trabalho, como um todo, instigue a outras problematizações e discussões sobre o lugar da mulher naquela sociedade e na sociedade de hoje em dia. Espera-se poder contar mais com a busca por avanços efetivos na luta por igualdade entre os sexos e menos por aberturas de espaços de um poder direcionado a atender expectativas dominantes.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTOS MANUSCRITOS E IMPRESSAS

- Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.** Volume 28. Rio de Janeiro, 1906.
- Arquivo Histórico Ultramarino**, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documentos 01 até 297.
- BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português & latino.** (Volume -1, Letra A). Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.
- _____. **Vocabulário português & latino** (Volume 02: Letras B-C). Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.
- _____. **Vocabulário português & latino.** (Volume 03, Letras D-E). Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.
- _____. **Vocabulário português & latino.** (Volume 04, Letras F-J). Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1713.
- _____. **Vocabulário português & latino.** (Volume 05, Letras K-N). Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Majestade: 1716.
- Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal:** recopiladas por mandado d'el Rey D. Filipe I / Cândido Mendes de Almeida. Ed. Fac-sim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.
- Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia /** Sebastião Monteiro da Vide; estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza; Istvan Jancsó, Pedro Puntoni (org.). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- Documentos manuscritos “avulsos” da Capitania da Bahia: 1604-1828.** Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009, 2 volumes.
- FREIRE, Pascoal José de Melo. **Instituições do direito civil português.** Boletim do Ministério da Justiça. 3 Livros: 1966.
- GONÇALVES, Rui. **Dos privilégios & praerogativas q ho gênero feminino te por direito comu & ordenações do Reyno mais que ho gênero masculino.** Lisboa, Biblioteca Nacional, 1992.
- Inventário de documentos manuscritos avulsos referentes a Capitania de Sergipe Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.**
- Leis Extravagantes Collegidas e Repertório das Ordenações.** Duarte Nunes Lião / Editor: António Gonçalves. Lisboa: 1569.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil.** Tomo II, regimentos XVII a XXXIII. – Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972.
- SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial.** – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- SEGUNDO Livro de Vereações da Câmara de Alagoas do Sul, vários fólhos. **Arquivo 00007-01-02.** Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.
- Ordenações Del-Rei Dom Duarte.** Edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- SHEED, Russell P. (ed.). **Bíblia Sheed.** Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. – 2. Ed. rev. e atual. no Brasil. – São Paulo: Vida Nova; Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1997.
- SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro** (Volume 1: A-K). Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira: 1789.

_____. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro** (Volume 2: L-Z). Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira: 1789.

SILVA, José Justino de Andrade e. **Collecção Chronologica da Legislação portugueza**. Copilada e Annotada. 1603-1612. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854.

Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes / José Roberto Monteiro de Campos Coelho e Sousa. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783, Tomo V. p. 160.

BIBLIOGRAFIA¹:

ALMEIDA, Suely Creusa de. **O Sexo Devoto: normatização e resistência feminina no Império português XVI-XVIII**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005.

ALMEIDA, Suely Creusa de. “As barregãs: Padres e mancebas na Capitania de Pernambuco”. **Memória & História**. V Encontro Nordestino de História. V Encontro Estadual de História. Recife: UFPE, 2004.

ALMEIDA, Suely Creusa de. “Histórias de gente sem qualidades: mulheres de cor na capitania de Pernambuco no século XVIII”. In: CABRAL, Flávio José Gomes & COSTA, Robson. **História da Escravidão em Pernambuco**. Recife: UFPE, 2012.

ALONSO, Alberto Corada. “Cuando la relación materno-filial termina en los tribunales. Pleitos de Doña Antonia De La Cerda, Marquesa consorte de Aguilar de Campoo”. In: BRAGA, Isabel M. R. M. Drumond.; HERNÁNDEZ, Margarita Torremocha. **As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica**. Imprensa da Universidade de Coimbra: 2015

ARAÚJO, Emanuel. “A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). PINKSY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. – São Paulo: Contexto, 2013.

ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. MOURA, André Almoêdo. “Violência contra a mulher no Brasil – um estudo de longa duração”. In: ALMEIDA, Suely C. Cordeiro. **Histórias do Mundo Atlântico: Ibéria, América e África: entre as margens do XVI ao XXI**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009

AZEVEDO, José Ferreira. “Formação sócio-econômica de Alagoas, o período holandês (1630-1654): uma mudança de rumo”. In: CAETANO, A. Filipe P. (Org.). **Alagoas Colonial: Construindo Economias tecendo redes de poder e fundando administrações (Séculos XVII-XVIII)**. Recife, Editora Universitária UFPE: 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BETTERIDGE, Thomas. FREEMAN, Thomas S. **Henry VIII and History**. Ashgate e-Book.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda B. “Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia.” In: **Anais Optima Pars**. Lisboa, 2002.

BIGNOTTO, Newton (Org.). **Matrizes do republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

¹ Essas referências contém não apenas todas as obras citadas nesse trabalho, mas também livros lidos e filmes assistidos que serviram de inspiração na escrita, mas não em ideias propriamente ditas ou citações diretas.

- BOURDIEU, Pierre. “Sobre o Poder Simbólico”. In: **O poder simbólico**. 16ª Edição. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. “Le mort saisit le vif. As relações entre a história reificada e a incorporada”. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.
- BOXER, Charles. **Relações raciais no império colonial português, 1415-1825**. – Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1967.
- BOXER, Charles R. **A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica. 1415-1815: alguns factos, ideias e personalidades**. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.
- BOXER, Charles R. **A Idade do Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.
- BOXER, Charles. **O império marítimo Português. 1415-1825**. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRAGA, Isabel M. R. M. Drumond.; HERNÁNDEZ, Margarita Torremocha. **As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica**. Imprensa da Universidade de Coimbra: 2015.
- CAETANO, A. Filipe P. (org.) **Alagoas e o Império Colonial Português**. Maceió, Cepal: 2010.
- CAETANO, A. Filipe P. (Org.). **Alagoas Colonial: Construindo Economias tecendo redes de poder e fundando administrações (Séculos XVII-XVIII)**. Recife, Editora Universitária UFPE: 2012.
- CAETANO, A. Filipe P. “Existe uma Alagoas Colonial? Notas preliminares sobre os conceitos de uma conquista ultramarina”. **Revista Crítica Histórica**. Maceió, Ano I, nº 1, Junho 2010.
- CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e administração da justiça no Antigo Regime**. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII. Lousã: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia, 2010.
- CARDIM, Pedro. “‘Administração’ e ‘governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. In: FERLINI, Vera Lúcia; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **Modos de Governar**. São Paulo: Alameda, 2005.
- CARDOSO, Sérgio. “A Matriz Romana”. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). **Matrizes do republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo – Recife, 1822-1850**. Recife: 2001.
- CARVALHO, Joaquim Ramos de. “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal: A idade moderna**. Direção de José Mattoso. – Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos 1635-1665**. Recife: FUNDARPE, 1983.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Global, 2006.
- CURVELO, Arthur Almeida S. C. “Pescaria e Bem Comum: Pesca e Poder Local em Porto Calvo e Alagoas do Sul (séculos XVII e XVIII)”. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Alagoas Colonial: Construindo Economias, Tecendo Redes de Poder e Fundando Administrações (Séculos XVII-XVIII)**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens: três mulheres do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- DAUPHIN, Cécile. FARGE, Arlete. FRAISSE, Geneviève. KLAPISCH-ZUBER, Christiane. LAGRAVE, Marie. PERROT, Michelle. PÉZARAT, Piarrette. RIPA, Yannick. SCHMITT-PANILL, Pauline. VOLDMAN, Danièle. Traduído por Rachel Soihet, Rosana M. Alves Soares e Suely Gomes Costa. “A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia”. **Gênero**. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. VI2N.1. Niterói: EdUFF, 2000, pp. 07-30.
- DIÉGUES Jr. Manuel. **O banguê nas alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. – 3ª ed.; prefácio de Gilberto Freyre; capas e vinhetas de Santa Rosa. – Maceió, EDUFAL, 2006.
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARIA, Sheila de Castro. “Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII-1850)”. In: SOARES, Mariza Carvalho. (Org.) **Rotas Atlânticas da Diáspora Africana** – da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 2001.
- FEITLER, Bruno. **Nas malhas da consciência**: Igreja e Inquisição no Brasil: Nordeste 1640-1750. São Paulo: Alameda, 2007.
- FEITLER, Bruno. SOUZA, Evergton Sales. “Estudo Introdutório”. In: **Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia** / Sebastião Monteiro da Vide; estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza; Istvan Jancsó, Pedro Puntoni (org.). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- FERLINI, Vera Lúcia; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **Modos de Governar**. São Paulo: Alameda, 2005.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correira. “Literatura Moral e Discursos Jurídicos. Em torno dos “privilégios” femininos no século XVI em Portugal”. **Revista da Faculdade de Letras**. Línguas e Literatura. Porto, XVII, 2000.
- FILHO, Roque Felipe de Oliveira. **Crimes e perdões na Ordem jurídica Colonial**. Bahia (1750-1808). Tese de Doutorado. PPGH Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. / tradução de Roberto Machado (Org.). – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. B. e; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (Séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750)”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.) **Na trama das redes: políticas e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2010.
- FRAGOSO, João. “Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741”. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**: volume 3 (ca. 1720- ca.1821). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.
- FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes**: o outro lado do mito. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das letras, 1989.

- GINZBURG, Carlo. “O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico”. In: **A Micro História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.
- GINZBURG, Carlo. “Apêndice – Provas e possibilidades (Posfácio a Natalie Zemon Davis, *O retorno de Martin Guerre*)”. In: GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730)”. In: BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX**. – São Paulo: Alameda, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. Às margens da História. (História dos Grupos Sociais Subalternos). In: **Cadernos do cárcere** (vol. 5). Tradução de Luiz Sérgio Henriques – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**. História de uma mundialização. Belo Horizonte, Editora UFMG; São Paulo, Edusp, 2014.
- HESPANHA, António M. **Imbecillitas: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime**. São Paulo: Annablume, 2010.
- HESPANHA, António M. **O estatuto jurídico da mulher na época da expansão**. Disponível em <www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/acs_ma_4953.doc> 03/JUN/2015.
- HESPANHA, António M. **Cultura jurídica europeia**. Síntese de um milênio. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2003.
- HESPANHA, António M. **A História do Direito na História Social**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- HESPANHA, António M. (Org.). **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**. Coleção de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- HESPANHA, António M. “Fundamentos antropológicos da família de Antigo Regime: os sentimentos familiares”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV)**. Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992.
- HESPANHA, António M. XAVIER, Ângela Barreto. “A representação da sociedade e do Poder”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV)**. Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992.
- HESPANHA, António M. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- HESPANHA, António Manuel. “Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.) **Na trama das redes: políticas e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2010.
- HESPANHA, António M. “A monarquia: a legislação e os agentes”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal: A idade moderna**. Direcção de José Mattoso. – Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011
- HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da Silva. **A Escravidão e a Lei: gênese e conformação da tradição legal castelhana e portuguesa sobre a escravidão negra na América, séculos XVI-XVIII**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

- LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência:** escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LARA, Silvia Hunould. **Fragmentos Setecentistas:** Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LEWKOWICZ, Ida. “A fragilidade do celibato”. In: LIMA, Lana Lage da Gama (org.). **Mulheres, adúlteros e padres:** História e moral na sociedade brasileira. – Rio de Janeiro: Dois Pontos Editores, 1987.
- LIMA, Lana Lage da Gama. “A boa esposa e a mulher entendida”. In: LIMA, Lana Lage da Gama (org.). **Mulheres, adúlteros e padres:** História e moral na sociedade brasileira. – Rio de Janeiro: Dois Pontos Editores, 1987.
- LINDOSO, Dirceu. **O Grande Sertão.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2011.
- TORRES-LONDOÑO, Fernando. **A outra família:** concubinato, igreja e escândalo na colônia. – São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MACHADO, Alex Rolim. **Os poderes além da Inquisição:** A sociabilidade dos familiares e comissários do Santo Ofício nas atividades seculares e administrativas locais (Alagoas Colonial, 1674-1820). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.
- MACHADO, Alex Rolim. “Classificação e perseguição: os agentes da Inquisição, os negros, pardos e mulatos em sociedade escravista (Alagoas Colonial, 1674-1820)”. **Sankofa**, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, Ano VII, nº XIV, Dezembro/2014.
- MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades:** negros, pardos e brancos na produção hierárquica social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- MAESTRI, Mário. “Como era Gostoso ser Escravo no Brasil: a apologia da Servidão Voluntária de Kátia de Queirós Mattoso”. **Revista Crítica Histórica.** Ano VI, nº 12, Dezembro/2015.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Os municípios e a justiça na colonização portuguesa do Brasil – na primeira metade do século XVIII”. In: ALMEIDA, Suely Creuda de; SILVA, Gian Carlo de Melo; SILVA, Kalina Vanderlei; SOUZA, George F. Cabral de. **Políticas e estratégias administrativas no Mundo Atlântico.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.
- MARAVALL, José Antonio. **A cultura do Barroco.** Análise de uma estrutura histórica. São Paulo: EDUSP, 2009.
- MARQUES, Dimas. “Elites administrativas e a dinâmica da distribuição de cargos na Comarca das Alagoas (séculos XVII-XVIII)”. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). Alagoas e o império colonial português: ensaios sobre poder e administração (séculos XVII – XVIII). Maceió: Cepal, 2011.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã - crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MELO, Hildete Pereira de. MARQUES, Tereza Cristina Novaes. “a partilha da riqueza na ordem patriarcal”. **R. Econ. Contemp.** Rio de Janeiro, 5 (2): 155-179, jul./dez 2001.
- MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue:** Uma parábola familiar no Pernambuco colonial. 2ª edição revista. – Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos:** Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. – São Paulo: Editora 34, 2012.
- MENDONÇA, Sônia Regina e FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Campus, 2012, pp. 55-70.

- MENDONÇA, Anne Karolline Campos. “Juizes ordinários na região sul da Capitania de Pernambuco: a justiça do rei e dos súditos portugueses (séculos XVII e XVIII)”. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Das partes sul à Comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco: ensaios sobre justiça, economia, poder e defesa (século XVII-XVIII)**. – Maceió: Viva Editora, 2015.
- MENEZES, Jeannie da Silva. **Sem embargo de ser fêmea**. As mulheres e um estatuto jurídico em movimento no ‘direito local’ de Pernambuco no século XVIII. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Sistemas Familiares”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV)**. Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992.
- MORSE, Richard M. **O Espelho de Próspero: Culturas e Idéias Nas Américas**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MOTT, Luiz. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. / Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PAIVA, Eduardo França Paiva. **“Dinâmicas de mestiçagens” na ibéro-América: definições**. (Texto no prelo).
- PAIVA, Eduardo França Paiva. “Mulher negra na sociedade mineira: escravas e libertas”. In: **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII – estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. – 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto 2013.
- PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- QUEIJA, Berta Ares. “Las categorias del mestizaje: desafios a los constreñimientos de un modelo social em el Perú colonial temprano”. *HISTORICA*. Pontificia Universidad Católica del Perú. Lima, v. XXVIII, nº 1, 2004.
- RAGO, Margareth. “As Mulheres na Historiografia Brasileira.” In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura História em Debate**. São Paulo: UNESP, 1985; pp. 81-91.
- REGINALDO, Lucilene. **Os Rosário dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. São Paulo: Alameda, 2001.
- ROLIM, Alex. CURVELO, Arthur. MARQUES, Dimas. PEDROSA, Lanuza. “Crime e justiça no ‘domicílio ordinário dos delinquentes’: Comarca das Alagoas (Século XVIII)”. **Revista Crítica Histórica**. Ano II, nº 3, Julho/2011
- ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R. L. Difusão e territórios diocesanos no Brasil, 1551–1930. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (65).
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 – 1755**. Tradução de Sérgio Duarte. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.
- SÁ, Elaine Garcindo de. **Mestiço: entre o mito, a utopia e a história – reflexões sobre a mestiçagem**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.
- SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- SANTOS, Giovanna Aparecida Schittini dos. **Direito e Gênero**. Rui Gonçalves e o estatuto jurídico das mulheres em Portugal no Séc. XVI (1521-1603). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

- SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial.** O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SILVA, Célia Nonata da; LUCENA, Eduardo A. Duarte de; SANTOS, Denisson da Silva. **Entre Lobos: feminicídio e violência de gênero em Alagoas.** Maceió: Edufal, 2015.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A cultura explícita”. In: MAURO, Frédéric (coord.). **Nova história da expansão portuguesa: o império luso-brasileiro, 1620-1750.** Direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. – Lisboa: Editorial Estampa, 1991.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A História da mulher no Brasil: Tendências e perspectivas.” In: **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, Nº 27, pp. 75-91, 1987.
- _____. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial.** São Paulo: EDUSP, 1984.
- SILVA, Maria B. Nizza da. **Ser nobre na colônia.** São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- SOARES, Márcio de Sousa. “A promessa da alforria e os alicerces da escravidão na América portuguesa”. In: GUEDES, Roberto. **Dinâmica imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: Séc. XVII-XIX.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- SOIHET, Rachel. “História das Mulheres e História de Gênero: Um Depoimento.” In: **Cadernos Pagu (11).** 1998; pp. 77-87.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra: política e Administração na América Portuguesa do século XVIII.** São Paulo, Companhia das Letras: 2006.
- THOMPSON, Edward. **Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra.** 2 ed. Tradução de Denise Bottman – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987[1977].
- THOMPSON, Edward Palmer. “Patrícios e plebeus”. In: THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward. “Costume, lei e direito comum”. In: THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THORTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico. 1400-1800.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão.** Petrópolis: Vozes, 1986.
- VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- VAINFAS, Ronaldo. “Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** / Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VASCONCELOS, Rita M. de Almeida R. Lôbo. CAVALCANTE, Maria do Socorro A. de Oliveira. **A educação mudando o Brasil? Uma abordagem discursiva da propaganda oficial.** Maceió: Edufal, 2013.
- VIANNA, Larissa. **O idioma da Mestiçagem: as Irmandades de Pardos na América Portuguesa.** Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.
- WEHLING, Arno & Maria José. **Direito e Justiça no Brasil Colonial.** O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- WEHLING, Arno e Maria José. “Sem embargo da ordenação em contrário: a adaptação da norma portuguesa à circunstância colonial”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; e CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Administrando Impérios.** Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte, Fino Traço Editora: 2012.